

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

GABRIELA SANTOS DA SILVA

**A ALAUIZAÇÃO DA POLÍTICA SÍRIA E A REORIENTAÇÃO DAS RELAÇÕES
REGIONAIS**

PORTO ALEGRE

2019

GABRIELA SANTOS DA SILVA

**A ALAUIZAÇÃO DA POLÍTICA SÍRIA E A REORIENTAÇÃO DAS RELAÇÕES
REGIONAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Silvia Regina Feraboli

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Gabriela Santos da
A alauização da política síria e a reorientação das
relações regionais / Gabriela Santos da Silva. --
2019.
182 f.
Orientadora: Silvia Regina Ferabolli.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Síria. 2. Arábia Saudita. 3. Irã. 4. Alauização
. 5. Relações intrarregionais. I. Ferabolli, Silvia
Regina, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GABRIELA SANTOS DA SILVA

**A ALAUIZAÇÃO DA POLÍTICA SÍRIA E A REORIENTAÇÃO DAS RELAÇÕES
REGIONAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Silvia Regina Feraboli– Orientadora
UFRGS

Prof. Dra. Verônica Korber Gonçalves
UFRGS

Prof. Dr. Hugo Carlos Arend Neto
Espaço Ideia e Saberes

Prof. Dr. Danny Zahreddine
PUC-Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Agradecer parece ser uma tarefa fácil, mas é difícil colocar no papel todas as pessoas que foram importantes para mim neste semestre de muito trabalho e muito aprendizado.

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus. A fé, na maioria das vezes, só se manifesta em momentos de necessidade, em que a ansiedade toma conta e o caminho fica nebuloso. Quero, então, reconhecer a Sua presença nessas situações, sendo responsável por me acalmar e me manter no caminho.

Agradeço a minha família: meu refúgio e segurança. Aqueles que sempre me apoiaram e me ajudaram nos momentos de crise, secaram minhas lágrimas e me emprestaram um par de olhos quando os meus já estavam cansados. Eu amo todos vocês e meus agradecimentos nunca serão suficientes.

Agradeço à UFRGS e o que ela representou para mim nestes dois anos de mestrado: aprendizado, conhecimento, desenvolvimento, crescimento pessoal, mas também, amizade. Aproveito para agradecer a todos os professores que contribuíram com tudo isso, em especial, minha professora orientadora Dra. Silvia Feraboli, que me orientou na dissertação e fora dela, estando sempre disponível para discutirmos sobre as nossas opiniões e me auxiliando sempre que preciso.

Agradeço ao Gabriel que sempre esteve presente – mesmo à distância – para escutar minhas reclamações e angústias e usá-las para me motivar a seguir em frente, sempre buscando o melhor para mim. Não consigo colocar em palavras o seu significado para mim.

E, finalmente, agradeço aos amigos que o mestrado trouxe para mim: Ana, Luiza, Thais e José. São aqueles que entenderam os momentos que eu enfrentava, sabiam as palavras certas nos momentos certos e estavam sempre presentes para me auxiliar nos momentos de necessidade e para comemorar nos momentos de conquistas.

[...] os terríveis conflitos reducionistas que agrupam as pessoas sob rubricas falsamente unificadoras como “América”, “Ocidente” ou “Islã”, inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros, não podem continuar tendo a força que têm e devem ser combatidos [...]. Mais do que no choque manufaturado de civilizações, precisamos concentrar-nos no lento trabalho conjunto de culturas que se sobrepõem, tomam isto ou aquilo emprestado uma à outra e vivem juntas de maneiras muito mais interessantes do que qualquer modo abreviado ou inautêntico de compreensão poderia supor. Acontece que esse tipo de percepção mais ampla exige tempo, paciência e indagação crítica, construídos a partir da fé em comunidades voltadas para a interpretação, tão difíceis de manter num mundo que exige ação e reação instantâneas.

Edward Said (2007)

RESUMO

A presente dissertação trabalha com a centralidade do termo “alauização”, um fenômeno interno sírio que se espalhou por todas as esferas da sociedade. A alauização diz respeito ao maior benefício concedido ao grupo étnico-religioso alauíta que, desde a ascensão de Hafez Al-Assad, em 1970, experimentou melhoras nas condições socioeconômicas. Além disso, membros proeminentes dessa vertente religiosa, por conta da relação de proximidade que possuem com o presidente (tanto Hafez quanto Bashar Al-Assad), são trazidos para ocupar cargos importantes nos setores político, militar e econômico. Assim, investigar as bases para a criação desse fenômeno se fazem necessárias e estão presentes na colonização francesa, na ascensão do partido Ba’ath e no Consenso de Washington – quando foram adotadas políticas de privatização econômica que trouxeram a elite capitalista, composta por alauítas, para o setor econômico. Esta dinâmica é, também, responsável por inúmeras consequências na região. A concentração de poder nas mãos de um pequeno círculo que orbita o presidente e sua família estendida contribuiu para o pragmatismo e fortalecimento da relação da Síria com o Irã – que acontece de maneira co-constituída ao afastamento do apoio da Arábia Saudita, antes financiadora do regime sírio. Além disso, internamente, há uma deterioração na legitimidade do regime, que se associa à revolta síria em 2011, a Primavera Árabe, e se torna o momento onde a reorientação regional se torna clara.

Palavras-chave: Síria. Arábia Saudita. Irã. Alauização. Relações intrarregionais.

ABSTRACT

The present dissertation deals with the centrality of the term "Alawization", a Syrian internal phenomenon that has spread throughout all spheres of society. Alawization concerns the greater benefit granted to the Alawite ethnic-religious group which, since the rise of Hafez Al-Assad in 1970, experienced improvements in socio-economic conditions. In addition, prominent members of this religious group, given their close relationship with the president (both Hafez and Bashar al-Assad), are brought to take important positions in the political, military and economic sectors. Thus, investigating the basis for the creation of this phenomenon are necessary and are present in the French colonization, the rise of the Ba'ath party and the Washington Consensus - when economic privatization policies that brought the capitalist elite, composed of Alawites, to the economic sector were adopted. This dynamic is also responsible for countless consequences in the region. The concentration of power in the hands of a small circle that orbits the president and his extended family contributed to the pragmatism and strengthening of Syria's relationship with Iran - which happens in a co-constituted way to the withdrawal of Saudi Arabia support, former funder of the Syrian regime. In addition, internally, there is a deterioration in the legitimacy of the regime, which is associated with the Syrian revolt in 2011, the Arab Spring, and becomes the moment where regional reorientation becomes clear.

Keywords: Syria. Saudi Arabia. Iran. Alawization. Intraregional relations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1.1 – Referência dos diplomatas entrevistados.....	26
Figura 2.1 – Fronteira Síria-Israel: Demarcações Relevantes no Golã	48
Gráfico 2.1 – Recebedores do total de ODA de doadores árabes, 1970-2009 (em porcentagem)	56
Gráfico 3.1 – Voz e Responsabilidade por região, 1998, 2008.....	78
Gráfico 3.2 – Voz e Responsabilidade por país, 1998, 2008.....	80
Gráfico 3.3 – Crescimento per capita previsto versus real para países em desenvolvimento ..	79
Gráfico 3.4 – PIB da Síria em bilhões de dólares (1970-1980).....	87
Gráfico 3.5 – PIB da Síria em bilhões de dólares (1980-1990).....	89
Gráfico 3.6 – Crescimento real do PIB (variação percentual anual).....	90
Quadro 3.1 - Figuras principais nas forças armadas, nas formações militares de elite e nos aparatos de segurança e inteligência, 1970-1997.....	94
Gráfico 4.1 – Taxa de Desemprego na Síria (1991-2010).....	125
Gráfico 4.2 – Crescimento do PIB anual (em %, 1990-2007).....	127
Gráfico 4.3 – Taxa de Desemprego na Síria (2011-2018).....	132
Figura 5.1 – Controle da área no território sírio.....	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Gastos de defesa e tamanho do exército da Síria, 1985 e 1997 (preços constantes em 1997).....	52
Tabela 2.2 – Componentes nativos e estrangeiros da força de trabalho do CCG, 1975-2008 (000)	60
Tabela 3.1 –Voz e Responsabilidade (2016).....	70
Tabela 3.2– Controle de Corrupção (2016).....	70
Tabela 3.3 – Comércio exterior e exportação de petróleo (em milhões de dólares)	91
Tabela 4.1 – Indicadores de Voz e Responsabilidade e Controle de Corrupção na Síria (1996-2010).....	126
Tabela 4.2 – Indicadores de Voz e Responsabilidade e Controle de Corrupção na Síria (2011-2017).....	132
Tabela 4.3 – Indicador de Estabilidade política e falta de violência (incluindo terrorismo) na Síria (2011-2017).....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADFD –	<i>Abu Dhabi Fund for Development</i>
AKP –	Partido para a Justiça e o Desenvolvimento
AMF –	<i>Arab Monetary Fund</i>
AGFUND –	<i>Arab Gulf Programme for United Nations Development</i>
ASCTE –	<i>Arab Syrian Company for Touristic Establishments</i>
CAPMAS –	<i>Central Agency for Public Mobilization and Statistics</i>
CCG –	Conselho de Cooperação do Golfo
COI –	Comissão de Inquérito
CSNU –	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ESCWA –	<i>Economic and Social Commission for Western Asia</i>
EUA –	Estados Unidos da América
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FSA –	Exército Livre da Síria
HTS –	<i>HayatTahrir Al-Sham</i>
IDF –	Israel Defense Forces
IED –	Investimento Externo Direto
IILS –	Instituto Internacional de Estudos do Trabalho
IMF –	<i>International Monetary Fund</i>
IRGC –	<i>Islamic Revolutionary Guard Corps</i>
ISIS –	<i>Islamic State of Iraq and Syria</i> (Estado Islâmico)
KFAED –	<i>Kuwait Fund for Arab Economic Development</i>
KSA –	<i>Kingdomof Saudi Arabia</i>
MENA –	Oriente Médio e Norte da África
MFA –	<i>Ministry of Foreign Affairs</i> (Israel)
MOFA –	<i>Ministry of Foreign Affairs</i> (Arábia Saudita)
NDF –	NationalDefense Forces
ODA –	Assistência de Desenvolvimento Oficial Árabe
OI's –	Organizações Internacionais
OIT –	Organização Internacional do Trabalho
OMC –	Organização Mundial do Comércio
ONG's –	Organizações Não-Governamentais

ONU –	Organização das Nações Unidas
OPAQ –	Organização para a Proibição de Armas Químicas
PIB –	Produto Interno Bruto
PNB –	Produto Nacional Bruto
PWC -	PricewaterhouseCoopers
RNB –	Renda Nacional Bruta
SIF –	Frente Islâmica Síria
SILF –	Frente de Libertação Islâmica Síria
SFD –	<i>Saudi Fund for Development</i>
SNC –	Conselho Nacional Sírio
SOHR –	Observatório Sírio de Direitos Humanos
UNDP –	<i>United Nations Development Programme</i>
UNHCR –	<i>United Nations High Commissioner for Refugees</i>
UNSC –	<i>United Nations Security Council</i>
UNSMIS –	<i>United Nations Supervision Mission in Syria</i>
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WGI –	<i>Worldwide Governance Indicators</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	ESTRUTURA TEÓRICO-METODOLÓGICA E PREMISSAS INICIAIS.....	19
1.2	DIÁLOGO (E DEBATE) COM A LITERATURA	26
1.3	PLANO DE TRABALHO	28
2	SÍRIA BA’ATHISTA E O FINANCIAMENTO SAUDITA NO <i>FRONT</i> ÁRABE..	30
2.1	O MANDATO FRANCÊS E AS MINORIAS NA SÍRIA	31
2.2	NACIONALISMO E PAROQUIALISMO NO PARTIDO BA’ATH.....	33
2.3	FORÇAS ARMADAS SÍRIAS: AS GUERRAS ÁRABE-ISRAELENSES E O “ <i>RENTISMO</i> ” MILITAR.....	42
2.4	O CONTEXTO REGIONAL DE INFLUÊNCIA NA SÍRIA: O FINANCIAMENTO SAUDITA	54
2.5	CONCLUSÕES PARCIAIS	61
3	A ALAUIZAÇÃO DA POLÍTICA SÍRIA	65
3.1	A (IN)DIFERENCIAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS E PODERES NO ORIENTE MÉDIO	66
3.2	O CONSENSO DE WASHINGTON E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ORIENTE MÉDIO	76
3.3	AS <i>INFITAH’S</i> SÍRIAS	85
3.4	A ALAUIZAÇÃO NA POLÍTICA SÍRIA.....	92
3.5	CONCLUSÕES PARCIAIS	103
4	XIITAS NO PODER: DA REVOLUÇÃO IRANIANA À PRIMAVERA ÁRABE .	107
4.1	A REVOLUÇÃO IRANIANA E A GUERRA ENTRE IRÃ E IRAQUE.....	108
4.2	A GUERRA DO LÍBANO DE 2006.....	118
4.3	A PRIMAVERA ÁRABE NA SÍRIA	123
4.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	134

5	A BATALHA PELA SÍRIA: OS FRONTS SAUDITA E IRANIANO E O ENVOLVIMENTO DA RÚSSIA E DOS EUA.....	137
5.1	O CONTEXTO REGIONAL	138
5.1.1	A Arábia Saudita e os “contra”	138
5.1.2	Irã para o resgate.....	144
5.2	O ENVOLVIMENTO INTERNACIONAL NO CONFLITO: O OCIDENTE E AS NAÇÕES UNIDAS	147
5.3	OS EUA NA SÍRIA: <i>SHOULD WE STAY OR SHOULD WE GO?</i>	154
5.4	AS APOSTAS SÃO ALTAS: A POLÍTICA RUSSA PARA A SÍRIA	159
5.5	CONCLUSÕES PARCIAIS: A GUERRA QUE NINGUÉM VENCEU	163
6	CONCLUSÃO.....	164
	REFERÊNCIAS.....	169

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como objeto central de análise o fenômeno que foi aqui denominado de alauização da política Síria e como este se tornou um conceito capaz de auxiliar a explicar a aproximação entre o governo sírio e o governo iraniano e o afastamento entre a Síria e a Arábia Saudita. O conceito de alauização é um novo conceito elaborado neste trabalho e diz respeito a um acesso privilegiado à política, à economia, à sociedade e, também, ao âmbito militar dos membros do grupo étnico-religioso alauíta – o qual se encontra, sobretudo, na Síria.

Assim, este trabalho argumenta que a alauização da Síria é um fenômeno difundido e atual que se espalhou por todas as esferas da sociedade síria, não restrito ao aparato de segurança ou posições-chave na política. Se a Revolução Corretiva de Hafez Al-Assad permitiu que alauítas dominassem posições estratégicas no regime, foi durante a segunda *infitah* do final da década de 1980 – ou o período de liberalização econômica do país – que membros proeminentes dessa vertente religiosa também chegaram a monopolizar grandes setores da economia síria. A alauização, então, ganha ímpeto e adquire um significado mais restrito – Assadização, ou a concentração de poder político e econômico nas mãos das famílias e amigos mais próximos do presidente Assad (tanto Hafez quanto seu filho, Bashar). Argumenta-se que essa concentração de poder nas mãos de um pequeno círculo que orbita o presidente e sua família estendida contribuiu para a deterioração da legitimidade do regime, que está associada à revolta síria em 2011 e a uma reorientação nas relações regionais – com o afastamento definitivo da Arábia Saudita e a consolidação da relação com o Irã.

A ascensão do Partido Ba'ath ao poder na Síria em 1963, na esteira do processo de descolonização do controle francês que começa com o fim do sistema de mandatos, altera a configuração deste país. Antes um Estado desestabilizado, penetrado por ameaças externas e oposições domésticas (HINNEBUSCH, 2002, p. 145), tornou-se um país que objetivava se colocar no centro da política regional. Isso se dá por conta da ideologia promovida pelo partido Ba'ath. Pautado em ideias socialistas, democráticas e de pan-arabismo, pretendia construir uma nova ideia de nacionalismo árabe, alterando a concepção anterior de superioridade sunita – uma vez que estes faziam parte da elite dominante.

No entanto, mesmo com a utilização de táticas habilidosas e não ortodoxas, a hegemonia deste partido não pode ser garantida, uma vez que não dispunha das capacidades militares, econômicas e políticas adequadas para tal. De modo a atingir esse fim, Hafez Al-

Assad planeja a Revolução Corretiva, a qual o leva ao poder, e passa a governar de forma mais pessoal, alterando não apenas a política exterior, mas também a interna (KANDIL, 2008, p. 437).

Essa mudança interna ocorre com a substituição das pessoas ocupando cargos militares e políticos importantes por indivíduos de confiança. Foi iniciada por Hafez Al-Assad (o “Assad pai”), para que mantivesse pessoas em quem confiava em posições de importância, de modo a sempre exercer influência na direção e gestão do país (VAN DAM, 2011, p. 68). É importante reparar, entretanto, que grande parcela dos indivíduos que foram indicados a estes cargos fazia parte do grupo religioso alauíta, uma minoria na Síria que totaliza apenas cerca de 11,5% da população e da qual Assad pai e sua família fazem parte (VAN DAM, 2011, p. 1). Assim, dá-se início ao desenvolvimento deste fenômeno designado alauização.

Os alauítas são uma vertente religiosa do islã, a qual pertencia, até o século IX, ao xiismo. Tratava-se de uma vertente que, até o ano 1970, era secundária nos estudos relacionados ao Oriente Médio, pelo fato de se tratar de um grupo mais isolado, pobre e sem influência política até então (FRIEDMAN, 2010, p. XI; 5). Na Síria, cerca de 75% dos indivíduos deste grupo se encontrava na região de Latakia, localizada ao noroeste, e a maioria trabalhava no setor agrário. Assim, destacava-se o contraste entre o povo de Latakia e a população sunita da capital, Damasco, avançada econômica e socialmente – gerando desconfiança e hostilidade dos alauítas em relação aos sunitas, considerados opressores. O fato de que um indivíduo que fazia parte dessa minoria conquistou o cargo de presidente na Síria trouxe visibilidade para os alauítas e os transformou em um campo de pesquisa de maior importância, tanto pelo fato de ser uma minoria governante, quanto pelo fato de ser uma das únicas vertentes que sobrevive atualmente após se separar do xiismo. (VAN DAM, 2011, p. 7; FRIEDMAN, 2010, p. XI; 5).

Assim, a partir do momento em que o Partido Ba’ath ascendeu ao poder, e mais fortemente com o comando de Assad pai – um alauíta –, a desavença entre os grupos, por conta da histórica desigualdade entre eles, acabou se fortalecendo. Parte dessa desconfiança foi, inclusive, incentivada pelo governante quando optou por substituir as pessoas ocupando cargos importantes por aquelas de sua confiança – sendo, em sua maioria, pertencentes à vertente alauíta.

De acordo com Van Dam (2011, p. 68-69), nessa substituição havia a possibilidade de encontrar não-alauítas – até mesmo de sunitas – nestes cargos de poder. Além disso, esses oficiais não-alauítas eram escolhidos minuciosamente pelo regime, de modo que se acreditava que iriam respeitar as políticas do presidente e, caso não o fizessem, seriam facilmente

retirados – uma vez que o regime estava preparado para lidar com sinais de rebelião. Tratou-se de uma movimentação deliberada pelo regime, a qual servia, também, como disfarce, encobrendo os reais cargos decisórios, ocupados pelos alauítas de confiança do presidente. Essas movimentações e alterações nas posições de poder na Síria caracterizam parte da dinâmica denominada alauização.

A alauização na Síria possui diversas características em comum com o conceito de *shadowstate* de Charles Tripp (2007a). Este conceito é usado para definir a dualidade do Estado iraquiano no contexto do governo de Saddam Hussein. Ele é percebido quando se analisa a invasão estadunidense no país, uma vez que não havia uma preocupação dos Estados Unidos da América (EUA) com a ordem social iraquiana. Isso acarreta, porém, em um desconhecimento da presença de um Estado-fantasma por trás de uma fachada enfraquecida e degradada que correspondia ao Estado “oficial”. Assim, no *shadowstate* haviam redes e organizações leais à Saddam Hussein e que se mantinham financiadas, armadas e organizadas. Assim, quando os EUA adotaram sanções contra o governo de Hussein, com o objetivo de enfraquecê-lo, acabavam reforçando o “Estado-fantasma” iraquiano e redobravam o poder do governante, uma vez que estas redes se baseavam em questões nacionalistas, islâmicas e, também, de lealdade à Hussein. Mesmo que utilizado para definir o Iraque, trata-se de um conceito que cabe, também, para a dinâmica síria (TRIPP, 2007a).

Com a cessão de cargos importantes no regime e nas forças armadas, o acesso político e militar aos membros da comunidade alauíta é privilegiado. Por outro lado, a escolha de não-alauítas para cargos importantes tanto no regime quanto nas forças armadas não somente indica uma forma de encobrimento do “Estado-fantasma”, como também indica um outro fenômeno, o de Assadização. Esta se caracteriza pela concessão de benefícios e privilégios de Assad a uma coalizão formada pelos seus familiares e aqueles que possuem laços comunitários (onde seria percebida, então, a alauização), por aqueles que possuem laços pessoais e de amizade com Assad, e por aqueles que possuem laços ocupacionais. Nestes dois últimos grupos não há, necessariamente, a presença de alauítas, de modo que o que faz com que recebam os mesmos privilégios percebidos na alauização seja a lealdade que demonstram à Assad. (ZISSER, 2001, p. 17; 30).

A alauização, além da concessão de cargos de confiança aos indivíduos alauítas próximos à Assad, também caracteriza uma melhora da situação socioeconômica desta comunidade, por conta de maiores benefícios concedidos a ela. Dessa maneira, por se tratar de um fenômeno promovido e incentivado pelo próprio governo, caracteriza um afastamento dos ideais ba'athistas de universalidade e nacionalismo árabe – que os levaram ao poder – e uma

aproximação de práticas clientelistas que enaltecem um grupo, em detrimento de outros, no contexto interno do país.

De acordo com Van Dam (2011, p. 9), desde a ascensão do partido Ba'ath em 1963, as circunstâncias socioeconômicas da região de Latakia melhoraram consideravelmente, com alauítas buscando maior educação e recebendo maior incentivo para estudar fora do país. Dessa maneira, na década de 90, não apenas os mais altos cargos das forças armadas e do aparato governamental eram ocupados por alauítas, como também altos quadros do âmbito econômico e privado.

Mesmo tratando-se de um fenômeno interno, inerente à política síria, a alauização sofre consequências externas. Isso porque, além de se fazer presente na Síria a partir de 1970, com a Revolução Corretiva que leva Assad ao poder (ZISSER, 2001, p. 8), torna-se ainda mais visível e mais fortalecida com a adoção de políticas neoliberais, indicadas pelo Consenso de Washington (de 1989) como uma forma de superar os atrasos econômicos que marcavam os países do Terceiro Mundo. A liberalização econômica do final da década de 80 gerou consequências desastrosas para a economia síria, porém também permitiu que alauítas participassem mais ativamente da economia do país. Isso se dá por conta da reintegração da elite capitalista na economia – de forma limitada e controlada pelo regime – que passou a reunir também os alauítas, uma vez que a ascensão do Ba'ath permitiu a melhoria socioeconômica desta comunidade (VAN DAM, 2011, p. 9; ZISSER, 2001, p. 194).

Já ao trazer este conceito para o contexto regional, é possível perceber que ele não somente sofre consequência externas, como também as promove. Dessa maneira, na tentativa de preencher lacunas na literatura sobre a relação que a Síria estabelece com o Irã e com a Arábia Saudita, este trabalho argumenta que a alauização é um conceito capaz de auxiliar a explicar a reorientação dessas dinâmicas regionais.

Para tal, é necessário oferecer o protagonismo aos países do Oriente Médio, de forma a compreender seus posicionamentos e relações por uma perspectiva regional, diferentemente da ideia, comumente adotada, de analisar estas dinâmicas intrarregionais como produto das influências externas, principalmente das grandes potências. Assim, utiliza-se a alauização como ponto de partida para compreender as mudanças que ocorreram no relacionamento da Síria com Irã e com a Arábia Saudita, países onde as consequências desse fenômeno são claramente percebidas.

De um lado, o Irã é um país que tem proximidade com a Síria desde sua Revolução Islâmica em 1979. Na Síria, já com Assad pai no poder, o desenvolvimento da alauização era percebido. Desse modo, é possível notar que a proximidade entre estes países se pauta em

questões ideológicas. Isso porque, mesmo que voltada para fatores políticos, a alauização, por beneficiar apenas uma parcela da população – que faz parte de um grupo étnico-religioso – aproxima a Síria de um regime alauíta – afastando-se dos ideais ba’athistas. Dado que o alauismo surge do xiismo, mesmo que o Irã seja uma república islâmica xiita e a Síria seja, teoricamente, uma república laica, ambos acabam se centrando em regimes islâmicos, com foco na vertente xiita, caracterizando sistemas de governança similares. Sua relação se inicia e é fortalecida em diversas ocasiões ao longo do tempo, à medida que o próprio desenvolvimento da alauização interna na Síria se fortalece.

O conceito de islamismo aqui referido é neutro, não deve ser interpretado de forma pejorativa ou positiva. Ele apenas engloba toda a gama de manifestações políticas islamitas, trazendo a ideia de que a religião islâmica tem também uma crença política. De acordo com Nazih Ayubi (1991), o islã político – ou islamismo – é um sistema de crenças, um estilo de vida e um fenômeno moderno, possuindo uma teoria política e de Estado específica. Isso porque, historicamente, os Estados que não eram laicos, já uniam religião e política, providenciando caráter político à religião. Assim, a aproximação entre esses dois pontos faz com que a Síria demonstre, cada vez mais, empregar um modelo próximo ao iraniano e, apesar de se tratarem de modelos de islã político diferentes (uma vez que um é xiita e outro alauíta), possuem suas similaridades, posto que o alauismo surge da vertente xiita. Não há, então, a intolerância religiosa, com a defesa do alauismo na Síria em detrimento de outras religiões.

De outro lado, a Arábia Saudita tem conhecido histórico de apoio ao regime sírio nos anos anteriores à Primavera Árabe na Síria, em 2011, e, até mais forte, nos anos anteriores à Revolução Iraniana. Este posicionamento alterou-se drasticamente nos últimos anos, resultando em seu afastamento visível após o início do conflito (BAYLOUNY; MULLINS, 2017; SUNAYAMA, 2007). A percepção do fenômeno de alauização na Síria é fundamental para este entendimento. Mesmo que o fenômeno seja percebido desde a ascensão de Hafez ao poder, a Arábia Saudita se mantinha aliada à Síria na tentativa de orientá-la – através do financiamento – na direção que lhe conviesse. A Síria foi a quarta maior receptora de Assistência de Desenvolvimento Oficial Árabe (ODA, na sigla em inglês) da Arábia Saudita entre os anos de 2005 e 2014, somando o valor de 240 milhões de dólares em auxílio (UNDP; KSA, 2016). Com a compreensão de que a relação entre Síria e Irã se tornou ideológica, por conta da alauização interna em Damasco, a Arábia Saudita, porém, percebeu sua obsolescência na Síria – resultando em um posicionamento excepcionalmente crítico ao regime de Bashar Al-Assad (o “Assad filho”).

Assim, o papel da Arábia Saudita como grande influenciadora e financiadora do regime sírio, aos poucos, sofre uma alteração, resultando em um afastamento saudita deste regime, tanto por conta da perda da sua influência sendo substituída pelo Irã quanto pela defesa de ideologias opostas (na Síria, a defesa da alauização e na Arábia Saudita, a do islamismo sunita). Torna-se, então, uma das grandes financiadoras dos grupos opositores ao regime durante a Primavera Árabe. A percepção do fenômeno da alauização ou do aumento de influência do Irã, inicialmente, não foram condições suficientes para o afastamento saudita, que continua na tentativa de manter sua influência no país através do financiamento. À medida que se percebe um fortalecimento da posição iraniana na Síria, que o fenômeno de alauização se fortalece (com o Consenso de Washington e as medidas neoliberais das décadas de 80 e 90) e que passa a se posicionar de maneira mais inflexível e firme em determinados eventos regionais – como, por exemplo, no apoio ao Hezbollah na Guerra do Líbano em 2006 (em oposição aos sauditas) –, Arábia Saudita constata a perda da sua influência e a definitiva substituição do seu posto pelo Irã. Estes eventos são importantes para a análise, uma vez que mostram, também, o fortalecimento da presença e influência iraniana na Síria. Assim, após o início do conflito, os sauditas decidem se afastar do regime sírio e defender a derrubada do atual governo, percebendo que a alteração de regime pode oferecer uma nova oportunidade para os sauditas de atrair, novamente, a Síria para a sua zona de influência.

Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é o de analisar a alauização na Síria como um conceito capaz de auxiliar a explicar a aproximação entre o governo sírio e o governo iraniano e o afastamento entre Damasco e Riade. Verifica-se que, ao longo dos anos, a Síria tem se afastado dos ideais ba'athistas, fortalecidos no governo de Hafez no momento da tomada de poder, por conta desta dinâmica interna. Por meio de práticas clientelistas e nepotistas do regime de Assad, maiores benefícios políticos e econômicos são concedidos aos membros do grupo étnico-religioso alauíta, uma vez que tem proximidade com a família governante. Contudo, a melhora na sua condição socioeconômica se torna ainda mais visível após o Consenso de Washington, elaborado em 1989, e as medidas neoliberais que se espalharam no país. Isso porque, mesmo com as consequências econômicas negativas, as medidas neoliberais permitiram que alauítas participassem mais ativamente da economia do país.

Além do objetivo central estabelecem-se quatro objetivos secundários – que se organizarão por meio dos capítulos da dissertação. O primeiro é o de verificar as características paroquialista e nacionalista do partido Ba'ath (especificamente, de Assad pai) e como ele sobreviveu por meio do rentismo militar, o qual atraía financiamentos regionais,

como o da Arábia Saudita. Já o segundo objetivo busca entender como se deu o processo denominado alauização na Síria e verificar as influências do Consenso de Washington no fortalecimento dele. Em terceiro lugar, analisar-se-á a relação entre Síria e Irã, essencialmente após a Revolução Iraniana e o fortalecimento desta aliança durante os anos, com episódios importantes como a Guerra do Líbano em 2006 e a Primavera Árabe na Síria e como também se observam as alterações no papel saudita na Síria nestes diferentes episódios. Finalmente, o último objetivo é o de analisar a batalha pela Síria nos dias de hoje e como, após a fragmentação deste país por conta do conflito, encontram-se os blocos de influência, inclusive, internacionais – com destaque para o envolvimento da Rússia e dos Estados Unidos.

1.1 ESTRUTURA TEÓRICO-METODOLÓGICA E PREMISSAS INICIAIS

Por conta do protagonismo oferecido aos atores regionais na análise que se pretende fazer neste trabalho, um aporte teórico que permita a observação deles se faz necessário, por isso a escolha do construtivismo. Ademais, nesta teoria, é possível, também, olhar para as dinâmicas internas, uma vez que se pretende verificá-las como ponto de partida para consequências e efeitos na região.

Uma vez que o objetivo central deste trabalho se baseia na ideia de analisar a alauização como um conceito capaz de auxiliar a explicar a aproximação entre o governo sírio e o governo iraniano e o afastamento entre a Síria e a Arábia Saudita, faz-se necessário escolher um aparato teórico-metodológico que permita o protagonismo de atores da região – por isso a escolha do construtivismo. Esta teoria propõe o conceito de “co-constituição”, que observa a mútua constituição dos Estados e do ambiente internacional (HURD, 2008, p. 304). Dessa forma, trabalhar-se-á com a ideia de que a aproximação entre a Síria e o Irã e o afastamento entre a Síria e a Arábia Saudita são eventos co-constituídos no ambiente internacional e partem de ambos os países.

Além disso, é fundamental investigar historicamente como as relações entre estes países se comportaram ao longo dos anos e qual a influência de outros conflitos regionais para a análise – o que torna o método histórico na elaboração do trabalho necessário. Por esse motivo, a Guerra do Líbano de 2006 e a Revolução Islâmica – com a posterior guerra entre Irã e Iraque – também foram considerados no estudo.

A abordagem Orientalista, trazida por Edward Said (2007), pretende examinar a política do Oriente Médio por meio do olhar Ocidental, representando o Oriente como o

“outro”, de modo a legitimar e promover a superioridade e o domínio do Ocidente. Neste contexto, uma vez que o Oriente é subdesenvolvido, inferior e fixo no tempo e no espaço, sem capacidade de evolução, seu controle, por meio dessa abordagem, seria necessário.

Atualmente, há uma adaptação do discurso Orientalista, a qual verifica as alterações do Oriente Médio não como parte da evolução, mas como pautando-se em eventos geradores de violência – as quais são inerentes a este “outro”, por conta da sua cultura e religião locais. Existe uma dualidade entre o Ocidente e o Islã. O Oriente Médio é atualmente representado como um lugar que produz "terroristas". Esse rótulo "terrorista" ajuda o Ocidente a legitimar suas contínuas ambições econômicas e políticas coloniais. Como tal, o orientalismo vive em suas versões indiretas: o Oriente ainda é algo atrasado e antidemocrático (TUASTAD, 2003, p. 592).

Diferentemente, pretende-se fugir do discurso Orientalista, em que esta região ou, mais importante, o islã são tomados como objeto de ameaça, fortalecendo a ideia de Samuel Huntington sobre os choques das civilizações. Huntington (1993) acreditava que após a Guerra Fria e a competição entre Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pela unipolaridade do Sistema – que fazia com que os conflitos na época fossem baseados em problemas econômicos ou ideológicos –, as guerras ou tensões teriam seus princípios em identidades culturais e religiosas.

Pretende-se, por outro lado, observar o conflito sírio por um espectro mais abrangente, abordando não somente as questões culturais e religiosas – também responsáveis por causar a guerra civil –, como também questões políticas e econômicas. Assim, com o foco no fenômeno da alauização – um fenômeno baseado, principalmente, em fatores políticos e econômicos –, e em como este se fortaleceu com medidas liberalizantes no período do Consenso de Washington, é possível integrar outras questões à análise, além de culturais e religiosas. Ademais, considera-se também o envolvimento de atores regionais, com seus próprios interesses e posicionamentos, sem os ditames das potências internacionais – mesmo que elas também participem do contexto.

O Oriente Médio é uma região que durante grande parte do século passado foi afetada pela guerra e por turbulências, e que mostra poucos sinais de superar esse padrão. Intervenção externa, guerras entre Estados, dinheiro, petróleo, religião, paralisia econômica e excesso de paixão parecem afetá-lo. É por estas razões que esta região desafia qualquer observador, seja tentando entender e prever isso de fora, ou habitantes da própria área. Ainda assim, uma reflexão analítica pode servir não apenas para melhor entender a região, mas também reconhecer o impacto do contexto global. (HALLIDAY, 2005, p. 14, tradução nossa).

Diferentemente do que Halliday (2005, p. 14) afirma, este trabalho busca melhor entender a região, não para conhecer o impacto do contexto global, mas para investigar as consequências na própria região. É dada importância aos conflitos e às questões religiosas e culturais, uma vez que fazem parte da história e influenciam no objeto de análise. Porém, pretende-se entendê-los além de um prisma de intervenções externas, petróleo ou, somente, a religião. É necessário adotar uma visão diferenciada, que escape das amarras que o “choque civilizacional” pode carregar.

Assim, não se buscam abordagens Orientalistas, as quais percebem o Oriente Médio como “o outro”. Buscam-se, por outro lado, teorias que auxiliem na adoção de uma visão analítica para observar as dinâmicas da região – mesmo as internas aos países –, evitando visualizá-la como parte do “outro” e percebendo os processos regionais de forma seletiva ou como consequências das ações das grandes potências na região. Procura-se apresentar a ideia de protagonismo regional, dar voz ao subalterno, exaltar a ideia de que estes fenômenos regionais são influenciados, prioritariamente, pelas ações dos atores daquela região, mesmo que agentes internacionais ainda exerçam certa influência.

Utilizando-se da teoria construtivista, este trabalho vai de encontro àqueles fundamentados em abordagens Orientalistas das Relações Internacionais. Isso porque, diferentemente de verificar as questões regionais por meio da comparação entre o Oriente e o Ocidente, deve-se compreender e respeitar o próprio discurso “do outro orientalizado” e seu poder político e socioeconômico. Assim, fugindo da ideia orientalista de estudar o Oriente Médio como uma forma de promover a dominância do pensamento Ocidental, como afirma Said (2007) e como foi possível ver na citação de Halliday (2005) acima, pretende-se centralizar neste projeto fenômenos próprios da Síria, como o processo interno de construção estatal síria durante o sistema de mandatos que dá origem à alauização.

Este conceito diz respeito à melhora qualitativa das condições socioeconômicas de membros da comunidade alauíta, já que havia um compromisso do Ba'ath em reduzir os desequilíbrios regionais, com o foco nas zonas rurais – em especial, a região de Latakia. Isso se dá por conta do “favoritismo do governo”. O investimento na educação da região – a primeira a receber este tipo de investimento –, por exemplo, fez com que em 1977 houvessem 124% estudantes a mais do que no ano de 1964 (DRYSDALE, 1981, p. 109, tradução nossa). A alauização é, então, um conceito chave para se entender a reorientação nas relações da Síria com Irã e com a Arábia Saudita, contribuindo academicamente para a compreensão da relação que Damasco estabelece com outros países da região e das possíveis causas do conflito atual.

Assim, os argumentos utilizados e as afirmações realizadas nesta pesquisa terão seu sustentáculo na Análise Qualitativa de Documentos e na Análise Secundária de Dados, as quais se darão por meio da incorporação de elementos de interpretação textual como evidência, na análise bibliográfica e na busca de informações presentes em bancos de dados do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (com a sigla em inglês, ESCWA), de fundos de investimento e de cooperação da região, como o *Saudi Fund for Development*(SFD) ou o *Arab Monetary Fund*(AMF), bem como na realização de entrevistas semiestruturadas com diplomatas iranianos, sauditas, sírios e brasileiros, para auxiliar na ilustração de tais argumentos e afirmações.

A Análise Qualitativa de Documentos, diferentemente da Análise de Conteúdo que pretende codificar e mensurar o que é dito sobre determinado tema, pretende realizar exposições e descrições intensas, além de buscar evidências sobre ele. Por esse motivo, trata-se de um método que se encaixa com este trabalho, visto que se pretende investigar os dados que auxiliam na criação do conceito de alauização na Síria para explicar alterações nas relações intrarregionais.

Ademais, as entrevistas foram realizadas na sede das Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, com diplomatas que estavam alocados – no momento da entrevista – ou já estiveram alocados em postos das missões permanentes de seus países respectivos junto à ONU. Dessa maneira, foi realizado contato com as missões permanentes da Arábia Saudita, do Irã, da Síria e, inclusive, do Brasil, podendo diplomatas brasileiros, conhecedores do tema, emitir suas opiniões sobre o assunto da pesquisa.

A missão diplomática da Síria, por conta do número reduzido de funcionários e da alta demanda de reuniões na ONU – que tem tido “Síria” como um tema bastante recorrente –, teve disponibilidade para realização de somente uma entrevista. Porém, por conta da recusa em assinar o termo que permite o uso de depoimento, esta entrevista não será utilizada nas argumentações deste trabalho.

Já o contato com os outros entrevistados foi feito de formas diversas. Com os diplomatas brasileiros pode-se comunicar-se diretamente – com os que serviam em Nova Iorque – ou por meio de intermediários, para contato com aqueles que serviam em outras embaixadas – como foi o caso de Thomaz Alexandre Mayer Napoleão, Segundo-Secretário do Brasil que serve na Embaixada do Brasil em Moscou e Antonio de Aguiar Patriota, Embaixador do Brasil em Roma.

Quanto aos entrevistados da Missão do Irã, por meio de contatos da Missão do Brasil, foi possível entrevistar o coordenador político iraniano e, durante a entrevista, foi solicitada a indicação de colegas que também pudessem concedê-la: resultando em mais duas colaborações. No caso dos funcionários da Arábia Saudita, foi possível fazer contato direto com um dos funcionários sauditas e, por meio de suas indicações, conseguiu-se as informações de outros dois funcionários – sendo que um deles recusou-se a assinar o termo de concessão de uso do testemunho.

A escolha dos entrevistados não foi somente baseada na nacionalidade dos indivíduos, baseou-se também na proximidade com o tema tratado na pesquisa. Os brasileiros entrevistados, à exceção do embaixador, eram diplomatas que lidavam diretamente com o tema do Oriente Médio nas Nações Unidas, acompanhando todas as reuniões referentes a essa região no Conselho de Segurança e em outros âmbitos da ONU, ou haviam sido alocados, anteriormente, em posto na Síria.

Em relação ao Irã, entrevistou-se o coordenador político – o qual liderava o time de diplomatas responsável por cobrir os temas discutidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tendo a Síria como um tema evidente nesse âmbito – e dois diplomatas que também se classificavam como pesquisadores e, por isso, também possuíam vasto conhecimento no assunto. Quanto aos entrevistados da Arábia Saudita – aqueles que assinaram o termo –, havia um diplomata especialista em contraterrorismo, que possuía conhecimento sobre a situação na Síria, e um contratado externo da Missão saudita que desempenhava o cargo de conselheiro, para auxiliar os funcionários em assuntos de seu domínio, como o referente a este trabalho.

Por conta do grau de hierarquia que as entrevistas atingiram – com a possibilidade de entrevistar embaixadores, ministros de primeira ou de segunda ordem, coordenadores políticos e seus equivalentes nas outras missões –, decidiu-se utilizar as entrevistas de maneira qualitativa, dando ênfase ao que estes funcionários públicos afirmaram, ao invés de considerá-los de forma quantitativa e contabilizá-los por sessões ou temas. Entrevistaram-se no total onze funcionários públicos¹, sendo três da Arábia Saudita, três do Irã, quatro do Brasil e um da Síria.

Das sete entrevistas, seis foram realizadas de forma individual. Em uma delas, com um funcionário do Irã, foi necessária a presença de outro funcionário iraniano – previamente

¹ Ressalta-se que um funcionário sírio e um funcionário da Arábia Saudita não concordaram em assinar o termo que permite o uso de seus depoimentos, por isso suas entrevistas não serão consideradas na discussão presente neste trabalho.

entrevistado – para desempenhar o papel de intérprete. Assim, por conta da barreira linguística, e, especialmente nesta ocasião, da presença de um intermediário, atenta-se para possíveis variações nas interpretações. Já as entrevistas realizadas com funcionários brasileiros foram conduzidas em português. Algumas, a partir da permissão do entrevistado, foram gravadas para posterior verificação.

Com exceção de duas entrevistas, todas foram realizadas de maneira presencial, sendo o local, normalmente, selecionado pelo entrevistado. Nos dois casos em que ela não foi de forma presencial, a opção escolhida foi realizá-las por telefone. Estas foram feitas com os dois brasileiros ocupando postos fora de Nova Iorque: Thomaz Napoleão e Antonio Patriota.

Pelo fato de serem semiestruturadas e por lidar com funcionários públicos da carreira diplomática de diversos países, alguns de elevada importância, a entrevista foi realizada sem necessariamente seguir o planejamento previamente elaborado, de modo a conferir maior liberdade aos entrevistados. Em alguns casos, por conta do tempo e da disponibilidade do entrevistado, não foi possível realizar todas as perguntas listadas – principalmente quando os funcionários aparentavam estar menos dispostos a responder determinadas questões ou devido à importância do cargo (por conta das maiores responsabilidades demandadas e do pouco tempo para conceder entrevistas). Assim, uma vez que os entrevistados podiam responder as perguntas da maneira que desejassem, as entrevistas, como resultado, variaram entre 10 e 45 minutos. As perguntas desenvolvidas foram as seguintes:

Perguntas em português e inglês:

- 1) Como você definiria o relacionamento entre Arábia Saudita/Irã e o governo da Síria hoje? / How would you define the relationship between Saudi Arabia/Iran and the government of Syria today?
- 2) Você acredita que esse relacionamento se alterou ao longo dos anos? Como era antes? / Do you think that this relationship was altered during the years? How was it before?
- 3) Você diria que existe uma alauização na Síria (No sentido de maior acesso ao poder político e econômico para os alauítas)? / Do you think that there was an Alawization in Syria (As in, do you believe alawis were given more access to economic and political power)?
- 4) Se existe alauização, quando você diria que ela aconteceu? (Você acredita que foi uma consequência do Consenso de Washington?) / If so, when do you think this Alawization happened? (Do you believe it was a consequence of the Washington Consensus?)

- 5) Você acredita que uma transição para um governo mais sectário foi fundamental para a alteração no relacionamento entre Arábia Saudita/Irã e Síria? / Do you believe that a transition to a sectarian government was fundamental to the alteration in the relationship between Saudi Arabia/Iran and Syria?
- 6) Se não, quais foram os fatores responsáveis por essa mudança? / If not, what do you think was responsible for this change?

A terceira pergunta foi elaborada, primeiramente, com a intenção de definir a alauização como uma transição para um governo mais sectário e mais religioso. Ao longo do tempo – e por meio das leituras – percebeu-se que o sentido de alauização – por mais que seja um termo que remeta, *a priori*, à religião – na realidade não se centrava neste contexto, referindo-se ao acesso privilegiado à política e à economia dos membros deste grupo, como anteriormente esclarecido. Assim, após algumas entrevistas o sentido dessa pergunta foi atualizado e devidamente explicado.

Quanto à quarta pergunta, decidiu-se dividi-la em duas partes, dando liberdade para uma resposta inicial do entrevistado, para depois fazer inferência da possibilidade de influência do Consenso de Washington na situação. Assim, após alguma explicação do entrevistado sobre o momento em que acreditava ter ocorrido o início da alauização, a entrevistadora realizava a segunda pergunta, explicando o que era o Consenso de Washington e as possíveis consequências dele no Oriente Médio, de modo a verificar se havia sentido considerá-lo como influenciador no fortalecimento da alauização. Dessa maneira, permitia-se que o entrevistado continuasse a responder à pergunta, debatendo sobre a nova informação fornecida, a saber, a questão do Consenso de Washington.

Os diplomatas serão referidos ao longo da dissertação conforme o quadro abaixo. Decidiu-se nomeá-los desta forma, visto que grande parte optou por assinar o termo de não identificação de identidade.

Quadro 1.1 – Referência dos diplomatas entrevistados

Referência	Nacionalidade
Antonio Patriota	Brasileiro
Thomaz Napoleão	Brasileiro
Diplomata A	Brasileiro
Diplomata B	Brasileiro
Diplomata C	Saudita
Diplomata D	Saudita
Diplomata E	Iraniano
Diplomata F	Iraniano
Diplomata G	Iraniano

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

1.2 DIÁLOGO (E DEBATE) COM A LITERATURA

Na tentativa de escapar do discurso Orientalista e de subjugação do Oriente Médio, esta seção busca analisar a literatura desta região que discorre sobre a dinâmica interna na Síria, aqui denominada alauização, e sobre as relações estabelecidas entre a Síria e o Irã e a Síria e a Arábia Saudita. O importante na análise desta literatura é o foco para aquelas pautadas em teorias pós-colonialistas que avaliem as dinâmicas internas da Síria para a denominação do fenômeno da alauização, um processo interno da construção estatal síria durante o sistema de mandatos, tendo sua influência no período colonial. A teoria pós-colonial, por meio do protagonismo regional, permite dar voz ao subalterno e defender a ideia de que dinâmicas regionais são influenciadas, prioritariamente, pelas ações dos atores daquela região, mesmo que os internacionais ainda exerçam alguma influência.

Assim, este trabalho argumenta que a alauização é um conceito capaz de auxiliar a explicar as reorientações regionais, a saber, a aproximação do governo sírio ao iraniano e o afastamento entre aquele e a Arábia Saudita. O conceito de alauização foi criado para definir uma dinâmica percebida pela literatura – mas que ainda não tinha nome. A Revolução Corretiva de Hafez Al-Assad permitiu que alauítas dominassem posições estratégicas e, durante a segunda fase do final da década de 1980, esse fenômeno ganha peso quando membros proeminentes desse grupo étnico-religioso também chegaram a participar de grandes setores da economia síria. Nesse contexto, a alauização se torna parte de um processo mais abrangente – a Assadização, ou a concentração de poder político e econômico nas mãos das famílias e amigos mais próximos do presidente Assad (tanto Hafez quanto seu filho,

Bashar), mesmo que não sejam, necessariamente, alauítas. Assim, a condição socioeconômica dessa comunidade teve melhoras e a alguns membros da comunidade – próximos ao presidente – foram oferecidos altos cargos políticos e militares (por despertarem a confiança de Assad e pela garantia que isso traria à manutenção do regime e do poder).

A Síria independente era marcada por claras diferenças entre o centro e a periferia: os centros urbanizados eram ocupados, prioritariamente, pela elite sunita que explorava os camponeses das periferias (pertencentes a diversas minorias, como alauítas, drusos, ismaelitas, entre outros). Com a ineficiência sunita em governar o Estado independente e a constante exploração das minorias, o sentimento de desconfiança com os sunitas se instala e aqueles grupos minoritários passam a se organizar (VAN DAM, 2011, p. 7; ZISSER, 2001, p. 6-7; HINNEBUSCH, 1990, p. 23).

A formulação de uma coalizão de forças políticas e sociais, majoritariamente das periferias, foi a responsável pela criação do Partido Ba'ath que se pautou em ideais pan-arabistas como uma forma de se diferenciar daquela elite sunita exploradora. A ascensão do partido caracterizou uma “ba’athização” do país, uma vez que alterou toda a pirâmide social pré-estabelecida e instituiu novos ideais centrais ao governo que deveriam ser compartilhados por toda a população (ZISSER, 2001, p. 7).

A tentativa, entretanto, de escapar do sentimento de desconfiança que se estabeleceu entre as minorias as quais, agora, encontravam-se no poder foi frustrada. A “ba’athização” do país, de acordo com Nikolaos Van Dam (2011, p. 7), trouxe à tona sentimentos de desconfiança e aversão que os alauítas sentiam pelos sunitas. Isso, com o tempo – e com a escalada de Hafez Al-Assad ao poder em 1970 –, contribuiu para a evolução e desenvolvimento do fenômeno de alauização.

Essa desconfiança se torna visível nas conexões estabelecidas pelo presidente. De acordo com Eyal Zisser (2001, p. 30), para que um indivíduo fosse aceito na elite ou em cargos importantes devia possuir conexões familiares, comunais, pessoais ou profissionais com Assad. Assim, a alauização é percebida quando se observa que os alauítas são predominantes nos cargos militares e políticos (VAN DAM, 2011, p. 68-69; BATATU, 1999, p. 217-223), além da participação de alauítas na economia do país após os períodos de liberalização econômica (ZISSER, 2001, p. 194).

Ao observar o contexto regional, pretende-se utilizar a alauização como um conceito capaz de auxiliar na explicação da reorientação das relações entre a Síria e o Irã e a Síria e a Arábia Saudita. Assim, diferentemente do que Kandil (2008, p. 440) caracterizaria como um “casamento de conveniência”, argumenta-se que o fortalecimento da relação entre sírios e

iranianos se dá por razões ideológicas – uma vez que a vertente alauíta pertencia, até o século IX, à xiita (FRIEDMAN, 2010, p. XI; 5).

Já no que diz respeito à relação entre Arábia Saudita e Síria, Sunayama (2007, p. 14) percebe que ambos têm a formação de vínculos desde o momento da independência síria, com a tentativa saudita de aumentar sua zona de influência na região. Tratava-se de uma cooperação que beneficiava ambos os países, uma vez que não havia competição no sentido ideológico: Damasco se estabelecia como guardião do nacionalismo árabe e Riade era guardião do islamismo e de seus lugares sagrados – o que explica a inimizade entre a Arábia Saudita e o Irã após a revolução iraniana.

À medida que a alauização se desenvolve, a relação que a Síria estabelece com o Irã se torna cada vez mais forte e mais pautada em questões ideológicas. Internamente, porém, essa concentração de poder nas mãos de um pequeno círculo que orbita o presidente e sua família estendida, juntamente ao desgaste econômico provocado pela liberalização da década de 90 (PERTHES, 1995, p. 53), contribuíram para a deterioração da legitimidade do regime, que está associada à revolta síria em 2011 e à guerra civil que assola o país.

Dessa forma, ao perceber a possibilidade de queda do regime de Assad, a Arábia Saudita muda o seu posicionamento, apoiando grupos opositores ao governo atual – inclusive através do financiamento (BISHKU, 2012) – na tentativa de garantir influência em um (possível) futuro governo. Baylouny e Mullins (2017) afirmam que os motivos que levaram ao envolvimento saudita no conflito são regionais e sectários, já que, acima de tudo, queriam restringir a influência xiita iraniana.

1.3 PLANO DE TRABALHO

A partir da reunião do material proposto (documentos e entrevistas), dividiu-se o trabalho em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. Dessa forma, o primeiro capítulo abordará a ascensão do partido Ba'ath na Síria por meio do golpe de Estado promovido na década de 60. Para que se entenda como se davam as parcerias internacionais da Síria na época, faz-se necessário entender o papel nacionalista e paroquial do Partido Ba'ath, com a ideia de maior abertura às minorias, e como se caracterizava a economia “rentista” síria, sobrevivendo a partir das guerras que travava (as Guerras Árabe-Israelenses, majoritariamente). Assim, torna-se possível verificar o contexto regional de influência na Síria, tendo como grande parceira (e financiadora) a Arábia Saudita.

O conceito de alauização será tratado e explicado no segundo capítulo. A partir da análise documental dos efeitos do Consenso de Washington no Oriente Médio e, mais especificamente, na Síria, além de se utilizar, também, as entrevistas, será possível sustentar a criação deste novo conceito. Os processos neoliberais na Síria serão investigados, bem como os impactos socioeconômicos deles. Isso fornecerá material para a confirmação do fenômeno da alauização no país.

No terceiro capítulo será possível entender as mudanças na relação entre a Síria e o Irã a partir da Revolução Iraniana, além das alterações que começam a ser percebidas na relação estabelecida entre Síria e Arábia Saudita. Com a aproximação síria e iraniana, que se fortalece com a Guerra do Líbano em 2006, compreende-se o apoio do Irã à Síria no contexto da Primavera Árabe e do conflito no país – quando grande parte dos apoiadores do governo mudaram de posicionamento (como a Arábia Saudita).

Já o quarto capítulo tratará da situação mais recente da Síria, focando no conflito neste país e, por meio do histórico criado nos capítulos anteriores, mostrando os atuais blocos de influência dos diversos lados do conflito. Assim, verificar-se-á a batalha pela Síria, com envolvimento dos países da região e dos grandes *players* internacionais – influenciando e financiando tanto o governo quanto grupos opositores a ele (BISHKU, 2012).

O conteúdo das entrevistas poderá ser utilizado nos três primeiros capítulos, visto que os entrevistados puderam responder sobre o histórico das relações dos países em questão. Ele será mais utilizado, porém, no segundo capítulo como forma de sustentar a criação de novo conceito, o qual caracteriza a dinâmica interna da Síria que ocorre desde a ascensão de Hafez Al-Assad.

2 SÍRIA BA'ATHISTA E O FINANCIAMENTO SAUDITA NO *FRONT* ÁRABE

A Síria, desde o momento de sua independência até a ascensão do partido Ba'ath ao poder, caracterizava-se por ser um país fragmentado, um “mosaico” de famílias, clãs, tribos, vilas, vertentes religiosas e grupos étnicos rivais. Além disso, majoritariamente um país agrário, passava por uma crise na sua estrutura agrária, com uma enorme lacuna entre a classe urbana e a classe rural e com uma elite tradicional que, após a independência, passava por dificuldades na tentativa de manter e consolidar seu poder. Todas essas se mostram características herdadas pelo mandato francês na Síria, a qual se baseou na fragmentação e na divisão dos grupos étnicos e regionais, de modo a garantir a continuidade do seu domínio.

Assim, questões presentes no período colonial se tornaram influenciadoras dos problemas na Síria pós-independência, traçando o caminho para que o Partido Ba'ath planejasse o seu *coup d'état* para ascender ao poder (HINNEBUSCH, 1990, p. 20). O partido Ba'ath surge com uma ideologia diferente da de outros partidos que assumiram poder na região. Pautado em ideias socialistas e democráticas, tinha, também, o nacionalismo árabe como um ideal de extrema relevância. Porém, diferentemente dos movimentos nacionalistas árabes anteriores, que se entrelaçavam com uma ideia de islamismo sunita – dando uma importância central para essa vertente da religião – e tinham uma tendência a classificar integrantes de minorias religiosas como “árabes imperfeitos”, o Ba'ath surge como uma forma de construir uma nova ideia de nacionalismo árabe, por meio de uma sociedade unida em um sistema socialista. Assim, pretende alterar a imagem que as minorias religiosas criaram do nacionalismo árabe anterior, como um “disfarce para uma ascendência sunita desenfreada” (VAN DAM, 2011, p. 17, tradução nossa). O partido, então, exhibe novos ideais pan-árabes e, por apresentar um novo olhar para as diferentes vertentes religiosas, vivencia um rápido crescimento.

De maneira prática, contudo, tornava-se comum perceber a aplicação de outros ideais e métodos – mesmo que estes não fossem abertamente divulgados como princípios partidários – como, por exemplo, o paroquialismo. Trata-se de uma perspectiva mais conservadora de governança, fundamentada em uma visão mais limitada dos interesses, com foco em questões relevantes para o governo – não necessariamente para o país de maneira geral, abandonando uma visão macro, onde considera as demandas das principais classes do país.

A primeira seção deste capítulo pretende realizar uma breve contextualização de como se deu o mandato francês na Síria e qual a política adotada. Compreendendo os objetivos franceses na região, pode-se observar as decisões voltadas para a divisão do país em linhas

étnicas e, a partir de então, quais foram as consequências para o futuro país que viria a se formar.

Na segunda seção é possível explorar a ascensão do partido Ba'ath ao poder e como a herança colonial ainda se faz presente por meio das práticas comuns do governo sírio: o paroquialismo, que pode ser percebido na prática de patronagem, ou patrocínio daqueles que são apoiadores do governo – em detrimento de outros grupos – e da prática clientelista, estabelecendo relações patrão-cliente com aqueles grupos que se mantêm próximos; e o apego ao ideal nacionalista árabe – fortemente divulgado pelo partido Ba'ath. Na terceira seção se mantém a ideia de entender as características do governo sírio, agora por meio do *rentismomilitar*, que se deu pela atração de investimentos internacionais os quais são aplicados na esfera militar, de modo que a Síria possa continuar na linha de frente das guerras árabe-israelenses – levando em consideração sua reivindicação sob as Colinas de Golã, tomadas por Israel. Por meio desta estratégia, o governo sírio logra fortalecer seu exército, buscando conquistar seus objetivos na região, ao mesmo tempo em que elabora uma nova forma de angariar renda – a qual resulta do financiamento de outros países, que também possuem desavenças com Israel.

A quarta seção explora as dinâmicas de financiamento na região, em especial em como a Síria é financiada fortemente pela Arábia Saudita – dentro do contexto de rentismo militar e de “*jihad* financeira”, ou seja, a ideia de que a Arábia Saudita também tem interesses políticos nas guerras Árabe-israelenses e, uma vez que não se envolve militarmente nelas, apoia financeiramente aqueles que tomam à frente nas batalhas.

2.1 O MANDATO FRANCÊS E AS MINORIAS NA SÍRIA

O controle das potências europeias – Reino Unido e França – sobre os povos do Oriente Médio se deu a partir da assinatura de um acordo, inicialmente secreto, que combinava a repartição do território, antigamente ocupado pelo Império Otomano, entre os dois colonizadores. Assinado em 1916, este foi o Acordo de Sykes-Picot, que dividia o Oriente Médio, em zonas de influência de cada uma das partes (FITZGERALD, 1994). “O Estado sírio com suas fronteiras atuais e sua composição demográfica é, então, um nítido produto dos acordos e disposições anglo-franceses, alcançados no final da Primeira Guerra Mundial” (ZISSER, 2001, p. 1, tradução nossa).

Assim, enquanto os britânicos asseguraram a posição neste território por meio de um governo indireto, os franceses decidiram adotar uma política diferente. Não colaboraram para

a formação de instituições administrativas próprias que preparariam a população para a independência. Em vez disso, seu controle, em 1920, deu-se por meio da expulsão dos governantes que aquele território conhecia e da implantação de um grande contingente militar e de uma nova hierarquia de administradores civis franceses – dando pouca margem para a atuação dos políticos locais e garantindo a prorrogação do seu domínio (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 217-218).

A divisão do território pelos franceses se deu na forma de “dividir para reinar”, fragmentando o território ao longo de linhas regionais e étnicas. “Ao enfatizar as diferenças e aspirações comunais, os franceses alegaram estar se curvando à realidade política e ao desejo popular” (KHOURY, 1987, p. 58, tradução nossa). Porém, o que de fato aconteceu foi a divisão do território de modo a enfraquecer os sentimentos pan-arabistas da população, por meio do fortalecimento dos sentimentos étnicos.

Para garantir essa fragmentação, a nação colonizadora dividiu o território que comandava em partições: o Estado sírio, que incluía Damasco e Aleppo; o Estado alauíta que se localizava nas montanhas, a região de Latakia; e o Estado druso, ao sul do atual país. Com essa desintegração, o objetivo francês era o de enfatizar as divisões da sociedade e desenvolver os Estados de forma independente, facilitando o domínio e reduzindo as possibilidades de insurgência e de fortalecimento do nacionalismo árabe. Para garantir que esta sociedade se mantivesse dividida, a política colonial favorecia as elites tradicionais e o campo, ao invés daqueles com educação moderna e que habitavam nas cidades – uma vez que estes eram os responsáveis pelo surgimento de ideais nacionalistas (PROVENCE, 2005, p. 50).

Em relação a este contexto sírio, é possível identificar que o sentimento nacionalista surgiu antes mesmo do Estado-nação, ou seja, antes de se perceber a delimitação de fronteiras do país onde esta nação pertenceria. Desse modo – e levando em consideração que a construção da Síria se tratou de um produto da colonização francesa e que os objetivos da colonizadora não correspondiam aos limites das comunidades preexistentes na região –, esses nacionalismos que precedem a construção do Estado, ao invés de colaborarem com ela, opunham-se a ela (WEDEEN, 1999, p. 16).

Assim, “a instabilidade política destrutiva que veio a caracterizar a Síria após a independência em 1946 deve ser traçada, em parte, à fragmentação institucionalizada praticada pelas autoridades do mandato francês” (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 222, tradução nossa). Dessa maneira, para compreender o contexto sírio pós-independência e a

conjuntura que colaborou para que o partido Ba'ath ascendesse ao poder, entender este período colonial é relevante.

2.2 NACIONALISMO E PAROQUIALISMO NO PARTIDO BA'ATH

O legado do período colonial sírio perdurou – e perdura – ao longo dos anos na história deste país. É possível encontrá-lo na ascensão do partido Ba'ath – um partido com ideais nacionalistas árabes – ao poder, em 1963. Mesmo negando tudo aquilo que a colonizadora pretendia para o país, o partido Ba'ath após a consolidação do seu poder, e a ascensão de Hafez al-Assad passou a adotar características nacionalistas e paroquialistas no seu governo. Esta “liberdade de ação” dos governantes foi o que iniciou o processo de alauização. Por liberdade de ação, entende-se o poder que as pessoas centrais no governo possuíam, de modo que características paroquialistas somente as favoreceriam e permitiriam que agissem da maneira que lhe conviessem – o que conseqüentemente, gera a alauização.

Dessa forma, cabe compreender o contexto que viabilizou sua ascensão. A Síria tradicional – ou pré-Ba'ath – era majoritariamente agrária (HINNEBUSCH, 1990, p. 21), tendo, em 1970, mais de 57% da população habitando na zona rural e mais da metade da população caracterizada como iletrada (PERTHES, 1995, p. 23). Enquanto na zona rural havia este cenário de subdesenvolvimento, nas cidades habitava a elite dominante, a qual era responsável pelo controle do Estado e de grande parte da riqueza social, marcando esta clivagem que dividia centro e periferia. Observa-se, ainda, que a elite dominante era, predominantemente, muçulmana sunita, enquanto os camponeses das zonas rurais e da periferia eram membros de tribos étnicas e religiosas distintas.

Esta distinção social entre centro e periferia, portanto, caracterizava, também, uma lacuna étnico-religiosa, que era cada vez mais reforçada por conta da exploração dessas minorias – em sua maioria, camponesas – pela elite sunita que habitava as cidades. Isso se dava porque a elite urbana detinha os impostos cobrados das minorias camponesas, a fim de pagar os soldados e, também, enriquecer a nobreza. Em troca, não havia fornecimento de segurança, justiça, educação, saúde ou serviços sociais (HINNEBUSCH, 1990, p. 23).

Tendo em conta essa desigualdade que caracterizava o regime tradicional da Síria, é possível perceber que houve a criação de uma estrutura de classes, dividida em sete categorias. No topo da pirâmide estavam os grandes donos de terra, que somavam menos de 1% da população e possuíam mais da metade de todas as terras do país. Eles também dominavam o governo – sendo parte da elite sunita dominante – e seus filhos tornavam-se os

médicos e advogados do país, uma vez que podiam ter seus estudos financiados. Abaixo dessa categoria estavam os grandes mercadores, também donos de terra, mas com sua relevância no comércio. Em seguida estavam os comerciantes, alguns também possuidores de terra, vivendo tanto do comércio quanto do aluguel dessas terras. Estas três primeiras classes definiam as pessoas que habitavam nas cidades, enquanto as categorias que seguem indicam aquelas que habitavam nas vilas. (HINNEBUSCH, 1990, p. 39).

Desse modo, a quarta classe era a dos nobres rurais, os camponeses ricos que se engajavam no comércio – mesmo que não fosse tão significativo quanto o comércio praticado pelas classes mais altas – e no empréstimo de dinheiro. Abaixo dessa categoria estavam os camponeses proprietários, que somavam 30% da população rural. Tratava-se de uma categoria ainda explorada pelos comerciantes e incapaz de sustentar sua própria família, mesmo que possuísse um pequeno pedaço de terra. O restante dos camponeses, cerca de 60% da população agrária, não possuía terra. Esta categoria era a maior de todos os estratos da sociedade – somava entre 40 e 50% da população total – e estava entre as mais pobres. “[...] em um momento em que o padrão de vida ‘normal’ requeria uma renda de 50 piastres [a moeda na época] por dia, camponeses recebiam menos de 22 por dia.” (HANNA, 1978² *apud* HINNEBUSCH, 1990, p. 40, tradução nossa). Em seguida destes camponeses encontravam-se os nômades, camponeses sem terra que eram forçados a migrar para outras regiões em busca de um salário fixo. Eles somavam entre 10 e 20% da população rural (HINNEBUSCH, 1990, p. 40).

Ao todo, em 1937, camponeses, trabalhadores e a pequena burguesia, representando 74,5% da população, recebiam cerca de 32% da renda nacional, os estratos médios de profissionais, oficiais e artesãos prósperos, representando 10%, recebiam cerca de 11% da renda e os 15,5% mais ricos da população, abrangendo a aristocracia fundiária, a burguesia média e alta, e talvez parte da pequena burguesia ociosa, recebiam 57% (HINNEBUSCH, 1990, p. 40, tradução nossa).

Ao unir a extrema desigualdade que assolava a população rural síria – a qual se dava por meio da exploração pela elite sunita e da má distribuição de renda –, à radicalização do exército e à dificuldade que a elite urbana sunita encontrava de gerir o país, mesmo depois de anos desempenhando um papel relevante na liderança da vida social e econômica da Síria, tornou-se possível favorecer uma base de suporte à criação e ao fortalecimento do partido Ba’ath.

² HANNA, Abdullah. *Al-Qadiya al-zira’iyawa al-harakat al-fallahiya fi SuriyawaLubnam*. Beirut: Dar al-Farabi, 1978.

Essa elite sunita, após a independência, “tornou-se fraca e incapaz de lidar com os desafios da independência – gerenciar um Estado sírio independente com problemas agudos e um futuro incerto; e várias forças no sistema social e político buscavam tomar o seu lugar [...]” (ZISSER, 2001, p. 6, tradução nossa). Esses fatores contribuíram para a formação de uma imagem da Síria de um Estado fraco e instável.

A radicalização do exército, mencionada anteriormente, tem como condição necessária um exército composto predominantemente por pessoas de classe média e/ou ex-camponeses vindos da zona rural – quadro presente no caso sírio. Essa composição ruralizada do exército se dava pelo fato de a carreira militar atrair pouca atenção das classes mais altas, enquanto para aqueles que vinham de classes mais baixas, tratava-se de uma forma de movimentação e ascensão social, além de permitir a superação dos limites de sua condição étnica e de suas comunidades constrangidas – o que fornecia tanto a possibilidade de um futuro mais próspero quanto a escapatória imediata para os jovens camponeses que queriam uma vida melhor que a do campo (ZISSER, 2002, p. 116; HINNEBUSCH, 1990, p. 81-82).

Após o primeiro golpe militar em 1949, o exército passou a entender a capacidade da sua própria força e a incapacidade dos antigos governantes no regimento do país. Por esse motivo, viram-se qualificados para empregar mudanças demandadas pela classe média e pelos camponeses – aquelas que não seriam aplicadas pela classe dominante. “A politização do exército fez dele a ‘vanguarda’ da nova classe média e, até certo ponto, do campesinato” (HINNEBUSCH, 1990, p. 83, tradução nossa).

O partido Ba’ath, portanto, emergiu tanto dessas dificuldades que o país passava quanto por meio da radicalização do exército – a qual sucedeu por conta da configuração que apresentava. Por conseguinte, o partido pode providenciar novas lideranças e um poder organizado, o que atraiu a nova classe média e os camponeses para a luta contra o velho regime. Excepcionalmente, o radicalismo ou dinamismo eram mais presentes nas organizações compostas por camponeses, enquanto as cidades, urbanizadas e compostas pelos detentores de poder, eram caracterizadas pelo conservadorismo (HINNEBUSCH, 1990, p. 23).

A Revolução do partido Ba’ath conseguiu desapossar a autoridade tradicional da Síria, de modo que uma ampla coalizão de forças políticas e sociais – as quais foram por muito tempo negligenciadas, sem possibilidade de mobilidade política e socioeconômica – tomou seu lugar (ZISSER, 2001, p. 7).

Em 1963, portanto, por meio de um golpe de Estado que se dá na tentativa de acabar com a crise social e política que assolava a Síria, assume o partido Ba’ath, fazendo com que a

Síria passe por um processo de “ba’athização”, que altera a dinâmica social no país. O partido foi fundado por Michel Aflaq e Salahad-Dinal-Bitar – um cristão grego ortodoxo e um muçulmano sunita, respectivamente. Ambos estudaram na França e foram expostos aos ideais nacionalistas, democráticos e socialistas deste país, trazendo-os e os adaptando para a realidade da Síria – o que culmina com a ideologia de nacionalismo árabe e do populismo democrático. “O Ba’ath queria uma sociedade árabe secular unida com um sistema socialista [...], uma sociedade em que todos os árabes seriam iguais, independentemente da sua religião” (VAN DAM, 2011, p. 17, tradução nossa). Já se percebe, então, desde o momento da sua criação, a forte ligação com o ideal nacionalista que o partido Ba’ath possui, sendo uma característica também empregada na governança deste partido. Quando se avalia o papel político de Aflaq e al-Bitar, contudo, constata-se que eles não eram tão eficientes nesse campo.

[...] [Eles] eram ineficazes em políticas eleitorais [...]. Eram tampouco, apesar de suas ideias radicais, revolucionários conspirando para derrubar a ordem social [...], eles eram, essencialmente, liberais reformistas. Eles eram intelectuais, homens cujas ideias iriam inspirar, ser aproveitadas e reformuladas, e então ser aplicadas por outros “homens de ação” (HINNEBUSCH, 1990, p. 87, tradução nossa).

De acordo com Hinnebusch (1990, p. 4-8), existem algumas condições que tornam a revolta factível, de modo que seja possível aplicar as ideias radicais, conspirar contra a ordem estabelecida e posteriormente estabelecer um regime revolucionário. Não é necessário que todas ocorram para que haja uma revolução, porém, a combinação dessas condições é de grande importância para garantir o sucesso da revolta. A primeira condição é de que a revolta aconteça em algum país que tenha sofrido com o imperialismo, visto que há a percepção de que elas geralmente surgem em países do Terceiro-Mundo que se inserem nestes contextos de dominação imperialista. Em segundo lugar, por meio de processos modernizadores, a autoridade tradicional é despossada de uma parcela de sua legitimidade, conferindo condições para a ascensão social de uma classe média radicalizada. A terceira condição seria a radicalização dos militares, uma vez que é possível acontecer em algumas ocasiões. Em quarto lugar, a radicalização de camponeses, ou seja, da massa trabalhadora e explorada pela elite. Em quinto lugar, há a ascensão de um movimento antissistêmico, mas é preciso liderança para traduzi-lo em mobilização política. A sexta condição é de haver fracasso do sistema político e da sua legitimidade. A partir de uma análise destas condições listadas, é possível perceber que todas se fizeram presentes na Síria, colaborando para a consolidação do poder pelo movimento antissistêmico que surgiu, o partido Ba’ath.

Dois “homens de ação” neste contexto, portanto, que aproveitaram estas condições do país para estabilizar cada vez mais o movimento ba’athista no poder e colocar em prática as ideias dos fundadores do partido, cada um através da sua perspectiva, são SalahJadid e Hafez Al-Assad. Em 1966, por conta das visões diferentes que possuíam dentro do partido, os dois dividiram os partidários em duas vertentes. De um lado, um grupo composto majoritariamente por civis e liderados por Jadid, defendiam uma transformação socialista da sociedade síria, rejeitando abertamente a ideia de cooperação política ou militar com outros regimes. Do outro lado, o grupo com a liderança de Assad mostrava forte inclinação para o nacionalismo árabe e exigia que a luta armada contra Israel fosse tratada como prioridade, por meio de um fortalecimento do potencial militar árabe – assim, buscavam a cooperação política e militar, além de uma coordenação com outros países árabes, como Iraque, Egito e Arábia Saudita (VAN DAM, 2011, p. 63).

A disputa entre as duas vertentes – e os dois líderes – tornou-se tão acirrada que culminou com a tomada de poder à força, por meio da mobilização de oficiais do exército, pela vertente de Assad. Assim, em 13 de novembro de 1970, Assad ordenou aos seus oficiais que tomassem escritórios do partido e que prendessem líderes proeminentes dele – incluindo SalahJadid (VAN DAM, 2011, p. 68).

Esta ação ficou conhecida como a Revolução Corretiva na Síria, golpe³ encabeçado por Assad, Ministro da Defesa na época, e marcou o primeiro momento em que somente uma autoridade passou a governar a Síria, sem a necessidade de dividir ou disputar pelo poder com outra pessoa ou grupo (ZISSER, 2001, p. 8). A partir desse momento, dá-se início ao governo de Assad que perdura até os dias de hoje, por meio de seu filho Bashar Al-Assad. Trata-se de um governo paroquialista, autoritário-populista (HINNEBUSCH, 1990, p. 3-4), que se baseia em práticas clientelistas e na patronagem, além de utilizar uma estratégia de dominação baseada na conformidade, ao invés de uma prática baseada na legitimidade (WEDEEN, 1999, p. 6). Estes são mecanismos que auxiliam o governo a se manter continuamente no poder.

A patronagem praticada pelo governo paroquialista de Assad vai muito além do que a tradução da palavra *patronage* indica. Não se trata apenas de um governo que se utiliza do patrocínio de determinados grupos – aqueles de relevância e apoiadores do governo –, de

³ O termo golpe é utilizado para indicar a tomada de poder à força, através da mobilização de oficiais do exército. Existem autores, como Wedeen (1999), que, apesar de consentir com o uso do termo golpe para caracterizar esse movimento, por outro lado, não acreditam que tenha se tratado de uma revolução. “O Movimento Corretivo de Assad, o termo pelo qual seu golpe de 1970 é conhecido, conota a iniciação de reformas, ao invés de qualquer ruptura revolucionária com o passado” (WEDEEN, 1999, p. 8, tradução nossa). Assim, apesar de conter o termo “revolução”, não se trataria de uma, de acordo com Wedeen, no seu verdadeiro significado.

modo a atender seus interesses e angariar cada vez mais apoio para se firmar no centro. Também, a patronagem do governo contempla o apoio, o incentivo, a concessão de privilégios a esses determinados grupos, podendo, inclusive, contar com a abertura e cessão de cargos governamentais para participantes destes, de modo a fortalecê-los ao mesmo tempo em que atende seus interesses.

Outra prática do governo é a do clientelismo que se baseia na criação de uma relação patrão-cliente entre o governo e os grupos-chave. É possível mesclar um pouco deste conceito com aquele de patronagem, visto que, da mesma forma, inicia-se uma troca de favores entre o “patrão” (o governo) e os “clientes” (os grupos de relevância para o governo), onde o patrão buscará atender os interesses de sua clientela, privilegiando-a em detrimento de outros grupos. O outro lado dessa troca se dará por meio de maior apoio que a clientela providenciará ao governo, inclusive através de votos.

Trata-se de um sistema extremamente autoritário, com o poder político centralizado, onde os militares e a burocracia possuem papel dominante. Além disso, há uma prática patrimonial do governo, impressa no uso de interesses políticos em benefício das redes clientelistas – de modo que se dá uma grande importância aos vínculos pessoais e à lealdade (PERTHES, 1995, p. 133).

A caracterização do governo de Assad como autoritário se dá por conta da concentração de poder nas mãos dos militares e da burocracia, além de, é claro, na sua própria⁴. Além disso, há também a caracterização do governo sírio como autoritário-populista, de acordo com Hinnebusch (1990, p. 2-7). Para o autor, o autoritarismo, realmente, é definido pela concentração do processo decisório nas mãos de uma pequena elite – “muitas vezes dirigida por um líder personalista, frequentemente militar” (HINNEBUSCH, 1990, p. 2, tradução nossa). Já a variável populista se origina de uma luta nacionalista contra o imperialismo, por meio de revoltas da classe média ou de classes mais baixas, por vezes de camponeses. Assim, o autoritarismo populista “busca excluir a velha oligarquia do poder e desafia os interesses dominantes em nome do nacionalismo e da igualdade” (HINNEBUSCH, 1990, p. 2, tradução nossa).

No que diz respeito aos grupos-chave, de relevância para o governo e que, por conta disso, possuem maiores privilégios, é possível perceber a formação de uma coalizão de

⁴ Isso porque, “constitucionalmente, o Presidente era, ao mesmo tempo, comandante supremo das forças armadas, chefe do poder executivo e, em consultas com o Conselho de Ministros, definia políticas governamentais gerais. Ele selecionava seus deputados, o Primeiro Ministro [...], os ministros do governo e seus deputados, oficiais das forças armadas, funcionários públicos em altos cargos, e juízes. O governo respondia perante o Presidente” (PERTHES, 1995, p. 139, tradução nossa).

peessoas que se beneficiaram das características clientelistas e de patronagem do governo, pelo fato de participarem de um dos quatro grupos seguintes, os quais apresentam conexões com Assad:

(1) Conexões familiares: ex. seus irmãos ou filhos; (2) laços tribais ou comunitários – pertencendo à tribo de Assad, a Kalbiya, ou sua comunidade, os alauítas; (3) laços de amizade pessoal com o círculo de amigos de Assad, que compartilhavam seu pensamento e abordagem, alguns dos quais tinham sido seus companheiros desde 1950 e 1960 – os anos de formação da sua jornada ao topo; e (4) laços ocupacionais, sendo um dos assistentes ou conselheiros de Assad, pessoas que há muito tempo trabalhavam próximas a ele (ZISSER, 2001, p. 30, tradução nossa).

Assim, a coesão deste grupo de apoiadores do governo de Assad na Síria dependia de duas condições promovidas pelo governo. A primeira vinha da habilidade do governo de satisfazer os vários elementos desta coalizão, proporcionando-lhes a sensação de que participavam da administração dos assuntos do Estado – além de, claramente, atendendo as suas necessidades econômicas e sociais. A segunda condição para manter a coalizão unida era a sustentação da predominância de alauítas no exército e nas forças armadas (ZISSER, 2001, p. 22). Ambas as condições confirmam a ideia de utilização do clientelismo e da patronagem como ferramentas para agradar os grupos relevantes para o governo, no sentido de promover uma troca de favores. Isso porque, ao satisfazer os interesses desses quatro grupos, Assad, conseqüentemente, fortalecia-se, uma vez que se mantinha mais protegido, envolto por pessoas de confiança – como os alauítas, por exemplo – que ocupavam os cargos no governo ou nas forças armadas. Dessa maneira, garantia que nenhuma ameaça de destituição de poder reunisse força suficiente para derrubar estas coalizões e, conseqüentemente, derrubá-lo.

Por conseqüência, o paroquialismo – ou seja, a ideia de uma visão pouco sofisticada e mais limitada de interesses e dinâmicas – traduz-se no formato clientelista e de patrocínio adotado por Assad, focalizando-se em grupos de importância. A característica paroquial do governo acaba se tornando o completo oposto dos ideais nacionalistas que o partido Ba'ath – e o próprio governo de Assad – promoviam. De um lado, o paroquialismo atende a um, em detrimento de muitos. De outro, o nacionalismo é abrangente e preconiza uma sociedade em que todos sejam iguais, independentemente da sua crença religiosa. Apesar de paradoxal – e inviável em termos práticos – tratava-se de uma fórmula que obtinha resultados, visto que um (o nacionalismo) ficava no campo das ideias e no discurso dos governantes, enquanto o outro (o paroquialismo) não era divulgado como uma prática governamental, mas era o mecanismo por meio do qual se obtinha mais apoio. Assim, o nacionalismo como ideologia – tanto o nacionalismo árabe quanto o nacionalismo próprio da Síria – fazia-se presente no imaginário

coletivo e na estratégia do governo de dissuadir a população, enquanto, por baixo dos panos, a ideia paroquial se enraizava intensamente na gestão de Assad.

No que diz respeito à estratégia de dominação baseada na conformidade, é possível perceber que ela se traduz na produção de rituais e na obrigação da participação da população, como um meio de criar um dispositivo disciplinar, “gerando uma política de dissimulação pública na qual os cidadãos agem *como se* eles reverenciassem seu líder” (WEDEEN, 1999, p. 6, tradução nossa).

Desde que assumiu o poder, Assad pai empregava esforços na construção de uma estrutura que garantisse a sua sobrevivência e legitimidade. Assim, por meio da elaboração de dispositivos de segurança, apresentava uma instituição legal dentro do seu sistema e, além disso, certificava-se de que nenhuma parte se revoltasse contra seu governo (PERTHES, 1995, p. 180).

Essa ideia do “como se” trazida por Wedeen (1999, p. 6) diz respeito a como as práticas governamentais se fundamentavam na criação de dispositivos que forçassem a população a agir, falar e se portar de determinadas maneiras que davam o entendimento de que ela apoiava e admirava Assad, mesmo que este clamor e veneração não fossem reais. Posto isso, agiam “como se” gostassem dele, “como se” ele, realmente, fosse a sua escolha para Presidente, porque temiam o que poderia acontecer caso não agissem dessa forma. Por conseguinte, não se tratava de uma dominação reforçada pela sua legitimidade, e, sim, através do reforço da obediência dos constituintes por meio da veneração mentirosa e da participação em rituais populares que exaltassem a imagem do presidente.

No caso da Síria, a ideia que está sendo reproduzida na prática específica de proferir declarações patentemente espúrias ou slogans cansados não é aquela expressamente articulada – Assad não é o “farmacêutico supremo” no sentido literal concreto [como sugerem algumas propagandas]. Em vez disso, Assad é poderoso porque seu regime pode obrigar as pessoas a dizer o ridículo e admitir o absurdo (WEDEEN, 1999, p. 12, tradução nossa).

Esta estratégia de dominação baseada na conformidade tem êxito, porque não se fundamenta somente na conformidade arbitrária, mas sim, na conformidade coercitiva. Assim, para que o regime garantisse o cumprimento de tal conformidade, contava com a utilização de ameaça de punições ou punições definitivas. “O foco da conformidade coercitiva não é a entrega real de punições para aqueles que desobedeceram, mas a disseminação de *ameaças* credíveis de punição. [...] Na conformidade coercitiva, as pessoas obedecem porque têm *medo* de serem punidas” (WEDEEN, 1999, p. 146, tradução nossa).

Mesmo com a aplicação de práticas mais direcionadas para o alcance de interesses de grupos específicos, os “clientes” do governo e, no que diz respeito à população síria de maneira geral o governo tenha adotado métodos coercitivos, é possível identificar a utilização de ideias nacionalistas no discurso de Assad – já que era uma das principais ideologias do partido Ba’ath.

Dessa maneira, observa-se a existência de uma órbita árabe que também pairava sobre o governo de Assad. Tratava-se de uma órbita pautada, basicamente, no campo ideológico e que se expandia para além das fronteiras sírias, uma vez que era uma ideologia ancorada nos ideais pan-Arabistas e na ideia de criar uma grande nação árabe. “A experiência pessoal de Assad e, especialmente, o registro político de seu regime mostraram que o pan-Arabismo, e não o pan-sirianismo, era a visão de mundo à qual ele dava lealdade” (ZISSER, 2001 p. 22, tradução nossa).

A perspectiva do partido Ba’ath, desde o momento da sua formação, conforme supramencionado, esteve ligada aos ideais democráticos, socialistas e nacionalistas franceses, adaptados para a realidade síria. Posto isso, sua liderança sempre demonstrou possuir uma visão de transformação política e social definida através destes ideais, tendo a ideia do pan-Arabismo como inspiração. “Os ba’athistas se inspiravam no apelo de nacionalistas árabes pela única nação árabe, livre do controle colonial, por entendimentos leninistas de justiça econômica e progresso, e pela [ideia de] ‘adoração do povo’ dos fascistas” (WEDEEN, 1999, p. 8, tradução nossa).

Na Síria, um dos problemas percebidos é a contradição entre a sensação de pertencimento da população e a autoridade constantemente empregada pelo governo. As diferentes religiões, tribos e etnias dificultavam ainda mais a integração da sociedade e entre os Estados do Oriente Médio. Ademais, o fortalecimento do ideal pan-árabe prejudicava cada vez mais as lealdades da população, uma vez que defendia a ideia de que as fronteiras entre os países são artificiais, construídas no período colonial e que se podia construir um único Estado-nação árabe, com uma cultura comum. Na Síria, continuamente defendia-se a ideia de pan-arabismo e unidade árabe, ao mesmo tempo em que o governo se isolava e lutava pela construção de um Estado sírio demarcado (WEDEEN, 1999, p. 16).

Assim, é possível perceber o que Zisser (2001) justifica como a influência de três diferentes órbitas no governo de Assad. Em um momento, há a influência da órbita alauíta, no campo prático, a qual se traduz por meio daqueles grupos mais próximos ao Presidente e faz com que o governo possua características paroquialistas – ao utilizar métodos que favoreçam este grupo em detrimento de outros –; há a atuação da órbita síria, que também insere outras

minorias (como os cristãos, ismaelitas ou drusos) nos privilégios concedidos, mantendo os tratamentos clientelistas e de patronagem; e há a órbita árabe, que se fixa na ideia pan-Arabista, uma visão de mundo compartilhada por muitos árabes da região. A presença do nacionalismo é mais presente na órbita árabe, visto que traz uma visão mais universal, de unidade árabe e da defesa de interesses gerais árabes – ao invés de lutar pela ascensão e melhoria socioeconômica de determinados grupos sociais, étnicos ou religiosos, como acontece na esfera síria e na alauíta.

Outro aspecto relevante na governança de Hafezal-Assad é o papel estabelecido pelas forças armadas sírias. Ao mesmo tempo em que possuem uma função interna (de proteção do governo, como se ao invés de participarem de um exército nacional com a função de proteger sua população, fossem parte de uma espécie de guarda privada de Assad), tem um papel a desempenhar no que diz respeito aos fronts externos – principalmente regionais. A relação que estabelecem com o governo, o investimento para que se engajem na luta contra Israel e o uso deste exército por Assad como forma de garantir investimento externo serão explorados na seção seguinte.

2.3 FORÇAS ARMADAS SÍRIAS: AS GUERRAS ÁRABE-ISRAELENSES E O “*RENTISMO*” MILITAR

Nesta seção procura-se esclarecer o surgimento das forças armadas sírias e suas funções internas e externas. Internamente, na proteção do regime e externamente na frente contra Israel – uma luta em que a Síria se vale de “rentismo” militar, ou seja, do auxílio de outras potências regionais que também se posicionam contra Israel.

Em 1923, o exército sírio surgiu através do estabelecimento das *TroupesSpeciales*, as Forças Especiais do Levante, como forma de manter a ordem nos territórios que estavam sob o controle dos franceses na região – por conta da repartição territorial da região acordada em Sykes-Picot. O recrutamento dos soldados voluntários para estas forças armadas era feito a partir das comunidades minoritárias, visto que eram as mais conectadas aos próprios sentimentos étnicos, facilitando seu controle pelos franceses e dificultando qualquer revolta organizada entre as diferentes comunidades contra o poder colonizador. Por outro lado, para as comunidades – como supramencionado – tratava-se de uma carreira atraente pelo fato de proporcionar a possibilidade de melhora na sua situação socioeconômica, tornando-se,

eventualmente, “a principal via de mobilidade social⁵ para grandes parcelas da sociedade síria que, até então, haviam ficado à margem da ordem política e socioeconômica existente” (ZISSER, 2002, p. 116, tradução nossa).

À vista disso, desde o momento de sua criação pelos franceses, as forças armadas tornaram-se um lugar de reunião de grupos de diversas origens, formando alianças pessoais e políticas as quais ultrapassavam linhas étnicas, religiosas, regionais, tribais e, também, familiares. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a França desocupou a Síria às pressas, estas forças foram entregues ao país, agora independente, tornando-se seu exército nacional oficial, e mantendo esta característica de diversidade constituída na época de colonização.

Levando em consideração que a Síria independente era marcada por uma extrema desigualdade social entre a elite dominante do centro – a qual não conseguia se impor como um poder centralizado após a independência – e os camponeses da zona rural, o envolvimento político do exército tornou-se condição decisiva para garantir o fortalecimento do Estado sírio.

O Estado sírio, depois de garantir sua independência, era marcadamente enfraquecido e o envolvimento militar nos afazeres políticos se tornava inevitável – alguns, ainda, o consideravam imprescindível, já que a Síria não contava com uma classe média instruída ou politicamente consciente, que fosse qualificada para se tornar a classe dominante. Assim, o exército se destacava, justamente, por demonstrar qualificação, organização, ideologia, além de um desejo de mudança (ZISSER, 2002, p. 117).

Dessa maneira, o exército acabou se tornando a nova classe média assalariada que emergiu no mundo árabe no processo de modernização. Como afirma Hinnebusch (1990), após o primeiro golpe militar, ocorrido em 1949, o exército tornou-se mais consciente do seu poder e da sua capacidade de instaurar uma nova ordem que satisfaria as demandas das classes sociais exploradas, as minorias que viviam nas zonas rurais. Assim, é possível entender o contexto que permitiu, em 1963, a tomada de poder pelo Ba’ath, trazendo o escalão de oficiais ba’athistas para o governo. Tratavam-se de oficiais que, apesar de suas origens diferentes, tinham um estrato social definido, ou seja, o pertencimento a minorias étnicas ou religiosas, predominantemente alauítas. Dessa maneira, “alistaram-se no exército

⁵ Esta possibilidade de melhoria social e econômica promovida pela carreira militar tem como bom exemplo o próprio Presidente Hafez Al-Assad. Quando, ao final da sua educação, desejava estudar medicina em Beirute – entretanto não podia por conta da falta de condições financeiras da sua família – viu-se obrigado a escolher a carreira militar (ZISSER, 2002, p. 116).

em massa, ascenderam em suas categorias e, com base nisso, tomaram o poder em todo o país” (ZISSER, 2002, p. 117, tradução nossa).

Contudo, no período que data da independência da Síria, em 1946, até o momento da tomada do poder por Hafez Al-Assad por meio de um golpe dentro do próprio partido Ba’ath, em 1970, o exército, a cada golpe realizado⁶ lograva sucesso na tomada de poder. Isso se dava por conta da consciência do poder que possuíam para assegurar uma nova ordem no país que permitisse a mudança completa da pirâmide social, de acordo com Hinnebusch (1990, p. 83) – de maneira a garantir que as classes mais baixas se deslocassem rapidamente para os altos escalões da sociedade. Porém, não estava preparado para a manutenção do poder, de modo que não conseguiam se manter no governo por muito tempo.

Isso acontecia, principalmente, porque a ideia de servirem como uma instituição unificada e organizada se tornava secundária em meio às diversas disputas de poder, baseadas em questões religiosas e étnicas, dentro das próprias forças armadas – o que refletia, basicamente, as disputas que ocorriam na sociedade síria, também. “O exército era incapaz de manter a unidade, já que carecia de uma hierarquia efetiva em cujo ápice estivesse um comandante capaz de impor sua vontade nas unidades do exército” (ZISSER, 2002, p. 117-118, tradução nossa).

Este cenário se alterou drasticamente no momento da Revolução Corretiva de 1970 que marca a primeira vez em que um golpe acontece com o exército unido em volta de seu comandante, Hafez Al-Assad. “Desta vez, esta revolução foi uma espécie de vitória do exército sobre si mesmo” (ZISSER, 2002, p. 116, tradução nossa). Assim, o exército se tornou uma força modernizadora, um agente de mudança e uma renúncia à tradição – especialmente devido ao fato de que grande parte da formação do exército vinha de locais menos privilegiados (PICARD, 1990). No entanto, a consequência deste movimento não foi o estabelecimento de um regime militar, onde todas as instituições estatais seriam controladas pelo exército. Talvez Assad tivesse sido motivado pela dúvida em relação à capacidade do exército de conduzir os assuntos estatais, uma vez que a experiência dos anos e golpes anteriores havia mostrado insucesso nesse sentido; também “[...]ele pode ter sido da opinião de que o apoio militar ao seu regime era insuficiente para conferir legitimidade” (ZISSER, 2002, p. 118, tradução nossa).

Independente da sua motivação, o resultado foi o apoio de seu governo em uma coalizão política e socialmente ampla, centrada em membros dos quatro grupos anteriormente

⁶ Houveram golpes em 1949, 1954, 1961 e, até mesmo, o golpe de 1963 que trouxe o Ba’ath ao poder (VAN DAM, 2011, p. 28; WEDEEN, 1999, p. 185; PERTHES, 1995, p. 2; HINNEBUSCH, 1990, p. 83).

mencionados, os quais têm conexões com o Presidente (membros da família, membros da tribo e comunidade que Assad faz parte, amigos e pessoas próximas a Assad ou aqueles que o acompanharam profissionalmente). Tanto a atribuição de cargos quanto a promoção de oficiais se baseavam em lealdade política. Dessa maneira, quando havia suspeita de que os oficiais pudessem dar abertura a outras vertentes políticas, ou até mesmo a ambições excessivas, eles eram removidos.⁷ Por meio dessa organização é que se deu início, também, aos métodos paroquialistas do governo, beneficiando esta coalizão de modo a fortalecê-la e, por consequência, fortalecer o seu regime.

Outra característica relevante associada à nomeação de pessoas desta coalizão, tanto para as posições das instituições do governo quanto para as posições do exército, encontra-se no tempo em que elas mantinham esses cargos. Observa-se que os oficiais e funcionários mantêm suas posições por longos períodos. Enquanto pode-se acreditar que isso acontecia para que estes indivíduos adquirissem maior experiência profissional, na realidade, era uma forma de sempre manter por perto aqueles que demonstravam lealdade.

Efetivamente, Assad empregou características pessoais, familiares e até mesmo tribais no seu regime. Era um regime patrimonial, no sentido de que laços de lealdade e, até mesmo, laços familiares ou étnicos eram mais importantes e recebiam cargos mais relevantes no aparato de segurança e militar. Desse modo, a lealdade do exército não se dava de maneira automática, ela era calculada por meio daqueles que eram escolhidos para ocupar os cargos designados, geralmente, de alto escalão – e que, conseqüentemente, iriam exigir a mesma lealdade ao regime e à Assad aos seus inferiores (ZISSER, 2002, p. 118).

Assim, a lealdade dos oficiais de patentes mais baixas era assegurada por meio da preservação de patentes mais altas por membros desta coalizão fiel à Assad. Isso porque uma característica relevante dos exércitos árabes, de maneira geral, era a garantia de que a comunicação se mantivesse no eixo vertical, ou seja, as decisões eram tomadas e entregues de cima para baixo, oferecendo pouca margem de manobra e pouco incentivo de ação individual para as patentes mais baixas. Isso resultava em um sistema extremamente centralizado – o que satisfazia as aspirações do governo de não deixar que o poder fugisse das mãos desta pequena coalizão na qual o Presidente confiava (DE ATKINE, 2002, p. 30).

Trazer atenção para si mesmo como alguém inovador ou propenso a tomar decisões unilaterais é uma receita para problema. Assim como na vida civil, o conformismo é

⁷ “Aqueles que dedicam mais tempo para provar suas credenciais pró-regime podem avançar mais rapidamente, e essa prioridade pode significar sacrificar a eficácia militar para atender às preferências e expectativas do regime” (RUBIN, 2002, p. 7, tradução nossa).

a norma esmagadora da sociedade; o prego que se levanta é martelado. Ordens e informações fluem de cima para baixo; não devem ser reinterpretadas, alteradas ou modificadas de qualquer forma. (DE ATKINE, 2002, p. 30, tradução nossa).

Assim, nos 30 anos em que Assad governou a Síria, conseguiu submeter as forças do exército ao seu comando, sem que se envolvessem na esfera política. Dessa forma, focaram-se nos seus deveres militares e na sua profissionalização – transformando-se de um exército revolucionário para um exército realmente profissional (PICARD, 1990) –, enquanto assuntos estatais eram gerenciados pelo governo. O exército foi reequipado com armamentos russos sofisticados, recebeu recrutas bem-educados e fortaleceu seu propósito de defender o país das ameaças externas (OWEN, 2004). Por outro lado, o regime conseguiu manter uma prolongada estabilidade política e garantir a sua existência, mantendo o exército disponível para atuar internamente, quando fosse necessário.

A maneira pela qual logrou transformar o exército em uma espécie de “cão de guarda” sírio (ZISSER, 2002, p. 119) foi através do reforço da presença alauíta nas posições do exército, inclusive – e principalmente – de cargos superiores; da troca de favores estabelecida em uma estratégia de patrão-cliente, onde, em troca da lealdade dos oficiais do exército, oferecia recompensas e bons salários; e do estabelecimento de uma diversidade de aparatos de segurança. Tratavam-se de métodos projetados para enfraquecer e dividir as habilidades das forças armadas de ameaçar o governo. Essas políticas, entretanto, também danificavam a habilidade dos oficiais de lutarem com adversários externos (RUBIN, 2002, p. 5). No que tange os diversos aparatos de segurança, refere-se a uma forma de manter estes mecanismos sempre em vigilância uns dos outros, atentos para qualquer ameaça que pudesse vir do exército, de outro aparato de segurança ou de oponentes dentro da Síria. Além disso, Assad estabeleceu forças de ataque com os melhores equipamentos, o melhor treinamento disponível e que responderiam diretamente ao Presidente – não às forças armadas. A função primordial dessas forças de ataque era a de assegurar a existência do regime e o proteger (ZISSER, 2002, p. 120).

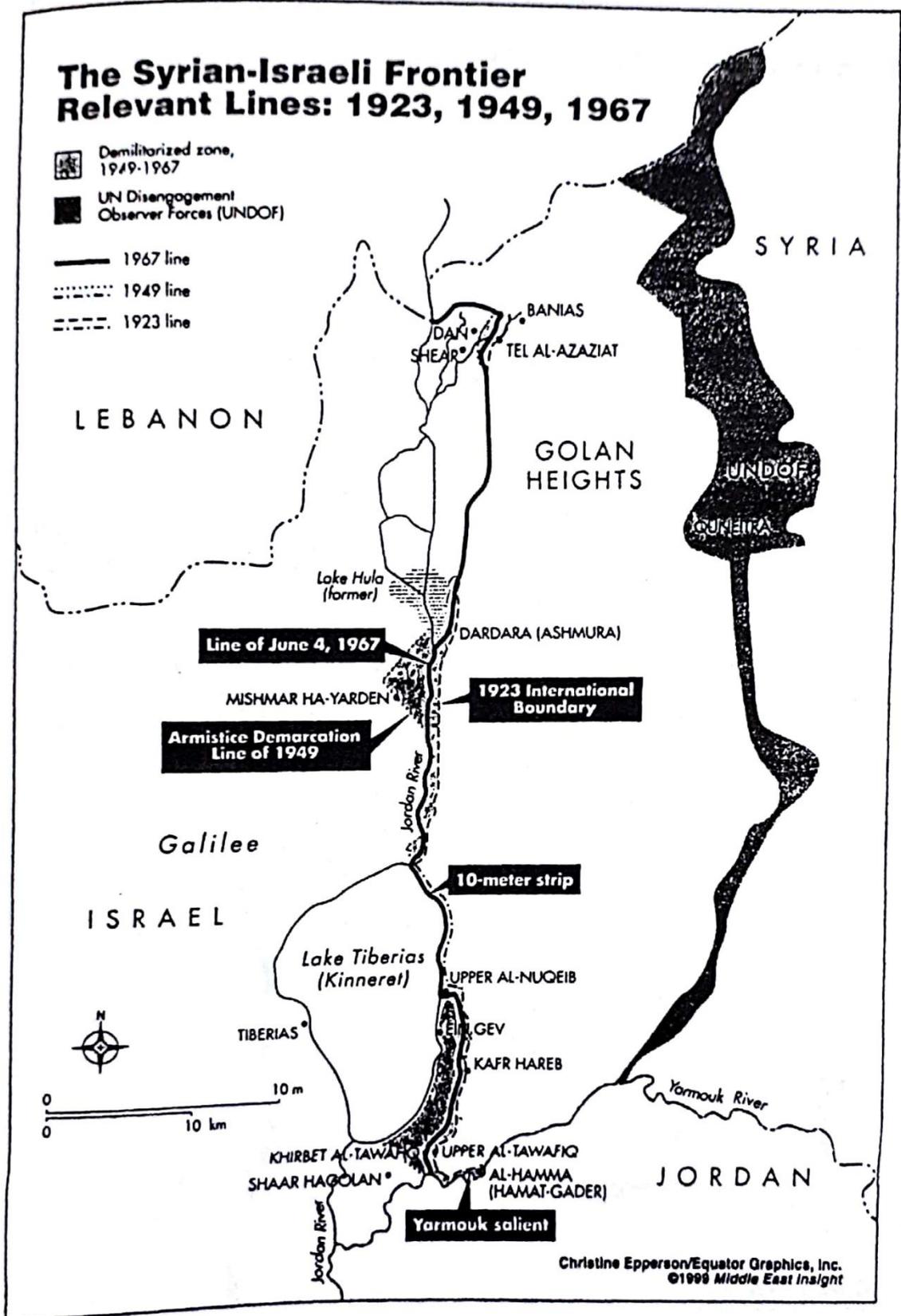
No que diz respeito à função internacional do exército, havia a necessidade de promoção dos interesses sírios na região, um país que sempre quis projetar seu poder e se tornar uma potência, além de garantir a segurança nacional. Neste último ponto, a questão de maior relevância era a das Guerras Árabe-Israelenses. Em 1948 travou-se a primeira batalha entre árabes e Israel, que ficou conhecida como a Guerra da Independência. Egito, Síria, Jordânia e Palestina haviam se unido contra o exército israelense, entretanto não obtiveram sucesso. O governo sírio ofereceu as suas tropas – que se posicionavam na linha de frente –

armas e equipamentos defeituosos e insuficientes. Além disso, equipamentos que deveriam ter se destinado ao exército árabe, culminaram nas mãos das tropas sionistas, resultando no exército árabe com equipamentos abaixo do padrão (WEDEEN, 1999, p. 53-54). A partir desse momento, Israel se tornou uma ameaça real à segurança da Síria e uma preocupação prioritária na agenda do país (ZISSER, 2002, p. 115), uma vez que Israel tinha clara superioridade política, militar, econômica e tecnológica sob não somente a Síria, como todos os Estados árabes (ZISSER, 2001, p. 103).

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, novamente a Síria (juntamente com Egito e Jordânia) foi derrotada por Israel – no período de apenas seis dias. Egito teve de ceder à Israel a península do Sinai e a Faixa de Gaza (a nordeste do seu território), Síria perdeu as Colinas de Golã (território situado na fronteira dos dois países) e a Jordânia rendeu os territórios a oeste, inclusive a porção leste de Jerusalém (WEDEEN, 1999, p. 54). Na Figura 2.1 que segue abaixo, é possível analisar a imagem da fronteira entre Síria e Israel com as demarcações relevantes da separação internacional, no momento de colonização (1923), do armistício assinado entre ambos os países em 1949⁸, e de 1967, após a Guerra dos Seis Dias.

⁸ O armistício assinado entre Israel e Síria em 20 de julho de 1949, após a guerra de 1948, concordou com a retirada de forças sírias de territórios ocupados na sua independência, a Oeste da fronteira internacional. Síria retirou suas forças, desmilitarizando essas zonas (ISRAEL MFA, 1949).

Figura 2.1– Fronteira Síria-Israel: Demarcações Relevantes no Golã



Fonte: Zisser (2001, p. xxi)

Dado que Israel era uma das principais preocupações de Assad – o que, inclusive, pode ser considerado como mais um dos motivos pelos quais o Presidente não queria o envolvimento político do exército –, situação que ficou clara, até mesmo antes da Revolução Corretiva, quando o partido Ba’ath estava dividido entre a vertente de Assad e a vertente de SalahJadid (VAN DAM, 2011, p. 63), o investimento na profissionalização e no aumento do tamanho do exército se tornaram prioridade. A concentração no aumento do exército foi tão relevante que, em 2000, no final do governo de Assad, o exército figurava 500 mil oficiais – dez vezes o número de oficiais que participavam do exército em 1967, na véspera da guerra dos Seis Dias contra Israel (ZISSER, 2002, p. 122).

A política da Síria governada por Assad, perante Israel, nos 30 anos de governo, oscilava entre dois extremos. De um lado, havia uma abordagem dura, ideológica e, até mesmo, movida pelas emoções e incertezas sírias em relação aos sionistas e se apoiava na “recusa de reconhecer Israel e seu direito de existir na região, ou de conduzir negociações de paz com este. Essa abordagem refletia o desejo de liquidar Israel como a única solução para o conflito árabe-israelense [...]” (ZISSER, 2001, p. 102, tradução nossa). A segunda abordagem era mais moderada e racionalizada. Dava-se por meio do estabelecimento de um entendimento com Israel e da garantia de calma ao longo da fronteira entre os dois países. Podia chegar até mesmo à discussão de um acordo – que, preferencialmente, implicasse na restauração das Colinas de Golã às mãos sírias (ZISSER, 2001, p. 102).

Assim, é possível perceber em determinados momentos quais das abordagens ganhava mais força e acabava sendo aplicada. Em 1973, por exemplo, através de um forte emprego da primeira abordagem e com um exército figurando cento e setenta mil oficiais – diferentemente dos cinquenta mil nas vésperas da guerra de 1967 –, houve motivação para a Síria dar início ao que ficou conhecida como a Guerra de YomKippur (RABINOVICH, 2004), ou a Guerra de Outubro de 1973. Foi a primeira guerra árabe-israelense com a presidência de Hafez Al-Assad. Tratou-se de uma operação ambiciosa por parte do governo sírio – que havia investido no seu exército e se via preparado para uma investida desta magnitude contra Israel – a qual tinha como objetivo ocupar todo o território das Colinas de Golã (ZISSER, 2001, p. 122). Nesse contexto de maior força militar em comparação com as outras duas guerras anteriores, e tendo sido a primeira guerra travada por Assad, este dedicou-se, internamente, na representação da guerra como uma forma de proteger a população – não somente síria, mas árabe de maneira geral, evocando a ideia de pan-Arabismo – e de restauração da dignidade da nação (WEDEEN, 1999, p. 54).

A Síria, entretanto, fracassou no seu objetivo ao final da guerra, de maneira que não logrou recuperar as colinas de Golã, mesmo que nos momentos iniciais da guerra tenha demonstrado grande capacidade militar. Conseguiu avançar pelas linhas de defesa israelenses, conquistando o controle em diversas partes do território e logrou capturar o Monte Hérmon⁹ no primeiro dia de guerra. À medida que os dias de guerra avançaram, porém, a situação da Síria se agravou, sendo expulsa do território de Golã pelos israelenses de volta a Damasco. Além disso, diferentemente do que acreditava, a guerra não deu início a um *front* árabe contra Israel, ao invés disso, deteriorou qualquer movimentação nesse sentido, fazendo com que a Síria travasse, solitária, uma luta com Israel (ZISSER, 2002, p. 122-123).

De fato, na sequência da assinatura dos acordos de paz entre Israel e Egito em março de 1979, um elemento central no conceito de segurança da Síria colapsou: o conceito de cooperação e coordenação inter-árabe. Os esforços de Assad para estabelecer uma frente oriental baseada no eixo Iraque-Síria como uma alternativa ao eixo Egito-Síria falharam, e a Síria rapidamente encontrou-se sozinha em sua luta com Israel (ZISSER, 2002, p. 123, tradução nossa).

Por meio desse acordo entre Israel e Egito, iniciaram-se movimentações israelenses no Líbano, em 1982, com o intuito de expulsar as forças sírias da região. Este movimento deu início ao que ficou conhecido como a Primeira Guerra do Líbano. Cada vez mais se fortalecia a ideia de que Israel representava uma ameaça real à segurança nacional síria – o que fez com que o investimento no seu exército atingisse níveis sem precedentes. O fortalecimento do exército também foi buscado, por conta da destruição da crença na possibilidade de construção de uma cooperação árabe contrária a Israel, de modo que a Síria passou a acreditar que se tratava de uma tarefa que deveria enfrentar sozinha – sem assistência de nenhum país árabe. Neste momento, o exército possuía quatrocentos mil homens, o que representava 5% do total da população e mais de 20% da força de trabalho do país (OWEN, 2004).

A assistência internacional, por meio da formação de um *front* de batalha onde países árabes lutariam uns ao lado dos outros contra o inimigo comum – Israel – foi o que causou decepção na Síria, uma vez que os outros Estados árabes não estavam dispostos a se engajar novamente em uma guerra – a indisposição era tão grande, inclusive, que países como o Egito chegaram a firmar acordos com Israel, seu antigo inimigo. Por outro lado, uma assistência com a qual a Síria podia contar era a financeira, que dá início à característica *rentista* do seu exército. Ao se retratar regionalmente como a linha de frente da batalha contra Israel e, ainda

⁹ O Monte Hérmon é uma montanha que faz parte da cordilheira Antilíbano e está localizada na fronteira entre Síria e Líbano, próximo à fronteira destes países com Israel. A parte sul desta montanha se funde com as Colinas de Golã.

mais, como o país que travaria esta batalha sozinho, atrai financiamento, por exemplo, das monarquias do Golfo, as quais, através do seu investimento, contribuem para que a Síria consiga quitar todo o valor referente às importações de armamentos (RUBIN, 2002, p. 5; PERTHES, 1995, p. 32; PICARD, 1990). Assim, “no caso sírio [...] a força militar foi empregada com bastante sucesso para gerar recursos financeiros do exterior” (PERTHES, 1995, p. 32, tradução nossa), obtendo sucesso no emprego da característica *rentista* do seu exército – de modo que, ao mesmo tempo em que lutava para atingir seus objetivos militares, principalmente em relação à Israel, recebia financiamento dos países regionais para isso.

Dessa maneira traçou dois objetivos: o primeiro seria atingir uma capacidade defensiva que a permitisse conter os ataques israelenses; e o segundo seria de atingir uma paridade estratégica com Israel que a permitisse alcançar sucesso em um ataque contra ele – ocasionando em sua derrota (ZISSER, 2002, p. 123; PERTHES, 1995, p. 4). Dessa forma, com a finalidade de diminuir a lacuna referente à capacidade do exército sírio em comparação ao israelense – principalmente, após a derrota na guerra de 1982 a Síria pôs em prática seu plano de modernização e melhoria do exército. Assim, passou de um contingente de trezentos mil oficiais em 1983 para quinhentos mil em 1985, quase dobrando o tamanho de seu exército em um período de apenas dois anos (ZISSER, 2002, p. 123).

Nesse momento, também, por meio da importação síria de equipamentos e armas soviéticas, a URSS passou a apoiar a Síria – levando em consideração que, neste momento de Guerra Fria, somente EUA ou URSS podiam suprir as necessidades militares do Oriente Médio (RUBIN, 2002, p. 19). O apoio soviético, porém, tinha um preço. A URSS demandou um aumento de confiança por parte da Síria, de modo que se manteria como a única fonte de armas e de apoio político.

As despesas militares sírias desde a ascensão de Assad até o início da década de 80 chegaram ao ponto de somar quase a metade do Produto Nacional Bruto (PNB). Tratava-se de uma tentativa síria de atingir paridade estratégica e militar com Israel, levando a gastos militares para além dessa marca, a partir de 1982. “Isso resultou em uma grave crise econômica, que levou a economia síria no final de 1985 à beira do colapso” (ZISSER, 2002, p. 123-124, tradução nossa).¹⁰

¹⁰ “Os gastos militares, conforme relatados nos orçamentos governamentais, variaram em torno de 35% do total desde o início dos anos 70 até 1978, aumentaram para seu pico de 40% até 1987 e caíram novamente para cerca de 30%, exceto na Guerra do Golfo de 1991, quando mais de 35% do orçamento foi gasto com as forças armadas. Como regra, os gastos militares orçados não incluem a compra de armas. As importações de armas foram estimadas em média – com fortes variações anuais – de cerca de US\$ 570 milhões por ano entre 1970 e 1978. Aumentaram acentuadamente de US\$ 900 milhões em 1978 para US\$ 2 bilhões em 1979 [período de apenas um ano] – o ano do tratado de paz egípcio-israelense que virtualmente remove o Egito da equação

No que diz respeito aos gastos militares da Síria, é interessante observar a Tabela 2.1 abaixo e comparar os anos de 1985 e 1997. Em 1985, logo após a Primeira Guerra do Líbano e ainda com a ideia de fortalecimento do exército para se igualar a Israel, a Síria figura números muito maiores do que no ano de 1997. Em 1985, por exemplo, os gastos em defesa na Síria somavam mais de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Tabela 2.1– Gastos de defesa e tamanho do exército da Síria, 1985 e 1997 (preços constantes em 1997)

	Gastos em defesa em porcentagem do PIB		Total de oficiais nas forças armadas (em milhares)	
	1985	1997	1985	1997
Síria	16.4	6.3	402.5	320.0

Fonte: Elaborado pela autora com base em Owen (2004)

Nesse sentido, e através de uma percepção de que a Síria nunca conseguiria atingir a paridade estratégica com Israel – sem que levasse sua economia às ruínas – criou-se uma motivação para que adotasse, por um momento, a segunda abordagem de Assad pai: a abordagem racional. Assim, tratou-se de alcançar um entendimento por vias de negociação, sem perder as esperanças de recuperar as Colinas de Golã.

As negociações com maior comprometimento de ambos os lados tiveram início na década de 90, após a Guerra do Golfo de 1991, com intermédio dos EUA. Os motivos que levaram Assad a se engajar em um processo político com Israel foram, em primeiro lugar, a sensação de que poderia restaurar o controle das Colinas de Golã a partir da sua cessão por Israel – Israel demonstrava estar mais flexível em relação às demandas sírias, mostrando-se pronta para retirar suas tropas do território até a demarcação de 1967. Foi a primeira vez, desde o ano da demarcação, que Assad sentiu que a possibilidade de restaurar Golã estava ao alcance sírio. Outro motivo para escolher essa via foi que Assad passou a visualizar os EUA como um possível aliado – uma vez que tinha poder o suficiente para colocar pressão sob Israel. E o terceiro motivo se dava pela mudança na opinião dos outros Estados árabes da região quanto ao conflito árabe-israelense – eles, majoritariamente, preferiam o caminho das negociações do que o caminho do conflito (ZISSER, 2001, p. 105).

[...] é preciso ressaltar que a Síria aderiu ao processo de paz não pelo desejo de estabelecer paz com Israel, mas sim na esperança de melhorar suas relações com os

estratégica árabe-israelense, deixando a Síria como o único Estado confiável na linha de frente, e permitiu que Israel concentrasse suas forças em suas frentes norte e leste” (PERTHES, 1995, p. 32, tradução nossa).

Estados Unidos – um objetivo estratégico primordial na visão síria desde o começo dos anos 90. Negociações com Israel, e talvez até mesmo um acordo de paz entre os dois países, eram considerados pelos sírios como um mal necessário para este fim [...] (ZISSER, 2001, p. 113, tradução nossa).

O progresso entre ambos os países, iniciado em 1992, sofreu uma crise em 1996, por conta da falta de determinação e de desejo sírios em se comprometer com o processo. Havia certo receio de que o acordo entre Síria e Israel prejudicaria as relações estabelecidas com o mundo árabe (inclusive uma relação fortalecida que havia estabelecido com a Arábia Saudita), levando a uma maior divisão entre os países. Essa fragmentação da região poderia fortalecer a posição israelense perante esses países, mais enfraquecidos e sem apoio regional, de modo que a invasão deles seria mais simples e Israel teria maior liberdade para impor suas vontades no Oriente Médio (ZISSER, 2001, p. 116; 119).

Por esse motivo, desde o início das negociações, mesmo adotando uma abordagem mais racional, o posicionamento sírio foi sempre defensivo. A Síria não tinha uma estratégia definida para o engajamento em um processo de paz com Israel, porque, na realidade, não estava segura de que a negociação com Israel era o melhor caminho a seguir – uma vez que poderia prejudicar o relacionamento que mantinha com outros países da região sem garantir, realmente, uma melhoria das relações com os EUA.

Com a eleição de Benjamin Netanyahu em Israel, em 1996, houve a tentativa de iniciar as negociações do zero, sem pré-condições existentes – posto que ele não queria ceder as Colinas de Golã. A Síria, por outro lado, recusou essa proposta. O impasse entre os países gerou uma atmosfera de crise que poderia colapsar em uma guerra entre eles a qualquer momento (ZISSER, 2001, p. 119).

Dessa maneira, as guerras árabe-israelenses não tiveram uma finalização demarcada. Desde 1948, quando houve a primeira guerra, a Síria se mantém na linha de frente, tanto no que diz respeito ao engajamento em conflitos, quanto no que diz respeito à negociação de acordos de paz – marcando as duas abordagens de Assad perante a questão. Levando em consideração as dúvidas sírias quanto à assinatura de um acordo com Israel, porém, é possível perceber que o processo de paz nunca chegou às vias de fato. A possibilidade de prejudicar o relacionamento sírio com outros países da região tem um grande peso para a Síria.

2.4 O CONTEXTO REGIONAL DE INFLUÊNCIA NA SÍRIA: O FINANCIAMENTO SAUDITA

Esta seção procura explorar as diferentes formas de assistência regional no Oriente Médio, por meio de fundos de assistência (principalmente dos países do Golfo) ou assistências para o desenvolvimento. O foco principal é o de explorar o financiamento saudita voltado para a Síria.

A ajuda financeira regional no Oriente Médio tem uma grande relação com a etnia árabe ou com a religião islâmica. Estima-se que a parcela de ajuda vinda de doadores árabes recebida por países islâmicos tem uma tendência de ser 118% maior do que aqueles não islâmicos. Já na questão da etnia, países árabes recebem auxílio 2200% maior do que não árabes (NEUMAYER, 2003, p. 142). Entre os doadores árabes se encontram, principalmente, os países do Golfo, ricos em petróleo (por exemplo, Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes Unidos), os quais, no período de 1973 a 2008, somaram cerca de 1,5% da sua Renda Nacional Bruta (RNB) em ODA –mais do que o dobro do valor estipulado pelas Nações Unidas como alvo, 0,7% (WORLD BANK, 2010, p. 1). Já entre os anos de 2005 e 2014, é possível perceber que a Síria foi a quarta maior receptora de ODA da Arábia Saudita, somando o valor de 240 milhões de dólares em auxílio (UNDP; KSA, 2016).

Os países do Golfo, inclusive, possuem fundos de investimentos voltados para as doações internacionais – com o foco intrarregional. O Kuwait, por exemplo, possui o *Kuwait Fund for ArabEconomicDevelopment*(KFAED), com atuação principal em setores de transporte, telecomunicações, eletricidade, agricultura e manufatura. Apesar do que constata Neumayer (2003, p. 142) em relação à maior probabilidade de auxílio concedido a países islâmicos ou árabes, os países beneficiários do KFAED são todos os países em desenvolvimento. Nos Emirados Árabes Unidos também se tem um fundo com as mesmas características (tanto em termos de setores de atuação quanto em países beneficiados). Trata-se do *Abu Dhabi Fund for Development*(ADFD). A Arábia Saudita possui o *Saudi Fund for Delevopemt*, com todos os países em desenvolvimento como beneficiários e os principais setores de atuação incluindo transporte, comunicação, energia, agricultura, educação e saúde (ESCWA, 2011, p. 19).

O SFD, no ano de 2016, foi responsável por uma doação de mais de 600 milhões de dólares para a Síria, com destinação a projetos no setor de educação (*TishreenUniversity in Latakia*), energia (*Banias Thermal Power Station*, expansão da *Mehardeh Power Station*,*Aleppo Thermal Power Station*, entre outros projetos) e transporte (*TartusSeaport*,

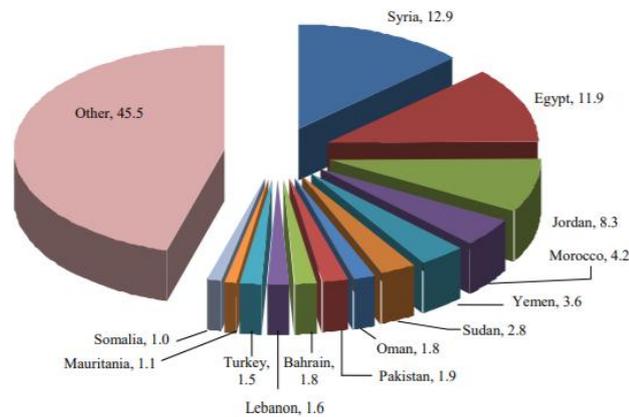
LatakiaSeaport, KaratKozak – EinEisa Road, desenvolvimento do aeroporto internacional de Damasco, entre outros) (SFD, 2016).

Além dos fundos de cada país, os países do Golfo também possuem um fundo conjunto, denominado *ArabGulfProgramme for United NationsDevelopment*(AGFUND), com Organizações Não-Governamentais (ONG's) como principais beneficiadas nos setores de saúde, água e educação (ESCWA, 2011, p. 19).

Há ainda um fundo monetário formado por todos os países árabes, o *ArabMonetaryFund*, criado em 1977. Foi instituído com base no desejo de estabelecer a base monetária da integração econômica árabe e acelerar o processo de desenvolvimento econômico em todos os países árabes. Trata-se de um fundo com objetivo de corrigir os desequilíbrios da balança de pagamentos, através do apoio a reformas estabilizadoras das economias árabes, e da concessão de diversos tipos de empréstimos (AMF, 2018).

No que diz respeito às ODA's, no período entre 1970 e 2009, o acúmulo das doações árabes, dadas por meio de empréstimos, somou o valor de 140 bilhões de dólares. O país que mais contribuiu com ajuda foi a Arábia Saudita, com doações somando 60% do auxílio concedido e 40% em forma de empréstimos. Existe uma forte correlação entre os preços internacionais de petróleo e o volume de ODA fornecido. Isso porque, nas décadas de 70 e 80, com as altas nos preços do petróleo e a possibilidade de países árabes acumularem reservas, é possível perceber um aumento nas doações intrarregionais. No Gráfico 2.1 abaixo, pode-se visualizar quais foram os países que mais receberam o auxílio neste período, tendo o destaque da Síria, maior recebedora, somando cerca de 13% das doações neste período – mais de 70% das ODA's totais de todas as fontes são ODA's árabes com destinação para a Síria (ESCWA, 2011, p. 17; WORLD BANK, 2010, p. 2).

Gráfico 2.1– Recebedores do total de ODA de doadores árabes, 1970-2009 (em porcentagem)



Fonte: ESCWA (2011, p. 17).

Um dos motivos pelos quais a Síria chama a atenção de países do Golfo – especialmente, a Arábia Saudita – se dá por conta do seu posicionamento frente o conflito com Israel. Isso porque, “interesses políticos ditam a distribuição da ajuda árabe, de tal forma que a alocação de ajuda pode ser tendenciosa para países que são semelhantes em suas posições de política externa, em particular no que diz respeito a questões relativas ao conflito Árabe-Israelense” (MERTZ; MERTZ, 1983, p. 21¹¹ *apud* NEUMAYER, 2003, p. 136, tradução nossa). Trata-se de uma “*jihad* financeira”, onde países que não se envolvem diretamente no conflito (por meios militares) compensam tal falta (de vontade ou de habilidade) com o apoio financeiro (BARAKAT; ZYCK, 2010, p. 31).

A guerra árabe-israelense de Outubro de 1973 apresenta uma configuração diferente e uma nova organização de poderes. Pela primeira vez, a Arábia Saudita toma parte – em termos físicos e militares. Há ainda, e principalmente, a participação por meio da assistência financeira aos países participantes (Síria e Egito, principalmente); entretanto há também o envio de contingentes para a luta nas Colinas de Golã.

A Arábia Saudita tornou-se uma parte ativa no conflito, no qual evitou vigorosamente o envolvimento direto nas décadas anteriores, sob o risco de uma tensão sem precedentes com seu mais importante aliado global, os Estados Unidos; a decisão foi um claro testemunho da crescente confiança de Riade como um grande poder regional. (SUNAYAMA, 2007, p. 38, tradução nossa).

Destarte, tem-se os dois lados da moeda bem discriminados nesse contexto. De um lado, a Arábia Saudita utiliza-se da “*jihad* financeira” para financiar países que necessitam de

¹¹ MERTZ, Robert Anton; MERTZ, Pamela MacDonald, **Arab Aid to Sub-Saharan Africa**. Boulder: Westview, 1983

recursos, a fim de “terceirizar” uma luta que também é sua, já que se mantém abertamente em apoio dos palestinos. Por outro lado, a Síria se utiliza deste conhecido posicionamento saudita em favor dos palestinos como uma forma de angariar recursos – sejam eles doações de moeda ou envio de material bélico. Isso demonstra a característica rentista militar da política síria, a qual utiliza seu envolvimento na guerra como uma fonte de renda e investimento de outros países.

Com o fim da guerra e o fracasso das forças árabes em conquistar seus objetivos de recuperação das terras ocupadas pelos israelenses, a Arábia Saudita assegura um aumento nas concessões e empréstimos financeiros à Síria. Na Cúpula Árabe de 1974, essa promessa é ampliada e feita de forma coletiva entre todos os Estados produtores de petróleo, resultando em um compromisso de contribuição anual de 2,5 bilhões de dólares aos Estados menos dotados envolvidos no confronto com Israel. Neste mesmo ano, a Arábia Saudita, sozinha, efetuou um empréstimo de 50 milhões de dólares à Síria. Em 1975, a promessa aumentou para 350 milhões de dólares, além de uma assistência de 200 milhões de dólares com a finalidade de auxiliar na compra de armamentos. Esse comprometimento saudita com a causa da Síria incentivou o restante dos Estados do Golfo – os principais Estados produtores de petróleo –, de modo que as doações à Síria aumentaram de 45 milhões de dólares em 1972 para 1,14 bilhões de dólares em 1977 (SUNAYAMA, 2007, p. 38-40). Já em 1979, o montante somava 2 bilhões de dólares (PICARD, 1990).

Em alguns anos, o montante recebido pelo regime sírio representava metade do orçamento do Estado, e rapidamente tornou-se indispensável para igualar o nível de gastos do país. O principal objetivo do subsídio era permitir que a Síria mantivesse um novo equilíbrio estratégico com Israel na frente oriental[...] (PICARD, 1990, tradução nossa).

Este relacionamento entre Arábia Saudita e Síria comumente tem a definição de um relacionamento paradoxal. De um lado, expunham-se opiniões completamente diferentes sobre questões políticas na região, além de que possuíam ideologias distintas. A Síria, como um Estado secular, socialista, defendendo o nacionalismo árabe e governado por um presidente com sua origem em um grupo minoritário. Já a Arábia Saudita como um Estado conservador que defende sua legitimidade através do wahabismo islâmico¹² e que,

¹² “Wahabismo geralmente se refere a um movimento sunita islâmico que busca purificar o islamismo de quaisquer inovações ou práticas que se desviem dos ensinamentos do século VII do profeta Maomé e seus companheiros. No Ocidente, o termo tem sido usado principalmente para denotar a forma de islamismo sunita praticada na Arábia Saudita e que se espalhou recentemente para várias partes do mundo. Na maioria das nações predominantemente muçulmanas, no entanto, os praticantes que aderem a esta crença preferem chamar-se [...]salafistas. [...]” (BLANCHARD, 2007, tradução nossa).

frequentemente, suspeita das mensagens emitidas pelo socialismo árabe e pelo grupo alauíta. Por outro lado, Síria e Arábia Saudita demonstravam possuir uma espécie de aliança, mesmo que fosse de difícil manutenção.

Diferentemente, Kandill (2008, p. 444, tradução nossa) acredita que a relação entre Arábia Saudita e Síria, na realidade, se deu por conta do reconhecimento saudita de que a Síria “possuía um arsenal ideológico capaz de tornar sua vida difícil e decidiu combater essa ameaça despejando dinheiro nela”, o que se tonaria outro motivo – além da “*jihad* financeira” – pelo qual a Arábia Saudita se tornou uma grande financiadora da Síria no contexto das guerras árabe-israelenses. Essa ideia, porém, não engloba inteiramente as nuances da relação entre os dois países, posto que, mesmo passando por momentos de discordância (como no posicionamento em relação ao Irã na guerra Irã e Iraque), Arábia Saudita não faltou com o seu compromisso de financiamento da Síria ao longo dos anos.

Assim, mesmo que paradoxal, houve uma aliança entre os países. O que facilitava a formação desta, portanto, era o fato de que “suas principais fontes de legitimidade, ou suas identidades prioritárias, repousavam em fundações relacionadas, mas não idênticas, uma baseada em um conceito de arabismo e outra em islamismo” (SUNAYAMA, 2007, p. 9, tradução nossa), tornando suas identidades similares, sem que houvesse divergências.

O início do contato significativo entre os dois países sucede nos anos 70. Por conta da percepção de uma limitação nas suas capacidades – demograficamente, militarmente, industrialmente e culturalmente – a Arábia Saudita vislumbrou a parceria com o Egito como uma forma de se envolver na região, além de que conseguiria ter uma aliança para protegê-la. A partir deste momento e com o intermédio egípcio, foi possível iniciar conversas com a Síria, uma vez que criar relações amigáveis com ela significaria possuir como aliado um país que oferece um “contrapeso útil ao seu vizinho radical, Bagdá” (SUNAYAMA, 2007, p. 37, tradução nossa). Em 1971, o reino da Arábia Saudita oferece uma ajuda econômica para a Síria no valor de 200 milhões de dólares a qual é seguida, em 1972, pela assinatura de um acordo econômico e de comércio entre os países. Inicia-se o eixo Cairo-Damasco-Riade (SUNAYAMA, 2007, p. 37).

Além do financiamento direto saudita para o regime sírio, há também um financiamento indireto, por meio dos trabalhadores sírios migrados para a Arábia Saudita. Para trabalhadores árabes, países do Golfo desempenham um papel fundamental no oferecimento de oportunidades. “Os trabalhadores vão para o exterior para ganhar e economizar dinheiro, que eles esperam trazer de volta para casa. [...] Mesmo depois da economicamente devastadora Guerra do Golfo, iniciada em 1990, as remessas continuaram

sendo uma fonte crucial de divisas na região” (RICHARDS; WATERBURY, 2013, p. 397, tradução nossa). Uma fonte tão relevante que o valor das remessas da região, no ano de 2001, somou 15 bilhões de dólares, o quíntuplo do valor do Investimento Externo Direto (IED) e mais do que o dobro (6 milhões de dólares) das ODA’s (KAPUR, 2004).

Mesmo com um declínio na demanda por mão de obra estrangeira nos países do Golfo na década de 80, por conta da queda nos preços do petróleo, não houve redução no número de cidadãos que se apresentavam ao mercado de trabalho – principalmente o da Arábia Saudita.

Em nenhum país do CCG [Conselho de Cooperação do Golfo], a tendência geral de aumentar os números absolutos da força de trabalho não-nacional desapareceu, embora os anos individuais mostrem algumas pequenas quedas e picos. Na última década em que há dados disponíveis (1999-2008), o número de trabalhadores migrantes triplicou no Catar e mais do que dobrou no Bahrein e nos Emirados Árabes Unidos. Segundo esses últimos dados, a proporção de estrangeiros nas forças de trabalho dos países do CCG varia de 50% na Arábia Saudita a 94% no Catar (BALDWIN-EDWARDS, 2011, p. 8, tradução nossa).

Essa dinâmica pode ser percebida na Tabela 2.2 abaixo, onde apresenta-se a quantidade e porcentagem de trabalhadores estrangeiros nos países do Golfo. A partir de 1985, analisando-se todos os países do Golfo, é possível destacar que mais da metade da força de trabalho empregada não é nativa destes países.

Tabela 2.2 – Componentes nativos e estrangeiros da força de trabalho do CCG, 1975-2008 (000)

		1975	1985	1990	1999	2008*
Arábia Saudita	Nacionais	1027	1440	1934	3173	4173
	Estrangeiros	773	2662	2878	4003	4282
	<i>Total</i>	<i>1800</i>	<i>4102</i>	<i>4812</i>	<i>7176</i>	<i>8455</i>
	% estrangeiros	42,9	64,9	59,8	55,8	50,6
Kuwait	Nacionais	92	126	118	221	351
	Estrangeiros	213	544	731	1005	1742
	<i>Total</i>	<i>305</i>	<i>670</i>	<i>849</i>	<i>1226</i>	<i>2093</i>
	% estrangeiros	69,8	81,2	86,1	82	83,2
Bahrein	Nacionais	46	73	127	113	139
	Estrangeiros	30	101	132	194	458
	<i>Total</i>	<i>76</i>	<i>174</i>	<i>259</i>	<i>307</i>	<i>597</i>
	% estrangeiros	39,5	58	51	63,2	76,7
Omã	Nacionais	137	137	189	312	276
	Estrangeiros	71	300	442	503	809
	<i>Total</i>	<i>208</i>	<i>467</i>	<i>631</i>	<i>815</i>	<i>1169</i>
	% estrangeiros	34,1	64,2	70	61,7	74,6
Catar	Nacionais	13	18	21	36	72
	Estrangeiros	54	156	230	244	1193
	<i>Total</i>	<i>67</i>	<i>174</i>	<i>251</i>	<i>280</i>	<i>1265</i>
	% estrangeiros	80,6	89,7	91,6	87,1	94,3
EAU	Nacionais	45	72	96	124	455
	Estrangeiros	252	612	805	1165	2588
	<i>Total</i>	<i>297</i>	<i>684</i>	<i>901</i>	<i>1289</i>	<i>3043</i>
	% estrangeiros	84,8	89,5	89,3	90,4	85
Total	Nacionais	1360	1896	2485	3979	5466
	Estrangeiros	1393	4375	5218	7144	11072
	<i>Total</i>	<i>2753</i>	<i>6271</i>	<i>7703</i>	<i>11093</i>	<i>16538</i>
	% estrangeiros	50,6	69,8	67,7	64,1	66,9

*Nota: Kuwait, dados de 2009; Bahrein, dados de 2010 (somente os empregados)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Baldwin-Edwards (2011, p. 9)

Especificamente, a migração síria para a Arábia Saudita teve início nos anos 70 e aumentou radicalmente até 1981, resultando em um retorno de remessas que variava entre 600 e 900 milhões de dólares anualmente. Na década de 80 e início da década de 90, porém, esses valores decresceram, mas ainda eram significativos, figurando entre 350 e 400 milhões de dólares (SUNAYAMA, 2007, p. 39; PERTHES, 1995, p. 33).

A partir dos anos 90, com a crise e a guerra no Golfo, as doações vindas destes países retornaram de maneira determinada. Tratava-se de um momento em que a Síria buscava melhorar as relações com o Egito e os países do Golfo, especialmente a Arábia Saudita, o que justifica sua participação na guerra do Kuwait. Assim, já no final de 1990, este e Arábia Saudita transferiram para a Síria entre 2,5 e 3 bilhões de dólares, em troca da continuação do

auxílio militar na crise. Grande parte do valor recebido foi investido no aperfeiçoamento do exército, contudo também contribuíram na melhoria da situação econômica (ZISSER, 2001, p. 62; 79). No período de 1991-1992, o auxílio financeiro dos países do Golfo para a Síria somava 1,5 bilhão de dólares (PERTHES, 1995, p. 34).

Quanto aos valores do auxílio financeiro saudita para a Síria, a partir da década de 80, houve um decréscimo, “principalmente devido a fatores políticos, ou seja, o apoio da Síria para o Irã durante a guerra do Iraque-Irã. Os fluxos decrescentes de fontes árabes foram em grande parte substituídos por doações iranianas [...]no valor de até US\$ 1 bilhão por alguns anos” (PERTHES, 1995, p. 34, tradução nossa).

2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

A Síria independente foi marcada por uma intensa desigualdade entre as zonas rurais e urbanas – sendo as urbanas habitadas, naquele momento, pela elite e burguesia, enquanto as zonas rurais eram habitadas por camponeses. Essa segmentação social foi marcada também por uma clivagem étnica-religiosa, uma vez que a burguesia do centro era sunita, enquanto os camponeses eram compostos por diversas minorias (alauítas, drusos, ismaelitas, cristãos, entre outros).

A condição de desigualdade social entrelaçada com a desigualdade étnica e religiosa forneceu amparo para a formação do partido Ba’ath. Fundamentado em ideais socialistas e de igualdade, o Ba’ath aproveitou o contexto em que se inseria para ascender ao poder. Este contexto diz respeito a uma soma de fatores que favoreceram a sua ascensão: a desigualdade social e a percepção dos camponeses de sua existência; a dificuldade da elite sunita de se consolidar no poder; a configuração do próprio partido, que abrangia, principalmente, as minorias desprezadas; e a radicalização do exército, também composto, majoritariamente, por essas mesmas minorias – visto que se tratava de uma carreira que possibilitava ascensão social, o que atraía mais a atenção das minorias excluídas do sistema do que dos burgueses do centro.

O Ba’ath, então, assume o poder em 1963, entretanto, ainda vivenciou dificuldades na manutenção do seu poder. Havia uma divisão interna no partido que o impedia de se manter coeso uma vez que se encontrava no poder. Essa situação, contudo, chegou ao fim, em 1970, com o golpe promovido por Hafez Al-Assad. A partir da participação do exército, também radicalizado, Assad conseguiu assumir a presidência e, por meio de uma fórmula de ação que, por vezes, contemplava características paradoxais – uma vez que pregava ideais nacionalistas

árabes para abranger toda a população, mas, ao mesmo tempo, demonstrava características particularistas, voltadas para os alauítas, grupo étnico-religioso a que pertence –, logrou consolidar o poder de forma que o mesmo permanece nas mãos da coalizão que criou, mesmo depois de sua morte. Além de características paradoxais como parte da sua “fórmula de sucesso”, o governo de Assad também apresentava, de um lado, características que se mantêm no campo das ideias ou dos discursos, mas não são percebidas na prática (os ideais ba’athistas e pan-arabistas), e, de outro lado, características que não são abertamente divulgadas, mas são percebidas na prática do governo (como a alauização, percebida por meio da patronagem do clientelismo nas práticas paroquialistas). Por esse motivo, entender os métodos empregados por ele é interessante para avaliar o seu estabelecimento no poder.

Primeiramente, é importante entender a prática de patronagem pelo governo de Assad. Trata-se de uma prática focada no “patrocínio” (como indicaria a tradução literal desta palavra) a determinados grupos da sociedade, os quais têm relevância para o governo e o apoiam. Esse patrocínio pode se dar no formato de apoio, concessão de privilégio ou, até mesmo, com a cessão de cargos significativos – como cargos governamentais, das forças armadas, entre outras posições – para membros deste grupo.

O grupo ao qual se refere – que tem relevância para o governo – forma uma coalizão que dispõe de indivíduos de diferentes origens e características. Essa coalizão, contudo, possui como característica comum o apoio a Assad. Trata-se de um grupo que contempla, principalmente, membros do grupo étnico-religioso alauíta, do qual Assad e sua família fazem parte, mas também pessoas próximas que sempre acompanharam o presidente em sua caminhada ao poder – nem sempre alauítas.

Esta rede de patronagem ligada ao governo, além de garantir maior acesso a cargos e benefícios, estabelece uma relação clientelista com este. O clientelismo é outra prática do governo e se baseia na criação de uma relação de troca entre o patrão (o governo) e o cliente (a rede), onde aquele buscará atender os interesses de sua clientela, privilegiando-a em detrimento de outros grupos. Assim, com o uso de interesses políticos em benefício das redes clientelistas, dando maior importância aos vínculos pessoais e à lealdade, o regime recebe, em troca, o apoio dos seus clientes e um fortalecimento da sua coalizão. Assad também usa dispositivos de conformidade para forçar sua aceitação. Como afirmou Lisa Wedeen (1999, p. 146), com este dispositivo, os cidadãos toleram seus líderes e são obrigados a os apoiar, visto que, se não o fizerem, correm o risco de sofrerem punições. Estas práticas caracterizam, então, o paroquialismo do regime de Assad e podem ser percebidas como as bases para o fenômeno da alauização.

Outro aspecto importante no que diz respeito ao governo de Assad é o papel das forças armadas, tanto externamente quanto internamente. Com a revolução encabeçada por Assad, há um endurecimento e uma profissionalização do exército – uma vez que tinha um papel importante nas disputas internacionais, em especial contra Israel.

As forças armadas se mantiveram submissas ao governo e elas não foram confiados assuntos políticos, de modo a garantir que seu papel prioritário fosse o militar e de defesa – e, também, de modo a evitar disputas pelo poder internas. Outra maneira por meio da qual Assad garantiu que as querelas por maior poder e relevância dentro do exército cessassem foi com a nomeação de pessoas de confiança para patentes altas do exército. Levando em consideração que o exército, da mesma forma que o governo, de maneira geral, funcionava de forma autoritária, uma vez que havia centralização do poder nas mãos destas patentes altas, Assad, recorrendo a essas nomeações, garantia que seus interesses e diretrizes se propagassem dentro do exército também.

No que diz respeito ao papel internacional das forças armadas, seu principal objetivo se encontrava na contínua luta contra Israel – uma disputa que acontecia desde 1948, quando aconteceu a primeira guerra Árabe-Israelense. A Síria sempre demonstrou estar na frente de batalha contra Israel – tanto pela defesa da causa palestina quanto por conta da tomada de seu território, as Colinas de Golã, por Israel em 1967.

Para que se mantivesse à frente da batalha contra Israel, a Síria necessitava de investimento externo. Dessa maneira, a Arábia Saudita, também um país árabe defensor da causa palestina, inicia a “*jihad* financeira”, onde oferece financiamento aos países árabes envolvidos na batalha – uma vez que não se envolve militarmente nelas. Por outro lado, a atração de capital na Síria é feita pelo *rentismomilitar*, ou a ideia de se manter na frente da batalha contra Israel, a fim de angariar auxílio externo para investimento nas suas forças militares.

A partir dessas características explícitas do governo de Assad, o conformismo forçado sobre sua população, o paroquialismo, traduzido pela patronagem pelo clientelismo, enraizado na maneira como age em relação à coalizão de apoiadores e com as forças armadas, é possível perceber o início de uma dinâmica interna na Síria que será denominada como alauização. Através do enaltecimento da coalizão de apoiadores e do seu posicionamento em cargos relevantes para o governo, Assad garante que seus interesses estejam sempre sendo garantidos em todos os âmbitos da sociedade e, inclusive, no contexto regional. Todas as características apresentadas anteriormente como parte da fórmula de sucesso do governo,

somadas ao caráter *rentista* das suas forças armadas, que atrai investimento internacional, reforçam cada vez mais essa dinâmica interna, consolidando ainda mais o poder a sua volta.

3 A ALAUIZAÇÃO DA POLÍTICA SÍRIA

A alauização na Síria é um processo interno de extrema importância para o entendimento das dinâmicas regionais e internacionais. Trata-se de um processo que se fortaleceu após a Revolução Corretiva de 1970, a qual leva Hafez Al-Assad ao poder – e o fornece certa liberdade de atuação nos quadros mais altos do governo. Desse modo, e por meio das práticas paroquialistas de Assad, anteriormente vistas, benefícios são fornecidos a determinados grupos sociais – os quais possuem proximidade com Assad. Assim, a alauização, por mais que seja um termo que remeta, *a priori*, à religião – na realidade não se centra neste contexto. Refere-se, então, ao acesso privilegiado à política, à economia e ao setor militar dos membros do grupo étnico-religioso alauíta.

Para entender quais são os fatores que possibilitam este processo de alauização na Síria, é necessário entender as estruturas sociais, econômicas, políticas e militares que permitiram o desenvolvimento deste fenômeno. Assim, na primeira seção será explorada a indiferenciação entre famílias influentes e os diversos poderes (econômico, político e militar, por exemplo) no Oriente Médio. Desse modo, será possível perceber como a prática de nepotismo, por exemplo, é comum na política dos países da região, além de, é claro, dar atenção aos grandes conglomerados e oligopólios, onde os proprietários são as grandes famílias.

Na segunda seção serão expostas as consequências do Consenso de Washington em diversos países do Oriente Médio. O Consenso de Washington diz respeito a uma série de medidas indicadas por pensadores estadunidenses como formas de superar o atraso econômico nos países de Terceiro Mundo. Muitos desses que aplicaram as medidas aconselhadas não obtiveram os resultados esperados em termos de crescimento e desenvolvimento. Por esse motivo, trata-se de uma questão interessante de ser analisada, principalmente, por conta dos efeitos que tiveram sobre a Síria, levando a crises econômicas e problemas internos.

A terceira seção tratará especificamente dos processos de abertura econômica na Síria. Concerne uma análise importante, visto que a Síria passou por reestruturações econômicas em dois momentos, e ambos tiveram motivações e consequências distintas – contribuindo para o contexto sírio de hoje. No segundo programa de liberalização econômica adotado pela Síria, motivado pelas medidas neoliberais presentes no Consenso de Washington, entende-se que a alauização atinge seu ápice, de modo que alauítas ingressam nos grandes setores da economia.

A quarta seção pretende explicar, de maneira mais detalhada, este processo de alauização, reunindo as informações trazidas nas seções anteriores – uma vez que fornecem

base para o entendimento deste conceito. Dessa maneira, pretende-se corroborar com a ideia de que a alauização é, realmente, um processo presente na Síria, por meio da verificação de qual comunidade os indivíduos que ocuparam cargos de poder – juntamente com e obtendo a confiança de Assad – participavam.

3.1 A (IN)DIFERENCIAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS E PODERES NO ORIENTE MÉDIO

Apesar de escasso, o estudo sobre o envolvimento de famílias nos diversos poderes (seja na economia, por meio dos negócios, ou no governo) é importante, principalmente no Oriente Médio, onde, de acordo com estatísticas, tem-se 95% dos negócios controlados por famílias¹³(DE VRIES; CARLOCK; FLORENT-TREACY, 2007, p. xiii), contribuindo com 60% do Produto Interno Bruto da região e empregando cerca de 80% da força de trabalho (PWC, 2016, p. 6). Ademais, por conta de características paroquialistas e patriarcais de determinados governos, as quais envolvem práticas de clientelismo e patronagem, elucidadas no capítulo anterior, mas também, práticas de nepotismo e de *cronyism*¹⁴, a participação das famílias não se limita somente ao campo privado e econômico, como também ao âmbito público. Esse envolvimento no setor público pode resultar em um controle do governo ou em um aumento da influência sobre este – através da abertura da nomeação de familiares para cargos do governo, das forças do exército ou do partido dominante, por exemplo. Por esse motivo, esta seção pretende analisar o papel das famílias no desenvolvimento econômico e sua influência e envolvimento nos governos do Oriente Médio, demonstrando o seu potencial nos diversos pilares de poder: político, econômico e militar.

No que diz respeito ao âmbito privado e ao desenvolvimento econômico, a participação das famílias no Oriente Médio é de extrema relevância – como mencionado anteriormente, controlam 95% dos negócios na região –, pelo fato de permanecerem na influência das diretrizes econômicas, e também dos governos, mesmo depois de mudanças

¹³ “Estes números baseiam-se na definição de uma empresa familiar como sendo qualquer organização empresarial em que as decisões e a liderança são influenciadas por uma família ou famílias”. (DE VRIES; CARLOCK; FLORENT-TREACY, 2010, p. xiii, tradução nossa). Em muitas empresas, a família pode ter uma participação minoritária, mas, por razões históricas, elas também podem manter uma grande influência na empresa e na comunidade. (DE VRIES; CARLOCK; FLORENT-TREACY, 2010, p. xxiv).

¹⁴ A tradução literal da palavra *cronyism* significa fisiologismo, que seria uma “prática ou tendência para a prática da procura de vantagens pessoais ou favorecimentos privados no desempenho de cargos políticos ou públicos, em prejuízo do interesse público comum (DICIONÁRIO DO AURÉLIO, 2018). Sua ideia no contexto desta dissertação faz mais sentido quando se busca seu significado na língua inglesa, que indica o favorecimento de amigos ou colegas de confiança nestes cargos públicos, também no sentido da procura de vantagens pessoais (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2018).

políticas e estruturais – decorrentes da liberalização econômica ou da recente “Primavera Árabe”, por exemplo (ALAYA; BASLY; SAUNER, 2017, p. 15-16; 18).

Isso se dá por conta da proximidade entre famílias relevantes e governo – nos casos em que as famílias poderosas não se encontram em cargos governamentais, por meio do *cronyism* do nepotismo, e seguem como proprietárias de negócios –, o que faz com que estas gozem de certa liberdade de ação. No caso dos países ricos em petróleo a influência da família sobre o governo é ainda maior, visto que o país não cria uma grande diversidade na sua produção, fazendo com que as famílias acumulem poder abundante e criem monopólios. Estas famílias desfrutam de boas relações com o governo e são, de certo modo, protegidas por ele (ALAYA; BASLY; SAUNER, 2017, p. 18).

No que diz respeito aos outros países da região, por conta da não especialização no petróleo, foi necessária uma diversificação da economia, tornando as novas empresas competitivas internacionalmente e internamente, contra aquelas que eram familiares. Mesmo assim, as empresas que tinham as famílias como proprietárias, mesmo que obrigadas a se modernizarem para se engajarem em competição com as outras, beneficiavam-se de uma relação próspera com os governos – que se dava, de acordo com Alaya, Basly e Sauner (2017, p. 16; 18) por meio da corrupção.

No Egito, por exemplo, com o programa neoliberal que surgiu a partir do Consenso de Washington, no final da década de 80 e início da de 90 – o qual será mais explorado na próxima sessão –, os subsídios fornecidos pelo Estado foram redirecionados e concentrados em círculos cada vez menores. Ao invés de se concentrarem na agricultura ou na indústria, passaram a se concentrar nos financistas e especuladores, de maneira que cerca de doze conglomerados – aqueles que possuíam conexões com o governo – foram beneficiados (MITCHELL, 1999).

O grupo Bahgat é o maior produtor de televisões no Oriente Médio e domina o mercado egípcio. Também concentra suas atividades em hotelaria e no provimento de serviços de internet. Orascom, outro grupo familiar beneficiado, controla onze subsidiárias, incluindo as maiores companhias egípcias de construção privada, de fabricação de cimento, de abastecimento de gás natural, de comércio de armamentos e, até mesmo, a Microsoft e a McDonald’s. “Esses conglomerados produzem bens e serviços acessíveis a somente uma pequena parcela da população egípcia” (MITCHELL, 1999, tradução nossa).

Mesmo com a capacidade de oligopólio e a concentração de poder que possuem, estas empresas, muitas vezes, recebem crédito dos bancos, por vezes sem precisar fornecer estudos credíveis sobre a viabilidade de seus projetos. Enquanto isso, pequenas e médias empresas –

as quais não se beneficiam da patronagem, clientelismo ou corrupção praticados pelo governo e não têm tantos contatos quanto aqueles empresários das grandes corporações familiares – quase não possuem acesso a créditos (WURZEL, 2009, p. 102).

Como ferramenta de análise importante, índices de corrupção nos países do Oriente Médio são resgatados do banco de dados *WorldwideGovernanceIndicators*(WGI), elaborado pelo *World Bank* (2018d). Esse banco de dados analisa a qualidade de governança dos países, por meio dos indicadores voz e responsabilidade (analisa a participação dos cidadãos na escolha dos seus governantes, bem como a liberdade de expressão e da mídia); estabilidade política e ausência de violência e terrorismo (mede a percepção da probabilidade de instabilidade política e/ou violência por motivos políticos, incluindo o terrorismo); efetividade do governo (analisa a qualidade dos serviços públicos e a credibilidade do compromisso dos governos); qualidade regulatória (analisa a efetividade do governo em promover o desenvolvimento do setor privado); estado de direito (reflete as percepções sobre a confiabilidade e respeito às regras da sociedade pelos agentes); e controle da corrupção (analisa até que ponto o poder público é exercido em favor do ganho privado). Assim, a partir das visões de empresas, cidadãos, especialistas, *thinktanks*, ONG's e OI's (Organizações Internacionais) tem-se uma estimativa que varia de -2,5 (para uma governança fraca) até 2,5 (para uma governança forte). Avaliado pelo Banco Mundial, a análise da situação dos países do Oriente Médio por meio desses indicadores pode ser tendenciosa e incompleta. O indicador de voz e responsabilidade, por exemplo, analisa a forma em que os cidadãos participam na escolha de seus representantes, mas não diferencia modelos de governo (monarquias e repúblicas) ou avalia os meios pelos quais as eleições acontecem – verificando se são justas e de ampla participação. Mesmo assim, trata-se de um ponto de partida para a percepção de possíveis problemas na região.

Desse modo, ao examinar as estimativas para os países do Oriente Médio, é possível notar que, para o ano de 2016, em todos os indicadores a maioria se manteve abaixo de zero. Ainda, percebe-se uma clara distinção entre aqueles países ricos em petróleo – os países do Golfo –, apresentando as melhores pontuações (mesmo que esses sejam monarquias, sem a ativa participação dos cidadãos na escolha de seus governantes, como pretende observar o indicador de voz e responsabilidade na Tabela 3.1 abaixo), e os países não especializados na produção de petróleo, com estimativas, geralmente, negativas (WORLD BANK, 2018d).

Tabela 3.1 –Voz e Responsabilidade (2016)

País	Estimativa
Afeganistão	-1,09
Emirados Árabes Unidos	-1,12
Bahrein	-1,45
Argélia	-0,88
Egito	-1,23
Irã	-1,39
Iraque	-1,01
Israel	0,77
Jordânia	-0,76
Kuwait	-0,69
Líbano	-0,52
Líbia	-1,37
Omã	-1,11
Catar	-1,20
Arábia Saudita	-1,78
Síria	-1,96
Tunísia	0,33
Turquia	-0,63
Iêmen	-1,65

Fonte: Elaborado pela autora, com base no *World Bank* (2018d).

No que diz respeito à corrupção, ao verificar a Tabela 3.2 abaixo, é possível confirmar que esta, anteriormente avaliada como um quesito responsável pela proximidade entre governos e famílias e pela contínua vantagem que essas possuem, realmente se faz presente nos países que não são grandes produtores de petróleo (com Afeganistão, Líbia, Síria e Iêmen figurando nas piores estimativas). Em relação ao Egito, apesar de não figurar entre as piores posições, apresenta um número negativo, confirmando a ideia anteriormente vista sobre a proximidade entre empresas e grupos familiares e o governo. A corrupção, portanto, pode conduzir a uma concessão maior de benefícios pelo Estado (por meio dos subsídios) àqueles que, na realidade, não demandam tanto (os grupos familiares), uma vez que já possuem uma participação ativa na economia e no processo decisório das empresas onde atuam.

Tabela 3.2– Controle de Corrupção (2016)

País	Estimativa
Afeganistão	-1,56
Emirados Árabes Unidos	1,28
Bahrein	-0,06
Argélia	-0,69
Egito	-0,63
Irã	-0,72
Iraque	-1,40
Israel	1,06
Jordânia	0,27
Kuwait	-0,20
Líbano	-0,97
Líbia	-1,57
Omã	0,37
Catar	0,92
Arábia Saudita	0,23
Síria	-1,57
Tunísia	-0,12
Turquia	-0,20
Iêmen	-1,67

Fonte: Elaborado pela autora, com base no *World Bank* (2018d).

Em 1977, houve uma deterioração no poder de Hafez Al-Assad, ainda muito incipiente desde a tomada de poder em 1970, por conta de problemas relacionados a “suborno, imposição de influência, peculato, exploração de escritórios e lucros ilegais” (VAN DAM, 2011, p. 73, tradução nossa). Assim, já se percebe o problema da corrupção na Síria, infiltrado nos cargos políticos e promovido por aqueles que, inclusive, eram pessoas próximas a Assad. Na tentativa de mitigar o descontentamento popular, Assad estabelece, então, um Comitê para Investigação de Lucros Ilegais (em inglês, *Committee for Investigation of Illegal Profits*) para investigar esses crimes.

A campanha anticorrupção teve como objetivo extinguir o descontentamento popular com a política econômica do país e a corrupção do governo (já que afetava, também, a burocracia do governo e o setor público). Esta campanha, porém, desde o seu início estava

fadada ao insucesso, uma vez que oficiais indispensáveis na coalizão de Assad – e que se encontravam no alto escalão – também estavam envolvidos nas práticas de corrupção (VAN DAM, 2011, p. 73).

Nesse sentido, caso Assad afastasse ou punisse esses oficiais culpados pelos atos de corrupção, sua posição no próprio governo se enfraqueceria – o que prejudicaria o regime de maneira geral. “Pensou-se, portanto, que seria preferível não prejudicar as posições dos oficiais mais proeminentes, com o resultado de que a credibilidade do regime em lidar com a campanha anticorrupção estava em jogo e seu prestígio novamente danificado” (VAN DAM, 2011, p. 73, tradução nossa).

Outro indicador presente no banco de dados do WGI, que permite uma análise relevante, é o de estabilidade política e ausência de violência/terrorismo, principalmente após a “Primavera Árabe” que tanto alterou a dinâmica da região. Em 2016, os únicos países que tinham estimativa positiva nesse quesito eram Emirados Árabes Unidos, Omã e Catar (com 0,44; 0,80; e 0,87 respectivamente). Já os países que apresentaram a pior estimativa chegaram ao ponto de, até mesmo, exceder o limite imposto (Afeganistão somou o valor negativo de 2,75, Iêmen o valor negativo de 2,79 e Síria quase apresentou uma nova unidade, somando o valor negativo de 2,91 no seu contexto de instabilidade interna e guerra civil). Não é de se espantar que a Síria seja um país que figura com os piores cenários nos indicadores. Devido ao conflito interno que se passa no país desde 2011, é possível perceber que estabilidade política ou efetividade governamental (onde soma a pior estimativa de 1,82 negativo, juntamente com Iêmen) não serão índices que apresentarão os melhores resultados.

Assim, como mencionado anteriormente, por conta de uma proximidade entre estas famílias poderosas, proprietárias dos principais negócios no Oriente Médio, e do governo e de maiores benefícios fornecidos àquelas – por meio da corrupção – tais famílias conseguem aumentar sua capacidade de se relacionar com as esferas política e econômica. Uma vez que a corrupção não é demonstrada de maneira aberta, as famílias asseguram sua reputação e credibilidade, mantêm-se em posições privilegiadas, e têm seus interesses atingidos por conta da aliança formada com os governos – muitas vezes ditatoriais (ALAYA; BASLY; SAUNER, 2017, p. 20).

De acordo com Palaiologos (2017, p. 24; 26), os motivos pelos quais essa configuração das empresas é a mais presente na região se dão pelas conexões políticas sólidas (como mencionado anteriormente, por conta do *networking* que as famílias proprietárias apresentam) e pela preferência cultural (por conta da influência que religião, família e

nacionalismo têm nas sociedades árabes e, conseqüentemente, em como se organizam economicamente).

O mundo árabe envolve vários países e culturas, onde apesar de compartilharem laços culturais e políticos, tendem a ser diferentes, especialmente no nível econômico. No entanto, um dos pensamentos mais importantes para todos os árabes é o da família; é inerente à sua história, cultura e religião, e as famílias reinam tanto na sociedade quanto na política (NASHASHIBI *et al.*, 2001;¹⁵ WELSH; RAVEN, 2006¹⁶ *apud* FAHED-SREIH, 2017, p. 214, tradução nossa).

Levando-se em consideração a importância da família dentro da ótica, até mesmo, dos negócios na região, compreende-se que a sucessão ocorrerá, também, no contexto familiar. Nesse sentido, no “Oriente Médio, o futuro sucessor geralmente é o filho mais velho” (FAHED-SREIH, 2017, p. 217, tradução nossa). Ele é preparado para assumir a posição de liderança desde o momento em que, juntamente com o pai (antes do seu falecimento e da passagem oficial dos negócios), passa a participar das decisões nos negócios e supervisionar os empregados. Além da questão da sucessão, é possível perceber que os membros da família são aqueles que possuem os cargos mais altos dentro dos negócios, de maneira que a transferência de poder atende muito mais “às preocupações biológicas naturais do que às comerciais e é mais ligada à família, não às questões do mercado” (SONFIELD *et al.*, 2010¹⁷, *apud*, FAHED-SREIH, 2017, p. 217, tradução nossa).

A indiferenciação entre famílias e poderes na região também pode ser percebida quando se analisam outros poderes que não aqueles relacionados aos negócios e à economia. É possível, pelas mesmas características averiguadas no sentido das empresas, verificar uma indiferenciação entre família e, por exemplo, o poder público, ou poder político. É claro, em muitos países da região o modelo que opera é o da monarquia, onde a sucessão se dá de pai para filho ou, até mesmo, horizontalmente, entre irmãos. Porém isso também se percebe em países com modelos republicanos e, teoricamente, democráticos.

A maneira pela qual as famílias na política conseguem facilitar o controle do poder é por meio de práticas nepotistas, clientelistas de *cronyism* (o favoritismo de amigos, independentemente de suas qualificações), e de patronagem, que permite que benefícios sejam concedidos a parcelas da população para que, em troca, forneçam o seu apoio ao aparato

¹⁵ NASHAHIBI, K., BROWN, W., FEDELINO, A. Export performance and competitiveness in Arab countries. In Z. Iqbal (ed.), **Macroeconomic issues and policies in the Middle East and North Africa**. Washington: International Monetary Fund, 2001, p. 263–303.

¹⁶ WELSH, D. H.; RAVEN, P. Family business in the Middle East: an exploratory study of retail management in Kuwait and Lebanon. **Family Business Review**, p. 29-48, 19(1), 2006.

¹⁷ SONFIELD, M. C.; LUSSIER, R. N.; FAHED-SREIH, J. Planning for succession in family businesses: a comparison of Arab/Islamic and US practices. **International Journal of Business and Globalisation**, p. 313-330, 15(3), 2015.

governamental. A Síria, como visto anteriormente, é um país em que se observam todas estas práticas e, além disso, há também a estratégia de dominação baseada na conformidade coercitiva – também explorada no capítulo anterior. Essa é a maneira pela qual o regime de Assad pai percebeu uma forma de controlar aquela parcela da população que não recebe benefícios e se mostra descontente com esta configuração do governo – formada pelo presidente e seus familiares e amigos. Por meio dessa prática, Assad consegue provocar, através do medo, a obediência da população. Assim, a possibilidade de utilizar estes artifícios para garantir a conservação do poder torna o envolvimento das famílias no âmbito político mais facilitado.

O resultado dessas práticas é a corrupção, uma vez que os funcionários do governante são escolhidos não pelas suas aptidões, mas pela sua proximidade com o governante (por isso, muitas vezes, encontram-se membros da família, amigos, colegas de trabalho ou indivíduos envolvidos na proteção do governante ou na sustentação do regime). As posições que lhe são atribuídas (e se elas são acompanhadas de autoridade) dependem da sua submissão ao governante. “Embora tais regimes possam, de muitas maneiras, ser considerados modernos, o que os caracteriza é a fraqueza de legitimação tradicional e jurídico-racional e a falta de justificativa ideológica” (CHEHABI; LINS, 1998, p. 7, tradução nossa).

Essa maior liberdade da qual desfrutam os governantes na aplicação destas práticas, torna necessária a proteção do seu regime contra os descontentamentos da sociedade. É por esse motivo que se cercam de pessoas de sua confiança (familiares, amigos, entre outros) no aparato governamental, além de indivíduos, tão leais, que se envolvem com o uso da violência a fim de garantir a permanência do regime. Esses indivíduos podem fazer parte do exército oficial (que possui relação com o governo central) ou podem, até mesmo, integrar milícias privadas. No caso da Síria, por exemplo, é possível perceber uma relação entre o exército e o governo central (já que, como visto no capítulo anterior, foi através do vínculo entre o partido Ba’ath – mais especificamente entre Hafez Al-Assad – e o exército que a Revolução Corretiva de 1970 aconteceu), além de que Assad também possui uma força especial que responde diretamente a ele – e não às forças armadas. Essa força especial garante a segurança de seu governo, fiscalizando as outras forças armadas contra qualquer tipo de insurgência.

Já no que tange à presença de familiares de Hafez no poder, é possível perceber o envolvimento de seu irmão, Rif’at Al-Assad, nas forças armadas – mesmo que a relação entre eles não tenha sido sempre afetuosa. Em 1977, Rif’at era tenente-coronel das forças armadas, e também um dos maiores beneficiários das atividades de corrupção reportadas (as quais o Comitê para Investigação de Lucros Ilegais fora criado para investigar e que, na realidade,

não investigaria muitas dessas por conta das pessoas que as praticavam). Na década de 80, a posição de Rifʿat era de chefe das Companhias de Defesa (em inglês, *Defense Companies*), as quais agiam como uma proteção primária do regime – uma força paramilitar –, tendo, então, como objetivo a defesa do governo de Assad de ameaças internas e externas e contando com 55 mil soldados pesadamente armados. Eram consideradas as forças mais bem preparadas na Síria (VAN DAM, 2011, p. 119).

A situação entre Hafez e seu irmão, Rifʿat, porém, piorou ao longo dos anos. Em 1983, o presidente Hafez Al-Assad ficou seriamente doente e a questão da sua sucessão se tornou bastante aguda entre os membros do governo. O presidente indicou que um comitê integrado por seis homens fosse formado – e não considerou inserir seu irmão nele, por conta das características imprudentes e notoriamente corruptas dele. “Parecia provável que o Presidente Hafez Al-Assad, em vista das características de Rifʿat, na verdade não queria que seu irmão o sucedesse, e, portanto, achou melhor não incluir Rifʿat no comitê de seis homens” (VAN DAM, 2011, p. 119, tradução nossa).

Receosos com a possível morte do presidente, e as consequências que ela poderia trazer, os generais alauítas se voltaram para Rifʿat buscando liderança. Além disso, por conta de descontentamentos com o comitê de seis homens criado por Assad, esses generais tentaram reunir o Comando Geral da Síria para que ele substituísse o papel do comitê – e trouxesse Rifʿat para o centro do processo decisório, por conta da sua participação no Comando. Rifʿat interpretou o repentino apoio dos generais alauítas como uma lealdade cega a sua liderança, de modo que começou a se preparar para a tomada de poder (caso Hafez falecesse) acreditando que, caso esse cenário se passasse, os generais continuariam demonstrando seu apoio (VAN DAM, 2011, p. 120).

Enquanto isso, porém, Hafez Al-Assad mostrou sinais de recuperação, fazendo com que os generais alauítas voltassem sua atenção para ele e esquecessem o apoio que haviam concedido a Rifʿat – passando, inclusive, a considerá-lo uma possível ameaça. Desse modo, Hafez, uma vez recuperado, ordenou que Rifʿat fosse mantido sob vigilância, enquanto este se agarrava no poder que ainda lhe restava – chegando ao ponto de, inclusive, travar uma batalha entre suas Companhias de Defesa e as forças especiais e a guarda presidencial (VAN DAM, 2011, p. 120-121; ZISSER, 2001, p. 157).

Assim, Rifʿat foi, juntamente com outros dois homens, nomeado para a vice-presidência. Apesar de parecer um cargo de importância, na realidade, veio como um rebaixamento na carreira de Rifʿat, porque foi acompanhado do desmantelamento das Companhias de Defesa e não forneceu nenhuma claridade a Rifʿat sobre quais seriam seus

deveres e obrigações. Tratava-se, somente, de uma forma de mantê-lo por perto, sob controle e sem nenhum poder em suas mãos. Após uma última tentativa de tomada de poder por Rif'at, em 1984, o Presidente Hafez Al-Assad se envolveu pessoalmente e, em 1985, ordenou o exílio do irmão (VAN DAM, 2011, 121; ZISSER, 2001, p. 157).

As desavenças entre os irmãos Assad são um ponto importante para se entender o papel das famílias na análise dos poderes no Oriente Médio. Mesmo com choques entre eles, Hafez Al-Assad ainda mantinha seu irmão em cargos importantes do governo. Internamente, parecia como uma forma de manter o controle sobre ele, porém, externamente, mostrava para a população síria a fortaleza da família, a qual, dificilmente seria destituída ou destruída – ainda mais levando em consideração a preparação para a sucessão com, inicialmente, o filho mais velho de Hafez, Basil, e, após sua morte, a sucessão com Bashar Al-Assad, atual presidente.

Basil Al-Assad, na década de 90, havia se tornado a “mão direita” do seu pai. Além disso, após se tornar mais visível aos olhos do público – uma forma de prepará-lo para o papel de Presidente que, acreditavam, viria a tomar – o filho primogênito nunca era associado aos escândalos de corrupção, de modo que a população poderia ver nele uma escolha acertada como governante. “Basilaté certo ponto cumpriu a função simbólica de um ideal nacional para uma nova geração síria” (VAN DAM, 2011, p. 130, tradução nossa). Essa foi a forma através da qual Assad esperava assegurar o futuro do seu regime e a continuação dos planos que havia estabelecido (ZISSER, 2001, p. 153). Em 1994, por conta de um acidente de carro, Basil morre e junto com ele se vão este ideal nacional e a ideia de que ele poderia suceder o seu pai no poder (VAN DAM, 2011, p. 130).

O seu segundo filho mais velho, Bashar Al-Assad, passou a ser considerado pelos oficiais próximos à Hafez como o sucessor natural. Para tanto, seria necessário que ascendesse na carreira militar – o que aconteceu rapidamente. 10 meses após a morte de seu irmão mais velho, Bashar alcançava o patamar de oficial comandante (capitão) na Academia Militar, e, em 1995, foi promovido a major na guarda presidencial – e todas essas promoções eram publicizadas. “[...] Bashar era aparentemente encarregado de responsabilidades militares maiores do que seria justificado para sua categoria” (VAN DAM, 2011, p. 131, tradução nossa).

Com a morte de Hafez, em 2000, o cenário se organizou de forma que o caminho para a ascensão de Bashar à presidência fosse facilitado – acomodando todos os aparatos estatais e instituições para esse fim –, de modo que o regime permanecesse intacto, fortalecendo ainda mais a ideia de influência das famílias no poder público, mesmo em democracias. Assim, no

dia seguinte à morte de seu pai, Bashar foi promovido a Tenente-Geral e Comandante Supremo das Forças Armadas, além de ter sido escolhido pelo partido Ba'ath como um candidato à presidência. Um mês depois da morte de Hafez Al-Assad, seu filho, Bashar, foi eleito presidente da Síria.

Grandes apoiadores militares alaúitas de Hafez Al-Assad e seus respectivos dependentes aceitaram o filho do presidente Al-Assad, Bashar, como uma figura unificadora, simbolizando seu desejo de continuar o legado do ex-presidente e evitar uma dissensão prematura dentro do grupo alaúita (VAN DAM, 2011, p. 133, tradução nossa).

Assim, consegue se compreender a importância das famílias no Oriente Médio, seja em âmbitos econômicos ou públicos – inclusive, para democracias. A ideia de passar o poder para alguém que, não necessariamente, vá garantir a continuidade do legado ao qual as elites estão acostumadas não atrai seguidores. Por esses motivos, a partir da morte daquele que se encontra no auge do poder, seja ele qual for, é possível perceber uma movimentação entre a elite e aqueles que cercavam esta pessoa, de modo a garantir uma sucessão suave para alguém que seja confiável na preservação do mesmo *status quo*. Alguém que seja da mesma família passa, portanto, essa segurança.

3.2 O CONSENSO DE WASHINGTON E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ORIENTE MÉDIO

Por conta de um atraso econômico experimentado pelos países do Terceiro Mundo, grandes economistas concordaram em um grupo de medidas neoliberalizantes, as quais deveriam ser empregadas por estes países para se recuperarem e voltarem a um patamar de crescimento. Essas medidas formam o que ficou conhecido como Consenso de Washington, termo cunhado em 1989 por John Williamson em uma conferência no Instituto de Economia Internacional (em inglês, *Institute for International Economics*). A literatura tem um enfoque muito grande nas consequências das adoções dessas medidas na América Latina; porém, não se deve esquecer que se tratou de uma prática amplamente divulgada entre os países do Terceiro Mundo e com resultados para todos aqueles que a aplicaram.

No Oriente Médio, estas repercussões são comumente negligenciadas pelos estudiosos que focam seu trabalho no Consenso de Washington e nos seus impactos, entretanto, atentar para estes nesta região é fundamental para o entendimento de diversos cenários que, hoje, são tão comuns entre os países. Por esse motivo, esta seção tem por objetivo verificar o que foi o

Consenso de Washington, ou seja, quais eram essas medidas que deveriam ser empregadas pelos países economicamente prejudicados, trazendo a atenção para as consequências que tiveram em países, especificamente, do Oriente Médio. A ideia é de entender o impasse pelo qual a região passava: por um lado, enfrentavam a estagnação de suas economias e o declínio do PIB e das taxas de crescimento; por outro lado, após a adoção de algumas das práticas contidas no Consenso de Washington, no que ficou conhecido como *infithah*¹⁸, ou o programa de liberalização econômica da região, enfraqueceram o modelo autocrático particular que haviam construído (DAHI, 2011).

Assim, “o conceito básico do Consenso de Washington era de que os mercados promoviam melhor crescimento do que os Estados” (RICHARDS; WATERBURY, 2013, p. 228, tradução nossa) e ele era considerado uma resposta aos desequilíbrios macroeconômicos associados ao crescimento de, principalmente, países de Terceiro Mundo. Para superar estes problemas as soluções que apresentava eram: a estabilidade macroeconômica, maior abertura ao comércio internacional, privatização de empresas estatais e medidas que reduziram o papel do Estado de maneira geral. Por meio de medidas neoliberais e pela crença de que o mercado “se auto ajusta”, esperava-se que a prática de tais medidas aumentasse os investimentos externos nestes países e a produção de bens para exportação – que geraria mais empregos – o que os inseriria na competição internacional, tendo como resultado o crescimento de suas economias.

O Consenso de Washington era tratado tanto como um consenso quanto como vindo da cidade de Washington, porque as medidas estavam acordadas entre o âmbito político – o Congresso e membros da administração dos EUA –, o âmbito financeiro – os técnicos das instituições financeiras, as agências econômicas estadunidenses e o sistema de bancos centrais dos EUA (o *Federal Reserve Board*) – e o que poderia ser considerado o âmbito acadêmico, por meio dos *thinktanks* – todos presentes na maior potência, os EUA (WILLIAMSON, 1990, p. 1).

Eram dez os pontos iniciais em que o Consenso se baseou os quais lidavam com instrumentos de política, em vez de objetivos e resultados. Eram eles: disciplina fiscal, reorientação de gastos públicos, reforma tributária, liberalização da taxa de juros, taxas de

¹⁸ A *infithah* ficou conhecida como uma política de “portas abertas” ou uma política de liberalização econômica que se espalhou na região do Oriente Médio nas décadas de 80 e 90, a partir da influência do Consenso de Washington. Tratavam-se de políticas neoliberais de estabilização e ajuste estrutural, por meio do relaxamento do controle econômico e do encorajamento do setor privado, para que se conseguisse superar a crise financeira e econômica que assolava a região. Refletiu, então, um afastamento parcial do Estado do seu papel de empreendedor e provedor do bem-estar social à população (BEININ, 2009, p. 20; KIENLE, 1994, p. 5).

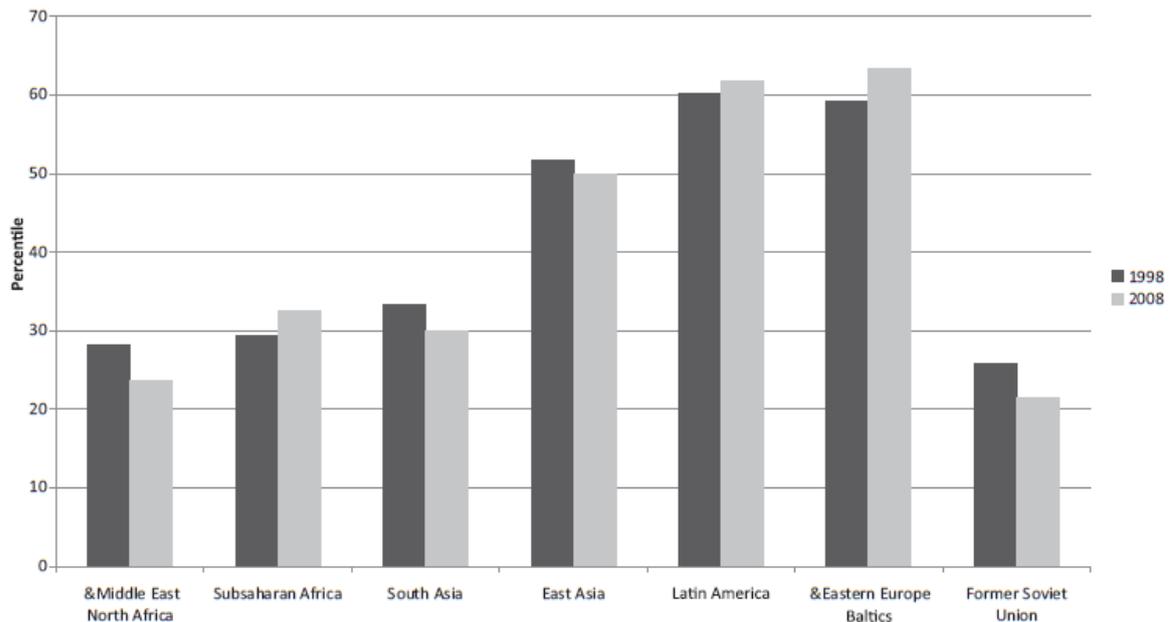
câmbios unificadas e competitivas, liberalização do comércio, abertura para investimentos diretos, privatização, desregulamentação e garantia de direitos de propriedade.

No que diz respeito à disciplina fiscal, Williamson (1990) argumenta que um déficit fiscal é aceitável, desde que não aumente em relação ao PIB do país. Isso porque, altos déficits estão relacionados com problemas macroeconômicos, como a inflação, déficit de pagamentos e fuga de capitais.

[Estes altos déficits] não resultam de nenhum cálculo racional dos benefícios econômicos esperados, mas da falta de coragem política ou honestidade para igualar os gastos públicos e os recursos disponíveis para financiá-los. A menos que o excesso esteja sendo usado para financiar investimentos em infraestrutura produtiva, um déficit orçamentário operacional superior a cerca de 1 a 2% do PIB é evidência *prima facie* de falha de política (WILLIAMSON, 1990, p. 3, tradução nossa).

Uma forma de avaliar como os governos lidam com o déficit fiscal é através do indicador “voz e responsabilidade” do banco de dados WGI do Banco Mundial (HENRY; SPRINGBOARD, 2010, p. 67). Em 1998 e 2008, Oriente Médio e Norte da África (na sigla em inglês, MENA) tiveram pontuações piores que qualquer outra região, com exceção da antiga União Soviética, como pode ser visto no Gráfico 3.1 abaixo.

Gráfico 3.1– Voz e Responsabilidade por região, 1998,2008

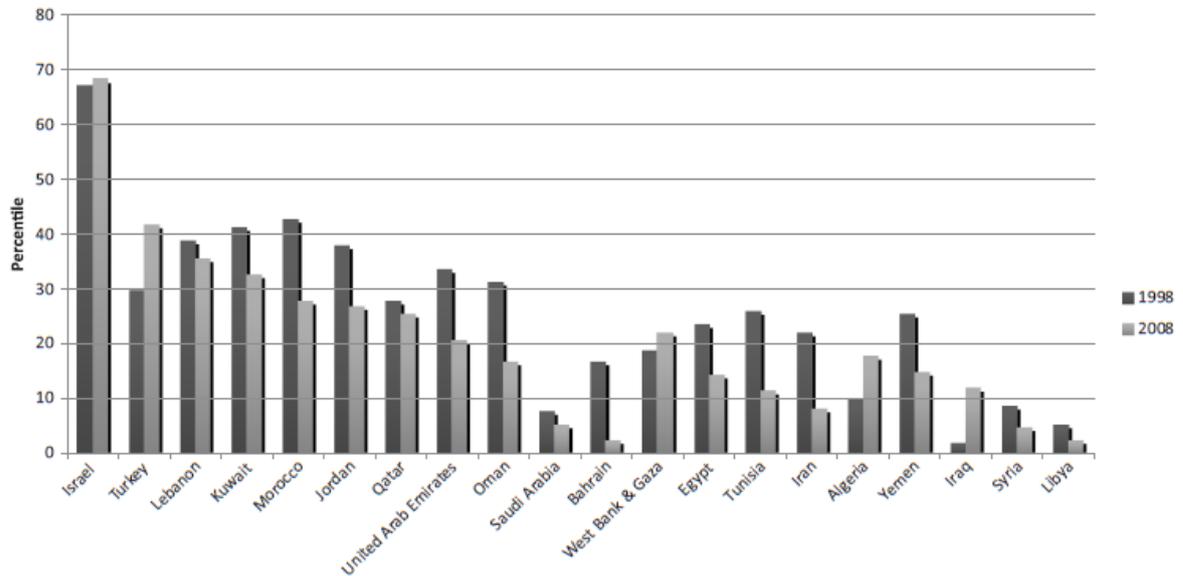


Fonte: Henry; Springboard (2010, p. 68)

Faz-se uma divisão entre os países que se torna clara quando eles são analisados separadamente (Gráfico 3.2). Percebe-se que aqueles que figuram entre os líderes no quesito “voz e responsabilidade” são os classificados como países democráticos (Israel, Turquia, Líbano). Os Estados “*bunker*”, como denominam os autores – aqueles que governam por meio da coerção, visto que não possuem autonomia ou formação social –, estão nas últimas posições (Argélia e Iraque) juntamente com os Estados classificados como “*bullies*” (Egito e Tunísia), aqueles que possuem administração e formação social forte, porém que também dependem de forças militares/de segurança. Em últimas posições também se encontram as repúblicas pretorianas (Líbia, Síria, Iêmen, Irã), que são aqueles que rejeitaram suas elites em favor de novas economias políticas. E, por último, têm-se as monarquias (Bahrein, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), os países que, com exceção da Arábia Saudita e do Bahrein, apresentam as melhores pontuações depois dos países democráticos.

O que é notável no Gráfico 3.2 é a clara diminuição do indicador entre 1998 e 2008 (somente Israel, Turquia, Cisjordânia e Gaza, Argélia e Iraque tiveram melhoras). Todos os países, entretanto, independentemente de serem considerados autoritários ou democráticos, enfrentam dificuldades que limitam suas taxas de crescimento econômico. As políticas dos *bunkers* têm capacidades estatais insuficientes e sociedades civis inadequadas, conseqüentemente não conseguem ser eficazes no desenvolvimento econômico. Os *bullies*, apesar de disporem de capitalismo recém-desenvolvidos e de alguns recursos por meio dos quais conseguem se globalizar, não conseguem interagir de maneira eficiente internacionalmente por conta de seus líderes. As monarquias, apesar de um capitalismo mais robusto, buscam a preservação do seu poder pessoal e das conexões familiares. Assim, todos apresentam seus entraves e obstáculos, resultando em uma participação da sociedade distinta em cada país, o que ocasiona, por consequência, uma medida de déficit fiscal e a própria liberdade de lidar com este déficit desigual – e inferior, na maioria dos países e à medida que os anos passam.

Gráfico 3.2– Voz e Responsabilidade por país, 1998, 2008



Fonte: Henry; Springboard (2010, p. 71)

Em relação à reorientação de gastos públicos, entende-se que a categoria que mais necessitaria o corte de gastos é a de subsídios, enquanto gastos produtivos se encontrariam nas áreas de saúde, educação e no investimento em infraestrutura pública (WILLIAMSON, 1990, p. 4). Apesar de fazer sentido priorizar os gastos nestas áreas em detrimento dos subsídios, o que se observou nos países de Terceiro Mundo foi o contrário. Ao visualizar o benefício que o subsídio pode gerar em curto prazo – com o retorno que o setor subsidiado pode oferecer – pretere-se despesas nas outras áreas que, apesar de serem responsáveis por enormes benefícios para a população e o país de maneira geral, não demonstram retorno no curto prazo.

Outro ponto relevante a ser discutido sobre o Consenso de Washington é o da política comercial. Sustentava-se que uma economia voltada para a competição internacional e para o comércio mundial deveria promover a liberalização das importações. Isso porque o licenciamento de importações é considerado como uma das piores formas de protecionismo, pelo fato de incentivar diversos tipos de corrupção. Dessa maneira, Williamson (1990, p. 6-7) defende que o livre comércio seria o modelo ideal a se seguir. Em 1960, porém, prevalecia o modelo internacional de substituição de importações nos países de Terceiro Mundo e, especificamente, nos países do Oriente Médio. Quando o consenso internacional mudou de maneira a favorecer a liberalização do comércio e um desenvolvimento voltado para a exportação, países dessa região encontraram maiores dificuldades para adotar tais políticas.

Protegidos direta ou indiretamente pelas receitas petrolíferas e pelas rendas estratégicas da região, eles demoraram mais do que seus colegas da Ásia Ocidental ou da América Latina a se engajarem nas várias formas de ajustes estruturais adotados pelas instituições financeiras internacionais (HENRY; SPRINGBOARD, 2010, p. 2, tradução nossa).

Um dos motivos pelos quais houve uma demora na adaptação dos países do Oriente Médio à liberalização do comércio se dá por conta da diversificação das suas economias. Grande parte dos países dessa região tem dependência no setor petrolífero, de modo que o livre comércio pode colocar tanto suas exportações quanto fabricantes locais em risco – “[...] está longe de claro, para a maioria dos países árabes, se os benefícios do livre comércio realmente superam os seus custos, como afirmam o FMI e o Banco Mundial” (HENRY; SPRINGBOARD, 2010, p. 48, tradução nossa).

Outro problema que se apresentava nestes países no tocante à abertura para o comércio internacional e ao desenvolvimento voltado para a exportação, era que muitos destes países possuíam dependência de um ou poucos produtos (geralmente matéria-prima para alimentos e/ou produtos manufaturados), os quais representavam uma grande parcela do PIB.

Já em relação aos investimentos estrangeiros diretos, o Consenso argumenta que há uma necessidade de se manter aberto a eles, visto que podem trazer capital, habilidade e *know-how*, por meio da produção de bens necessários para o mercado interno ou da contribuição de novos produtos para a exportação. “A principal motivação para restringir o IED é o nacionalismo econômico, que Washington desaprova, pelo menos quando praticado por países que não os Estados Unidos” (WILLIAMSON, 1990, p. 7, tradução nossa). De maneira geral, porém, são poucos os países da região que apresentam uma combinação adequada de transparência e responsabilidade política para atrair investimentos externos, como é possível notar pelos indicadores do Banco Mundial.

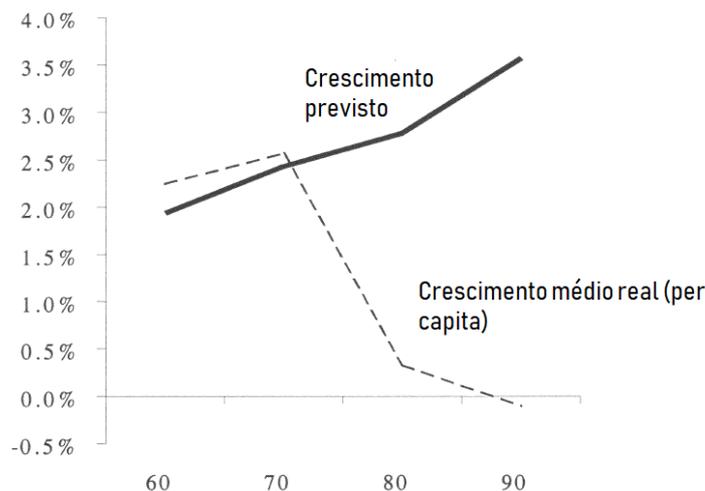
A privatização, também proposta no Consenso, pode ser percebida, na realidade, como parte de uma política realizada pelo próprio Estado – apesar de significar a venda de empresas estatais. Nas décadas de 80 e 90, o contexto regional do Oriente Médio indicaria que essa seria uma prática governamental para escapar dos efeitos da crise fiscal, além de, é claro, atender às pressões internacionais de globalização (AYUBI, 1997, p. 3).

Estes seriam alguns dos dez pontos indicados pelo Consenso de Washington para que economias atrasadas se recuperassem. Com a ampla adoção de determinados pontos – e certo desapontamento com os resultados – criaram-se dez elementos adicionais, conhecidos como parte do Pós-Consenso de Washington. Eram eles: governança corporativa, anticorrupção, mercados de trabalho flexíveis, adesão às disciplinas da Organização Mundial do Comércio

(OMC), adesão a códigos e normas financeiras internacionais, abertura “prudente” de contas de capital, regimes cambiais não intermediários, metas independentes de bancos centrais/de inflação, redes de segurança social, direcionamento para a redução da pobreza.

A partir da aplicação de alguns dos pontos e a verificação do resultado, percebeu-se que, em muitos países, o desenvolvimento começou a cessar e, em alguns casos, a recuar. Além disso, os crescimentos significativos do PIB voltaram a decair a partir da década de 80. As décadas de 80 e 90 foram caracterizadas por William Easterly (2001) como as “décadas perdidas”, visto que fracassaram na tentativa de aperfeiçoar o crescimento. Parte deste fracasso pode ser percebido no Gráfico 3.3 abaixo apresentado por Easterly (2001, p. 136), onde, entre 1960 e 1979, o crescimento per capita de países em desenvolvimento era de 2,5%. Já entre 1980 e 1999 decaiu para 0,0%.

Gráfico 3.3– Crescimento per capita previsto versus real para países em desenvolvimento



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Easterly (2001, p. 136).

“O Consenso de Washington não parecia levar ao tipo de crescimento que seus defensores previram com confiança, nem foi necessário ou suficiente para as acelerações do crescimento” (RICHARDS, WATERBURY, 2013, p. 231, tradução nossa). Instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, entretanto, continuavam a propagar a mensagem neoliberal como uma maneira de resolver estes problemas na região. A preocupação com a política econômica e com a pressão internacional fez com que os países do Oriente Médio negligenciassem sua população trabalhadora e camponesa. “A própria linguagem dos ‘camponeses e trabalhadores’, outrora um suporte proeminente do modelo de governo autoritário populista, desapareceu do léxico dos regimes

incapazes ou não dispostos a cumprir o contrato social” (DAHI, 2011, tradução nossa). Tendo em consideração que o Consenso de Washington era tanto uma indicação de medidas macroeconômicas para atingir a estabilidade, quanto se tratava da busca de uma boa governança, e somando o aumento nos preços de alimentos em 2007, compreende-se porquê revoltas eclodiram em diversos países na região, levando até o surto na Tunísia, em 2011, que deu início à conhecida “Primavera Árabe” (DAHI, 2011).

Os programas voltados para a busca da estabilidade econômica trouxeram cortes nos orçamentos estatais e no gasto social – o que fez com que os governos voltassem sua preocupação para as demandas das áreas urbanas, das classes médias altas e das elites. A distribuição de renda se polarizou. O Estado não conseguia fornecer serviços anteriormente proporcionados nem conseguia assegurar os suprimentos de mercadorias para toda a população, “[...] enfraquecendo os termos do contrato social estabelecido na era do autoritarismo populista e do desenvolvimento liderado pelo Estado” (BEININ, 2009, p. 32, tradução nossa).

A Turquia, por exemplo, ao mesmo tempo em que foi pioneira na adoção de política de substituição de importações, foi precursora na adoção de políticas do Consenso de Washington, tentando integrar-se na economia global. Assim, ao liberalizar o comércio e o capital, foi atingida pela indisciplina fiscal, que levou à necessidade de empréstimos do setor bancário – o qual se endividou externamente para atender a essa necessidade. A crise financeira que assolou o país entre os anos 1994 e 2001 foi tamanha que qualquer crescimento do PIB não chegava aos crescimentos das décadas de 50, 60 e 70 (crescimento na década de 90 foi de 3,9%, enquanto na década de 50, 60 e 70, foi de 7,1%, 5,4% e 4,7%, respectivamente). Outros problemas, além da estagnação no crescimento econômico, assolaram o país: desemprego e inflação (KEYDER, 2004, p. 68).

O crescimento de 3,9% da década de 90 é conhecido como um “crescimento sem emprego”, uma vez que a taxa de desemprego nesta década somava cerca de 7,6%. Em 2002, após a crise de 2001, este número saltou para 10,3%. No que diz respeito à inflação, entre os anos de 1994 e 1997, manteve-se em 90% (BORATAV; YELDAN; KOSE, 2000, p. 25).

A situação na Turquia mudou com a vitória de Recep Tayyip Erdoğan, pelo Partido para a Justiça e o Desenvolvimento (AKP). Criticando a corrupção, a má administração e a crise econômica que assolava o país e gerava insatisfação popular, o AKP garantiu a vitória nas eleições de 2002. Erdoğan, então, adotou medidas de disciplina fiscal e conseguiu retomar o crescimento no país – mesmo que ele permanecesse um “crescimento sem emprego” e que

as dívidas turcas continuassem altas, em cerca de 50% do PIB (RICHARDS; WATERBURY, 2013, p. 237).

O Egito, “a mãe da liberalização árabe” (AYUBI, 1997, p. 129), também foi um dos primeiros países a adotar medidas do Consenso, através da sua *infitah*, em 1974. Diferentemente do que pregavam as políticas neoliberalizantes, o Estado egípcio não parou de interferir na economia. Contrariamente, passou a tratar estas políticas como políticas públicas, regulando a privatização e a esfera econômica – de maneira que bancos, companhias de seguro, companhias petrolíferas, companhias ferroviárias e de telecomunicação, a companhia aérea nacional e o Canal de Suez, por exemplo, não participaram da onda de privatizações (AYUBI, 1997, p. 130-133). É interessante perceber que este papel do Estado no subsídio das políticas neoliberais não foi criticado pelo FMI (MITCHELL, 1999).

Além disso, o país conseguiu se beneficiar da Guerra do Golfo, na década de 90, quando adotou um pacote de estabilização e ajuste estrutural convencional, sob os auspícios do FMI. A partir desse acordo, o Egito conseguiu uma significativa redução na dívida que tinha com o FMI (20 bilhões de dólares) e o perdão de 7 bilhões de dólares de dívida militar que tinha com os EUA. Esse alívio de dívidas somado a uma reforma bancária são os pontos centrais para a melhoria da situação econômica no Egito (RICHARDS; WATERBURY, 2013, p. 247). Dessa forma, a economia que vinha apresentando declínio desde 1983, passa a crescer a partir de 1993 – ano em que apresenta um crescimento do PIB de 2,9%, comparado com 0,3% no ano de 1992. Por outro lado, a população teve de pagar o preço dessa melhoria econômica, uma vez que o neoliberalismo só aconteceu por meio de restrições de direitos políticos, eleições fraudulentas, negação de oposição política, remilitarização do poder e intimidação de direitos humanos (MITCHELL, 1999).

Em relação ao Irã, por conta da guerra que travou com o Iraque de 1980 a 1988, muitos problemas surgiram – o PIB do país em 1988 era metade do seu PIB de 1977. O crescimento do PIB no ano de 1988 era de -9,5%. Um dos pontos relevantes da análise da guerra é a centralidade do Estado no processo decisório, inclusive no que dizia respeito à economia. O governo implementou controle de preços, racionamento de bens de consumo, adotou uma taxa de câmbio supervalorizada, regulamentou as importações e iniciou um controle sobre os bancos. Muitas empresas, nesta época, foram nacionalizadas. Em 1990-1991, as empresas públicas somavam 73% do valor industrial, 72% dos empregos e 64% dos investimentos (RICHARDS; WATERBURY, 2013, p. 254).

Os problemas que o país enfrentou na década de 80 e 90 estavam relacionados à revolução, às políticas estatistas e aos preços do petróleo. Nessa época a inflação subiu para

23% no ano de 1996 e o empréstimo externo também aumentou de 4 bilhões para 22 bilhões de dólares em apenas 4 anos (de 1990 a 1994), chegando a somar 34% do PIB neste último ano. Com o aumento nos preços do petróleo em 1999, a situação obteve pequenas melhoras, com a queda da inflação e um aumento no PIB (RICHARDS; WATERBURY, 2013, p. 254-255).

No Iraque, a situação foi similar. Na década de 60, muitas empresas foram nacionalizadas – inclusive empresas responsáveis pela extração de petróleo. Isso somado ao fato de que os preços do petróleo quadruplicaram na década de 70, fizeram com que o Estado controlasse cerca de 80% do PIB iraquiano em 1977. No início da década de 80, então, o Estado era predominante no comércio interno e, inclusive, no internacional, além de controlar os bancos e os serviços financeiros (AYUBI, 1997, p. 140-141).

Diferentemente dos outros países, a *infitha* iraquiana aconteceu antes mesmo do Consenso de Washington ser divulgado. Ela se deu na década de 70 e teve como preocupação a questão agrária, de modo que em 1978 não existiam mais fazendas coletivas. Na década de 80, o setor privado iraquiano ainda era muito dependente do Estado – a maioria da produção agrícola e das indústrias de processamento de alimentos eram privatizadas (AYUBI, 1997, p. 141-142).

Com estes exemplos, é possível perceber os efeitos do Consenso de Washington em alguns dos países do Oriente Médio. Mesmo que muitos não tenham conseguido adotar todas as medidas ou, mais importante, diminuir a interferência do Estado na economia, muito se tentou no que dizia respeito ao envolvimento no comércio mundial, às privatizações ou na abertura para investimentos diretos. Mesmo assim, os resultados não foram tão significativos nem tão otimistas. Em realidade, eles foram relativamente decepcionantes. Em alguns países o desempenho econômico vislumbrou melhorias, contudo, em nenhum país o crescimento foi amplo o suficiente para reduzir as taxas de desemprego ou trazer aumentos significativos nos salários e no padrão de vida da população (RICHARDS; WATERBURY, 2013, p. 258).

3.3 AS *INFITAH'S* SÍRIAS

No que diz respeito aos efeitos do Consenso de Washington e às liberalizações econômicas na Síria, é possível perceber que houveram dois momentos – um anterior ao Consenso e um posterior ao mesmo e influenciado por ele. Por esse motivo, decidiu-se criar uma seção distinta, de modo a descrever estes processos que se passaram no país e avaliar como se deram suas duas *infithah's*, ou suas duas “políticas de portas abertas”.

Na década de 60, após a tomada de poder pelo partido Ba'ath, a Síria passou por muitas nacionalizações. Elas se deram, inicialmente, em resposta aos confrontos de 1964, porém continuaram até 1965, com a nacionalização de mais de 120 empresas. Tratava-se de uma política de governo mais ligada a uma reação contra aqueles cidadãos que representavam ameaças à nova administração que se instalou do que um programa de desenvolvimento econômico. “Ao mesmo tempo, essas nacionalizações representavam um aviso de que a velha elite, já privada de seu poder político, também poderia perder sua base de poder econômico se não se mostrasse disposta a cooperar com o novo regime” (PERTHES, 1995, p. 39, tradução nossa). Por meio das nacionalizações, o regime também via uma forma de controlar a classe trabalhadora das indústrias, de modo a fortalecer ainda mais sua base de apoio. Assim, com os gastos do governo atingindo quase 41% do PIB – comparado aos 23% no ano de 1963 – o governo se tornou o maior ator na economia (PERTHES, 1995, p. 38-41).

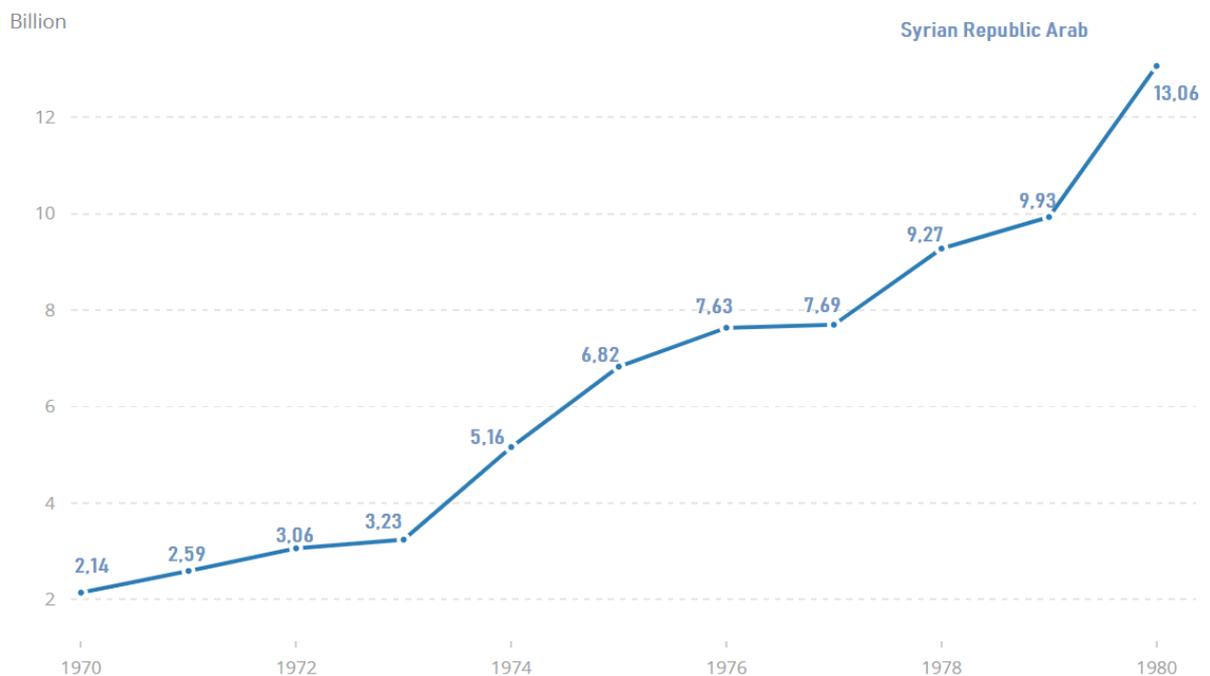
Essa política de governo se alterou a partir do momento que Hafez Al-Assad toma o poder, na Revolução Corretiva, em 1970. Isso porque a ideia de economia política de Assad, propagada e conhecida pela população, era de, internamente, aumentar a participação do setor privado e, externamente, abrir a economia para o Ocidente. Assim, com o Estado ainda ocupando um papel fundamental, deu-se início a uma política de substituição de importações na Síria, na década de 70 – o que caracteriza a primeira *infītah* (PERTHES, 1995, p. 41). Tratava-se de um período otimista para a economia síria, apresentando crescimentos no PIB (Gráfico 3.4) e nas trocas internacionais (PÖLLING, 1994, p. 16).

O Gráfico 3.4 abaixo mostra o momento notável pelo qual a Síria passava. Com o aumento dos preços do petróleo e um aumento de influxos de capital de fontes no exterior (auxílio árabe, crédito facilmente disponível no mercado financeiro internacional, e remessas de trabalhadores situados fora do país), a Síria na década de 70 (com exceção apenas do ano de 1977) apresentou uma *infītah* com bons resultados: aumentos reais no PIB, maior envolvimento com o comércio internacional, inclusive com a assinatura de um tratado com a União Soviética, que resultou no fornecimento de apoio militar que não conseguiria receber dos países do Ocidente (PÖLLING, 1994, p. 16; PERTHES, 1994, p. 46-47).

Esse período glorioso pelo qual a Síria passava, porém, começou a enfrentar dificuldades. A maior aproximação com a URSS em um período de Guerra Fria, marcou a Síria como sendo um país anti-Ocidente. Além disso, a eclosão da revolução iraniana em 1979, o início de uma guerra entre Irã e Iraque e a proximidade entre Síria e Irã – diferentemente de vários países árabes – isolaram a Síria regionalmente. Internamente, havia uma deterioração da balança de pagamentos, além da negligência com a questão agrária –

devido ao foco que se empregava na abertura comercial e no investimento da indústria e da infraestrutura. Todos esses fatores levaram ao fim da primeira *infitahe* contribuíram para um momento de crise que obrigou a Síria a buscar maior participação do setor privado, a fim de superar estes obstáculos (PÖLLING, 1994, p. 18; PERTHES, 1994, p. 48-49). “Na década de 70, ao contrário de meados dos anos 80, não havia necessidade econômica ou financeira urgente de reformas de mercado e desregulamentação na Síria para gerar divisas externas” (PÖLLING, 1994, p. 16, tradução nossa).

Gráfico 3.4 – PIB da Síria em bilhões de dólares (1970-1980)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do *World Bank* (2018a).

Destarte, a segunda *infitah*, que ocorre entre a década de 80 e 90, dá-se a partir da soma de problemas distintos, mas Perthes (1994, p. 70) chegou a afirmar que a principal preocupação seria com a falência do Estado. No final da década de 70 e início da década de 80, a queda nos preços do petróleo, a inflação que assolou o país – e afetou o salário de grande parte da população –, as práticas do regime que se tornaram expostas ao público – a corrupção, o nepotismo e o enriquecimento ilegal da elite – e, ainda, a intervenção síria no Líbano, a qual foi extremamente criticada internamente, resultaram em sérios problemas políticos (como a insegurança sentida pelo regime) e, também, econômicos. A situação era tão grave que o país se encontrava, entre os anos 1979 e 1982, a beira de uma guerra civil (PERTHES, 1995, p. 53; 137; SUKKAR, 1994, p. 27).

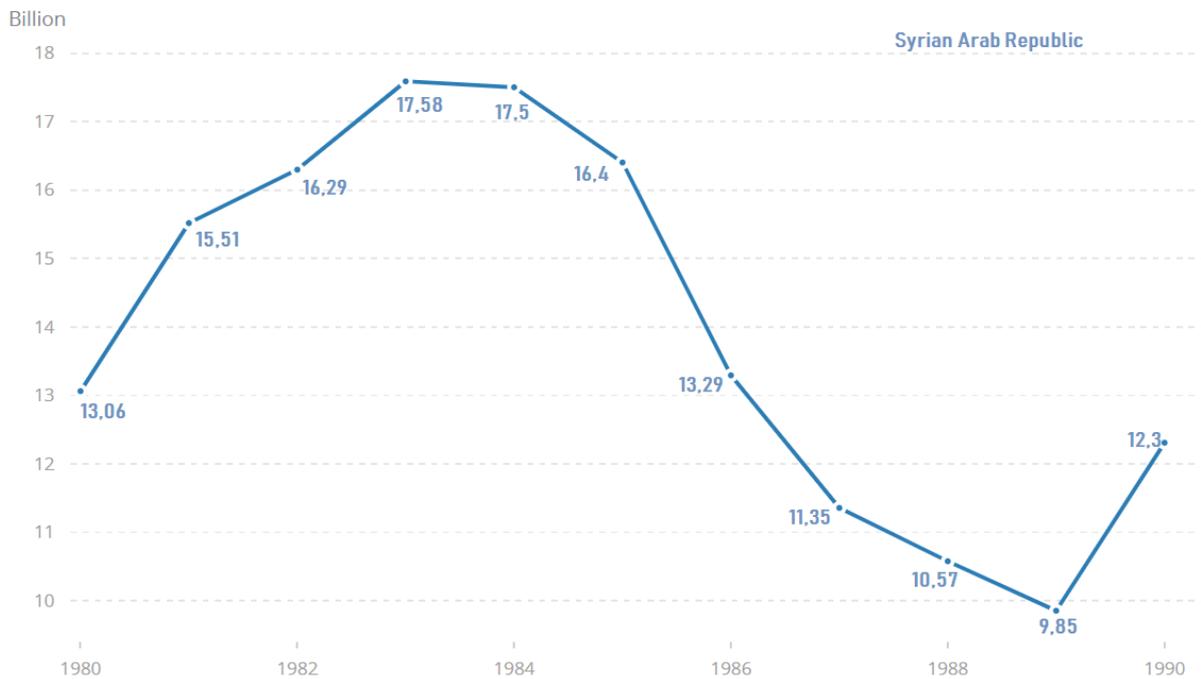
É possível perceber muitos destes problemas por meio da análise do PIB do país nesta década (Gráfico 3.5). Nos primeiros anos, a Síria ainda apresentava crescimento no PIB e sua economia, entre 1982 e 1985, apresentou um crescimento médio de 1% ao ano (SUKKAR, 1994, p. 27). Apesar de serem demonstrados como crescimento, em uma análise geral não se tratava de um contexto esperançoso. Isso porque, à medida que a economia crescia em uma base de 1%, a população crescia por volta de 3,4% ao ano – de modo que a renda per capita decrescia anualmente (SUKKAR, 1994, p. 27). Dessa forma, os problemas se tornaram mais evidentes e o PIB, a partir de 1983, passou a sofrer declínios até o final da década – com um declínio agudo entre os anos de 1985 e 1986 (SUKKAR, 1994, p. 28).

Mesmo que entre os anos 1980 e 1983, o PIB tenha apresentado crescimento, em termos percentuais os problemas já apareciam. O crescimento anual do PIB em 1981 era de 8,5%, em 1982 caiu para 2,6% e continuou decrescendo até 1984 quando alcançou um crescimento negativo – ou decrescimento – de -6,5%, com a pior porcentagem da década – no Gráfico 3.5 este é o momento em que o PIB começa a declinar sem perspectivas de subida até o fim da década (IMF, 2018).

No Gráfico 3.6 abaixo é possível verificar as variações nos percentuais de crescimento anual do PIB na Síria e atentar para o fato de que a década de 80 é a que apresenta os piores percentuais em toda a análise de dados (que segue até o ano de 2010). Além disso, a década de 80 é a que mais apresenta uma inconstância nos percentuais, variando entre crescimentos abruptos (como o crescimento de 1988, de 12,7%) e os piores índices registrados (-6,5% para o ano de 1984 e -6,1% para o ano de 1989) (IMF, 2018).

Levando em consideração que o governo tinha de lidar com uma diminuição dos recursos públicos e dos orçamentos de austeridade, viu-se obrigado a abrir a economia gradualmente ao setor privado, abandonando alguns de seus instrumentos de controle e diminuindo as importações – o que deu, realmente, início à segunda *infitah*. Essas medidas foram baseadas nos pontos indicados pelo Consenso de Washington e, por serem indicações das organizações financeiras mundiais e das grandes potências, eram percebidos como a solução para que os países do Terceiro Mundo conseguissem se inserir mais firmemente no comércio internacional e diminuir os desequilíbrios neste setor.

Gráfico 3.5– PIB da Síria em bilhões de dólares (1980-1990)



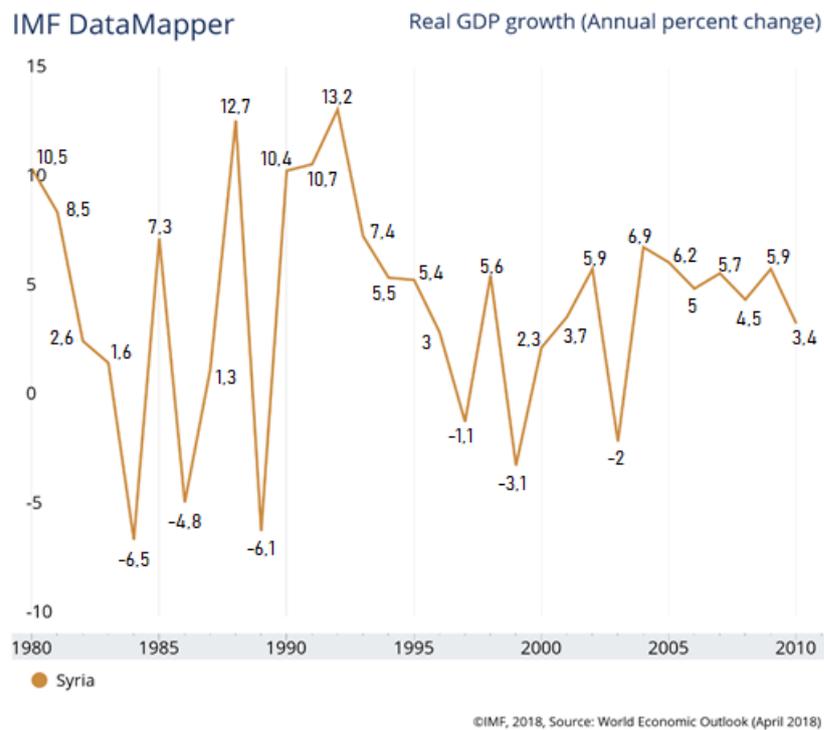
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do *World Bank* (2018b)

Por esses motivos, investiu-se na desregulamentação, em reformas comerciais, em ajustes da taxa de câmbio, na redução de subsídios, na liberalização de preços e no desenvolvimento de uma estratégia voltada para a exportação. Como pode ser percebido na Tabela 3.3, entre os anos de 1970 e 1985, as exportações sempre estiveram abaixo das importações (o valor das exportações somava entre 40% e 60% do valor das importações). No ano de 1990 essa situação teve uma drástica mudança, de modo que as exportações ultrapassaram as importações, somando mais que o dobro dessas (PERTHES, 1995, p. 53; 55-56; 63; 137; PÖLLING, 1994, p. 14; SUKKAR, 1994, p. 27; 32).

Além disso, por meio da promulgação da Lei no. 10 de 1991, a qual encorajava o investimento produtivo, foi possível acelerar o crescimento e a participação do setor privado na economia síria – uma vez que o setor público falhava nas atividades burocráticas e na interferência política (PÖLLING, 1994, p. 19). A Lei no. 10 estipulava condições e objetivos para a expansão e o investimento produtivo do setor privado – principalmente no comércio internacional e na indústria. Assim, deveriam ser investimentos que gerassem crescimento, criassem novos empregos, promovessem a substituição de importações ou fossem voltados para a exportação e, finalmente, deveriam contribuir para a transferência de tecnologia e *know-how*. Essa confiança dada ao setor privado – em uma época em que o setor público era visto como ineficiente – se dava por conta da maior eficiência e rentabilidade que prometia,

além de providenciar melhores salários e treinamento aos trabalhadores. Por outro lado, setores considerados estratégicos para o Estado – o setor bancário, petrolífero e a indústria manufatureira – continuaram sendo de responsabilidade pública, mesmo que pouco progresso tenha sido feito na sua transformação (PÖLLING, 1994, p. 20; 23; SUKKAR, 1994, p. 32; 35; PERTHES, 1994, p. 47).

Gráfico 3.6– Crescimento real do PIB (variação percentual anual)



Fonte: IMF (2018).

Um dos pontos que se mostra relevante é que, apesar de cumprir algumas das medidas trazidos pelo Consenso de Washington, “[...] até o momento, a Síria nunca permitiu que doadores bilaterais ou instituições financeiras internacionais interferissem de maneira substancial em suas políticas econômicas, nem negociou auxílio para os programas de reforma econômica” (PERTHES, 1995, p. 203, tradução nossa). Assim, mesmo nos anos anteriores à segunda *infitah*, em que a crise era uma realidade e a guerra civil, uma possibilidade, a Síria não reivindicou auxílio do FMI – uma vez que tal auxílio viria com a necessidade de comprometimento com alguma reforma específica recomendada por esta organização (PERTHES, 1995, p. 203).

Tabela 3.3– Comércio exterior e exportação de petróleo (em milhões de dólares)

	1970	1980	1985	1990	1992
Exportação total	203	2.108	1.637	4.221	3.100
Exportação de petróleo (e derivados)	34	1.662	1.212	1.907	2.151
Importação	350	4.118	3.967	2.062	3.498

Fonte: Elaborado pela autora com base em Perthes (1995, p. 30)

Com a adoção destas diversas medidas, a fim de recuperar a economia – mas, mais importante, com o aumento da produção e da exportação de petróleo –, a Síria, a partir de 1986, começou a perceber decrescimentos em termos de moeda cada vez menores – o que é possível constatar no Gráfico 3.5. Havia um aumento na preocupação com as condições de vida da população, de modo que o governo passou a investir na infraestrutura (principalmente em projetos voltados para a eletricidade, água, comunicação, transporte, saúde e educação) (ZISSER, 2001, p. 189).

Dessa forma, é possível perceber a diferença entre as duas *infatih*'s que ocorreram na Síria. A primeira se dá na concentração de riqueza e poder nas mãos do governo (com a arrecadação do governo e os altos preços de petróleo) e passa a ter como objetivo uma redistribuição das riquezas. “[...] recursos públicos pareciam quase ilimitados, e o Estado, liderando o desenvolvimento econômico, abria ou expandia campos existentes de atividades do setor privado de acordo com suas próprias prioridades sociopolíticas e econômicas” (PERTHES, 1994, p. 55, tradução nossa). Já a segunda se dá em um contexto mais pessimista, com a Síria em crise, e o governo sofrendo com a impopularidade, a incapacidade de gestão e os modestos orçamentos. A necessidade, neste caso, era outra: a de buscar formas de se manter no poder, com recursos privados, e meios de suprir as demandas da população.

Na década de 70, as políticas de *infatih* serviam como meio de distribuir os crescentes impostos políticos e de petróleo da Síria; na década de 1980, o objetivo era mobilizar recursos privados nacionais para compensar a incapacidade do Estado não apenas para manter as estratégias de crescimento lideradas pelo Estado, mas também para garantir o suprimento de bens de consumo importados e insumos de produção (PERTHES, 1995, p. 62, tradução nossa).

Como resultado da segunda *infatih* pode-se perceber um real aumento do envolvimento do setor privado no comércio exterior. Em 1980 somando 10% do total de comércio exterior, figurava com mais de 20% em 1986 e 45% em 1990. O crescimento do setor privado foi acompanhado de uma redução da participação do setor público. Essa alteração não se deu somente por conta da substituição de parcelas de participação entre os setores, como também

por uma crescente inabilidade estatal de liderar o desenvolvimento econômico. “Sendo forçados a viver com orçamentos de austeridade durante a maior parte da década de 80, os gastos com o desenvolvimento tiveram de ser reduzidos, o emprego na administração e no setor público limitado, e os subsídios cortados” (PERTHES, 1994, p. 62, tradução nossa).

Além disso, a liberalização econômica, além de ter como necessidade a superação da crise econômica, também surge como uma forma de reconstruir a burguesia empreendedora. “[...]a liberalização não pode ir muito longe sem a reconstrução de uma burguesia empreendedora que, estando disposta a investir, pode fornecer uma alternativa viável ao setor público” (HINNEBUSCH, 1994, p. 101-102, tradução nossa). Essa é mais uma força que estimula a segunda *infithahna* Síria – mesmo que ainda se trate de uma burguesia “incompleta e fraca” (HINNEBUSCH, 1994, 102-103).

3.4 A ALAUIZAÇÃO NA POLÍTICA SÍRIA

A partir da reunião das seções anteriores é possível entender o processo denominado alauização na Síria. A ideia de que há uma indiferenciação entre famílias e poderes no Oriente Médio e que as medidas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington podem fornecer maior liberdade para o setor privado preparam a base para um processo mais fortalecido de alauização.

A alauização a que se refere é um processo que se torna presente com Hafez Al-Assad no poder, um alauíta. Assim, por conta das práticas paroquialistas de seu governo, com foco na formação de relações patrão-cliente – que, por meio do benefício concedido a determinadas categorias da população, angaria apoio político e garante sua sobrevivência no poder – Assad assegura maiores privilégios aos alauítas, os quais compartilham dos mesmos laços comunitários. Em um país com uma pluralidade étnica e religiosa tão marcada, é difícil não notar uma dinâmica como essa, que passa a exaltar um grupo minoritário (VAN DAM, 2011, p. 1; ZISSER, 2001, p. 30). A ideia de alauização não está centrada na religião. O regime de Assad, efetivamente, não exalta publicamente sua religião alauíta em detrimento de outras. A alauização está muito mais conectada com fatores políticos, no sentido da promoção do clientelismo, do nepotismo e do *cronyism*, de modo a conceder maiores privilégios aos membros desta comunidade minoritária – da qual Assad faz parte e onde possui suas maiores conexões individuais (amigos, familiares e colegas).

Vários são os motivos que contribuíram para a existência de diversos grupos religiosos e étnicos na Síria. Um deles é o fato de que a região da qual a Síria faz parte foi palco do

nascimento das três principais religiões monoteístas: o judaísmo, o cristianismo e o islã. Além disso, trata-se de uma região exposta a diferentes conquistas por grupos populacionais (árabes, curdos, mongóis e turcos), estando sempre no centro de disputas e movimentos tribais. Outro ponto é que a falha na comunicação em áreas de difícil acesso e a falta de uma autoridade central forte contribuíram para a preservação de religiões, tribos, línguas e, em muitos casos, até da própria família (preservados, também, por conta da lealdade ao local, ao território). (VAN DAM, 2011, p. 1-2; ZISSER, 2001, p. 6).

[O Império Otomano] era composto de um grande número de grupos locais, tribais, linguísticos e religiosos. No todo, esses grupos formaram comunidades fechadas. Cada um era um "mundo", suficiente para seus membros e exigindo ao máximo fidelidade. Os mundos se tocavam, mas não se misturaram uns com os outros; cada um olhava para o restante com desconfiança e até ódio (HOURANI, 1947, p. 22, tradução nossa).

Os privilégios concedidos aos alauítas podem ser encaixados em vários setores. Muitos membros desta comunidade tiveram melhora na sua condição socioeconômica, tendo maior acesso à educação; outros, mais próximos à Assad, foram alocados em posições no exército ou no próprio partido, por meio de uma maior abertura política e militar.

A melhora nas condições econômicas pode ser percebida quando se olha a situação da região de Latakia – majoritariamente alauíta. Em 1970, apenas 10% dos lares da província de Latakia tinham acesso à água potável; quinze anos depois, o número era de mais de 70% e estradas haviam sido construídas para todas as aldeias. Quando Hafez estava na escola, poucos indivíduos trabalhavam na única indústria da região – uma indústria de tabacos. Já em meados da década de 80, 40 mil empregados trabalhavam em empresas do setor público no processamento de alimentos e na fabricação de alumínio, cimento, têxteis, tapetes. O porto na cidade de Latakia foi expandido e uma universidade, a *Tishreen*, foi criada, abrigando 15 mil estudantes no ano de 1985 – trazendo novos padrões intelectuais à região. Os alauítasse tornaram médicos, engenheiros, advogados e professores universitários, de modo que, 25 anos depois, estavam fortemente representados nas profissões e quadros superiores do Estado (SEALE, 1995, p. 454).

Ao se comparar com outras regiões, percebe-se a diferença: na região de Ghab ocidental, habitada por alauítas, entre 34 e 41% das meninas frequentavam a escola. Em Ghab oriental, habitada por sunitas, o número variava entre 0 e 7%. O investimento na educação da região de Latakia, fez com que em 1977 houvessem 124% estudantes a mais do que no ano de 1964 (DRYSDALE, 1981, p. 109).

Assim, o que se ressentia era a ascensão de uma região em detrimento de outras – consideradas inferiores. “No entanto, graças à sua forte posição no exército, nos serviços de segurança, nas profissões, no partido e, de fato, em todas as instituições do país, o progresso dos alauítas parecia irreversível” (SEALE, 1995, p. 455, tradução nossa).

Na ascensão do Ba’ath ao poder, em 1963, houve uma promessa de diminuir as desigualdades entre os povos camponeses e os centros urbanizados da Síria, melhorando as condições das minorias. Em 1970, com Hafez, então, tornou-se clara a distinção de tratamentos entre as minorias, de modo que a alauíta foi a que mais se beneficiou das vantagens concedidas. Os alauítas começaram a buscar maior educação – e recebiam incentivos dos membros do Ba’ath também alauítas. Além disso, eram eles os que mais recebiam bolsas para estudar no exterior. Tornando-se os representantes dos mais altos cargos do país, tiveram mais acesso às oportunidades educacionais, econômicas, de empregos e, até mesmo, em termos de emancipação das mulheres (VAN DAM, 2011, p. 9; 140).

Além disso, após o golpe de Estado em 1963, que elevou o partido Ba’ath ao poder, muitos oficiais do exército foram demitidos, e os alauítas foram os oficiais indicados para preencher estas lacunas. Cerca de metade dos 700 oficiais dispensados foram substituídos por alauítas e entre os oficiais indicados para tomar essas vagas, 90% eram alauítas. Além disso, a liderança do Comitê Militar estava nas mãos de três pessoas (os três sendo alauítas): Muhammad ‘Umran, o comandante da 70ª Brigada, a mais importante da organização militar Ba’athista; SalahJadid, chefe de gabinete do exército sírio; e Hafez Al-Assad, comandante das forças aéreas (e como anteriormente visto, foi a partir da discordância entre SalahJadid e Hafez Al-Assad que este último assumiu o poder através da Revolução Corretiva de 1970) (VAN DAM, 2011, p. 31-32).

Posteriormente à tomada de poder por Assad, em 1970, a alauização se torna mais forte e mais visível, uma vez que Assad dependia do apoio dos alauítas que controlavam as forças militares e de segurança – além de ter promovido abertura política e econômica para outros membros desta comunidade.

Ao serem trazidos questionamentos acerca do conceito da alauização aos diplomatas entrevistados nas Nações Unidas, em Nova Iorque, é possível fazer uma reflexão a respeito do conceito de alauização, das suas causas e consequências. Ademais, a percepção de diplomatas que lidam com questões de Oriente Médio e/ou já foram alocados em um posto na Síria auxiliam na forma como a academia entende a política síria.

Assim, respondendo à pergunta mais relevante no que diz respeito ao conceito de alauização, “Você diria que existe uma ‘alauização’ na Síria (No sentido de maior acesso ao

poder político e econômico para os alauítas? / *Do you think that there was an alawization in Syria (As in, do you believe alawis were given more access to economic and political power)?*”, as respostas foram diversas. O Embaixador brasileiro na Itália, Antonio Patriota, defendeu que o conceito de alauização na Síria não deve ser considerado no sentido sectário, ou, como colocou, na “alauização de não alauítas”. Porém afirmou que a alauização faz sentido quando se diz respeito à nomeação de alauítas a postos-chaves – como uma forma de deter as rédeas do poder. Na mesma linha do embaixador, o Segundo-Secretário brasileiro que serve na Embaixada de Moscou comentou que o sentido da alauização não seria por meio da organização do poder político por meios religiosos, mas poderia se referir ao privilégio que os alauítas possuem nos serviços de inteligência e Ministério de Defesa, tendo iniciado com a Revolução Corretiva de Assad. Para Napoleão, o Consenso de Washington pode oferecer uma possibilidade de fortalecimento deste fenômeno.

Já para o Diplomata A, brasileiro, se há um processo de alauização ele se inicia somente com Bashar. Para o diplomata, houve melhorias nas condições de vida dos alauítas com Hafez, mas isso se deu porque sempre foi uma classe marginalizada, hostilizada e rural. Mesmo assim, para que conseguisse governar, o Diplomata A acredita que Hafez não conseguiria fazê-lo sem o apoio de uma classe mercantil e burguesa que é de maioria sunita. Finalmente, o Diplomata B, também brasileiro, percebe a cooptação de minorias como uma forma de manter sua influência na elite, nas forças armadas e na política. Para o diplomata, se a alauização se refere à estrutura de poder (onde uma maioria sunita não tem poder econômico e participação), então ela existe desde o golpe de Hafez, mas não se trata de um processo intencional e calculado dentro das considerações políticas.

Quando a mesma pergunta é realizada aos diplomatas iranianos e sauditas é possível perceber a clara distinção em suas respostas. O Diplomata D da Arábia Saudita afirmou que há uma correlação entre a influência do Irã e o fortalecimento da alauização. Para ele, porém, a alauização deve ser considerada no sentido sectário, uma vez que acredita que há intolerância religiosa e a permissão de patrocínio a terroristas. Ao final de sua resposta, ele pergunta de maneira retórica: “O que isso lhe diz sobre a liderança na Síria?”. Essa mesma ideia é seguida pelo Diplomata C, também saudita, que vê o processo de alauização se desenrolar, mas acredita que tenha se fortalecido após o início da Primavera Árabe na Síria.

Do outro lado, no Irã, o Diplomata F responde à mesma pergunta com uma discordância. Para ele não há alauização e o sistema é laico. O presidente é alauíta, mas isso não interfere nas relações (internas e com outros países). Nesse sentido, o Diplomata E, iraniano, comenta que a composição do regime de Assad (tanto Hafez quanto Bashar) era

múltipla, havia abertura e envolvimento de outras minorias. Por último, o Diplomata G, também iraniano, afirma que os alauítas não reinam a Síria. Para ele, trata-se de uma suposição errada acreditar que o sistema todo será alauíta, porque o presidente é alauíta. O importante no Partido Ba'ath, “é a lealdade, não as crenças sectárias”, afirmou.

Resgatando o que foi defendido pelo Diplomata A sobre a necessidade de Hafez se unir à burguesia, de maioria sunita, para conseguir governar, é possível estabelecer a alauização como parte daquilo que se pode definir como Assadização. Por meio das práticas nepotistas, *cronyistase* clientelistas, e pela lealdade – comentada anteriormente pelo diplomata iraniano – percebida por Assad de seus partidários, companheiros e amigos, a Assadização se caracteriza pelo benefício concedido aos familiares de Assad, àqueles que possuem laços comunitários (onde estaria contida, então, a alauização), àqueles que possuem laços pessoais e de amizade com Assad, e àqueles que possuem laços ocupacionais, mesmo que estes não façam parte da comunidade alauíta. Muitos desses grupos se entrelaçam e se misturam. Todos eles demonstram lealdade para com Assad. (ZISSER, 2001, p. 17; 30).

É possível observar a ocupação de cargos de confiança por membros da família de Hafez, como, por exemplo, através da nomeação de seu irmão Rif'at para comandar as Companhias de Defesa e a sucessão de seu filho, Bashar Al-Assad, como presidente, após a sua morte. A sucessão da presidência com Bashar acontece por conta da percepção dos alauítas em cargos de poder de que esta nomeação manteria a relação clientelista com a comunidade alauíta em funcionamento (ZISSER, 2001, p. 160).

Quando essa movimentação se combina com a nomeação de outros alauítas para cargos de confiança, é possível deparar-se com o fenômeno da alauização. Exemplos dessas nomeações são a de 'Ali Duba, chefe da inteligência militar (depois “promovido” a conselheiro do Presidente), e de Muhammad al-Khuly, nomeado por Assad como chefe da inteligência das forças aéreas, visto que teve um protagonismo no episódio da tentativa de tomada de poder por Rif'at. Além disso, o alauíta 'Ali Haydar, chefe das Forças Especiais, também possuía laços com o presidente e foi um dos generais enviados por Assad para confrontar Rif'at. Estes três generais possuíam laços antigos com o presidente, inscrevendo-se tanto no exército quanto no partido Ba'ath. Um outro contato que Assad possuía – e para o qual fornecia maiores benefícios – era o alauíta 'Adnan Makhuluf, primo da esposa de Assad e escolhido para ser comandante da guarda do Presidente após manter cargo nas forças aéreas – assim como o próprio Presidente (BATATU, 1999, p. 218-224; 242; SEALE, 1995, p. 430-431).

Essa dinâmica é mais visível no Quadro 3.1 abaixo, a qual mostra que “dos trinta e um oficiais escolhidos a dedo por Assad entre 1970 e 1997 como figuras principais nas forças armadas, nas formações militares de elite e nos aparatos de segurança e inteligência, não menos do que dezenove ou 61,3 por cento eram alauítas” (BATATU, 1999, p. 217, tradução nossa). Assim, o quadro mostra que as posições estratégicas, particularmente aquelas relevantes para a segurança do regime, são ocupadas por indivíduos com relações pessoais com o Presidente (sejam da mesma família, tribo ou comunidade) (PERTHES, 1995, p. 182).

Quadro3.1– Figuras principais nas forças armadas, nas formações militares de elite e nos aparatos de segurança e inteligência, 1970-1997

Nome	Postos		Vertente do Islã	Afiliação tribal (se alauíta)	Parentesco com Assad (se algum)
	Data	Cargo			
Mustafa Talas	A partir de 1972	Ministro da Defesa e Vice-Comandante Supremo (mas em termos de poder real, não possui tanto poder de decisão)	Sunita		
Yusuf Shakkur	1972-1974	Chefe de Gabinete	Cristão Grego-Ortodoxo		
	Metade de década de 70	Vice-Ministro da Defesa			
	Sem data	Embaixador na França e Vice-Ministro das Relações Exteriores			
Hikmat al-Shihabi	1970-1974	Chefe da Inteligência Militar	Sunita		
	1974-1988	Chefe de Gabinete (tinha acesso a Assad, mas era um oficial puramente profissional)			
Naji Jamil	1970	Vice-Comandante das Forças Armadas	Sunita		
	1971-1978	Comandante das Forças Armadas			
	1970-1978	Chefe do Departamento de Segurança Nacional, Comando Regional do Ba'ath			
	1975-1978	Vice-Ministro de Defesa para os Assuntos das Forças Aéreas			
	Sem data	Eventualmente perdeu a importância e foi retirado			
'Afnan Dabbagh	1970-1976	Chefe de Inteligência	Sunita		
	1976-1980	Ministro de Interiores			
	Observação	Morreu na primeira metade da década de 80			
Muhammad al-Khuli	1970-1987	Chefe de Inteligência das Forças Aéreas	Alauíta	al-Haddadin	
	1971-1987	Presidente do Comitê de			

Nome	Postos		Vertente do Islã	Afiliação tribal (se alauíta)	Parentesco com Assad (se algum)
	Data	Cargo			
		Inteligência Presidencial			
	1987-1994	Vice-Comandante das Forças Aéreas			
	A partir de 1994	Comandante das Forças Aéreas			
	Observação	Exerceu um papel de muita influência como um conselheiro de inteligência do Presidente			
'Ali Haydar	1968-1988	Comandante das Forças Especiais (serviu até o ponto de ser afastado por conta de um aneurisma)	Alauíta	al-Haddadin	
Rif'at al-Assad	1971-1984	Comandante das Companhias de Defesa	Alauíta	al-Kalbiyyah	Irmão
	1984-1998	Nominalmente Vice-Presidente para os Assuntos de Segurança (mas excluído de qualquer papel ativo)			
'Ali al-Madani	1976-1979	Chefe de Inteligência	Sunita		
'Adnan al-Assad	A partir de 1973	Comandante das <i>struggle companies</i> (uma força de comando de Damasco)	Alauíta	al-Kalbiyyah	Primo
Ahmad Said Salih	1970-1987	Chefe de Segurança Política	Alauíta	al-Khayyatin	
	A partir de 1987	Vice-Ministro de Interiores			
'Ali Duba	A partir de 1974	Chefe de Inteligência Militar	Alauíta	al-Matawirah	
	Observação	Promovido na década de 90 para conselheiro do Presidente em assuntos de inteligência militar, mas aparentemente ainda controlava a inteligência militar			
'Abd-ul-KarimRazzuq	Até 1977 (não há data de início exata)	Comandante do Corpo de Mísseis e das Forças de Defesa Aérea (foi morto por militantes muçulmanos)	Alauíta	al-Khayyatin	
'Ali Aslan	1970-1975	Comandante da 5ª Divisão da Infantaria Mecanizada	Alauíta	al-Kalbiyyah	
	1976-1978	Comandante do componente sírio da Força de Dissuasão Árabe no Líbano			
	1979-1998	Vice-Chefe de Gabinete, responsável por operações			
	A partir de 1998	Chefe de Gabinete			
'Ali Salih	A partir de 1977	Comandante do Corpo de Mísseis e das Forças de Defesa Aérea	Alauíta	al-Matawirah	
Muhammad Nasif	A partir da metade da década de 70	Chefe do ramo de Segurança Interna da Inteligência Geral	Alauíta	al-Kalbiyyah	

Nome	Postos		Vertente do Islã	Afiliação tribal (se alauíta)	Parentesco com Assad (se algum)
	Data	Cargo			
'Adnan Makhluf	1971-1979	Vice-Comandante das Companhias de Defesa	Alauíta	al-Haddadin	Primo da Esposa de Assad
	1979-1995	Comandante da Guarda Republicana (uma força que passou a se tornar o suporte principal de segurança do regime a partir de 1984)			
ShafiqFayyad	1973-1978	Comandante da 7ª Divisão de Infantaria Mecanizada	Alauíta	al-Kalbiyyah	Primo (filho da tia de Assad); Seu filho também é casado com a filha de Rif'at
	1971-1992	Comandante da 3ª Divisão Blindada politicamente relevante para a elite			
Ibrahim as-Safi	A partir de 1978	Comandante da 1ª Divisão Armada	Alauíta	al-Khayyatín	
NazihZurayr	1974-1984	Chefe de Inteligência Geral	Sunita		
Subhi Haddad	1978-1987	Comandante das Forças Aéreas	Sunita		
Fu'ad al-Absi	1984-1987	Chefe de Inteligência Geral	Sunita		
'Adnan BadrHasan	A partir de 1987	Chefe de Segurança Política	Alauíta	al-Khayyatín	
	Sem data	Comandante da 9ª Divisão da Infantaria Mecanizada			
Ibrahim Hwayjah	A partir de 1987	Chefe da Inteligência da Força Aérea	Alauíta	al-Haddadin	
MajidSa'id	1987-1994	Chefe de Inteligência Geral	Sunita		
GhaziKan'na	Sem data	Uma figura chave no serviço de inteligência militar; Chefe da Inteligência síria no Líbano; visto como um possível sucessor para 'Ali Duba	Alauíta	al-Kalbiyyah	Seu filho é casado com a filha de Jamil (irmão de Assad); também é primo de ShafiqFayyad (primo de Assad)
'Ali Malahafji	1987-1994	Comandante das Forças Aéreas	Sunita		
Basil Al-Assad	1987-1994	Um <i>trainee</i> como piloto das forças aéreas, uma crescente influência na Guarda Republicana até a sua morte	Alauíta	Al-Kalbiyyah	Filho mais velho
'Ali Habib	Até 1994	Comandantes das Forças Especiais	Alauíta	al-Matawirah	
Bashar Al-Assad	A partir de 1994	Substituiu seu irmão, após sua morte, como uma figura chave na Guarda Republicana	Alauíta	Al-Kalbiyyah	Filho de Assad
Bashir al-Najjar	A partir de 1994	Chefe de Inteligência Geral	Sunita		

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de Batatu (1999, p. 218-223).

O Quadro 3.1 mostra que para os cargos relevantes, escolhidos por Hafez Al-Assad, a maioria dos que permaneceu por mais tempo, com sua confiança, fazia parte da comunidade alauíta. Mais do que isso, muitos dos que se tornaram próximos ao Presidente faziam parte da sua família ou da mesma tribo, os Kalbiyyah (que somam 42,1% do total de alauítas do quadro). Entre as outras tribos, é possível notar que outra que teve uma grande participação (21,05% do total de alauítas tomando as posições) foi a Haddadin, tribo a qual pertence a esposa de Hafez (BATATU, 1999, p. 224). O casamento de Assad pai com Anisa foi, também, um ato político, uma vez que proporcionou abertura à família Makhluף, uma família importante na vila de Assad – impulsionando seu *status* na tribo e na vila (ZISSER, 2001, p. 33). Essas informações permitem entender o que seria o processo de alauização em termos políticos e militares, uma vez que são os alauítas que, em sua maioria, ocupam as posições de maior importância no governo e nas forças armadas.

Há ainda a possibilidade de verificar que dentre os 31 indivíduos, 11 eram sunitas. Mas ao analisar as informações com maior cautela, é possível notar que, em regra geral, eles não tiveram seus postos ao mesmo tempo, reduzindo o número de funcionários sunitas que se tinha em cada momento. Além disso, Mustafa Talas, Hikmat al-Shihabi e Naji Jamil, por exemplo, são alguns dos sunitas que mantinham cargos sem real importância ou que, ao longo do tempo, passaram a perder a confiança de Assad e foram retirados de seus postos (BATATU, 1999, p. 218-224). Assim, oficiais não-alauítas também poderiam ocupar funções militares altas, desde que ocupassem funções que não ofereciam real ameaça ao Presidente – ou onde seria possível que seus apoiadores alauítas atuassem de modo a dissipar qualquer sinal de insurreição.

O General-Major Naji Jamil, por exemplo, mesmo comandando as forças aéreas, não estava em posição de utilizá-las contra o Presidente – mesmo porque as principais bases aéreas eram comandadas por apoiadores alauítas do governo. Por outro lado, o General-Major Mustala Talas, por exemplo, foi substituído como Ministro da Defesa pelo General YusufShakkur, um cristão grego ortodoxo (VAN DAM, 2011, p. 68).

Estes oficiais, então, poderiam exercitar certo poder desde que ele estivesse de acordo com as políticas do Presidente. É nesse momento que a Assadização se faz presente. Em qualquer sinal de desvio, eles poderiam facilmente ser retirados de seus cargos por seus colegas (de profissão) alauítas. Na realidade, a nomeação de oficiais sunitas para tais cargos militares altos poderia ter sido feita com a ideia “de dissipar a impressão de que os postos mais importantes eram mantidos exclusivamente por alauítas” (VAN DAM, 2011, p. 69, tradução nossa). Por outro lado, não eram todos os sunitas que poderiam apresentar ameaças

ao governo ou recebiam cargos sem real importância. Alguns deles, por terem sido camponeses, também haviam sido negligenciados pela elite sunita antes da ascensão do Partido Ba'ath e, assim, compartilhavam dos mesmos ideais de Assad. São indivíduos que se tornaram amigos do Presidente e o acompanharam desde o início de sua carreira política. Um exemplo é 'Abd al-Halin Khaddam, que serviu como Vice-Presidente e Ministro das Relações Exteriores a partir de 1984 (ZISSER, 2001, p. 33).

Assim, havia na superfície um sistema de governo formal, com uma constituição, instituições, organizações populares, associações profissionais, entre outros. Isso se dava como uma forma de criar um senso de legitimidade e legalidade das suas ações. Neste governo formal é possível perceber a representatividade e diversidade nos assentos ocupados, uma vez que 60% dos ministros e delegados do Congresso do Partido Ba'ath ou da Assembleia Popular eram sunitas (que correspondem a quase 69% da população). Por outro lado, há a face escondida deste governo, a face informal, constituída pelos chefes dos serviços de segurança e comandantes militares. Esse governo informal é que fornece o real balanço de poder entre as forças da coalizão de Assad, posto que é dominado por alauítas (quase 90% dos comandantes militares e chefes dos serviços de segurança são alauítas). Um exemplo de como o governo informal podia atuar em benefício do governo – e dos alauítas, principalmente – foi na transição de poder para Bashar. Para que fosse possível passar o controle do regime para Bashar, foi necessário dispensar todos os sunitas que ocupavam cargos de importância, mesmo que eles fizessem parte da dinâmica de Assadização do regime. Dessa forma, Shihabi, o Chefe de Gabinete, foi (forçadamente) aposentado. Khaddam, grande amigo de Hafez, foi despojado de grande parte da autoridade que possuía como Ministro das Relações Exteriores. Ambos eram sunitas e ameaçariam a continuidade da alauização com Bashar (VAN DAM, 2011, p. 1; ZISSER, 2001, p. 25-26; 166).

Esse governo informal remete ao conceito de Charles Tripp (2007b, p. 259) de *shadowstate*. Usado para definir o Iraque quando governado por Saddam Hussein, este conceito define a dualidade do Estado iraquiano. O Estado oficial compreendia as agências governamentais, os ministérios, as associações oficiais e o partido Ba'ath (no Iraque, o partido de Saddam Hussein era Ba'ath assim como o da Síria). Por trás deste Estado oficial havia o “Estado-fantasma”, o *shadowstate*, formado por redes clientelistas e coalizões privilegiadas pelo presidente – ligadas a ele por vínculos regionais, familiares ou tribais. Era nesta face escondida que se encontrava o real poder de Saddam Hussein. Em muitos aspectos, o conceito de alauização se assemelha ao de *shadowstate*, podendo ser considerada uma adaptação deste para a realidade síria.

Dessa forma, mesmo com a tentativa de aplacar (e enganar) a população, no sentido de desvirtuar sobre este favoritismo presente na alauização, uma propaganda anti-alauíta se iniciou no Egito, com manifestações do presidente Anwar Al-Sadat, e se alastrou pela Síria. Em resposta aos ataques que os alauítas estavam sofrendo, o Presidente Hafez Al-Assad se pronunciou, em 30 de junho de 1979, sobre a posição do Partido Ba'ath sobre religião e política (excerto deste discurso pode ser encontrado abaixo).

O conceito de 'pátria' perde seu significado se seus cidadãos não são iguais. Essa igualdade é uma parte integral do Islã. Nós estamos liderando o país em nome do Partido Ba'ath Socialista Árabe. Eu lidero em minha capacidade de Secretário-Geral do Partido e Presidente da República, não em nome de uma religião ou comunidade religiosa, apesar do fato de que o Islã é a religião da maioria. Ba'athistas e aqueles que acreditam em sua pátria acreditam nos princípios de liberdade, unidade e socialismo. [...] Nós sempre trabalhamos para fortalecer os valores religiosos nos corações dos cidadãos. Nós sempre afirmamos que o Islã é uma religião de vida e progresso. [...] Aqueles que defendem o sectarismo devem ser punidos e sua organização na Síria deve ser liquidada, porque eles se opõem à prosperidade e à tradição. (AL-ASSAD, 1979, tradução nossa).

Assim, é possível perceber a exaltação da religião islã, de maneira geral, pelo Presidente – e não da vertente alauíta. De fato, em vários dos seus discursos ele reforçou ser muçulmano, de modo a mostrar que compartilhava da mesma religião que a maioria da população e, também, desviar a atenção da questão alauíta. Além disso, o próprio Ba'ath dificilmente utilizava argumentos religiosos nas respostas às propagandas anti-alauítas. Um dos motivos pelo qual não o fazia era por se considerar um partido secular, de modo que não se engajaria em debates religiosos. Outro motivo era de que qualquer reação oficial às polêmicas e propagandas sectárias anti-alauítas feita em um tom similar – baseado na religião – não apenas confirmariam as alegações de que o regime foi dominado pelos alauítas, como, também estimulariam a controvérsia sectária e o antagonismo (VAN DAM, 2011, p. 96; 108-109).

No que diz respeito ao setor econômico, repara-se na presença maior da Assadização do que da alauização. Isso porque com a liberalização econômica da Síria em 1990, grandes empresários e capitalistas começaram a tomar parte da economia do país. Esta elite capitalista que formava a classe média urbana vinha, em sua maioria, da elite sunita que anteriormente controlava o país – e foi substituída pelo partido Ba'ath. Com Assad e a primeira *infitah* houve estímulo para reintegração desta classe média urbana na economia (mesmo que ela tenha se dado de forma limitada e controlada). Na segunda *infitah*, ainda com Assad no poder, a abertura econômica foi maior – como visto na seção anterior – e esta elite passou a se tornar aliada do regime de Assad, passando a controlar grande parte do poder econômico do país,

mesmo que tenha ficado às margens da coalizão política central. Membros dessa elite eram o xiita Sa'ib al-Nahhas, o alauíta 'Uthman al-'A'idi e 'Abd al-Rahman al-'Attar, os quais se beneficiaram da Assadização (al-'A'idi, também, da alauização) no período de liberalização econômica (ZISSER, 2001, p. 194).

Desse modo, a liberalização econômica aliada a Assadização permitiu que empresas mistas (privadas e públicas) criassem oligopólios nos ramos em que atuam. A *ArabSyrianCompany for Touristic Establishments* (ASCTE), fundada pelo alauíta 'Uthman al-'A'idi, especializou-se em outras redes, como a *Cham Palace HotelsandTourismchains*, que conta com 17 hotéis e estabelecimentos de turismo. A sociedade compreende 10 subsidiárias voltadas para gestão, construção, engenharia, manutenção, marketing e transporte de turismo. Outra empresa que, juntamente com a ASCTE, garante o monopólio no campo é a TRANSTOUR, especializada no aluguel de carros para peregrinos de Meca (PÖLLING, 1994, p. 16-17).

A alauização, pois, como melhoria socioeconômica das condições dos alauítas, além de maior acesso a cargos políticos e militares a alguns alauítas – geralmente próximos à Assad – pode ser percebida por meio dos dados e fontes anteriormente trazidos. Trata-se de um fenômeno bastante divulgado e conhecido na literatura, porém, para o qual não havia ainda um nome. Dessa forma, propõe-se este conceito como forma de definir tal dinâmica – a qual pode apresentar alterações nas relações que a Síria estabelece com outros países na região, o que será melhor investigado nos próximos capítulos.

3.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

A alauização na Síria diz respeito a um fenômeno percebido, principalmente, no governo de Hafez Al-Assad quando assumiu em 1970. Trata-se do acesso privilegiado à política e à economia dos membros deste grupo, garantido através das relações clientelistas com membros da comunidade alauíta e tem, como consequência, a melhora das condições socioeconômicas da comunidade alauíta. Além disso, há também a nomeação de alauítas (aqueles mais próximos, os quais Assad tem maior confiança, como membros da família e amigos) para cargos políticos e militares. A presença de alauítas no poder, junto com Assad, faz com que seja formada uma coalizão mais forte, com maior capacidade de conservar o poder.

Alguns fatores, portanto, possibilitam a prática dessa dinâmica. Um exemplo é o fato de que no Oriente Médio há uma tendência para a indiferenciação entre famílias de influência

e os grandes negócios ou governos. Por conta da demasiada importância que as famílias possuem dentro da cultura árabe, é possível perceber o seu envolvimento na administração de grandes conglomerados empresariais – os quais tem proximidade e influência no governo – e, até mesmo, na própria administração dos países. É claro, em muitos deles o modelo monárquico é o que predomina – e neste caso a transição de poder dentro da família é comum.

Em termos econômicos, é possível perceber que empresas familiares tem uma grande participação no Oriente Médio, somando cerca de 95% dos negócios na região. Além de contarem com a participação na empresa, as famílias, por conta da influência e monopólio que acumulam, gozam de benefícios concedidos pelos governos, podendo ser protegidas por eles. Em países produtores de petróleo, por exemplo, a liberdade de ação destas famílias é ainda maior, por conta da pouca diversidade na produção do país, o que faz com que estas famílias criem monopólios e condensem uma grande quantidade de poder.

Já nos outros países, a não especialização no petróleo forçou as famílias a diversificarem as produções de suas empresas, de modo a se inserir na competição nacional, mas também, na competição internacional. Ainda assim, mesmo com a maior liberdade do comércio, as famílias ainda desfrutam de proximidade com o governo e, por conta disso, garantem privilégios.

Em termos políticos, por meio das características paroquialistas (com ênfase em práticas clientelistas, nepotistas e *cronyistas*) de alguns governos democráticos na região, é possível realizar transições de poder entre as próprias famílias. Um grande exemplo se passa na Síria em que, antes mesmo da morte de Hafez Al-Assad, conta-se com a participação política de seu filho mais velho Basil Al-Assad – tornando-se seu braço direito nos afazeres políticos. Com a morte de Basil, Bashar Al-Assad o substituiu e, de maneira rápida após a morte do pai, completou todos os pré-requisitos militares e políticos para assumir o cargo de Presidente.

Assim, há uma indiferenciação entre as famílias e os diversos poderes na região. Famílias estão presentes nos poderes políticos, econômicos e, claro, sociais, uma vez que estão inseridas nestas sociedades.

Outro fator que dá base para a ocorrência da alauização vem do Consenso de Washington. Este surgiu por meio da percepção de que países do Terceiro Mundo estavam atrasados economicamente. Assim, o Consenso de Washington surge, trazendo uma série de reformas de possível aplicação nestes países a fim de fazê-los superar o atraso e atingir um patamar de crescimento. Tratam-se de medidas neoliberais focadas na disciplina fiscal, na reorientação de gastos públicos, na reforma tributária, na liberalização da taxa de juros, em

taxas de câmbio unificadas e competitivas, na liberalização do comércio, na abertura para investimentos diretos, na privatização, na desregulamentação e na garantia de direitos de propriedade.

A partir da aplicação de alguns dos pontos nas economias do Terceiro Mundo – mais especificamente nos países do Oriente Médio – percebeu-se que as ideias iniciais de desenvolvimento não foram alcançadas. De fato, em muitos países, as economias experimentaram piora nos níveis econômicos. Instituições internacionais, porém, continuaram propagando a mensagem neoliberal e os países do Oriente Médio tentaram continuar aceitando essas indicações, às custas da população periférica.

A Síria teve dois processos de abertura econômica, ou *infithah*. A primeira se deu na década de 70, após a Revolução Corretiva de Assad. Esta abertura teve o Estado tomando um papel fundamental em todo o processo e se deu por meio, principalmente, da substituição de importações. Foi uma época gloriosa para a economia síria, uma vez que contava com excedente nos recursos por conta das altas nos preços do petróleo – e a *infithah* surgiu como uma forma de redistribuí-los.

Já a segunda *infithah* surge em um momento em que a economia passava por dificuldades. Com a queda nos preços do petróleo, a inflação no país aumentou, afetando os salários da população e tornando a corrupção visível para a população. O governo viu-se obrigado a abrir a economia ao setor privado, visto que, por conta da diminuição nos recursos públicos, não tinha o mesmo orçamento que outrora. Havia uma incapacidade do Estado de desenvolver estratégias para o crescimento e de garantir o suprimento de bens de consumo para a população.

Dessa forma, a segunda abertura econômica pela qual passou a Síria esteve mais de acordo com as indicações propostas pelo Consenso de Washington e foi realizada por meio das privatizações, da desregulamentação, do investimento na exportação e da redução de subsídios.

Com a adoção dessas medidas e as altas nos preços do petróleo, a Síria passa a se recuperar economicamente, a partir da metade da década de 80. O resultado, porém, foi um aumento do envolvimento do setor privado na economia e no comércio internacional, tanto por conta do aumento das privatizações quanto pela inabilidade estatal de desenvolver estratégias para que o país superasse a crise que o assolava. A elite capitalista que se inseriu na economia síria neste período também contava com a presença de alauítas – que, uma vez que tiveram a melhora nas condições socioeconômicas conseguiram se inserir nos diversos

setores da sociedade síria. Dessa maneira, os alauítas, que já tinham poder político, puderam adquirir poder econômico também – tornando o fenômeno da alauização mais concreto.

Assim, a Síria se organiza, na superfície, por meio de um sistema de governo formal, com uma constituição, instituições, organizações populares, associações profissionais, todos em funcionamento de maneira a garantir a legitimidade. Além disso, o governo formal era caracterizado pela representatividade, contando com a participação de diversas comunidades do país (seja da maioria sunita ou das diversas minorias). Há, entretanto, um governo informal escondido, resgatando o conceito de *shadowstate* de Charles Tripp (2007b), que é constituído pelos chefes dos serviços de segurança e comandantes militares. Esse governo informal é o que, efetivamente, tem poder decisório. E nele, é possível perceber a alauização, uma vez que é constituído, majoritariamente, por alauítas.

A alauização, portanto, pode ser utilizada como conceito definidor desta dinâmica interna que acontece na Síria, principalmente, após a tomada de poder por Assad, em 1970. Torna-se necessário avaliar se este conceito, ao ser trazido para o âmbito regional, pode auxiliar a explicar as mudanças nas relações que a Síria estabelece com outros países.

4 XIITAS NO PODER: DA REVOLUÇÃO IRANIANA À PRIMAVERA ÁRABE

O capítulo anterior pretendeu examinar o fenômeno denominado alauização, que teve início em 1970 com a Revolução Corretiva do então presidente Hafez Al-Assad. Ao visualizar os efeitos que essa dinâmica estabelece no contexto regional, argumenta-se que a alauização na Síria é um conceito capaz de auxiliar a explicar a aproximação entre o governo sírio e o governo iraniano e o afastamento entre Damasco e Riade. Além disso, esta concentração de poder nas mãos de um pequeno círculo que orbita o presidente e sua família estendida, presente na alauização, também contribuiu para a deterioração da legitimidade do regime, que está associada à revolta síria em 2011 e à guerra civil que assola o país.

Por esse motivo, faz-se necessário compreender a relação que se estabelece entre Irã e Síria e como ela se fortalece ao longo dos anos. Com início na Revolução Islâmica no Irã e no seguido conflito que este país travou com o Iraque, o eixo sírio-iraniano tem início por questões políticas – uma necessidade síria de frear Saddam Hussein –, mas passa a adotar razões ideológicas, à medida que a alauização na Síria se fortifica.

Outro momento relevante para a análise do eixo formalizado entre estes países é a Guerra do Líbano de 2006, a sexta guerra árabe-israelense. Iniciada pelo Hezbollah, uma organização xiita formada no Líbano e que possui vínculos com o Irã, esta guerra não angariou muito apoio de outros países árabes – com exceção da Síria, que já tinha uma aliança consolidada com o Irã. Do outro lado, a Arábia Saudita se manteve crítica à realização desta guerra. As razões que a levaram a adotar esta atitude são ideológicas, por conta do receio da formação desta parceria entre a Síria, o Irã e o Hezbollah – uma relação baseada na proximidade dos ideais do xiismo e do alauismo – que poderia prejudicar sua posição na região.

Finalmente, a terceira seção deste capítulo pretende examinar uma situação recente – a Primavera Árabe na Síria. Para que se compreenda a batalha que envolve a Síria hoje, com a participação de diversos atores internacionais – além dos atores internos – é necessário entender as circunstâncias que levaram a este conflito. Traçando paralelos com as práticas do regime de Assad e com os efeitos do Consenso de Washington, é possível compreender as condições socioeconômicas da população e entender as suas reivindicações. Assim, com o início do conflito e a fragmentação do país em diversas facções, surgem os países regionais e os grandes *players* em defesa das partes.

4.1 A REVOLUÇÃO IRANIANA E A GUERRA ENTRE IRÃ E IRAQUE

A Revolução iraniana de 1979 e a guerra entre Irã e Iraque, logo após, em 1980, são eventos importantes para o entendimento do papel sírio – em apoio ao Irã – e pela consolidação da relação entre Damasco e Teerã. Mesmo que movida por interesses estratégicos – a tentativa de barrar o avanço iraquiano – a Síria inicia com o Irã uma parceria duradoura e que, à medida que os anos passam, adota cada vez mais características ideológicas, conforme o próprio processo de alauização interno se fortalece. Dessa forma, é necessário observar estes eventos para posicioná-los na trajetória do fenômeno da alauização, o qual leva à consolidação do eixo sírio-iraniano – centrais neste trabalho.

Para que se torne possível compreender a correlação entre a revolução e o ponto central do trabalho – a alauização –, é necessário discorrer sobre as bases as quais levaram o Irã a vivenciar um evento revolucionário. Grande parte delas se encontra na administração do país pela dinastia Pahlevi, que começou a governá-lo em 1921 por conta do golpe de Estado efetuado pelo general Xá Reza Pahlevi. Neste, o Xá se estabelece como chefe do exército, ministro de guerra, Primeiro-Ministro e Comandante Supremo das forças armadas do país e mantém como objetivo maior do governo a consolidação do Estado – e, conseqüentemente, de seu poder – reestabelecendo a autoridade do governo central e focando no endurecimento da burocracia e no investimento nas forças armadas (MALONEY, 2015).

Este investimento no exército pode, inclusive, ser percebido nos primeiros quatro anos em que Xá estava no poder (entre 1921 e 1925), uma vez que o exército cresceu de 22 mil homens para o total de 40 mil. Já no período de 20 anos (entre 1921 e 1941) aquele número mais que quintuplicou, atingindo um total de 127 mil homens. (ABRAHAMIAN, 2008, p. 66-67). Muito da renda que fez com que essa expansão fosse possível veio das receitas do petróleo.

As mudanças, porém, não se restringiram somente à burocracia e às forças armadas. Por conta da adoção do secularismo e do alinhamento com os países ocidentais – nomeadamente, os EUA – houveram alterações no campo social e institucional. Neste, Xá estabeleceu a criação de novas instituições e o controle de antigas – como, por exemplo, o monitoramento de candidatos ao parlamento (ABRAHAMIAN, 2008, p. 72-73) –, uma vez que acreditava que isso ofereceria maior autoridade em todos os setores do Estado (política, economia, sociedade e ideologia).

Já no que diz respeito às alterações no âmbito social, diversas mudanças foram implementadas para que se tentasse suscitar nos cidadãos um sentimento de uniformidade e

unidade – fortalecendo a centralidade do Estado. Essas mudanças variaram desde a alteração do calendário lunar para o calendário solar, da alteração do sistema métrico, da criação de um sistema educacional uniformizado, até a implementação de um código de vestimenta, ao lançar campanha para a adoção da vestimenta europeia e pelo banimento das roupas tradicionais de tribos (FISCHER, 1980, p. 186).

Todas as transformações colocadas em prática pelo governo de Xá faziam parte do seu objetivo central de instaurar a ordem, disciplina e a autoridade central – por meio de uma “Ocidentalização”, uma vez que aspectos tradicionais da cultura iraniana foram deixados de lado simultaneamente à religião, já que o Irã era um país secular. Efetivamente, o que se tornou claro para a população não era a ideia de “modernidade” imposta pelo Xá e, sim, a opressão, a corrupção e a tributação excessiva, que aumentava o custo de vida da população – tornando-se insustentável para os mais pobres, enquanto as outras atividades do governo enriqueciam cada vez mais os ricos (MILLSPAUGH, 1946, p. 34; 84). Dessa maneira, a oposição ao regime de Pahlevi surgiu nas classes mais baixas da população.

A preocupação excessiva de Xá com a construção de um Estado forte e centralizado, em que ele, como o centro do aparato governamental, obtivesse a concentração de poder, além de uma devoção intensa às potências Ocidentais, levou-o a assinar acordos sobre a venda de petróleo iraniano aos britânicos, conferindo acesso por mais 60 anos. “Isso confirmou a suspeita de que o Xá, apesar de todas as suas conversas patrióticas, estava de fato em dívida com Londres” (ABRAHAMIAN, 2008, p. 96, tradução nossa). Esta dívida se dá por conta da contribuição do Reino Unido na escalada ao poder do Xá Reza Pahlevi.

O crescente descontentamento com o reinado de Pahlevi aumentou a atenção de atores internacionais para o Irã – uma vez que seu acesso ao petróleo iraniano estava em jogo. Em 1941, a União Soviética, a Inglaterra e os Estados Unidos invadiram o Irã, com a intenção de destituir Reza Xá de sua posição, como uma forma de acalmar os ânimos da população e garantir que seus acordos e o acesso ao petróleo permanecessem em vigor.

Pahlevi tentou resistir a essa demanda, mas seu exército não estava preparado para lidar com invasões externas – somente com oposição interna (ABRAHAMIAN, 2008 p. 97). Assim, Reza Xá não conseguiu resistir e, em 1941, abdicou de seu posto. A dinastia Pahlevi, porém, não chegou ao fim, visto que para os atores internacionais envolvidos, fazia-se necessário mantê-la, de modo a assegurar seus interesses. Desse modo, Mohammed Reza Pahlevi, filho de Xá Reza Pahlevi, assumiu o controle do país – e, inclusive, do exército.

Mesmo após a invasão internacional e a abdicação de Xá Reza, o envolvimento ocidental no Irã não cessou. Em um período de Guerra Fria, estes países mantiveram sua

atuação no país da dinastia Pahlevi como uma forma de preservá-lo em sua zona de influência. Para a população iraniana, pouco havia mudado com a abdicação de Xá Reza Pahlevi, uma vez que o Irã permanecia associado aos Estados imperialistas ocidentais.

A fim de desvirtuar o descontentamento popular, Xá Mohammed dá início a uma série de reformas que ficaram conhecidas como a “Revolução Branca”, tornando-se o centro da política governamental. Com foco no fortalecimento do exército e no desenvolvimento econômico, a Revolução Branca incentivou cada vez mais a dependência iraniana do Ocidente – principalmente dos EUA, uma vez que se tornou seu maior cliente na compra de armamentos (COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS, 1976).

Não obstante, muitos iranianos viam a iniciativa como integralmente interconectada com o relacionamento de Teerã com Washington. Seu início coincidiu com a intensificação das preocupações americanas sobre a estabilidade regional e sobre as aparentes vulnerabilidades de um Irã continuamente em meio à crise, dadas as insatisfações populares. Embora Washington não tenha desempenhado um papel direto na elaboração destas reformas presentes na Revolução Branca, a responsabilização dos EUA não é completamente equivocada, uma vez que o próprio Xá enveredou nesse caminho em parte para agradar a Washington (MALONEY, 2015).

Além de receberem os equipamentos mais sofisticados, os oficiais recebiam outros tipos de benefícios, desde fartos salários, até viagens frequentes para o exterior (ABRAHAMIAN, 2008, p. 124-125). Essa concessão de benefícios funcionava como apatronagem clientelismo sírios, e, no Irã, realizava o entrelaçamento da monarquia – o aparato governamental – com as forças armadas, assegurando o reinado de Xá Mohammed. Ademais, como na alauização síria, os oficiais iranianos de confiança para o monarca eram posicionados em cargos altos sem que houvesse comunicação entre os chefes das agências de segurança – toda a comunicação era encaminhada para a análise do palácio real. Tudo isso fazia parte da paranoia de Xá com a possibilidade de um golpe militar.

Por mais que características presentes na alauização sejam percebidas neste contexto iraniano, não há proximidade entre os países neste momento. Somente a prática de patronagem é percebida na Síria e no Irã, mas antes da Revolução Islâmica, não havia proximidade ideológica entre os dois. De fato, havia uma certa inimizade entre os países, uma vez que o Irã era próximo dos EUA e a Síria, com o partido Ba’ath no poder, defendia os ideais pan-arabistas, contrários às nações ocidentais que eram consideradas imperialistas.

Desde o momento em que foi posta em prática, a Revolução Branca teve seus opositores. Acusada de ter sido criada como uma forma de aproximar o Irã dos EUA,

fortalecendo ainda mais a “ocidentalização” do Irã, as consequências dessas transformações foram sentidas, principalmente, pelos mais pobres – e não em um sentido positivo.

A reforma agrária proposta, por exemplo, exacerbou a estratificação social no campo. Isso porque, ao invés de oferecer uma forma de redistribuição que favorecesse o campesinato oprimido pelos latifundiários, auxiliou estes a, além de serem donos da terra, tornarem-se comerciantes bem-sucedidos (como ocorreu com a própria família Pahlevi). Isso gerou uma migração massiva das áreas rurais para as cidades, intensificando a escassez de mão-de-obra rural no país ao mesmo tempo em que o desemprego urbano aumentava. Esta política agrária produziu um grande número de agricultores independentes e trabalhadores sem-terra – que poderiam facilmente se transformar em preocupações políticas (MALONEY, 2015; ABRAHAMIAN, 2008, p. 131-133; 139).

Enquanto isso, o setor privado era incentivado pelo Estado, o qual fornecia empréstimos a juros baixos para protegê-lo da competição internacional. Este investimento exacerbado no setor privado, porém, aumentou os gastos do governo, gerando inflação e intervindo na burocracia. As estatísticas notáveis da revolução, na realidade, mascaravam deficiências e problemas fundamentais, como o aumento da corrupção – destacada pelo Primeiro-Ministro Amir Abbas Hoveyda como “subproduto necessário do desenvolvimento” (MILANI, 2000, p. 213). As ambições do Xá desmoronariam o resultado da revolução.

A ganância e os interesses de Xá, que movimentaram a Revolução Branca, foram os mesmos responsáveis pelo seu fracasso. Focado no desenvolvimento econômico do país e no fortalecimento do exército – além da vontade de agradar aos EUA –, o Xá Mohammed colocou em prática políticas que, na realidade, aumentaram a dependência iraniana dos estadunidenses, os quais tornaram-se os seus maiores exportadores de armamentos; pioraram a inflação no país, com o investimento desenfreado ao setor privado; e alargaram a lacuna entre ricos e pobres. Isso se dá, principalmente, pelo fato de a zona rural não ter sido uma preocupação primária da revolução. Dessa maneira, a reforma agrária acabou sendo empregada de maneira ineficiente, e o governo não conseguiu redistribuir as terras de maneira satisfatória, forçando camponeses a sobreviverem com pequenos trabalhos no campo ou a buscarem melhores condições nas cidades. Assim, mais do que o próprio fracasso, a Revolução Branca contribuiu para a deterioração da imagem de Xá Mohammed. “[...] a Revolução Branca e o subsequente *boom* do petróleo produziram ressentimento generalizado por aumentar drasticamente as expectativas do público, mas não as atender” (ABRAHAMIAN, 2008, p. 141-142, tradução nossa).

Entender o contexto interno do Irã nas vésperas da Revolução é necessário para verificar quais são os fatores que contribuíram para que ela acontecesse. Ademais, a revolução, por ser um marco importante na trajetória dos países envolvidos neste estudo – a Arábia Saudita, o Irã e a Síria –, merece atenção e observação. Trata-se de um episódio “divisor de águas”, uma vez que foi o momento a partir do qual a Arábia Saudita tomou um rumo discordante daquele do Irã e a Síria se posicionou em favor da nova República Islâmica – dando início à dinâmica regional que este trabalho se propõe a analisar.

Dessa maneira, com o fracasso da Revolução Branca, o desagrado popular se intensificou, tomando a forma de, inclusive, radicalismo político. Este, combinado ao nacionalismo e ao fundamentalismo religioso, se organizou e viu na figura de Aiatolá Khomeini um grande líder para a revolução (FISCHER, 1980, p. 183). Khomeini havia se tornado uma personalidade importante por conta das suas críticas a Xá Mohammed, censurando-o por sua subserviência aos interesses estadunidenses, pelo apoio à Israel – em detrimento do mundo muçulmano –, pela preterição do Islã frente ao que é “Ocidental” e pelas práticas de patronagem.

Assim, “o choque entre uma crescente população jovem e um regime que não oferecia nem os avanços de um Estado moderno, nem a estabilidade de uma sociedade tradicional, criou as condições para uma revolução” (COGGIOLA, 2007, p. 65). Inicialmente, esta revolução se organizou por meio de greves em todos os setores da sociedade e da publicação de manifestos denunciando o partido único. Os trabalhadores se engajaram por conta da desaceleração econômica; de desvios de fundos e demandando maiores salários; pelo congelamento dos salários no período de inflação; e pela perda de terras nos campos (FISCHER, 1980, p. 194-195). Para Xá Mohammed, mais importante que os protestos da população eram os participantes, uma vez que trabalhadores das indústrias petrolíferas e funcionários dos bancos também participaram da greve, fazendo com que a economia iraniana se tornasse refém da revolução.

[...] o sentimento revolucionário também começou a atrair os iranianos de classe média que poderiam ter sido beneficiários das políticas de modernização do Xá. Como produtos do sistema educacional da monarquia, esperava-se que a nova classe média se aliasse ele. Entretanto, restrições políticas, inflação e a falta de oportunidades de trabalho fora do setor estatal geraram frustração e desilusão. Essas decepções se intensificaram após o *boom* do petróleo e as condições econômicas tumultuadas de meados da década de 70 (MALONEY, 2015, tradução nossa).

O Estado falhou na organização da população e no atendimento das suas demandas – e esta foi, precisamente, onde as mesquitas obtiveram sucesso com a propagação das ideias de

Khomeini. Seus sermões uniram grupos opostos e divergentes e fizeram com que as instituições religiosas passassem a ter papel determinante na mobilização política dos manifestantes e impulsionassem Khomeini para o topo (MALONEY, 2015). A população, então, percebeu que havia outra alternativa de governo além da monarquia que os controlava.

Um episódio importante da luta é o que ficou conhecido como a “Sexta-Feira Negra” (*Black Friday*). Iniciada no dia 8 de Setembro de 1978, pessoas foram às ruas para exigir a saída de Pahlevi do poder – e a sua substituição pelo Aiatolá Khomeini. Em frente ao Parlamento, os manifestantes foram instruídos a se dispersar, mas, em protesto, sentaram-se no chão, de frente para os soldados. As tropas dispararam, e o massacre foi seguido por um tumulto, com a multidão apedrejando bancos e correios, construindo fogueiras e barricadas nas ruas para retardar o movimento de tanques, que começaram a cruzar a cidade atirando contra as pessoas (FISCHER, 1980, p. 199).

Como resposta a este evento, a repressão do governo se intensificou, com a reimposição da censura, a detenção de líderes da oposição e o uso de tanques e infantaria contra as manifestações nas ruas, o que não foi suficiente para freá-las ou para acabar com as greves. O governo se mostrava impotente para preservar a lei e a ordem por conta própria. “Só poderia fazê-lo ficando de lado e permitindo que os líderes religiosos assumissem o comando. De certa forma, a oposição demonstrou que já existia um governo alternativo” (APPLE JR., 1978, tradução nossa). Assim, foi gradualmente forçado a cancelar grandes compras nucleares e militares para atender às demandas salariais dos grevistas e a enviar tropas para os campos de petróleo. Dessa forma, anunciou a revisão de orçamentos do governo e o cancelamento de compras de equipamentos militares – na tentativa de que essas concessões acalmassem os ânimos da população.

As demonstrações e as greves, porém, continuaram e levaram o governo a tentativas de negociação – que não obtiveram sucesso, dado o comprometimento dos manifestantes com a revolução. Os choques entre o exército e a população seguiam de forma brutal e a situação parecia não ter um desfecho.

Em janeiro de 1979, Xá Mohammed foge do país, deixando para trás um exército desmoralizado e fragmentado. Um Conselho de Regência assume a governança, mas não é reconhecido pelos manifestantes – nem mesmo por Aiatolá Khomeini que anuncia a criação de um Conselho Revolucionário Islâmico. Este recebe extensa aprovação da população, demonstrada através de marchas contra o governo e a favor de Khomeini. Não somente marchas são feitas em favor do Conselho de Khomeini, mas também, grupos civis armados tomam o controle de bases militares e departamentos governamentais. O exército, como

resultado, declara neutralidade nas lutas políticas – uma vez que seu chefe, o Xá, havia fugido do país. (HALLIDAY, 1988, p. 37; FISCHER, 1980, p. 210-212). Com a criação do Conselho Revolucionário Islâmico, o país estava tendo dois governos e o avanço da revolução começava a mostrar resultados institucionais. Sem o apoio do exército, o Conselho de Regência não conseguia avançar em suas demandas e, nos confrontos que ainda ocorriam, muitos dos seus membros optavam por fugir ou eram, até mesmo, presos.

Em 30 de março de 1979, um referendo declara o Irã uma República Islâmica. A dinastia Pahlevi, que governava o Irã por 53 anos, cai oficialmente e a revolução islâmica se conclui. As eleições que se seguem produzem uma vitória esmagadora de Khomeini e, também, de seus discípulos para outros cargos governamentais. Ademais, o Estado passa a interferir menos na sociedade, tornando-se um espaço onde os grupos podiam competir e lutar por influência (HALLIDAY, 1988, p. 38).

Mesmo que seja caracterizada como uma revolução, o novo modelo de prática política e social que surge no Irã, na realidade, acaba sendo um retorno a uma ordem anterior tradicional e uma rejeição a tudo que a modernização representava – inclusive a subserviência ao Ocidente. Ademais, trata-se de uma revolução distinta de outras presentes na história; sua singularidade “pode-se dizer que reside, em primeiro lugar, no papel desempenhado pela religião e, em particular, pelo que é vagamente denominado ‘fundamentalismo religioso’” (HALLIDAY, 1988, p. 32, tradução nossa).

Essa importância dada à religião – que transforma o Irã em uma República Islâmica – é o que fornece as bases para a alteração da sua relação com a Síria e com a Arábia Saudita. Dessa forma, faz-se necessário compreender os aspectos e características da revolução, de modo a trazê-los para o contexto regional. As mudanças neste contexto são observadas logo após a transformação interna do Irã, por conta do seu envolvimento em uma guerra com o seu vizinho, o Iraque. Diferentemente do período revolucionário – que não contou com a interferência ou pressão internacional –, a guerra entre estes dois países dividiu o Oriente Médio em dois blocos e marcou uma nova configuração de forças neste sistema.

A guerra entre Irã e Iraque é iniciada por Saddam Hussein e é planejada de modo inesperado para os iranianos – que tinham o exército perto do colapso, após a revolução. Sua frota de tanques estava somente 30% operacional e sua compra de armamentos era seis vezes menor que a do Iraque – uma vez que haviam perdido o seu maior fornecedor, os Estados Unidos. Além dessas desvantagens em relação ao inimigo, o Irã ainda sofria com a consolidação da revolução – o que dava ao Iraque a impressão de que seria uma guerra curta. (TABBAAR, 2017, p. 6; MALONEY, 2015; COGGIOLA, 2007, p. 103).

Os motivos que levaram à invasão iraquiana são incertos, não há consenso na literatura. Abrahamian (2008, p. 171), por exemplo, acredita que o fundamento da invasão se encontra na necessidade de reconquistar o rio *Shattal-Arab*, crucial para o país. Já para Coggiola (2007, p. 103), a intenção iraquiana se dá pela tentativa de enfraquecimento do regime iraniano – de modo a frear o componente internacional proposto pela Revolução Islâmica no Irã.

Quaisquer que tenham sido as motivações iraquianas no conflito, o que é interessante notar é que uma guerra que deveria ser curta acabou tendo a duração de 8 anos. Obstinado em fortalecer seu partido internamente, além de explorar a fraqueza militar do Irã, o tumulto interno, e seu isolamento internacional, Saddam Hussein ocupa o território iraniano, com forças terrestres e aéreas – conseguindo, inclusive, tomar o controle do rio *Shattal-Arab*. Com estas primeiras vitórias em um ataque surpresa, Hussein ordenou uma cessão das hostilidades para dar oportunidade à negociação (TABAAR, 2017, p. 5).

Ao fazer isso, porém, ele ofereceu mais tempo para que o exército iraniano se reorganizasse, além de salvá-los da derrota – uma vez que, caso mantivessem seus avanços e ataques, o Irã, com sua estrutura enfraquecida, não conseguiria lidar com a invasão. No próprio Iraque, esta pausa deteriorou a moral do exército iraquiano, o que influenciou no seu desempenho no combate. Dessa maneira, o Irã pode ter tempo para estruturar suas forças, respondendo à altura e infligindo derrotas nas forças iraquianas.

Dada a oportunidade – não planejada – iraquiana, Irã foi capaz de alterar sua estratégia, adotando uma posição ofensiva (diferentemente do posicionamento defensivo que teve de adotar nos primeiros momentos, por conta da surpresa do ataque de Hussein). Assim, aprimorou os campos militar, econômico, diplomático e o programa político de consolidação do novo regime. Em 1981, iniciou os ataques contra o Iraque, garantindo vitórias na expulsão de tropas de campos petrolíferos ocupados. Ambos os lados do conflito estavam comprometidos a continuá-lo até a vitória absoluta – mas, quando Saddam percebeu que o Irã havia aperfeiçoado significativamente sua participação na guerra, passou a considerar um cessar fogo (MALONEY, 2015). “A guerra que nascera móvel em 1980, acabou se tornando uma clássica guerra de trincheiras nos anos seguintes, levando os dois países à exaustão total dos recursos” (COGGIOLA, 2007, p. 106).

À medida, porém, que o conflito se agravava, os países vizinhos se alarmavam, inquietando o contexto regional. O Iraque, através do financiamento e apoio que começou a receber dos países ocidentais e regionais – principalmente das monarquias do Golfo – viu uma oportunidade de elevar a posição iraquiana para um patamar de primazia regional e vantagem

internacional (COGGIOLA, 2007, p. 103). Aos poucos, a guerra se tornou uma guerra por procuração com os sauditas financiando o Iraque e o Irã elevando xiitas separatistas no Golfo e apoiando a violência no Kuwait e no Bahrein (MALONEY, 2015).

O financiamento saudita do Iraque e o posicionamento contrário ao Irã neste contexto são essenciais na análise deste trabalho. Argumenta-se que a aproximação entre Síria e Irã – neste mesmo contexto da guerra entre Irã e Iraque e fortalecida ao longo do tempo com a alauização – é um dos fatores responsáveis pelo afastamento da Arábia Saudita – além da própria percepção do fenômeno de alauização interna na Síria. Para que se compreenda os motivos que levaram os sauditas a se afastarem de Damasco, é necessário investigar a dinâmica entre a Arábia Saudita e o Irã nesta conjuntura – e como ela se transformou.

A revolução islâmica no Irã contribuiu para a alteração na retórica internacional deste país. Antes, com a dinastia Pahlevi e uma proximidade com as potências ocidentais, Aiatolá Khomeini surgiu em completa oposição aos EUA – os principais financiadores das investidas israelenses contra os árabes (FERABOLLI, 2014). Além da resistência ao envolvimento estadunidense na região, a crítica também foi feita aos seus países vizinhos que permitiam que os EUA tivessem influência na região, em especial a Arábia Saudita. Para Khomeini, tratava-se de um comportamento desleal de uma nação árabe ter relações próximas com aquele que permitia – e financiava – tantas das suas derrotas contra Israel.

Além disso, havia um outro componente da república iraniana que colaborou para o esfriamento das relações com os sauditas: o aspecto religioso. A revolução no Irã transformou este país, de uma monarquia secular, a uma república islâmica, governada por líderes religiosos e espirituais (os Aiatolás), baseada na vertente xiita – uma vez que essa era majoritária no país. Com uma forte retórica internacional e uma profunda ligação com a religião – o islamismo xiita –, a Arábia Saudita temia as consequências da possível exportação da revolução para outros países, além de perceber que a ascensão do Irã como uma potência regional significaria uma colisão de interesses e ideologias, ameaçando o papel de “guardião do sunismo”¹⁹ que a monarquia saudita queria ter no Oriente Médio.

Assim, por conta do receio das consequências que a guerra poderia causar – envolvendo, inclusive, as monarquias do Golfo – e com uma diferença ideológica que prejudicava os objetivos da Arábia Saudita na região, esta surgiu em defesa de Saddam

¹⁹ Também guardião do islamismo, de maneira geral, uma vez que se trata de uma monarquia com ideais islâmicos desde o momento de sua fundação, em 1932. Ademais, o rei Abdul Aziz bin Abdul Rahman Al-Faisal Al Saud (IbnSaud), unificador e criador do reino da Arábia Saudita, também deu início ao reinado da Casa Al Saud, que governa o país até os dias de hoje (MOFA, 2015).

Hussein, providenciando assistência política, diplomática, econômica, financeira, militar e de inteligência (AL-BADI, 2017, p. 195).

Do outro lado, também há a configuração de forças em apoio do Irã. Enquanto se percebe o afastamento entre Arábia Saudita e Irã neste contexto, também é possível reparar que este país começa a estabelecer vínculos com a Síria – a qual surge em sua defesa. É por esse motivo que a investigação da revolução iraniana e da guerra travada com o Iraque são de extrema relevância para este trabalho. Ao se apresentarem as posições, principalmente, destes três países, oferecem-se as bases para a compreensão do fortalecimento da relação entre Síria e Irã ao longo dos anos – por conta da alauização – e do afastamento da Arábia Saudita desses países – iniciado somente em contradição a Teera, mas que, à medida que percebe o desenvolvimento da alauização, inclui também Damasco.

A Síria, no período pré-revolucionário, não tinha boas relações com o Irã. De fato, havia um ressentimento com este país, uma vez que a dinastia Pahlevi primava pela relação com os EUA e com Israel. As mudanças iranianas foram, então, bem recebidas pela Síria, que reconheceu a nova república e o novo governante logo após a queda da monarquia – sendo o primeiro país árabe a fazê-lo. A guerra contra o Iraque foi o pontapé necessário para que essa relação se tornasse uma verdadeira aliança. Damasco havia tentado superar as diferenças com Bagdá, iniciando negociações de unificação, uma vez que ambos os países eram governados por partidos Ba'ath. “Entretanto [...] tornou-se claro que as lideranças das duas alas rivais do Partido Ba'ath tinham visões incongruentes sobre o que a unificação implicaria” (GOODARZI, 2009, p. 19, tradução nossa).

Ademais, as diferenças entre estes países também estavam naqueles que eles consideravam seus inimigos. Enquanto Hafez Al-Assad se fixava na ameaça vinda de Israel, Saddam Hussein considerava o Irã uma ameaça. Com opiniões divergentes, Assad percebeu que a vitória de Iraque sobre o Irã “o prenderia entre um Israel triunfante e um Iraque triunfante, ambos hostis a ele” (SEALE, 1995, p. 357, tradução nossa). Assim, a Síria se manifesta em defesa do Irã, provando-se ser, ao longo da guerra, seu maior aliado. Seu papel era o de auxiliar o Irã com armamentos e inteligência vindos da União Soviética, contribuindo para a estabilização da economia iraniana – e, conseqüentemente, para esgotar os recursos iraquianos. De outro lado, passou a negar a exportação de petróleo ao Iraque – o que formalizou ainda mais a aliança entre Síria e Irã; uma aliança que a Arábia Saudita procurava quebrar (MALONEY, 2015; GOODARZI, 2009, p. 34; SEALE, 1995, p. 358).

Iniciada por conta de interesses próprios, a aliança entre Síria e Irã se tornou conveniente. Para o Irã, porque precisava do apoio militar e logístico, e para a Síria, porque

aspirava a derrota do Iraque – de modo que não se tornasse uma ameaça. À medida, porém, que a guerra se estendia, o processo de alauização interno na Síria se fortalecia. Isso se dá porque o contexto em que se insere a guerra do Irã e do Iraque é o mesmo das *infitahsas* quais a Síria experiêcia – e que insere maior liberdade econômica àqueles indivíduos que já verificam liberdades no setor político e militar, consolidando e desenvolvendo ainda mais a alauização. A partir desta guerra e do início das relações entre o Irã e a Síria, o aspecto ideológico e religioso ganha peso e sua parceria não é mais de conveniência e, sim, de proximidade política e sectária.

Mesmo com apoios regionais em ambos os lados, a guerra exauria os recursos das partes. Assim, a mesma falta de consenso na literatura para explicar o início da guerra existe para explicar como ela terminou. Não houve lado vitorioso, mas sabe-se somente que, em 1988, ambos os países concordam com um cessar-fogo – que preserva a República Islâmica no Irã (MALONEY, 2015). Isso não significa, porém, que não haveriam outras desavenças regionais que configurariam, novamente, a Síria e o Irã isolados em um dos lados.

4.2 A GUERRA DO LÍBANO DE 2006

A Guerra do Líbano do ano de 2006 é outro momento de relevância para ser investigado neste trabalho. Isso porque, mesmo sendo uma guerra árabe-israelense – a sexta – não recebe o apoio de muitos países árabes, mantendo Irã e Síria isolados em apoio ao Hezbollah, que se encontrava na frente de batalha contra Israel. Essas condições colaboraram para um fortalecimento da relação já estabelecida entre o Irã e a Síria – com bases na alauização, já consolidada – e criou um novo eixo de cooperação com a participação do Hezbollah. Assim, entender a formação e o envolvimento deste ator não-Estatal, além de verificar os posicionamentos tomados pela Síria e pelo Irã são pertinentes para a compreensão do argumento central proposto – o de que a alauização é responsável pela aproximação entre Síria e Irã e, também, pelo afastamento da Arábia Saudita.

O Hezbollah, protagonista da Guerra do Líbano de 2006, é uma organização considerada terrorista pelos EUA, que foi criada por figuras religiosas do islã por volta de 1960. Desde o momento de sua criação, esta organização tem vínculos com o Irã, tanto pela defesa do islamismo xiita – que traça uma conexão com a Revolução Iraniana de 1979 – quanto pelo apoio que recebe dos líderes iranianos, inclusive por meio do treinamento de seus integrantes – treinados por iranianos ou no próprio Irã. Desde o momento de sua criação, no Líbano, foram-lhe conferidas as características de ativismo político e hostilidade à Israel, algo

que o conecta a diversos países árabes, por conta das guerras árabe-israelenses – especialmente ao Irã pós-revolução, que tinha a crítica à Israel como uma das mais importantes, e à Síria, que sempre esteve à frente nas batalhas árabe-israelenses (SAMII, 2008, p. 32-34).

Aiatolá Khomeini alegou que o envio dos iranianos para o Líbano era impraticável, e seria mais eficiente prepará-los e equipá-los [os libaneses] para defender seu próprio país contra Israel e recuperar o que é de direito do povo da Palestina e do Líbano. Assim começou o treinamento do Hezbollah (SAMII, 2008, p. 35, tradução nossa).

O treinamento e preparação militar financiado pelo Irã era somente uma das faces de auxílio fornecida para o Hezbollah. Ideologicamente, havia um esforço constante para que as visões político-religiosas de Khomeini também fossem adotadas pelo grupo. Assim, o documento final submetido pelo comitê da organização, a Carta Aberta (*Open Letter*) – e aprovado pelo Aiatolá – defendia que a crença no Islã e a *jihad*²⁰ (a guerra justa) seriam suas bases intelectuais (QASSEM, 2010, p. 57). Além disso, ficava clara, na carta, a opinião da organização sobre como o mundo era dividido: haviam os oprimidos e os opressores (sendo os Estados Unidos o maior deles). Dessa forma, o “Hezbollah se apresentava como um ator militante contrário às ações de Israel e das potências ocidentais, e como defensor da criação de um Estado Islâmico para se opor ao que considerava como regimes fantoches do Ocidente no Oriente Médio” (EL-HUSSEINI, 2012, p. 167, tradução nossa).

Do ponto de vista da Síria, apoiar o Hezbollah permitiu que mantivesse sua aliança com o Irã e ganhasse meios para atacar indiretamente Israel e os Estados Unidos (NORTON, 2007, p. 35). Dessa forma, foi criado um eixo Irã-Síria-Hezbollah, possibilitando que a aliança entre Damasco e Teerã se fortalecesse e o Hezbollah recebesse mais auxílio – antes tendo o apoio do Irã, passa a ter apoio, também, da Síria, facilitando, inclusive, a logística de envio de suprimentos. Ademais, a presença síria em território libanês no momento da ocupação de zonas de segurança no sul do Líbano por Israel, passou a ser percebida como necessária na resistência aos israelenses (HARRIS, 2009, p. 70).

Por esses motivos, explorar a Guerra do Líbano de 2006 é importante. Não somente pela criação deste novo eixo com uma organização não-Estatal – e considerada terrorista por alguns países –, mas também por conta da ideologia por traz da formação deste eixo. Observar a vertente xiita no Hezbollah torna evidente os motivos pelos quais há tanta proximidade entre

²⁰ “*Jihad* poderia ser uma luta com a própria alma ou a luta contra um inimigo. O Hezbollah via a *jihad* defensiva – a defesa muçulmana contra uma agressão ou ocupação – como um dever” (SAMII, 2008, p. 36, tradução nossa).

esta organização e o Irã – desde a sua formação. Mas para aqueles que desconhecem o fenômeno da alauização interna na Síria, seu papel nesta relação não parece muito claro. A proximidade da Síria, então, vai além da simples manutenção da relação que estabelece com o Irã e do fortalecimento da luta contra Israel. Ela também envolve questões ideológicas que, neste contexto, já se faziam presentes em sua política e dinâmica interna. Com uma relação mais consolidada com o Irã – à medida que a alauização também era um fenômeno consolidado –, aproximar-se de outra organização que carregava ideais islâmicos fazia sentido e assentava a própria coalizão interna na Síria, beneficiada pela alauização.

A Guerra do Líbano teve início com o assassinato de três soldados israelenses que patrulhavam a fronteira entre Israel e Líbano e o sequestro de dois soldados pelo Hezbollah. Havia uma expectativa do Hezbollah de utilizar a captura dos soldados como barganha para garantir o retorno de três prisioneiros libaneses detidos por Israel (NORTON, 2006, p. 76). O que a organização não previa, porém, era uma resposta categórica de Israel, transformando a situação em um conflito entre os dois. Ehud Olmert, Primeiro-Ministro israelense, percebia o ataque do Hezbollah como uma “janela de oportunidade”, a qual poderia auxiliá-lo a receber apoio internacional²¹ na elaboração de uma resposta mais firme que eliminasse a organização adversária (BICKERTON, 2009, p. 202; HAREL; ISSACHAROFF, 2008, p. 76; NORTON, 2006, p. 76).

A ação do Hezbollah não foi muito bem recebida entre os países árabes, nem mesmo dentro do próprio Líbano. Isso porque a organização não havia calculado a possibilidade de a situação escalar para tamanha crise. Declarações de países árabes foram pronunciadas com represálias ao posicionamento da organização. Um dos pronunciamentos é o do ex-Presidente do Líbano, Amin Gemayel:

O Hezbollah foi responsável por arrastar todo o Líbano para uma luta militar muito maior do que podia lidar. É inconcebível que o Hezbollah tenha decidido sozinho que o pequeno Líbano irá liderar uma luta árabe contra Israel, especialmente dado o fato de que os sírios e outros Estados árabes escolheram manter silêncio absoluto em seus setores. Por que a Síria não abre outra frente nas Colinas do Golã? Por que é o Líbano, de todos os países, aquele a estar envolvido em um tiroteio com Israel? (HAREL; ISSACHAROFF, 2008, p. 82, tradução nossa).

A retaliação israelense frente aos assassinatos e sequestros de seus soldados leva ao início de um conflito que, pelos cálculos de Israel, duraria em torno de 2 ou 3 dias até que o

²¹ Os EUA se envolveram na situação de modo a expressar sua compreensão para com Israel na necessidade de planejar uma resposta, porém foi solicitada cautela no que dizia respeito à infraestrutura civil e ao governo libanês – uma vez que o ataque havia sido praticado pelo Hezbollah e não pelo governo do Líbano (HAREL; ISSACHAROFF, 2008, p. 81).

Hezbollah solicitasse um cessar fogo. Os bombardeios israelenses atingiram alvos militares, logísticos, territórios ocupados pelo Hezbollah e, até mesmo, locais ocupados por civis. Um dos ataques se passou na pista do aeroporto de Beirute, prejudicando o tráfego aéreo. Outros foram direcionados a estradas e pontes, de modo a impedir o abastecimento de material e armamentos do Hezbollah. A estrada que ligava Beirute a Damasco foi atingida, dificultando a fuga, inclusive, de civis para a Síria (HIRST, 2010; HAREL; ISSACHAROFF, 2008, p. 97).

O bombardeio de Dahia, um bairro ao sul de Beirute, foi o ponto de inflexão na opinião pública libanesa sobre o Hezbollah. No início do conflito, a imagem desta organização no Líbano se encontrava debilitada, sendo criticada por tomar a frente em um processo de decisão – especificamente, o de iniciar uma provocação a Israel ao sequestrar dois de seus soldados – sem consultar os reais responsáveis pelas decisões do país, os membros do governo. A investida em Dahia já era esperada pelo Hezbollah, que se alojou em bairros no norte de Beirute, enquanto ataques aéreos derrubavam prédios onde estavam os quartéis-generais da organização. A rede de televisão al-Manar, afiliada ao Hezbollah, teve sua sede destruída (HAREL; ISSACHAROFF, 2008, p. 101-102).

Com o episódio de Dahia não somente a imagem do Hezbollah, que se encontrava enfraquecida, alterou-se. A Síria também passou a ser vista de forma diferente pela população – que antes condenava este país por incentivar a organização a se manter neste conflito. Após a intensificação do conflito, porém, a Síria é vista como necessária para conter a ameaça de Israel. Isso se dá por conta da aliança estratégica firmada por Bashar Al-Assad, que aceitou fornecer armamentos avançados ao Hezbollah (ZISSER, 2009, p. 398-399).

Dessa forma, como resposta à investida em Dahia, o Hezbollah organizou um contra-ataque em Haifa, uma cidade a noroeste de Israel. A intenção era de enviar um míssil para destruir um barco carregando mísseis israelenses. Este ataque foi realizado com o auxílio do Irã – o míssil enviado, inclusive, tinha origem neste país. “De repente, havia um sentimento de orgulho nacional no Hezbollah, que enfrentou Israel [...]” (HAREL; ISSACHAROFF, 2008, p. 102, tradução nossa). Muito do motivo pelo qual a organização passou a conquistar apoiadores internos se deu pela ausência do Estado libanês, que não assumiu a responsabilidade de proteger o território e o povo, confiando aos próprios cidadãos a tarefa de libertar o Líbano do conflito com Israel. Isso “determinou necessariamente a emergência de um movimento de resistência popular” (HAFEZ, 2008, p. 187-188, tradução nossa). Os ataques à Dahia, como resposta de Israel, entretanto, não cessaram – chegando, inclusive, perto da fronteira com a Síria.

Mesmo caracterizando mais uma guerra árabe-israelense, a Guerra do Líbano não garantiu muito apoio regional, além daquele vindo da Síria e do Irã. Arábia Saudita, por exemplo, criticou a organização, definindo seus atos como irresponsáveis e desonrosos – sendo diferenciados do que seria uma resistência legítima. “Isso era algo sem precedentes na história do conflito árabe-israelense: a primeira vez que um grupo de árabes, e um muito significativo, estava se alinhando mais perto do ‘inimigo sionista’ do que dos outros árabes lutando contra ele” (HIRST, 2010, tradução nossa). Grande parte do motivo pelo qual a Arábia Saudita não declarou apoio ao Hezbollah se dá pelo fato de ser uma organização que se pauta na vertente xiita do islã, o que caracteriza uma diferença para o sunismo saudita. A criação do eixo Irã-Síria-Hezbollah – também pela aproximação ideológica – é mais um motivo pelo qual a Arábia Saudita mantém sua distância.

Por outro lado, o posicionamento sírio em defesa do Hezbollah não se dava somente por meio do envio de armamentos, como também era verbal e se fazia presente nos discursos desse país – contendo ameaças a Israel caso iniciassem ofensivas terrestres. Na medida em que a Síria e o Irã consolidaram seu apoio ao Hezbollah – e que as ameaças a Tel Aviv se tornaram recorrentes – Israel passou a considerar a finalização do conflito. Enquanto esta ideia se mantinha nas discussões internas deste país, os ataques seguiam. O Hezbollah também resistia, evitando combate direto com as Forças de Defesa de Israel (em inglês, *Israel Defense Forces* ou IDF). “A partir do momento em que Israel escolheu continuar a luta [...], tudo o que o Hezbollah teve de fazer foi sobreviver, defender sua posição e provar que poderia disparar um número razoável de [...] foguetes até o último dia do conflito” (HAREL; ISSACHAROFF, 2008, p. 128, tradução nossa).

Assim, com o auxílio sírio na reconstrução do exército e na estabilização da situação, o fim da guerra parecia mais próximo (HAFEZ, 2008, p. 207). A resistência foi tamanha que, aos poucos, o Hezbollah conseguiu enfraquecer as forças israelenses e declarar uma vitória no conflito – a primeira vitória, nas seis guerras árabe-israelenses, que se deu do lado árabe (HIRST, 2010; HAREL; ISSACHAROFF, 2008, p. 129). Apesar de ter finalizado com o envolvimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas e com a adoção de uma resolução (a resolução 1701) que exigia o cessar fogo, é possível perceber um dos lados como vitorioso. Isso porque Israel falhou em sua missão de destruir o Hezbollah e assassinar o seu líder, enquanto, do outro lado, a organização conseguiu sobreviver – por muito mais do que os 2 ou 3 dias planejados por Israel – e saiu do conflito muito mais fortalecida e com um apoio muito mais consolidado – tanto internamente quanto regionalmente com a Síria e o Irã (HIRST, 2010).

4.3 A PRIMAVERA ÁRABE NA SÍRIA

Muitas das bases para a Primavera Árabe na Síria são encontradas nos capítulos anteriores. A insatisfação popular com as condições socioeconômicas do país somada a um regime que utilizava práticas paroquialistas para a sobrevivência, além da corrupção, também presente, tornariam as reivindicações inevitáveis. Um protesto na Tunísia, no final de 2010, porém, foi o evento necessário para que estas demandas populares, presentes em grande parte dos países do Oriente Médio e Norte da África, tornassem-se revoltas e escalassem para, inclusive, conflitos ou troca de regime.

Por outro lado, além de estabelecer uma conexão com estes eventos, práticas e políticas anteriores, faz-se necessário entender como elas desenrolaram no decorrer do conflito e quais são as possíveis implicações para a Síria. Ademais, central nesta pesquisa, também é uma forma de avaliar as consequências que este evento traz no contexto internacional, influenciando nas relações sírias com o Irã e com a Arábia Saudita. Por esse motivo, trata-se de um episódio imprescindível na análise do trabalho.

Na Tunísia, condições desfavoráveis de emprego e práticas do regime de Zine El Abidini Ben Ali foram as que levaram à insatisfação popular. A taxa de desemprego na Tunísia em 2010 beirava 13% da população. Mais problemático que a taxa de desemprego, porém, era observar qual parcela da população fazia parte dessa porcentagem. Isso porque o surgimento de empregos, neste período na Tunísia, era em setores que exigiam pouca qualificação, fazendo com que profissionais altamente qualificados não conseguissem acesso ao mercado de trabalho – 37% dos desempregados tinham um diploma da universidade (IILS²², 2011, p. 22-23). Além disso, a população ainda tinha de suportar a corrupção do regime, que confiava em um sistema de favoritismo, manipulação eleitoral e intimidação (AL-ASSAD 2012, p. 84; ALEXANDER, 2011).

A medida da corrupção do regime de Ben Ali e da confiança que a população depositava nas autoridades tunisianas podem ser resgatadas na análise dos indicadores vistos anteriormente, elaborados pelo *World Bank* (2018d). Com estimativas que variam entre 2,5 negativo e 2,5 positivo, os dados do *Worldwide Governance Indicators* avaliam o controle da corrupção, o qual analisa até que ponto o poder público é exercido em favor do ganho privado e Estado de Direito, que explora a confiança nas regras sociais e autoridades. No ano de 2010,

²² O Instituto Internacional de Estudos do Trabalho (IILS) foi criado em 1960 como uma instalação autônoma da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para aprofundar a pesquisa de políticas, o debate público e o compartilhamento de conhecimentos sobre questões trabalhistas emergentes e sociais que preocupam a OIT e seus países constituintes (IILS, 2011).

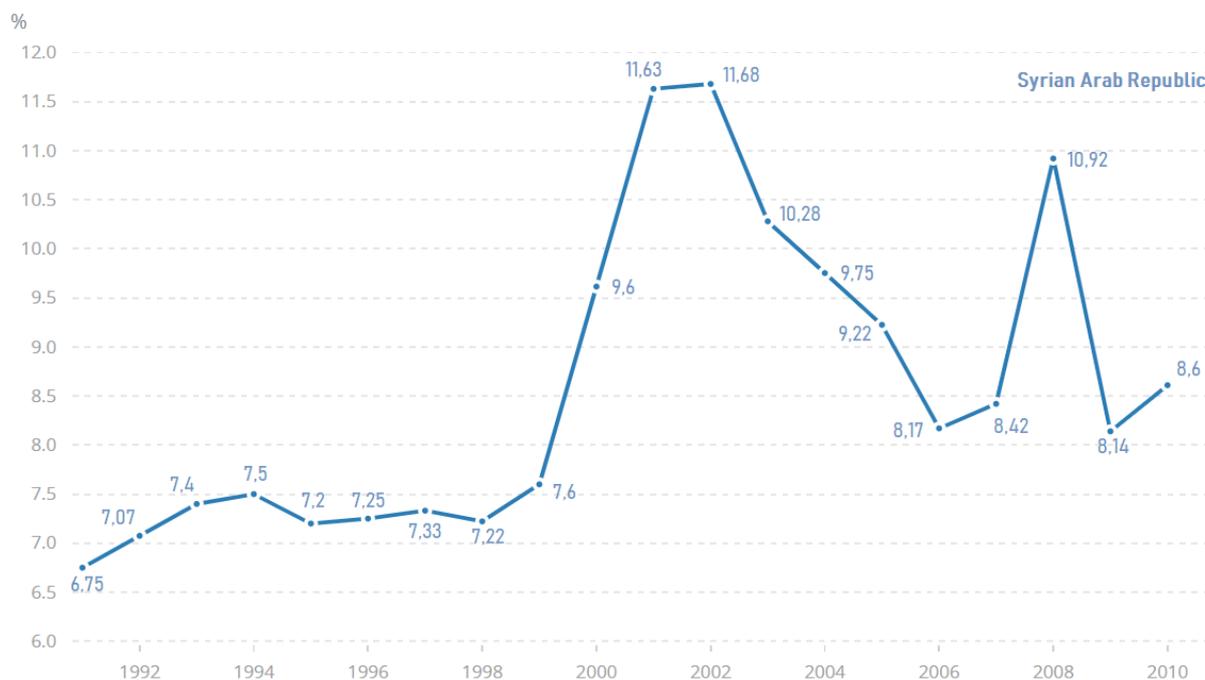
a Tunísia tinha a estimativa de -0,26 no primeiro indicador e -0,13 no segundo, caracterizando a falta de confiança e a insatisfação da sociedade tunisiana com este regime.

Assim, compreende-se os motivos que levaram, em dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, um jovem graduado, à autoimolação, quando autoridades confiscaram sua barraca de frutas e vegetais, caracterizando o episódio fatídico que suscitou outras revoltas e protestos na região – inclusive na Síria (AL-ASSAD, 2012, p. 84).

Dessa forma, com a influência dos protestos iniciados na Primavera Árabe da Tunísia e as condições socioeconômicas degradantes que enfrentavam, a população síria motivou-se a exigir mudanças. Presentes em um sistema caracterizado pela repressão política e pela desigualdade econômica e social, as exigências populacionais se pautaram em questões interligadas de governança democrática, justiça social e emprego decente (UNDP, 2011, p. 1).

A Primavera Árabe na Síria também está relacionada com problemas de desemprego – não somente taxas altas, mas também a questão da economia informal. O Gráfico 4.1 abaixo mostra a evolução da taxa de desemprego entre 1991 (ano em que os dados se fazem disponíveis no Banco Mundial) e 2010 (ano anterior ao da crise na Síria). É preciso perceber que na década de 90 não há grande alteração na taxa de desemprego, mantendo-se numa média de 7,25% de desemprego (para o período de 1991 a 1999). O início do novo milênio, porém, inicia um novo episódio na Síria, com variações muito maiores na taxa de desemprego e com a maior taxa registrada até então, alcançando 11,68% (no ano de 2002). Mesmo com o decréscimo nos anos seguintes, as altas variações ainda são percebidas, com a mais significativa no ano de 2008, quando houve a crise econômica global. Neste ano o desemprego aumentou novamente, alcançando 10,92% da população. Houve decréscimo após este ano, mas a Síria nunca mais experimentou taxas tão baixas quanto aquelas da década de 90 – o que torna compreensível o descontentamento popular no período da Primavera Árabe em 2011.

Gráfico 4.1– Taxa de Desemprego na Síria (1991-2010)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *World Bank* (2018e).

Verificar os indicadores de controle de corrupção e de voz e responsabilidade – que analisa a participação dos cidadãos na escolha dos seus governantes, bem como a liberdade de expressão e da mídia – é, também, uma análise importante para entender a insatisfação popular síria. Como pode ser visto na Tabela 4.1 abaixo, desde o ano de 1996 (primeiro ano disponibilizado pelo Banco Mundial) até o ano de 2010 (na véspera da Primavera Árabe), ambos os indicadores são negativos, o que já indica o descontentamento populacional.

Para o indicador de voz e responsabilidade a situação se mostra preocupante. Isso porque nos 12 anos de análise não somente foram negativos como sempre estiveram acima de -1, que mostra um real problema em como os cidadãos percebem sua participação na política e a liberdade de expressão. É possível traçar, inclusive, uma relação entre este indicador e a alauização, uma vez que, desenvolvida pelo governo em termos clientelistas que beneficiariam a coalizão próxima a Assad (tanto pai quanto filho), a alauização realmente impede a participação ativa da população nas decisões políticas.

Já no que diz respeito ao controle de corrupção, nota-se que são, igualmente, negativos neste período. Por conta da sua presença nas demandas populares da Primavera Árabe, trata-se de um indicador de extrema importância, além de demonstrar um agravamento ao longo do tempo. Em 2002 o indicador apresenta o melhor resultado até então (-0,39). A partir deste

ano, porém, há um agravamento sem precedentes, fazendo com que em 2010 o indicador atinja o valor de -1,13.

Tabela 4.1—Indicadores de Voz e Responsabilidade e Controle de Corrupção na Síria (1996-2010)

	Voz e Responsabilidade	Controle da Corrupção
1996	-1,40	-0,88
1998	-1,56	-0,91
2000	-1,63	-1,03
2002	-1,62	-0,39
2003	-1,62	-0,80
2004	-1,51	-0,82
2005	-1,51	-0,85
2006	-1,76	-1,06
2007	-1,78	-1,10
2008	-1,72	-1,15
2009	-1,69	-1,13
2010	-1,70	-1,13

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *World Bank* (2018d)

Uma vez que há uma relação direta entre a economia e as condições sociais da população, faz-se necessário trazê-las para a análise, como uma forma de entender o contexto que levou às revoltas populares na Síria. Dessa maneira, o Gráfico 4.2 abaixo mostra o crescimento do PIB anualmente na Síria (em termos percentuais). Este gráfico complementa o Gráfico 3.7 apresentado anteriormente, trazendo dados presentes no Banco Mundial.

A queda nos preços do petróleo na metade da década de 80, expôs as deficiências estruturais dos países árabes – em especial os não produtores de petróleo, por serem menos desenvolvidos. Na tentativa de escapar dos efeitos dessa alteração no preço do petróleo, a Síria – com uma produção de petróleo irrisória quando comparada às monarquias do Golfo – adotou reformas socioeconômicas, incluindo políticas de planejamento familiar mais amplas e reformas estruturais alinhadas com o "Consenso de Washington" – caracterizando o que foi visto anteriormente como a segunda *infithah*. No entanto, essas reformas não foram suficientes para evitar as consequências na sua economia. Uma delas se percebe, inclusive, no Gráfico 4.1 apresentado anteriormente. A recessão severa impediu a criação de empregos para uma força de trabalho em constante crescimento, levando ao aumento do desemprego e, consequentemente, à insatisfação popular (WINCKLER, 2013).

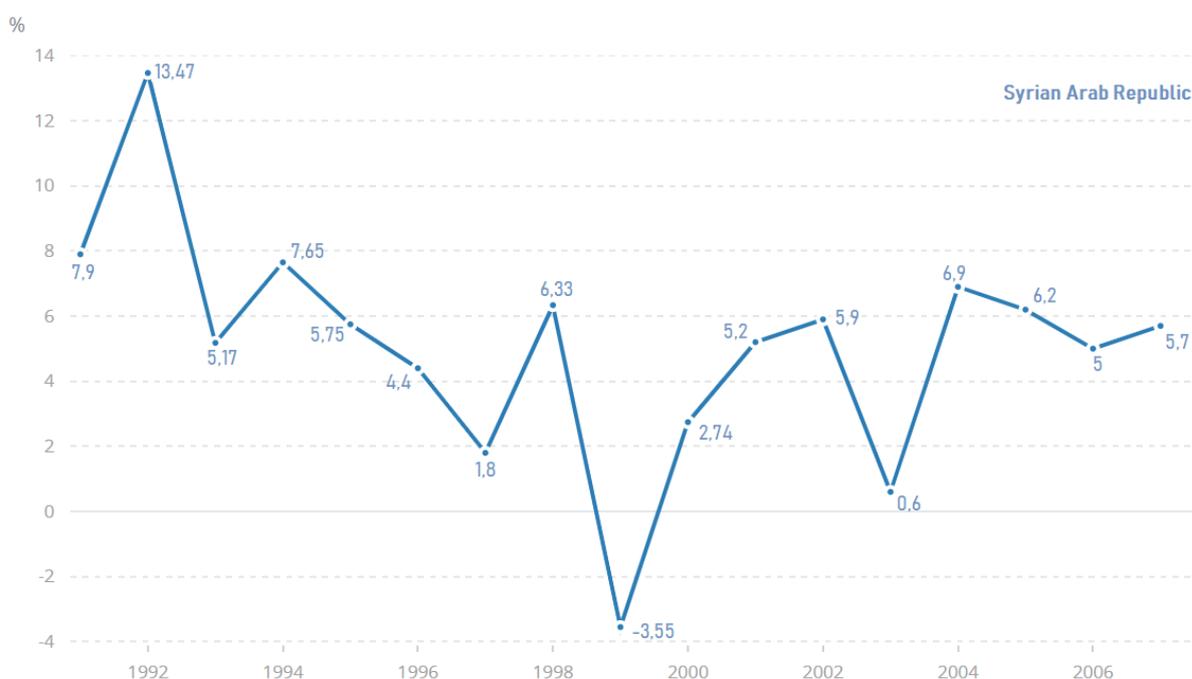
Assim, o Gráfico 4.2 mostra os efeitos da queda nos preços do petróleo e da segunda *infithah* que se inicia na década de 80. A partir de 1992, quando o crescimento do PIB se

mostra o mais alto (13,47%), o país começa a enfrentar quedas bruscas. Ainda se observam crescimentos na economia, como entre o ano de 1997 e 1998 onde há uma variação de 4,5 pontos percentuais positivos. No ano seguinte, porém, a queda é avassaladora, chegando, inclusive, a um crescimento negativo de -3,5%. Até que se inicie o conflito em 2011 (como pode se observar neste gráfico e no Gráfico 3.7), o país não experimentará novamente os índices apresentados no início da década de 90.

A insatisfação popular não deve ser medida somente com base neste passado recente, uma vez que também se encontra em acontecimentos enraizados na própria história da Síria colônia. Isso se dá por conta do envolvimento francês – potência colonizadora – e como, mesmo depois da independência síria, não deixou este país livre de suas influências.

A herança histórica que o período colonial trouxe à Síria se traduziu em um período de intensa disputa étnica e religiosa pelo poder – como através dos golpes de Estado que experienciou, explorados anteriormente. Isso se deu porque, na época em que a França estava presente na região, havia tentativas de enfraquecer o sentimento nacionalista-árabe, instaurando pequenas divisões no país, governadas por grupos minoritários, como os alauítas, em detrimento da maioria sunita (KHOURY, 1987, p. 58).

Gráfico 4.2– Crescimento do PIB anual (em %, 1990-2007)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *World Bank* (2018c).

A permanência de minorias em cargos de poder, então, tornou-se mais facilitada ao longo do tempo – com o apoio da colonizadora –, o que justifica o golpe encabeçado por Hafez Al-Assad em 1970, e o sucesso que teve em manter o poder. Por outro lado, dado que a família Assad pertence à minoria alauíta, a maioria da população síria não se sente representada pelos seus governantes. A alauização na Síria tem, no período colonial, parte das suas causas.

Essa dinâmica, somada a uma forma de regime ditatorial, com práticas paroquialistas e clientelistas, com a continuação do regime através do Assad filho – mesmo que o modelo de governo na Síria não seja um pautado nos ideais monarquistas –, às restrições de liberdades, às repressões violentas a qualquer pessoa considerada ameaça para a segurança nacional, e ao controle da população, também contribuem para o descontentamento popular e a tentativa de buscar mudanças.

A insatisfação popular não era percebida somente em relação ao regime, mas também aos militares. A população se deparava com um agravamento das suas condições, inclusive com o declínio do apoio fornecido aos agricultores (que se encontravam em uma situação ainda pior com o período de secas e a falta de resposta e auxílio governamental), enquanto via um exército já dilatadorecebendo altos percentuais dos recursos do regime – que poderiam ser melhor alocados na busca de desenvolvimento econômico e na criação de empregos. Ademais, alterações dentro do próprio exército, como a redução de orçamentos para determinadas áreas, criava, até mesmo, problemas internos na organização – prejudicando a questão da lealdade entre os soldados. “Muitos recrutas se irritavam com a corrupção, que era ativamente encorajada pelo regime como uma forma de controlar as pessoas” (KEEN, 2017, p. 7, tradução nossa).

Com as bases na alauização na Síria, na desigualdade econômica e social, nas consequências desastrosas da segunda *infītah*, na corrupção e na repressão política, inicia-se a Primavera Árabe na Síria em 2011. A partir de março e do início dos levantes populares na Síria a violência assimétrica passa, então, a se fazer presente. Isso porque, a repressão governamental surge como resposta às manifestações generalizadas que se espalham pelo país. Era o início das demandas por reformas, por liberdades políticas, pelo fim dos abusos do governo e pela revogação de leis de emergência abusivas. Inicialmente, mesmo com a resposta violenta, o regime prometeu atender a algumas das demandas populares. Porém, as forças do exército não pararam de agir contra os protestantes (VAN SCHAACK, 2016, p. 5-6; ADAMS, 2015, p. 6).

Comprometida com o desejo de mudança, parte da população continuou com as manifestações, enquanto outra parte organizou a oposição, alterando os padrões do conflito. Cria-se o Conselho Nacional Sírio (SNC na sigla em inglês), uma coalização de facções opostas com sede em Istambul, e surge o Exército Livre da Síria (FSA na sigla em inglês), formado por desertores das forças do exército e, também, por civis que continuavam descontentes com a situação. O FSA tinha o objetivo de se tornar a liderança da oposição. No entanto, organizar o grupo com um comando unificado, uma ideologia central e com um programa de reforma se mostraram extremamente difíceis de estruturar (KEEN, 2017, p. 8; ADAMS, 2015, p. 6; KHASHANAH, 2014, p. 5;7).

Apesar de sua crescente popularidade, no entanto, seria um erro ver o FSA como tendo controle sobre a militarização da revolta síria. O FSA não é apenas uma força difusa e altamente descentralizada, incluindo muitos pequenos grupos de combatentes que alteram sua lealdade aos comandantes da FSA em troca de armas, suprimentos e dinheiro, mas a oposição armada se estende além da FSA até as milícias tribais [...] que operam em grande parte fora de seu controle. O FSA também não tem capacidade de regular o fluxo de armas para a Síria (HEYDEMANN, 2012).

Mesmo com a descentralização e desorganização da oposição, grandes protestos continuaram a ser planejados – agora, com ambos os lados militarizados. A Primavera Árabe na Síria foi transformada em uma guerra civil. Ao notar a resiliência dos manifestantes opositores, o regime decidiu ajustar a estratégia, adotando uma posição ainda mais rígida e agressiva (ADAMS, 2015, p. 6).

Assim, o regime, utilizando sua força militar, tenta tomar posse de centros controlados pela resistência. Esperava-se que assim conseguissem aterrorizar a população sunita – civil – que era a principal apoiadora da oposição. Com essa estratégia tenta-se impor a vitória sobre as forças sunitas inimigas por meio da deterioração das suas defesas, do corte de possibilidade de reforços e suprimentos vitais e, ainda, evitando sua fuga (VAN SCHAACK, 2016, p. 27; ADAMS, 2015, p. 6).

Uma vez que se percebe que a oposição é composta, em sua maioria, por sunitas, entende-se que o sectarismo presente no conflito sírio foi, em muitos aspectos, motivado pelo próprio regime. Bashar al-Assad e sua coalizão foram os responsáveis por despertar sentimentos sectários ao declarar seus inimigos como fundamentalistas e extremistas e responder com cada vez mais violência. Tratando-se de um governo alauíta – e da alauização explorada no capítulo anterior –, condenar a oposição por ter adotado visões sectárias auxiliava a manter a ideia de secularidade do regime. Assad, então, empenhava-se em imputar

aos manifestantes apenas motivações religiosas, sendo os responsáveis por tornar o conflito sectário. Esse posicionamento o beneficiava, visto que, dessa forma desacreditava quaisquer demandas com natureza política e socioeconômica e desmoralizava a crença de que poderia haver um movimento sectário no governo (a alauização).

Com a adoção deste discurso, o agravamento das hostilidades do regime se torna resoluto. Helicópteros são introduzidos nas formas de ataques que passam a ser planejados, inclusive, em locais ocupados por civis. Os poderes aéreo e de artilharia também são usados para áreas que não se encontram sob o controle do governo, alvejando deliberadamente plantações, mercados e hospitais – destruindo o comércio e a infraestrutura de suporte de vida. O objetivo desses ataques era o de forçar as pessoas a se locomoverem para fora das zonas controladas pela oposição, privando-as de apoio popular (JENKINS, 2014, p.12).

Posto que a alauização na Síria trouxe maiores benefícios a uma pequena parcela da população – em sua maioria, alauítas – e que o seu desenvolvimento foi uma das causas pela qual a Primavera Árabe ocorreu, a oposição organizada por sunitas poderia garantir mais facilmente o apoio popular. Isso se dá porque, por um lado, os sírios percebem o desenvolvimento deste fenômeno e as suas consequências para a população de maneira geral e, por outro lado, porque os sunitas são a maioria da população, o que facilita a interação com a oposição.

A fragmentação da Síria em diversos grupos combatentes não acontece sem o envolvimento externo. É por meio dos auxílios internacionais – os quais incluem o envio de armamentos e financiamento – que cada lado consegue se manter na disputa. O deterioramento do conflito reuniu apoiadores de cada lado, alterando suas reivindicações. Por parte da oposição – apoiada regionalmente pela Arábia Saudita, e internacionalmente pelos EUA e pela Europa Ocidental – não se exigia mais a melhora de condições socioeconômicas e, sim, a saída de Assad. Do outro lado, o regime – apoiado pelo Irã e pela Rússia – lutava para conservar o seu poder. Inicia-se uma fase no conflito marcada pelo impasse.

As respostas do regime e da oposição se davam no mesmo nível, criando a impressão de que se igualavam na quantidade de poder que mantinham. Assim, não havia um lado que pudesse superar militarmente o outro, colocando um fim à guerra. Os dois lados controlavam uma quantidade considerável de territórios, mas nenhum dos dois lograva impor uma derrota militar ao outro. Protagonistas de cada grupo solicitavam auxílio internacional adicional de modo a mudar a balança de poder no campo de batalha. Para o regime, isso significava a continuidade de abastecimentos cruciais pela Rússia – principalmente no que dizia respeito a

armamentos. Para a oposição, traduzia-se no aumento de dinheiro e armas vindos do Golfo (ADAMS, 2015, p. 6-7).

Nota-se que há a narrativa de dois lados opostos: o governo e a oposição. Entretanto, não se deve crer que há, somente, dois lados atuantes no conflito. A oposição, contrária ao governo, é formada por diversas facções – que também travam batalhas entre si. São parte da oposição os grupos considerados terroristas (com foco para o Estado Islâmico e o Jabhat al-Nusra²³, uma vez que são os mais relevantes em cena), os grupos de oposição moderada (como o FSA, mencionado anteriormente, ou o Ahrar al-Sham), entre outros. Do lado do regime há o exército sírio, mas também se fazem presentes milícias pró-Assad, como as Forças de Defesa Nacional (NDF na sigla em inglês). Toda essa complexidade de atores ainda não considera o envolvimento internacional, que vem tanto de atores regionais de relevância quanto de grandes *players* do sistema internacional, tornando o conflito ainda mais complexo.

A Síria deixou de ser um conflito político com contornos sectários. Tornou-se uma guerra civil sectária conduzida com a participação de alguns combatentes seculares. A guerra civil fraturou a Síria [...] e dividiu o país em uma colcha de retalhos instável de zonas militares concorrentes (ADAMS, 2015, p. 7, tradução nossa).

Reconhecendo, pois, as diferentes fases deste conflito que acontece até os dias de hoje, é possível perceber a gravidade que tomou ao longo do tempo e a sua complexidade, tornando-se uma guerra de difícil resolução. Com o envolvimento internacional de grandes *players*, impulsionando cada lado para a vitória, desvencilhar-se deste impasse é custoso. Enquanto o embate permanece, a fragmentação se instala no país.

O Gráfico 4.3 e a Tabela 4.2 abaixo, em complemento ao Gráfico 4.1 e a Tabela 4.1, mostram os níveis de desemprego e os indicadores de voz e responsabilidade e controle de corrupção na Síria a partir de 2011. Quanto aos dados referentes ao PIB, o Banco Mundial e o FMI não possuem dados a partir de 2010.

No caos em que a Síria se encontra ainda é possível encontrar informações referentes ao desemprego que se mantém, entre 2011 e 2018, acima dos 14% – sendo os índices mais altos registrados pelo Banco Mundial (que reúne os dados a partir de 1991). A situação se torna mais notável ao observar os indicadores de voz e responsabilidade e de controle da corrupção. Entre os anos de 2011 e 2017, este primeiro indicador sempre esteve com valores superiores a -1,8, atingindo quase -2 no ano de 2016. Sendo responsável por medir a

²³ “Em julho de 2016, o Jabhat al-Nusra mudou seu nome para JabhatFateh al-Sham – como parte de uma tentativa de se dissociar da Al-Qaeda – e foi renomeado HayatTahrir al-Sham (HTS) depois de subsumir outros grupos em janeiro de 2017” (KEEN, 2017, p. 2, tradução nossa).

participação política dos indivíduos e a liberdade de expressão, estes valores negativos demonstram o contexto de guerra civil e de um regime que não atende às demandas populacionais. Nesta análise também pode-se incluir o índice de corrupção, que neste período se manteve acima de -1, indicando que, realmente, as reivindicações dos manifestantes não foram – ou serão – consideradas.

Gráfico 4.3 – Taxa de Desemprego na Síria (2011-2018)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *World Bank* (2018f).

Tabela 4.2– Indicadores de Voz e Responsabilidade e Controle de Corrupção na Síria (2011-2017)

	Voz e Responsabilidade	Controle da Corrupção
2011	-1,81	-1,09
2012	-1,84	-1,21
2013	-1,83	-1,26
2014	-1,88	-1,55
2015	-1,92	-1,55
2016	-1,99	-1,57
2017	-1,97	-1,56

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *World Bank* (2018d).

Mais do que esses indicadores, porém, o que avalia a estabilidade política e a ausência de violência (incluindo terrorismo) mede a percepção da probabilidade de instabilidade política e/ou violência com motivação política, incluindo o terrorismo. A Tabela 4.3 abaixo

mostra os resultados deste indicador na Síria a partir de 2011. Como explicado anteriormente, a medida desses indicadores varia entre -2,5 (para uma governança fraca) e 2,5 (para uma governança forte). A partir de 2012, a situação na Síria se torna tão instável que o indicador ultrapassa o limite estipulado, chegando a atingir quase -3 no ano de 2015. Além do surgimento de grupos terroristas no conflito sírio, que colaboraria para a piora no valor do indicador, uma governança fraca se manifesta no país, falhando na garantia de estabilidade política e do impedimento de atos violentos – uma vez que o próprio regime é um dos atores que utiliza a repressão violenta.

Tabela 4.3– Indicador de Estabilidade política e falta de violência (incluindo terrorismo) na Síria (2011-2017)

	Estabilidade política e a falta de violência (incluindo terrorismo)
2011	-2,01
2012	-2,68
2013	-2,68
2014	-2,75
2015	-2,97
2016	-2,92
2017	-2,63

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *World Bank* (2018d).

Além dos crimes de guerra e contra a humanidade cometidos pelo regime de Assad, outras ações impulsionaram a rebelião armada e o envolvimento de elementos fundamentalistas. O regime libertou, seletivamente, fundamentalistas das prisões sírias, além de cooperar economicamente com grupos rebeldes (vendendo armamentos e informações sigilosas, pagando quando não atacavam determinadas áreas e se engajando em acordos sobre a extração de petróleo) e conspirar com ataques terroristas, fazendo com que a ameaça do terrorismo parecesse pior do que inicialmente era. Diferentemente do discurso adotado, o próprio regime além de contribuir para a visão sectária do conflito, colaborou com os radicais religiosos – sendo responsável pelo seu fortalecimento ao longo da guerra. “De fato, não é difícil detectar o surgimento de um *sistema de guerra* lucrativo na Síria, um sistema no qual ‘lados opostos’ frequentemente colaboravam – geralmente às custas de civis” (KEEN, 2017, p. 44, tradução nossa). Assim, ao criar uma imagem de que os elementos fundamentalistas do conflito eram mais perigosos do que se imaginava – mesmo que, em determinados momentos, cooperasse com estes – Assad acabava se beneficiando internacionalmente. Isso porque, ao se depararem com o “perigo da ameaça terrorista” que o regime tanto alertava, aumenta-se a

tendência na comunidade internacional de percebê-lo como um mal necessário para conter o terrorismo.

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

A cronologia traçada neste capítulo teve como objetivo verificar três momentos relevantes na análise da aproximação entre o Irã e a Síria. Contrariamente ao que HazemKandil (2008, p. 440, tradução nossa) caracteriza como um “casamento de conveniência contra inimigos comuns em uma atmosfera de crise e de isolamento político no Oriente Médio”, este capítulo pretendeu mostrar que o Irã e a Síria criaram vínculos ao longo dos anos por conta da proximidade na sua ideologia.

A Revolução Islâmica no Irã transformou este país em uma República Islâmica, com o islamismo desempenhando um papel importante – ou seja, com o envolvimento da religião nos assuntos políticos. O Irã não é o único país islâmico da região, porém é um dos poucos que tem a vertente xiita no poder. Por outro lado, a Síria é um país laico, entretanto, com o processo denominado de alauização, acredita-se que há um afastamento do ideal ba’athista e uma aproximação dos ideais islâmicos.

Dessa maneira, por mais que possuam ideologias de islamismo distintas – um trazendo o xiismo para o seu modo de governo e o outro o alauismo – os países se aproximam. Mesmo que a alauização na Síria tenha uma conotação muito mais voltada para questões políticas do que para questões de religião, existe uma aproximação ideológica entre os governantes de cada país – apesar de um ser uma república islâmica e o outro governar majoritariamente para uma minoria pertencente a um grupo étnico-religioso em um Estado, teoricamente, laico. Ademais, por se tratar de uma vertente do xiismo, o alauismo é, naturalmente, atraído para o xiismo ao invés do sunismo. Isso explica, também, o porquê de, ao longo do tempo, a Síria ter gradualmente se afastado da Arábia Saudita, uma monarquia sunita, e se aproximado do Irã – além do fato de que, ao consolidar fortemente sua aliança com a república islâmica, por conta da aversão saudita a ela, afastou a Arábia Saudita de sua zona de aliados.

Assim, sentimentos nacionalistas e ligados à religião no Irã na década de 70 levaram a população a iniciar uma onda de protestos contra o governo de Xá Mohammed Reza Pahlevi. A revolução teve Aiatolá Khomeini como um grande líder, uma vez que se encontrava no mais alto cargo referente à religião e se posicionava contra o governo, por conta do afastamento dos ideais islâmicos e da submissão às vontades do Ocidente.

A Revolução, então, organizou-se, por meio de continuadas manifestações e greves, muitas vezes com finais brutais e violentos. À medida que o conflito se estende, Xá Mohammed foge do país, desestabilizando sua posição como governante e contribuindo para o fim de sua dinastia. Com o anúncio de um Conselho Revolucionário Islâmico por parte de Khomeini, o apoio popular, a desmoralização do exército e um governo fragmentado sem a presença de seu líder oficial, a revolução islâmica se conclui com a vitória popular.

Um ano após a concretização da revolução, o Irã se vê engajado em uma guerra contra o Iraque. É mais precisamente neste momento que os vínculos entre Síria e Irã são estabelecidos. Passando por uma revolução própria – a Revolução Corretiva – a Síria observa a ascensão de um novo líder e de novos posicionamentos externos. Assim, diferentemente de grande parte da região que se posicionou de maneira contrária ao novo governo iraniano, Assad surge em sua defesa, fornecendo armamentos e inteligência – vindos da URSS.

Outro momento em que a posição dos dois países formou um contraste com o restante da região, foi na Guerra do Líbano de 2006. Iniciada com o assassinato de três soldados israelenses e o sequestro de outros dois pelo grupo xiita Hezbollah, caracterizou-se como uma guerra árabe-israelense. Por conta do apelo que as guerras árabe-israelenses provocavam na Síria, além da ligação que o Hezbollah mantinha com o Irã –, Bashar Al-Assad se manteve com apoio da organização e do Irã, fortalecendo ainda mais sua relação com este país. Por outro lado, outros países árabes da região, uma vez que perceberam a resposta categórica de Israel, condenaram a atitude da organização – e o posicionamento dos países que a apoiaram. Mesmo se tratando de uma guerra árabe-israelense, geralmente apoiada pelos sauditas, teve a sua crítica. Isso se dá por conta da vertente xiita presente no Hezbollah – e também presente na aliança que esta organização estabelece com o Irã e a Síria. Enfraquecer este eixo tornou-se um objetivo saudita.

Há, ainda, um terceiro momento importante na análise das relações entre os países: a Primavera Árabe. Trata-se de uma situação relevante por conta do posicionamento de outros países da região e, inclusive, grandes *players* do Sistema Internacional. Isso porque, muitos deles posicionam-se contra o governo sírio, adotando uma postura de que “*Assad must go*”²⁴. Mesmo assim, o Irã permanece em apoio ao governo sírio, adotando uma postura do que poderia ser chamado de “*Assad must stay*” ou “Assad deve ficar”.

²⁴“*Assad must go*” ou “Assad deve sair” era uma posição adotada, principalmente, pelos Estados Unidos no início da guerra, acreditando que não haveria solução para ela enquanto este permanecesse como líder do país. O problema, porém, foi que os EUA adotavam esse discurso, mas não tomavam atitudes que garantissem que ele realmente saísse (KEEN, 2017, p. 12).

Para que se compreenda o envolvimento destes atores, tornou-se necessário neste capítulo explorar as condições socioeconômicas da Síria no momento anterior ao conflito. Assim, seria possível compreender a conjuntura que levou à insatisfação popular e às reivindicações por melhoras no país. Dessa forma, traçando uma relação com características presentes no regime de Assad – tanto pai quanto filho – e com as consequências do Consenso de Washington, pode-se compreender a Primavera Árabe na Síria. Com o contexto interno investigado, o próximo capítulo explorará a atual batalha por este país e como atuam os países da região e, também, grandes *players* do Sistema Internacional.

5 A BATALHA PELA SÍRIA: OS FRONTS SAUDITA E IRANIANO E O ENVOLVIMENTO DA RÚSSIA E DOS EUA

No contexto regional da Primavera Árabe, onde as populações se levantaram contra seus governantes, indignadas com a corrupção dos seus governantes e a falta de melhores condições de vida, os sírios também foram inflamados por esses movimentos. Manifestações foram iniciadas exigindo mudanças no governo de Assad – e a resposta foi violenta.

Logo, o que era uma desavença interna tornou-se um conflito internacional – uma vez que se diferenciou dos outros que aconteceram na região. As “Primaveras Árabes” nos outros países tiveram seus episódios violentos, mas terminaram de forma diferenciada, umas com a derrubada dos governantes, outras com a concessão de direitos à população. Na Síria, porém, as consequências foram diferentes. Com o surgimento de diversos atores, que iam além de somente o exército e os manifestantes, foram necessários os apoios regional e internacional. Ameaças terroristas surgiram de determinados grupos, divergências políticas separaram outros.

A Síria se tornou um território fragmentado, onde forças diversas batalhavam entre si. Faz-se necessário, então, explorar quais são essas forças e quem as apoiam. Dessa forma, a primeira seção do capítulo pretende retratar o contexto regional da batalha por este país, que apresenta claramente dois lados. De um deles, está a Arábia Saudita, contrária ao regime de Assad e, de outro, o Irã, a favor do regime.

Na segunda seção, o contexto internacional é trazido para o espectro de análise. O foco é dado para o papel do Ocidente e, principalmente, da ONU. As Nações Unidas têm um papel fundamental no conflito sírio, visto que são a plataforma por meio da qual os atores envolvidos, inclusive as grandes potências, discutem sobre uma solução política da situação em âmbito internacional – e onde os países do Ocidente mostram maior protagonismo.

Os papéis de grandes *players* internacionais, como os Estados Unidos e a Rússia – ambos de extrema relevância para o contexto da Síria – são tratados separadamente, no terceiro e quarto subcapítulo, respectivamente. Isso se dá porque a ação destes dois Estados vai além das negociações no CSNU e em outros canais da ONU. O envolvimento desses atores é físico e direto e, por isso, precisa ser discutido.

5.1 O CONTEXTO REGIONAL

Com um histórico de conflitos e desavenças na região – e também de resistência – o regime de Bashar Al-Assad, no início da revolta de 2011, estava confiante. Não só pela sua persistência em permanecer no poder, como também pela melhora na sua posição regional. A Síria estabelecia boas relações com seus vizinhos regionais.

No contexto da invasão do Iraque, em 2003, diversas nações do Oriente Médio se opuseram à presença estadunidense neste país, o que fez com que fortalecessem laços. A Síria – um destes países – já aliada ao Irã desde a época da revolução islâmica de 1979, viu sua relação fortalecida, por conta do mesmo posicionamento contrário ao envolvimento estadunidense na região, além da ascensão de um governo xiita no Iraque – que poderia surgir como uma ameaça tanto para a Síria quanto para o Irã.

Outros países também vivenciavam boas relações com a Síria no contexto anterior à Primavera Árabe, gerando uma certa estabilidade regional. Doha e Damasco experimentavam uma aproximação nas relações. Do outro lado, a situação entre Síria e Israel parecia consistente (HOKAYEM, 2013, p. 106-108). Arábia Saudita tinha seu histórico de aproximações e afastamentos, mas parecia mostrar uma relação estável com a Síria.

Tudo isso parecia indicar que Assad não enfrentaria problemas no âmbito regional pelo que viria a acontecer internamente no território sírio nos anos seguintes. Mais que isso, o governante, com sua vã confiança, acreditava que receberia apoio tanto dos seus vizinhos quanto internacional. A realidade, porém, foi diferente.

5.1.1 A Arábia Saudita e os “contra”

A confiança de Assad se esvaiu após suas respostas iniciais à insurreição que havia surgido. Países da região passaram a se organizar em polos – a favor ou contra Assad – baseados no seu relacionamento com o país e nas respostas oficiais do regime frente à revolta, alterando a geopolítica da região. A Arábia Saudita – com seus históricos de aproximação e afastamento da Síria – posicionou-se em favor de Assad nos primeiros meses, com, inclusive, a doação de mais de 70 milhões de dólares em assistência para a Síria. O receio de que um regime pior surgisse no lugar de Assad moveu a monarquia saudita para tomar esse posicionamento em auxílio do regime sírio (BLANGA, 2017; GAUSE III, 2011).

Com a transformação das manifestações populares em revolta e crise – por conta da contínua repressão e violência governamental –, e uma percepção de que o regime de Assad

poderia ser substituído por outro mais propenso a se aproximar das monarquias do Golfo, a Arábia Saudita tornou-se mais rígida em relação à Assad. A rigidez, o descontentamento e a desconfiança entre os sauditas e os sírios não caracterizavam uma dinâmica atual – do contexto da Primavera Árabe –, mas remontam à aproximação entre Síria e Irã, iniciada em 1979, no período da Revolução Islâmica. Mesmo assim, a posição saudita ainda não reivindicava a saída de Assad (BLANGA, 2017).

Além da preocupação com a possível instabilidade regional que a mudança de governantes poderia acarretar, esse posicionamento saudita também se dá pela ainda presente tentativa de exercer influência sobre a Síria. Tendo conhecimento da posição que o Irã possui no país – construída desde a revolução iraniana –, a Arábia Saudita se vale de um contexto de fragilidade regional e da sua vontade de se tornar uma potência para tentar reverter a aproximação dos dois países. Assim, mantém-se neutra no que diz respeito à saída de Assad, financiando seu regime – uma prática comum, como visto no ponto 2.4 deste trabalho – e ignorando a latente dinâmica de alauização interna na Síria – responsável pelo aprofundamento das relações que estabelece com o Irã.

O rei Abdullah Al-Saud, com o desejo de participar da resolução no conflito da Síria e de se firmar como uma potência regional, propõe a criação de um comitê conciliatório na Síria, sob os auspícios sauditas, envolvendo tanto representantes do regime quanto da oposição. “Mas a rejeição de Damasco à ideia, o estreitamento de seus laços com Teerã e a continuada repressão violenta dos protestos, juntamente com o fracasso dos esforços da Arábia Saudita para neutralizar a situação, levaram os sauditas a adotarem uma linha diferente sobre Assad” (BLANGA, 2017, tradução nossa).

Essa mudança de caminho da Arábia Saudita é feita de forma rápida e é notoriamente percebida na mediação promovida pela Liga Árabe. A organização criou, então, o “Plano de Ação Árabe”, que exigia a cessação das hostilidades, a retirada de equipamentos militares e o início de um diálogo entre as partes. Apesar de ter aceitado o plano, o regime de Assad continuou sendo alvo de desconfiança de seus vizinhos, uma vez que não cessaram suas repressões violentas. Uma vez que a Liga foi criada com a intenção de garantir a soberania dos Estados e de sustentar os regimes no poder, a ameaça que a situação na Síria trazia para os outros países da Liga resultou na imposição de sanções econômicas e na suspensão de sua filiação (LUNDGREN, 2016, p. 3).

Por outro lado, a missão formada para observar a situação síria era destreinada, pouco equipada e desunida (PHILLIPS, 2016, p. 89) e, por isso, não conseguia forçar o cumprimento do acordo aceito por Assad. Com estes obstáculos, a Arábia Saudita foi a

primeira a retirar seu apoio, forçando o bloco a tomar uma posição mais firme e demandar a saída de Assad – plano que os sauditas almejavam desde o início do envolvimento da Liga. A ideia saudita de se mostrar condescendente no aceite da proposta do “Plano de Ação Árabe” era de vê-lo falhar – uma vez que já supunha que isso aconteceria – para que, então, seu plano fosse apresentado e mais facilmente recebido – dado o fracasso anterior (PHILLIPS, 2016, p. 90-91).

A postura saudita no “Plano de Ação Árabe” torna clara a mudança nas suas atitudes. Antes um país financiador do regime sírio e empenhado em se envolver na resolução do conflito por meio do intermédio entre as forças oficiais do regime e a oposição manifestante, tornou-se um país defensor do “*Assad must go*”, alinhando-se aos posicionamentos ocidentais. Isso se dá por conta da recusa síria em aceitar a participação saudita na resolução do conflito, ao mesmo tempo em que os laços entre Damasco e Teerã eram fortalecidos. Há a percepção de que a alauização havia se impregnado na Síria, fortalecendo seu alinhamento com o Irã e o tornando ideológico. Dessa maneira, a monarquia saudita busca o isolamento destes países na região, na tentativa de garantir sua liderança no Mundo Árabe. “Ideologicamente, o nacionalismo árabe socialista de Assad colidia com a monarquia islâmica conservadora dos sauditas, enquanto a sua vertente alauítaparecia um inimigo natural para os autodeclarados guardiões do sunismo em Riade” (PHILLIPS, 2016, p. 34, tradução nossa). Assim, a Arábia Saudita foi uma das primeiras nações a romper relações diplomáticas com a Síria, logo em 2011 – além de se tornar líder do movimento contrarrevolucionário (KAMRAVA, 2012).

A vulnerabilidade sentida pelo reino da Arábia Saudita é um motivo relevante que explica porque este país tomou a frente em um momento de crise regional. A “Primavera Árabe” no Oriente Médio teve como consequência um aumento considerável de democracias islâmicas (COLOMBO, 2017). Por esse motivo, o reino saudita, com sua aspiração de se tornar o líder muçulmano (sunita) na região, passa a se sentir ameaçado e decide liderar o movimento com interesse de apaziguar as consequências desses movimentos.

Isso também explica o seu grande envolvimento na Síria, ideologicamente compatível e próxima ao Irã – rival saudita desde a revolução de 1979. Primeiramente, tenta influenciar o regime, trazendo-o para a sua zona de influência. Uma vez que percebe a impossibilidade de reverter a aproximação da Síria com o Irã, a Arábia Saudita muda de opinião, adotando a ideia de “*Assad must go*”. Mas, posto que a posição saudita como “guardiã do sunismo” é percebida em perigo, seu envolvimento vai além das declarações, contando com o financiamento de grupos opositores – não somente os moderados (BLANGA, 2017).

“A avaliação de que a Síria inevitavelmente se tornaria um campo de batalha que atrairia atores externos, incluindo o Irã, e moldaria profundamente as dinâmicas regionais, tornou o envolvimento uma necessidade geopolítica para os Estados do Golfo [...]” (HOKAYEM, 2013, p. 114, tradução nossa). A Arábia Saudita, então, percebeu-se obrigada a se envolver no combate, por meio da demanda da saída de Assad, do financiamento da oposição além de, também, oferecer aos países do Ocidente uma forma de mediação e de garantia de seus interesses na região – até mesmo porque, após a percepção do apoio categórico do Irã ao regime de Assad, apoiado ainda pela Rússia, a Arábia Saudita não tinha capacidade de instaurar mudança na Síria sem o auxílio dessas potências.

Assim, os grupos opositores são defendidos e apoiados pelos sauditas, principalmente, através do financiamento e do envio de armamento. Em 2012, após discussões com os Estados Unidos, Arábia Saudita decidiu, até mesmo, pagar salários para os membros do Exército Livre da Síria como uma forma de incentivar deserções das forças armadas e aumentar a pressão sobre o regime de Assad. Além disso, o envio de armamentos também era utilizado como uma forma de reavivar a insurreição e dar força, novamente, aos opositores. (BLANGA, 2017; CHULOV; MACASKILL; DESNKY, 2012; BLACK; BORGER, 2012; SCHANZER, 2012). Em 2012, o FSA mostrava potencial para travar uma luta com as forças de Assad, aumentando a expectativa saudita de que, no caso da queda do regime, poderiam surgir como o cerne de um novo governo. Por esse motivo, o financiamento saudita fluía para esse grupo, outros grupos afiliados a ele – uma vez que a oposição se encontrava dividida em diversas facções –, além de organizações seculares.

A oposição na Síria era organizada em diversas brigadas, vagamente reunidas sob algum Conselho comum, como o FSA ou o SNC, mas a maioria era localmente organizada e ativa apenas em suas áreas de origem. A reunião de diversas brigadas em um conselho fazia com que a Arábia Saudita se tornasse desconfiada dos elementos que receberiam sua assistência, caso financiasse o Conselho de maneira geral. Isso se dava em grande parte à desconfiança saudita frente à Irmandade Muçulmana, uma vez que consideravam sua versão de islamismo político sunita organizada e capaz de garantir vitórias nas batalhas contra o regime de Assad – o que representava uma ameaça para o sunismo saudita (ABOUZEID, 2012).

Por esse motivo, iniciou um padrão de apoio a grupos específicos do SNC, alinhados com os seus interesses e suas visões *wahabistas*. Grupos foram incentivados a adotar a agenda saudita para obter financiamento, e começaram a mostrar tendências islamistas na esperança de atrair apoio. Um dos exemplos destes grupos é a Brigada Farouq, uma força de combate

eficaz na FSA em 2011. Inicialmente tinha uma agenda secular e nacionalista, mas, à medida que recebeu apoio saudita, mudou seu discurso. Em 2012, a Brigada juntou-se à Frente de Libertação Islâmica Síria (SILF), uma aliança de grupos islâmicos moderados. A Arábia Saudita geralmente favoreceu o SILF em detrimento de outra aliança salafista, a Frente Islâmica Síria (SIF) – que, com grupos como o Ahrar al-Sham, tinha laços estreitos com Jabhat al-Nusra, um grupo de quem a Arábia Saudita pretendia se afastar por ter sido classificado como terrorista (KHALAF; FIELDING-SMITH, 2013; ZAMBELIS, 2013, p. 10; HOLLIDAY, 2012, p. 19;).

Dentro do SILF, a Arábia Saudita apoiou alguns dos grupos mais proeminentes, como a Brigada Farouq, Jaishal-Islam e a Brigada al-Tawhid. Em 2013, porém, o SILF se dissolveu, e muitos de seus antigos grupos, incluindo Suqur al-Sham, Jaishal-Islame Brigada al-Tawhid, juntaram-se à recém formada Frente Islâmica, uma aliança salafista liderada por Ahrar al-Sham. A ligação dos grupos financiados pela Arábia Saudita que, em 2013, formaram a Frente Islâmica, com o Jabhat al-Nusra, fez com que os sauditas fossem acusados de patrocinar grupos extremistas islâmicos – mesmo que nenhum dos grupos do SILF tenham sido considerados radicais na época em que recebiam o apoio (IS SAUDI ARABIA..., 2015; LEADING..., 2013).

Essas fusões entre os grupos, alterações nas suas ideologias ou ligações com grupos terroristas demonstram a fragmentação da oposição e como a Arábia Saudita contribuiu com esta desintegração. Hokayem (2013, p. 121) argumenta que os sauditas confiavam de maneira excessiva nas ligações religiosas e financeiras que estabeleciam com estes grupos da oposição, o que não fazia jus à real diversidade síria e mascarava um conhecimento debilitado sobre a sociedade síria. Ademais, não percebiam que a própria oposição, financiada e armada por eles, enfrentava problemas internos, como a falta de coordenação e organização, além de acentuada competição entre diversas facções. Assim, apesar de ser responsável pela sobrevivência e pelas operações militares da oposição – além de depositar tremenda expectativa nela –, também era responsável por enfraquecê-la e debilitar sua capacidade de combater o regime.

No final de 2012, ficou claro que os Estados do Golfo haviam subestimado a força do regime de Assad e os custos associados à sua expulsão, já que a rápida transformação da revolta em uma guerra civil sectária se provou além de sua capacidade de administrar. Eles continuavam frustrados com a política ocidental, que estava dividida entre a esperança enfraquecida de uma solução diplomática e a realidade de uma guerra civil em deterioração. Suas tentativas desajeitadas de armar vários grupos de oposição não se traduziram em alavancagem real, mas em vez disso

deram origem a facções rivais e demandas crescentes por financiamento e armamento (HOKAYEM, 2013, p. 123, tradução nossa).

Além do pouco conhecimento da sociedade síria, outro problema gerado pelo financiamento desenfreado de grupos da oposição foi a “personalização do patrocínio” (BAYLOUNY; MULLINS, 2017, p. 4, tradução nossa). Ela ocorre por conta da competição entre patrocinadores, que contribui para a transformação da oposição. Além dos objetivos de enfraquecimento da aliança entre Irã e Síria e da tentativa de influenciar um possível novo governo neste país, a Arábia Saudita continuou financiando a guerra síria por conta de uma rivalidade travada com o Catar pelo controle de diversas facções da oposição – o que garantiria maior influência após o fim do conflito. “Catar se transformou de um aliado da Síria para um Estado anti-Assad líder em poucos meses” (PHILLIPS, 2016, p. 69, tradução nossa). Parte dessa transformação se deu por conta da percepção de que Assad dificilmente mudaria de opinião e que a mudança de táticas poderia impulsionar sua influência regional. Assim, ambos os países viam o financiamento e o envio de armamentos como uma forma de aumentar sua zona de influência no país, garantindo melhor atuação no futuro da Síria – uma vez que a queda de Assad era um objetivo certo dos dois.

Assim, liderando uma campanha anti-Assad e travando uma disputa com o Catar pelo domínio dos grupos de oposição, a Arábia Saudita contribuiu para que as facções se tornassem mais divididas e diversificadas para atração de mais capital – e para que a oposição se tornasse mais desorganizada. Os grupos rebeldes se comportavam de maneira oportunista, alterando seus objetivos, seus alvos, suas lealdades e, até mesmo, suas ideologias e religiões para continuar recebendo o financiamento necessário. (BAYLOUNY; MULLINS, 2017, p. 4; HOKAYEM, 2015, p. 50-51). “As divisões resultantes complicaram as tentativas de resolver o conflito à medida que aumentaram a violência por meio da superação. O financiamento externo abundante prolongou o conflito, uma vez que enriqueceu muitos dos envolvidos na luta” (BAYLOUNY; MULLINS, 2017, p. 4, tradução nossa).

Jihadistas, no início do conflito, não eram bem recebidos pelos países do Golfo, entretanto poderiam ser cooptados para a luta contra Assad, visto que sua derrubada era o objetivo principal.

Pode-se argumentar que a tendência saudita [...] de apoiar as milícias sunitas na Síria, em parte, contribuiu para o ambiente mais amplo de caos e violência que permitiu que o radical Estado Islâmico criasse raízes. Essas escolhas foram feitas dentro do prisma ‘tradicional’ dos cálculos sauditas, baseadas claramente no desejo de derrubar Assad e, assim, romper as redes de contato iranianas na região (BAXTER; SIMPSON, 2015, p. 148, tradução nossa).

À medida que o conflito se tornou mais complexo e ficou claro que a Arábia Saudita havia subestimado a resistência de Assad, diversos atores sírios culpavam a rivalidade entre Riade e Doha por contaminar sua causa revolucionária e alimentar o extremismo. Essa visão refletia a sensação de que, em vez de representar um desafio unificado contra o Irã, estes países do Golfo permitiram que suas diferenças enfraquecessem seu principal objetivo, levantando obstáculos aos seus aliados sírios.

5.1.2 Irã para o resgate

Na batalha atual pela Síria não é novidade que o Irã ocupa um lugar de destaque, afinal se trata de um parceiro do regime sírio há, aproximadamente, quatro décadas. Mais do que uma parceria construída em volta de uma ideia comum – a oposição ao domínio dos EUA e de Israel na região –, trata-se de uma parceria construída em volta de uma ideologia. A alauização da política síria, com início na Revolução Corretiva de Assad, em 1970, favoreceu a aproximação destes países.

Assim, o que os aproxima são os seus modelos de governança, próximo ao islamismo que, na Síria, por mais que mascarado em uma “pseudo-república” laica (HOKAYEM, 2013, p. 115), se faz presente por meio da alauização. Ideologicamente compatíveis, a aliança entre estes países acaba se fortalecendo quando, do outro lado, surgem os “autodeclarados guardiões do sunismo” (PHILLIPS, 2016, p. 34, tradução nossa), ou a monarquia saudita. Esta se coloca em tal posição de rival, ao perceber a alauização e a aproximação ideológica entre os dois países. É o aviso de que perdeu sua influência na Síria e quem a resgatou foi o Irã, o país de quem possui aversão desde que se tornou uma república islâmica xiita em 1979.

Assim, compreendendo-se a relação entre os dois países, é possível entender a posição que o Irã tem na atual disputa por influência na Síria. Diferentemente da Arábia Saudita, tratada anteriormente, o Irã se situa como aliado do regime de Assad, ajudando-o a sobreviver à insurreição, assegurando linhas de suprimento, combatendo o envolvimento do Golfo, mas também desenvolvendo uma presença a ser usada caso o regime colapsasse (HOKAYEM, 2013, p. 124). Isso se percebe de maneira ainda mais forte quando se observa o contexto através do qual o Irã se insere na região: “está rodeado de Estados que, como ele próprio, historicamente também tiveram a ambição de se posicionar como potências regionais” (JUNEAU, 2018, p. 2, tradução nossa). Por esse motivo, a aliança com a Síria é tão cara para o Irã.

As apostas iranianas na Síria não são pequenas, e, da mesma forma que os países do Golfo, o Irã se mantém presente para garantir que Assad – seu aliado – conserve seu poder, uma vez que um governo sunita ou aliado aos países do Golfo não é uma possibilidade a ser considerada. Dessa maneira, logo no início do conflito, Teerã movimentou-se para garantir o auxílio estratégico e o suporte a Damasco, de modo a manter seus objetivos no país: o de assegurar a sobrevivência de Assad para proteger sua influência (iraniana) no Levante. Isso se dá porque a perda de influência na Síria, também teria consequências no eixo Irã-Síria-Hezbollah, e este grupo ficaria em uma situação debilitada, posto que o envio de armas iranianas a ele é feito pelo território sírio (TERRILL, 2015, p. 226).

Dessa forma, o Irã percebe a necessidade do “Assadismo” (JUNEAU, 2018, p. 5, tradução nossa), onde, caso Assad caia, grupos que possuam vínculos com o Irã tenham chance na disputa pelo poder. Esta tática iraniana se dá em contrapartida à tentativa saudita de financiar grupos opositores ao regime de Assad para o mesmo fim: a possibilidade de influenciar o novo regime sírio após a queda de Assad. Para o Irã, porém, a ascensão de algum grupo apoiado pelos sauditas seria alarmante, dada a rivalidade estabelecida entre os dois países.

Juneau (2018), apesar de utilizar o termo “Assadismo” para explicar o envolvimento iraniano na Síria, mostra ressalvas àquilo que aqui se denominou alauização. Para o autor, existem muitos alauítassírios que não apoiam o regime de Assad enquanto, por outro lado, o regime estende seu apoio para outras minorias ou, até mesmo, sunitas. Parte da definição de alauização, entretanto, indica a possibilidade de concessão de privilégios a integrantes de outros grupos. Isso se dá por conta do movimento mais abrangente definido como Assadização, que indica o acesso privilegiado a indivíduos que possuem ligações com Hafez Al-Assad (profissionais ou de amizade). Um exemplo é ‘Abd al-HalinKhaddam, um sunita que serviu como Vice-Presidente e Ministro das Relações Exteriores a partir de 1984 (ZISSER, 2001, p. 33).

Destarte, o suporte iraniano ao regime sírio tem mostrado que pode se adaptar e aumentar de acordo com as circunstâncias. Logo após o início dos protestos, a assistência era somente em termos técnicos e de aconselhamentosobre o controle de distúrbios e a de repressão demanifestantes de massa (TERRILL, 2015, p. 229). À medida que os protestos se intensificavam – com as respostas do regime – o Irã intensificava sua assistência ao fornecer ao regime crescente apoio militar, econômico e político (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013, p. 27).

Este apoio iraniano incluiu: especialização em monitoramento de internet e comunicações; auxílio para contornar sanções impostas pelos EUA; entregas de munição e armamento (principalmente foguetes, mísseis antitanques e granadas que se dão por um corredor aéreo sobre o Iraque); compartilhamento de inteligência, treinamento, aconselhamento. Ademais, o Irã implantou o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (em inglês *Islamic Revolutionary Guard Corps*, ou IRGC) na Síria para reformar e reorganizar o exército – adaptando-o para a guerra urbana e para o contraterrorismo –, além de fornecer aconselhamento, inteligência, treinamento e equipamentos (BUCALA, 2017; PHILLIPS, 2016, p. 68; HOKAYEM, 2013, p. 125; GORDON; SCHMITT; ARANGO, 2012).

Além do apoio direto à Assad, Teerã mantém um apoio alternativo a milícias pró-Assad, como a Força de Defesa Nacional (em inglês *National Defence Forces*, ou NDF). Formada em 2012, a NDF atua como uma força auxiliar das forças do regime. É também uma milícia sectária que demonstra o alcance do processo de alauização – visto que é dominada por alauítas e outras minorias. O papel do Irã foi de auxiliar a mobilizar, treinar, armar e operacionalizar a NDF (ZAMBELIS, 2017, p. 8). Nesse sentido, o Irã garante o “Assadismo” e, assim como a Arábia Saudita, garante influência na Síria, caso o seu aliado Assad caia.

A assistência financeira também é fornecida – e muito necessária para o regime sírio. Ela permitia que seus militares continuassem recebendo seus salários, evitando deserções significativas, como as que ocorreram no início do conflito, e para atender necessidades econômicas dos partidários e apoiadores do regime – a prática clientelista, mesmo em um momento tumultuado, não deixou de existir no aparato governamental. A economia síria sofria com as sanções impostas ao regime de Assad. A mais poderosa dessas sanções inclui as proibições estadunidenses e europeias às importações de petróleo da Síria. O Irã procurou remediar a situação fornecendo ao regime sírio considerável ajuda financeira durante a guerra. Em maio de 2013, Teerã estendeu uma linha de crédito de USD3,6 bilhões para a Síria para comprar petróleo e derivados (TERRILL, 2015, p. 229). Além disso, o Irã também forneceu alguns bens básicos, bem como subsídios diretos, incluindo grandes quantidades de alimentos e remédios para lidar com a escassez causada pela guerra. Isso acontece por conta da concentração dos combates em áreas rurais controladas pela oposição, onde o cultivo agrícola se localiza (THE ASSOCIATED PRESS, 2014).

O posicionamento iraniano também se percebe fora do campo estratégico, uma vez que há mobilização política e declarações inflamadas são realizadas em reuniões na ONU e outros fóruns. Além disso, pode ocorrer de maneira indireta, desempenhando um papel significativo ao ajudar Assad a abordar sua falta de unidades de infantaria efetivas,

encorajando as forças da milícia pró-Assad no Líbano e no Iraque a enviar voluntários para a Síria para servirem como treinadores e soldados de combate (TERRILL, 2015, p. 232).

Todo este treinamento e apoio iraniano ao aparato de segurança do Estado sírio pretendem prolongar o poder de Assad no poder. Esse esforço consiste em uma missão de assessoria e assistência para apoiar as forças de segurança do regime sírio – não somente as do regime, como também as milícias pró-Assad. O Irã conduziu esta missão de defesa interna estrangeira na Síria usando suas forças regulares do IRGC e outros serviços clandestinos, marcando um novo tipo de estratégia militar expedicionária iraniana. Inicialmente, essas missões tinham como objetivo o auxílio à Assad em sua campanha contrarrevolucionária, a qual tentava, por meio da repressão violenta, restaurar o controle no país. À medida que outros países surgiram em apoio desta oposição e Assad passou a enfrentar perdas, a missão de assistência iraniana alterou seu objetivo, passando a reforçar a posição de Assad no poder e garantindo que mantivesse a administração de territórios ao centro e sul da Síria (FULTON; HOLLIDAY; WYER, 2013, p. 9).

Por outro lado, o Irã também está se protegendo contra o fracasso desta estratégia, por meio da assistência às milícias pró-regime. Dessa maneira, consegue garantir o “Assadismo”, ou a possibilidade de influenciar um novo regime sírio, caso Assad caia (JUNEAU, 2018, p.5). Esta estratégia também se destina a garantir que os remanescentes alauitas do regime de Assad continuem a apoiar a atividade iraniana no Levante, mesmo que um governo de oposição assumira o poder em Damasco. Por esses motivos, as forças paramilitares tornaram-se cada vez mais importantes para o Irã e o regime de Assad à medida que a natureza do conflito evoluiu para uma guerra civil.

5.2 O ENVOLVIMENTO INTERNACIONAL NO CONFLITO: O OCIDENTE E AS NAÇÕES UNIDAS

O combate da Síria tanto sofreu quanto causou o *spillover effect* regional. Por um lado, ao ser influenciada pelos levantes populares que aconteciam na região e ver sua população inflamada pelas revoltas, entende-se como o contexto regional transbordou para este país. Por outro lado, também causou o transbordamento quando o conflito se espalhou para o Iraque.

No contexto internacional isso também pode ser percebido. Uma vez que muitos países envolvidos regionalmente eram considerados valiosos para grandes *players* internacionais, o envolvimento destes não podia se dar mais apenas em discursos retaliatórios contra as diversas partes do conflito. Era necessário envolver-se fisicamente – ou através de

seus *proxies* – para garantir que seus interesses fossem mantidos. Nessa conjuntura, faz-se necessário entender os posicionamentos dos atores internacionais envolvidos e como eles influenciaram o cenário.

Atores ocidentais são protagonistas nesse momento. Apesar de participarem – ou tentarem participar – das etapas do conflito, a posição ocidental no período inicial, antes do agravamento da situação, era confusa e ambivalente (HOKAYEM, 2013, p. 150). Isso se deu por conta da construção das relações com a Síria, depois de anos de tensão – por conta das questões do Líbano e do Iraque. Percebendo, entretanto, o esforço sírio em alterar sua posição regional por meio de tentativas de *rapprochement* com Israel e Turquia, países ocidentais decidiram que uma abordagem diferente era necessária.

Um exemplo é a política francesa de Nicolas Sarkozy, que tinha como objetivo aumentar sua presença no Mediterrâneo – e, conseqüentemente, influenciou outros países da Europa a seguirem o mesmo caminho. Já nos EUA, havia a promessa de Barack Obama de retirar suas tropas do Iraque e alterar a filosofia estadunidense para o Oriente Médio – a qual, com George W. Bush, baseou-se em uma abordagem de confronto e de classificação dos países com quem não tinha boas relações em integrantes do “Eixo do Mal”. “Tendo gasto significativo capital político e energia no processo de se aproximar de Assad, eles pareciam relutantes em anular esse investimento” (HOKAYEM, 2013, p. 150-151, tradução nossa).

Por esse motivo, nos primeiros meses da rebelião na Síria, os pronunciamentos do Ocidente não se assentavam na máxima de “*Assad must go*”, mas sim, exigiam que ele atendesse a algumas das demandas da população para que se encontrasse uma maneira de pacificar a situação. Obama, em um de seus discursos sobre a situação no Oriente Médio, louvou a coragem síria em demandar uma transição para a democracia e, diante disso, Assad teria a escolha de liderá-la por meio do diálogo. “Caso contrário, o presidente Assad e seu regime continuarão a ser desafiados internamente e isolados no exterior” (OBAMA, 2011a, tradução nossa). Mesmo utilizando um tom de superioridade e exigência e com a escolha do termo “regime” para tratar a regência de Assad, não há, ainda, a reivindicação de sua saída – ele ainda poderia, nas palavras de Obama, ser um líder na mudança necessária e desejada pelos sírios. Países da região, inclusive os países do Golfo e a Turquia, uniram-se a esse discurso.

Emile Hokayem (2013, p. 155) afirma que parte da resposta esperançosa do Ocidente nos primeiros momentos da rebelião se dá por conta do desconhecimento da situação real na Síria. À medida que a rebelião tomou forma e os grandes *players* do Ocidente perceberam que Assad não ia atender as suas recomendações, os posicionamentos mudaram. Mesmo

arraigados à noção de transição política pacífica, a ideia era de que “para o bem do povo sírio, [...havia chegado] a hora de o presidente Assad se afastar” (OBAMA, 2011b).

Dentro da Síria, aqueles que ocupavam altos cargos importantes para o regime – seja no centro governamental ou nas forças armadas – e que fossem mais facilmente manobrados pelo Ocidente, sofreram pressões para desertar do governo de Assad, deixando-o sem recursos e cada vez mais desgastado (HOKAYEM, 2013, p. 156).

Ademais, a União Europeia, a Liga Árabe, os EUA, a Turquia, o Canadá e a Austrália introduziram sanções econômicas à Síria – algumas visadas para a comunidade empresarial ou, até mesmo, indivíduos. Havia a esperança de que a pressão que causassem na comunidade empresarial – dominada por famílias próximas ao governo e produto da alauização, como visto no terceiro capítulo deste trabalho – a fizesse abandonar o regime e o deixasse sem recursos financeiros para continuar a luta (PHILLIPS, 2016, p. 86-88). Além disso, tinham o objetivo de aumentar o custo do uso de violência dentro do país, a fim de, nas palavras do senador Robert Ford (EUA, 2012, tradução nossa), “[...] tornar mais difícil para o governo pagar por sua repressão, pagar por suas forças militares e de segurança”.

A confiança das grandes potências internacionais envolvidas no conflito se mantinha em países como a Turquia e os Estados do Golfo, como mediadores no contato entre o Ocidente e o regime ou as forças da oposição. “Estados ocidentais calcularam que uma face regional dissiparia suspeitas árabes e sírias de que o Ocidente estava procurando fabricar ou manipular a revolta” (HOKAYEM, 2013, p. 157, tradução nossa). A escolha, porém, não foi tão acertada quanto se esperava. Apesar de, naquele momento de estopim da crise, a Síria conservar boas relações com países como a Turquia e alguns países do Golfo (como o Catar), à medida que a situação se agravou, essas relações mudaram. A proximidade territorial entre Turquia e Síria, a qual levou a um envolvimento turco mais profundo na crise, seja recebendo refugiados, seja no que diz respeito aos curdos, alterou drasticamente a relação entre os dois países. Ademais, com o apoio do Irã à Síria e a adoção de uma política de “*Assad must stay*” por aquele país e a aversão que os países do Golfo têm frente ao Irã, as relações entre Síria e os países do Golfo não somente esfriaram, como caminharam na direção oposta – culminando com o financiamento de grupos opositores ao governo por países como a Arábia Saudita e o Catar (BAYLOUNY; MULLINS, 2017).

Mesmo assim, o envolvimento ocidental com os países acima mencionados (os países do Golfo) teve de se dar desta forma, porque se tratavam dos países que possuíam melhores vínculos com os grandes *players* – Israel também era um destes, mas não era cogitado neste contexto por conta das inúmeras guerras Árabe-Israelenses e das divergências que possuía

com a Síria. A ideia era utilizar estes países como forma de monitoramento das atividades na Síria e tentativa de configurar as diversas agendas deste país (HOKAYEM, 2013, p. 158).

Outras plataformas onde a comunidade internacional agia no conflito da Síria – já que a ação no local era mais dificultada – eram as organizações internacionais, especialmente as Nações Unidas. Além da ação tomada pela Liga Árabe, explicada na seção anterior, a crise da Síria foi movida para a gestão da ONU. A organização se mostrava promissora na resolução do conflito – principalmente para os EUA e para a Europa Ocidental que, constantemente barrados pela Rússia, China, Irã e o próprio governo sírio, enfrentavam dificuldades em garantir seus interesses no conflito, isto é, uma transição política intermediada pela ONU e que garantisse a saída de Assad do poder.

Assim, as Nações Unidas mantinham pressão nos aliados sírios – especialmente Rússia e China – para demonstrar que, mais do que apenas proteger o regime sírio, poderiam, também, encaminhá-lo para o diálogo com seus opositores (HOKAYEM, 2013, p. 160). As diversas plataformas de discussão na ONU – com foco para o Conselho de Segurança – pareciam fornecer uma forma de repreender o regime de Assad e persuadir os atores a dar início a negociações. A realidade, porém, não foi essa.

A primeira tentativa de adotar uma resolução, em 2012, pelo Conselho de Segurança – demandando a libertação de prisioneiros políticos, o início de um processo político inclusivo e a realização de eleições – terminou com o veto da Rússia e da China, com a justificativa de que possuía linguagem inaceitável e uma responsabilização desproporcional ao regime de Assad (LUNDGREN, 2016, p. 4; HOKAYEM, 2013, p. 161). Essa experiência demonstrou que a tentativa de encontrar pontos em comum não seria frutífera, uma vez que as resoluções do Conselho de Segurança, apesar de terem peso e serem respeitadas internacionalmente, são escritas por países com opiniões e posicionamentos distintos.

A tentativa seguinte da ONU foi a de unir forças com a Liga Árabe na nomeação de Kofi Annan, ex-Secretário Geral, como enviado especial na Síria, em 2012. Trata-se de um cargo nomeado pela Secretaria Geral da ONU, o que o faz responder não aos países que compõem a organização, mas ao próprio Secretário-Geral. Periodicamente, em reuniões do Conselho de Segurança, o enviado especial apresenta um resumo da situação, informando sobre a evolução das diretrizes propostas pelo Secretário-Geral – às vezes, propostas em conjunto com os membros do Conselho de Segurança.

Kofi Annan, tendo a experiência como Secretário-Geral, no cargo de enviado especial na Síria, deveria agir como um mediador entre poderes internacionais e regionais, principalmente no que dizia respeito a uma transição política. Para tal, surgiu com a ideia de

um plano de seis pontos, o qual incluía a necessidade de um cessar-fogo, além da prestação de assistência humanitária e a implantação de uma missão da ONU para garantir que o plano fosse seguido. Era uma forma de iniciar um processo político liderado pelos próprios sírios – um ponto também trazido no plano de Annan (PHILLIPS, 2016, p. 99).

A missão teve início juntamente com o cessar fogo, em abril de 2012. Atrocidades, porém, reacenderam a violência – encerrando o cessar fogo após duas semanas. Já a missão reportava dificuldades, uma vez que não tinha funcionários em número suficiente ou equipamento adequado e seu acesso a alguns locais era bloqueado pelas forças do regime e da oposição. Assim, após quatro meses a UNSMIS (*United Nations Supervision Mission in Syria*) foi suspensa (PHILLIPS, 2016, p. 99; LUNDGREN, 2016, p. 4; HOKAYEM, 2013, p. 161-162).

Concomitantemente à tentativa de resolução do conflito por meio da missão, em Genebra reuniram-se os Secretários-Gerais da ONU e da Liga Árabe e os Ministros das Relações Exteriores dos EUA, do Reino Unido, da França, da China, da Rússia, da Turquia, do Iraque, do Kuwait e do Catar – os grandes *players* e seus aliados na região decidindo o destino de um país que não se encontrava presente. Adotou-se, em junho de 2012, um plano – o Genebra I – para o diálogo e a transição negociada, reiterando o plano de Annan. “Embora os Estados Ocidentais tenham falhado em obter uma resolução vinculativa do CSNU para reforçar o plano de Genebra, devido à oposição russa e chinesa, este novo plano tornou-se o foco da diplomacia internacional” (HOKAYEM, 2013, p. 162, tradução nossa).

O Genebra I, apesar de um bom esforço internacional conjunto, mascarava alguns desejos ocidentais de deposição de Assad. Não era segredo que alguns países tinham esse como um dos objetivos quando se tratava da Síria – isso era expressado, inclusive, em seus discursos através do já visto “*Assad must go*”. Por outro lado, Rússia e China participavam do Genebra I e não eram nações favoráveis à saída de Assad. Com diferenças irreconciliáveis nesse quesito, o plano todo acabava sendo obstruído.

Nenhum dos lados estava disposto a comprometer seus interesses e, por isso, o plano de Annan não teve sucesso e Genebra I estagnou. O enviado especial deixou sua posição, em agosto de 2012, e foi substituído pelo diplomata argelino Lakhdar Brahimi – que acabou encontrando os mesmos problemas, o que o fez adotar uma abordagem mais cautelosa e consultiva (LUNDGREN, 2016, p. 5).

Diversos pontos colaboraram para um desinteresse geral dos atores envolvidos fisicamente no conflito em uma solução negociada. O posicionamento claro e declaradas potências ocidentais e de seus aliados regionais – especialmente as nações do Golfo – de que

Assad deveria renunciar, tornava o governo sírio e seus aliados pouco propensos a se envolverem em qualquer negociação com seus inimigos. Por outro lado, a oposição não conseguia se unir, era dividida e desorganizada. Muitos grupos eram contrários a Assad, mas tinham suas divergências entre si. Encontrar um líder em comum e seguir nas negociações com o apoio do Ocidente não parecia possível, o que enfraquecia a participação destes atores no processo decisório.

Ainda mediador entre o nível internacional e regional, o novo enviado especial, Brahimi, tinha Genebra I como um de seus pilares – o que já não o tornava confiável para o regime sírio, o qual não aceitava as condições deste plano. Ademais, “[...] diversos países árabes voltaram-se contra ele [Brahimi] depois dele ter deixado claro que não entregaria, necessariamente, a saída de Assad e porque ele procurava envolver o Irã [...] nas consultas” (LUNDGREN, 2016, p. 5, tradução nossa).

Em 2014, as conversas das grandes potências têm continuidade e surge o plano Genebra II – que, como seu antecessor, também não gera muito progresso como um dos pilares na ONU. Brahimi também experimenta o fracasso do plano nesta organização (LUNDGREN, 2016, p. 5).

Um caminho paralelo foi criado pelos países que exigiam a renúncia de Assad, a fim de manter o apoio à oposição e contornar as falhas do CSNU. Era o “Grupo de Amigos da Síria”, o qual buscava reorganizar e fortalecer a oposição (principalmente o SNC).

A Rússia e a China boicotaram seus procedimentos, argumentando que a exclusão do governo sírio, a inclusão de grupos de oposição que simpatizavam com a rebelião armada e a insistência na saída de Assad complicaram ainda mais uma solução política e que o processo poderia legitimar a intervenção armada fora da legislação internacional (HOKAYEM, 2013, p. 166, tradução nossa).

As expectativas depositadas no SNC, entretanto, foram ligeiramente superiores do que a realidade poderia cumprir. Como parte da oposição desorganizada, o SNC permaneceu disfuncional, incompetente, sem representatividade e muito dependente da Turquia, onde tem sua sede (HOKAYEM, 2013, p. 167). Isso desagradou muitos países ocidentais, participantes do “Grupo de Amigos da Síria” e fez com que o quadro voltasse à estaca zero – sem perspectivas de resolução ou de diálogo, pelo menos não nos moldes ocidentais.

Dessa forma, a oposição – apoiada pelo Ocidente – não tinha força o suficiente para travar uma batalha contra o governo; mesmo assim o debate sobre a situação na Síria não cessou nas diversas plataformas. A preocupação dos grandes *players* ocidentais com a permanência de Assad no poder se mantinha, levando em consideração, especialmente, seu

arsenal de armamentos químicos – que incluem gás sarin, gás mostarda, entre outros (PHILLIPS, 2016, p. 175-177; HOKAYEM, 2013, p. 180). “A ameaça de armas químicas é uma faca de dois gumes [...]: embora sirva como um lembrete [...da] capacidade incômoda [de Assad] e uma ferramenta de coerção, também pode forçar a comunidade internacional a superar sua relutância em intervir” (HOKAYEM, 2013, p. 181, tradução nossa). Resoluções no CSNU para a destruição deste arsenal químico foram discutidas e escritas e, com o bloqueio russo de aceitar qualquer tipo de intervenção – por conta do exemplo da Líbia em 2011 –, as opções consideradas foram as criações de zonas seguras e zonas de exclusão aérea.

Intervenções, apesar de serem uma carta na manga do Ocidente, têm diversos malefícios – dos quais os países, não só a Rússia e a China, estão cientes. Primeiramente, sabe-se que a intervenção dificilmente terá base legal, por conta de todos os vetos no Conselho de Segurança. Assim, qualquer intervenção por parte ocidental será em desrespeito às normas internacionais e à legalidade da ONU. Outro ponto é a falta de coesão na formação de uma estratégia. Quem será armado? A oposição? “*Assad must go*” permanece como um dos focos da intervenção? Essas perguntas sem respostas claras pela coalizão que desejaria a intervenção, tornam-na inviável. As consequências de uma intervenção na Síria são inimagináveis. Diferentemente da sociedade libanesa, que era considerada homogênea, a Síria é, como afirmado por Hinnebusch (1990, p. 20), um “mosaico” de famílias, clãs, tribos, vilas, vertentes religiosas e grupos étnicos – e isso dificulta o resultado da intervenção. Outra questão de debate é sobre o sucessor do governo, no caso da queda de Assad. A oposição, como visto anteriormente, não é apta para liderar o país, quando não consegue se organizar internamente. Por esse motivo, a “guerra deve sempre ser o último recurso” (TAHERI, 2013, p. 220, tradução nossa) e a intervenção carrega consigo uma probabilidade de guerra muito grande.

Há uma nova proposta da ONU, com Staffan de Mistura como enviado especial. Percebendo a dificuldade que seus dois antecessores tiveram neste cargo, de Mistura busca facilitar tréguas limitadas em diferentes lugares no país, ao invés de forçar um cessar-fogo abrangente e baseado nos ideais de Genebra II (Genebra III a partir de 2016, com as novas discussões sobre o processo político). Além de adotar uma postura mais voltada para os atores envolvidos e seus objetivos neste processo, de Mistura também teve mais sucesso por conta do contexto em que assumiu o cargo: com a consolidação do Estado Islâmico, as partes do conflito se mostravam mais dispostas a negociar (LUNDGREN, 2016, p. 6). Nesta conjuntura, foi aceita no CSNU a resolução 2554 de 2015, a qual previa um processo político liderado pela Síria – com o apoio da ONU – que estabeleceria uma governança credível,

inclusiva e não sectária, além da implantação de um cronograma que conteria a realização de eleições livres e justas (UNSC, 2015).

“Com beligerantes de ambos os lados, particularmente o regime, vendo a violência como o único caminho para atingir seus objetivos, teria sido muito difícil para os atores internacionais impedirem que a revolta na Síria ascendesse para uma guerra civil” (PHILLIPS, 2016, p. 103, tradução nossa). Não somente evitar que a situação escalasse para uma guerra civil, mas qualquer tentativa de ação tomada em plataforma internacional tem encontrado bloqueios. Mesmo com a adoção da resolução 2554 (2015) – entre outras resoluções sobre a situação da Síria – é possível perceber que a conjuntura não sofre grandes alterações. O que tem mostrado resultado, entretanto, são os acordos adotados *ontheground* com o envolvimento de atores-chave (como o Irã ou, até mesmo, a própria Síria).

5.3 OS EUA NA SÍRIA: *SHOULD WE STAY OR SHOULD WE GO?*

Os EUA, apesar de fazerem parte do Ocidente, merecem uma seção própria no que diz respeito ao seu envolvimento na Síria. Tendo um histórico de mediações e intervenções, e com seus interesses bastante enraizados no Oriente Médio, é importante analisar sua política no contexto do conflito separadamente. Ademais, com a participação da Rússia no conflito – e seu protagonismo –, há um empenho maior dos EUA para evitar que ela supere seu *status* na região, uma vez que na Síria ela tem se mostrado valiosa para a resolução do conflito, além de altamente envolvida – e, aparentemente, com interesses mais fortes do que os dos EUA neste país.

Na verdade, a ascensão da Rússia na região e o declínio da importância dos EUA – pelo menos no que diz respeito ao conflito sírio – não diz respeito a uma troca de “*hegemons*” regionais, mas sim a uma maior regionalização dos aspectos político, econômico e de segurança. Isso, como a teoria utilizada neste trabalho, dá maior protagonismo aos Estados da região, fazendo com que reúnam maior influência. “Às vezes, e cada vez mais, esses atores parecem superar os poderes externos em termos de influência, impacto e resolução estratégica” (STEPANOVA, 2018, p. 3, tradução nossa).

Dessa forma, a política estadunidense para o conflito não engloba somente as questões que envolvem a Síria em si, mas, levando em consideração a regionalização do conflito e a perda de influência dos EUA, também inclui políticas voltadas para os países que estão sob sua influência na região, como uma forma de fortalecer sua coalizão (e seus interesses) neste contexto de conflito. Assim, ponderando sobre o envolvimento saudita no conflito, é

necessário considerar a política estadunidense para a Arábia Saudita na Síria, uma vez que, além de defender seus próprios interesses, atua como um *proxy* – ou um representante – do seu aliado ocidental na região.

Trata-se de uma relação que beneficia ambos, uma vez que a Arábia Saudita necessita do apoio ocidental para fortalecer sua posição – enfraquecida com a crescente importância do Irã e da Rússia na Síria – e os EUA também fortaleceriam sua presença no conflito, através de um aliado árabe, uma vez que sua imagem na região se encontra manchada por conta do histórico de intervenções – em especial a do Iraque em 2003. Além disso, ambos os países têm relações próximas desde a revolução islâmica no Irã em 1979, uma vez que compartilham “a determinação de ver o Irã isolado e excluído não somente da região, como da política global como um todo” (BAXTER; SIMPSON, 2015, p. 144, tradução nossa).

Dessa maneira, no início do conflito, mesmo com a influência e a imagem enfraquecidas, os EUA, assim como diversos outros países do Ocidente, insistiram na ideia de que a solução para o conflito só seria alcançada com a saída de Assad – ou, o já conhecido “*Assad must go*” (STEVENSON, 2017). As respostas violentas do regime de Assad e as hostilidades sem responsabilização – muito por conta dos bloqueios russos e chineses no CSNU – fizeram com que os EUA adotassem esse posicionamento como parte da sua política direta para a Síria durante os primeiros meses do conflito, acompanhados de não somente países ocidentais, como também países da região – em especial a Arábia Saudita.

Com uma maior dificuldade de acesso ao país, muito pelo bloqueio das forças de Assad – apoiadas pela Rússia e pelo Irã – e pela visão debilitada que a Arábia Saudita, seu *proxy*, tinha do que se passava internamente na Síria (HOKAYEM, 2013, p. 121), os EUA passaram a adotar um posicionamento mais cauteloso. Diferentemente da monarquia do Golfo, a ascensão de grupos considerados terroristas, como o Jabhat al-Nusra e o ISIS (*IslamicStateofIraqandSyria*, ou o Estado Islâmico), alertaram a potência ocidental. Enquanto o reino saudita tornou-se responsável pela fragmentação da oposição, tendo contribuído, ainda, para o armamento destes grupos considerados radicais – uma vez que não tinham controle sobre quem administraria os armamentos fornecidos – os EUA temiam que o envio de armamentos aos grupos opositores, mesmo os moderados, pudesse cair nas mãos, justamente, de elementos islamistas mais radicais (BAXTER; SIMPSON, 2015, p. 147). De maneira mais meticulosa, passaram a entender o regime sírio como uma ameaça útil em tempos desesperadores (STEVENSON, 2017).

Diferentemente de aumentar o envio de suprimentos para os grupos moderados como uma forma de combater estes grupos radicais no país – uma das estratégias dos EUA – adota-

se um posicionamento mais duro e direto. Ainda que cauteloso em lidar com a questão de Assad – não mais exigindo fortemente o “*Assad must go*”, a estratégia contraterrorista dos EUA foi ampliada. Em parceria com a Arábia Saudita, deram-se início a operações militares e ataques aéreos contra as forças do Estado Islâmico, marcando um novo capítulo na política – e estratégia – estadunidense para a Síria (BAXTER; SIMPSON, 2015, p. 148).

A tática estadunidense ainda se faz presente por meio da assistência humanitária, sendo um dos maiores doadores desde 2011 (STEVENSON, 2017), e também no impulso para uma resolução negociada com o apoio das Nações Unidas – onde os EUA podem expressar seus interesses. Contudo, este último recurso, com o foco para os acordos de Genebra I, II ou III não tem se mostrado frutíferos²⁵.

A coalizão liderada pelos EUA, focada na estratégia contraterrorista, tem se mostrado efetiva e tem recuperado territórios antes tomados pelas forças de grupos terroristas, principalmente o ISIS. De acordo com Stevenson (2017), o Estado Islâmico perdeu 27% do território na Síria e 61% no Iraque, onde tem a maior concentração de suas forças. Na Síria, a ameaça deste grupo terrorista não é tão grande quanto era no ano de 2014; a concentração de forças e área é pequena e se espalha em bolsões no território sírio. Isso se dá porque “a luta contra o ISIS rapidamente se tornou uma corrida por território e influência entre vários atores locais e regionais” (RHODE, 2019, tradução nossa).

Neste contexto, onde o foco se tornou a luta contra grupos radicais, houve um esfriamento das relações entre Washington e Riade. Isso se dá, por um lado, por questões internas da potência ocidental. Barack Obama queria alterar a política estadunidense para o Irã, distanciando-se da “Guerra ao Terror” iniciado por George W. Bush e garantindo maior estabilidade e legitimidade na posição dos EUA na região. Ademais, Teerã também estava na luta contra o ISIS, o que fazia com que Washington não o visse mais como um centro de terrorismo e, sim, como o inimigo dos mesmos grupos extremistas que representavam uma ameaça ao Ocidente (KHATIB, 2017, p. 109; BAXTER; SIMPSON, 2015, p. 144). “Depois que a Arábia Saudita ajudou os EUA a isolar o Irã, o Irã tornou-se um ator regional reconhecido pelos EUA” (KHATIB, 2017, p. 109, tradução nossa). Essa alteração na opinião estadunidense sobre a República Islâmica foi preocupante para a monarquia saudita que, desde 1979, contava com a ajuda do ocidente no isolamento de Teerã.

²⁵ Em 2013, foi aceita unanimemente a resolução 2118 no CSNU que condena o uso de armas químicas, constituindo uma ameaça à paz e à segurança internacionais. A resolução exigiu a plena implementação da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), que contém procedimentos especiais para a destruição de armas químicas (CSNU, 2013). Apesar de ter sido aceita de maneira unânime, com aceitação, inclusive, da Rússia e da China, novos ataques químicos do regime contra a oposição foram reportados na Síria. (STEVENSON, 2017).

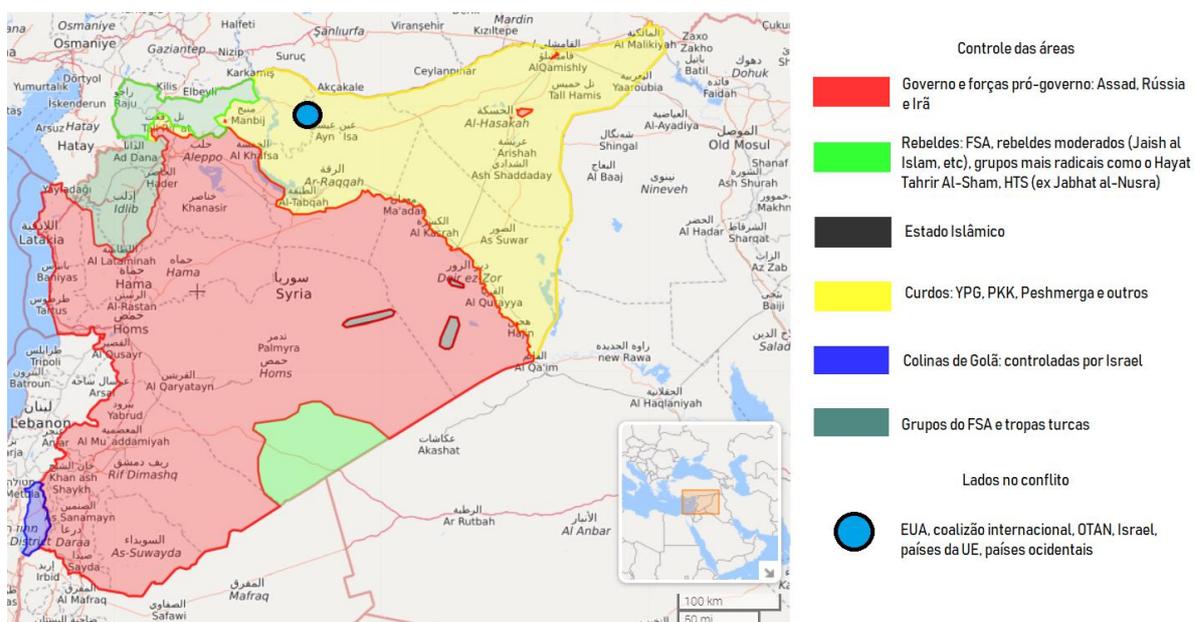
Por outro lado, havia uma desconfiança de que a Arábia Saudita era responsável pelo fortalecimento destes grupos radicais que se tornaram ameaças para os EUA. O envolvimento em uma disputa com o Catar pelo financiamento de grupos opositores e a falta de conhecimento local, fez com que a oposição se fragmentasse e não garantiu controle sobre quem receberia este financiamento – de modo que poderia cair nas mãos erradas.

Mesmo com este leve esfriamento, ambos os países continuavam a atuar de maneira conjunta, principalmente na coalizão responsável pelas operações contraterroristas no país. Para os EUA era importante contar com a presença da Arábia Saudita, mesmo que somente por meio do financiamento de grupos presentes no país, posto que o controle físico e direto dos EUA somente se dá por meio das operações militares da coalizão – geralmente traduzidas em ataques aéreos. Isso pode ser percebido na Figura 5.1 abaixo.

No mapa, presente na Figura 5.1 e produzido pela Syria Live Map, é possível analisar a situação atual (do dia 17 de março de 2019) de ocupação do território sírio. Em termos da configuração de forças no local, é possível notar que, realmente, as forças do Estado Islâmico são poucas e espalhadas em bolsões, dentro de uma grande faixa de território controlada pelas forças do regime ou pró-regime (Irã e Rússia). A presença dos EUA, entretanto, não é percebida em termos de controle de área. Mesmo que não haja o controle, porém, por conta da luta contra os grupos radicais é possível verificar os locais onde possui influência e onde suas tropas podem ser implantadas. Na legenda, a indicação de lados no conflito mostra que em espaço controlado pelos curdos há a introdução da coalizão internacional. Mesmo com participação pequena, ela se faz presente como uma das partes no conflito.

Em termos de controle, a região marcada em azul, que representa as colinas de Golã, marca a fronteira com Israel e caracteriza um local onde os EUA possuem influência. Por outro lado, parte das porções marcadas em verde e amarelo, que incluem os grupos rebeldes moderados e os curdos, também contam com envolvimento estadunidense, uma vez que são forças opositoras ao governo e recebem o seu auxílio para continuar suas operações. Isso pode ser confirmado, até mesmo, por conta da presença da coalizão em território controlado pelos curdos (RHODE, 2019).

Figura 5.1– Controle da área no território sírio



Fonte: Syria Live Map (legenda elaborada pela autora com base no Syria Live Map, 2019)

Como discorrido anteriormente, o patrocínio de grupos moderados de oposição pelas potências ocidentais não é suficiente para fazê-los entender o local, a sociedade ou a situação. As informações podem ser manipuladas ou perdidas, ou os grupos podem ter objetivos diferentes daqueles que dizem ter – a fim de atrair recursos. Além disso, estes grupos, apesar de moderados, podem sofrer infiltração *jihadista*, manchando toda a sua operação e financiamento (STEVENSON, 2017). Assim, apesar de contar como uma forma de atuação dos EUA, por ser uma forma indireta, não oferece, exatamente, maior parcela de participação no processo decisório.

A ascensão de Donald Trump ao poder nos EUA em 2017 pode dar início a uma nova fase estadunidense no Oriente Médio. Ainda que a destruição do ISIS se mantenha um de seus objetivos, Trump pretende reverter a tentativa de aproximação com o Irã, iniciada por Obama, o que caracterizaria uma melhora na relação entre Washington e Riade. Mesmo assim, com o discurso isolacionista que trouxe o republicano para o cargo de presidente, os EUA parecem mostrar uma atitude mais cautelosa e passiva na região, aceitando o vencedor em vez de tentar forjar o curso dos acontecimentos.

Estes indicadores sinalizam uma encruzilhada para os Estados Unidos no que diz respeito à Síria. Por um lado, as estratégias de Washington no conflito mostram diversas repercussões. A liderança de uma coalizão focada no contraterrorismo já apresenta bons resultados, com a redução do território do Estado Islâmico. Desse modo, a defesa de que não

há solução militar para o conflito, e sim política, leva a confiança na pressão que a ONU e os acordos de Genebra podem exercer sobre o regime de Assad e seus apoiadores – mesmo que estas negociações estejam paralisadas. Em termos de assistência humanitária, os EUA têm se mantido como o principal doador – com doação de 6 bilhões de dólares desde 2011 – e buscado estabelecer zonas seguras para a proteção de civis (USAID, 2019).

Por outro lado, esta potência ocidental tem observado a ascensão da Rússia como o mediador do conflito, além de perceber o Irã em uma posição forte para moldar o futuro da Síria. Assim, Rhode (2019, tradução nossa) afirma que “nenhum dos objetivos na Síria que os países ocidentais esperavam atingir – do retorno seguro dos refugiados à responsabilização pelo assassinato em massa e ao uso de armas químicas pelo regime – estão dentro do alcance”. Dado que existe um foco interno, isolacionista, voltado para o “*Make America Great Again*”, os Estados Unidos precisam responder uma pergunta: devemos ficar ou devemos ir embora?

Ao que tudo indica, o presidente Trump já respondeu à pergunta com o anúncio, em dezembro de 2018, que as tropas dos EUA envolvidas na luta contra o ISIS seriam retiradas em breve. Esta retirada provavelmente entregará a Assad e seus aliados o território que eles não conseguiriam tomar por conta própria (RHODE, 2019). Resta esperar para ver se os EUA realmente cederão.

5.4 AS APOSTAS SÃO ALTAS: A POLÍTICA RUSSA PARA A SÍRIA

A Rússia, assim como os EUA, precisa de uma seção para si, uma vez que seu envolvimento, seu papel e seus interesses na Síria são extensos. Com implicações internacionais de extrema significância, a Primavera Árabe na Síria inaugurou um novo episódio no Oriente Médio: um que contava com o protagonismo e a mediação da Rússia. Este episódio não é somente percebido na política russa para Damasco, mas também pode ser observado na maneira como Moscou gerencia suas redes de influência e garante uma parceria importante com o Irã na batalha pela Síria.

Comumente o papel da Rússia na Síria é resumido na importância do porto de Tartus. Trata-se da única instalação de reabastecimento naval da Rússia fora da antiga União Soviética e se acredita que faça parte de sua estratégia de envolvimento no Oriente Médio e de fortalecimento de sua força naval (KOZHANOV, 2014, p. 2; TRENIN, 2013, p. 8). Os motivos, porém, vão além desse e incluem questões políticas, econômicas e militares, as quais devem, em conjunto, ser levadas em consideração.

Desde o fim da Guerra Fria, a Rússia manteve laços com alguns dos países que faziam parte da zona de influência soviética, como a Síria, o Irã e o Iraque. A imagem positiva que a Rússia garantiu na região, porém, deu-se por conta do seu histórico não-intervencionista e seu suporte aos países árabes na ONU (STEPANOVA, 2018, p. 4). Outro ponto importante que contribuiu para a abertura que a Rússia experimentou no Oriente Médio – e, especialmente, que aproximou Moscou e Teerã – foi a aversão a políticas de mudança de regime (GERANMAYEH; LIIK, 2016, p. 2-3). Dado o histórico de políticas intervencionistas e de mudança de regime de potências ocidentais (como foi o caso do Iraque, em 2003, ou da Líbia, em 2011), a defesa do “*Assad must go*” pelos países ocidentais atraiu os olhares de muitos países do Mundo Árabe – e foi, precisamente, o que deu abertura à Rússia.

A assinatura de novos contratos e o aumento de investimentos russos na Síria – possíveis por conta do perdão de três quartos da dívida que o regime sírio tinha com a antiga URSS – caracterizam as questões econômicas que explicam seu envolvimento nesta batalha. Apesar destes contratos e investimentos iniciarem um novo capítulo nas relações econômicas entre os países, Kozhanov (2014, p. 4) argumenta que esses acordos econômicos não são suficientes para explicar o compromisso do Kremlin com Damasco. Isso se dá porque a Síria não representa o mercado mais volumoso para a Rússia – até mesmo Israel tem um volume de troca maior. Para o autor, o mesmo se dá para os contratos militares – que Damasco, principalmente no contexto atual, tanto depende –, uma vez que a exportação militar para a China e para a Índia é muito mais significativa.

Ademais “Moscou passou anos construindo fortes laços com os Estados Unidos, a União Europeia e os Estados árabes (particularmente os países do CCG), e Putin não está disposto a sacrificar os laços políticos e econômicos do país com esses países em nome de Assad” (KOZHANOV, 2014, p. 10, tradução nossa). Por esse motivo é que o conjunto de fatores (econômicos, militares e políticos) deve ser considerado na análise.

Assim, continuamente se vê a Rússia em defesa do regime sírio nos canais de negociação internacional – adotando uma posição pró-Assad – e mediando rodas de negociação entre as partes do conflito. Diferentemente dos países ocidentais, que, desde o início do conflito, deixaram claro que queriam a saída de Assad, a Rússia defendia uma resolução liderada pelos sírios, com o envolvimento do maior número de atores possível – excluindo grupos como o ISIS e o Jabhat al-Nusra, por exemplo – e isso foi bem recebido pelo regime (STEPANOVA, 2018, p. 5).

Essencialmente, o principal ponto de discordância entre Moscou e as capitais ocidentais[...]era que os russos insistiam que a Síria era responsabilidade dos sírios e que os estrangeiros deveriam se abster de interferir ou sancionar Damasco. Em vez disso, Moscou insistiu que os estrangeiros se apoiassem nos parceiros sírios sobre quem eles tinham influência – Moscou em Damasco e Washington e seus aliados na oposição – para empurrá-los [...] para a mesa de negociação (TRENIN, 2013, p. 19, tradução nossa).

Com uma relação de proximidade entre o governo russo e o regime de Assad, a remoção deste criaria um quadro de incertezas sobre o papel russo no país. Além disso, haveria maior instabilidade, podendo contar com a expansão de forças radicais *jihadistas* apoiadas pela Arábia Saudita e Catar ou forças opositoras moderadas financiadas pelas potências do Ocidente. “Portanto, sem garantias sólidas em relação à segurança de seus interesses, a Rússia tem lutado arduamente pela Síria” (KOZHANOV, 2014, p. 16, tradução nossa). Essa luta é retratada pelo apoio fornecido na frente militar ao exército sírio – contra qualquer elemento *jihadista*–, além do engajamento em diálogos em diversas frentes para garantir acordos de cessar-fogo entre as partes, plataformas de negociação e acordos para a redução da violência (STEPANOVA, 2018, p. 10).

A ameaça de grupos radicais, como o Estado Islâmico e o Jabhat al-Nusra, não representa uma ameaça somente às potências ocidentais, como também aos apoiadores do regime – e é um dos fatores de aproximação entre a Rússia e o Irã. Ademais, tanto Teerã quanto Moscou acreditam que movimentos étnicos e religiosos radicalizados em áreas comuns entre os dois países podem comprometer seus interesses (DIVSALLAR, 2019, p. 9; KARAMI, 2016).

Muitos dos diálogos travados em diversas frentes mostram a habilidade russa de manter boas relações com outros países da região – mesmo Estados que se colocam, veementemente, como inimigos de Assad. Com o engajamento russo foi possível assinar um cessar fogo entre Rússia, Turquia e Irã; discutir sobre a interrupção de bombardeios com o Egito; iniciar plataformas de negociação com Arábia Saudita e Catar; manter o relacionamento com Israel; além de que, para continuar o processo estagnado na ONU, o Kremlin sediou um congresso para a Síria, em 2018. Todas essas iniciativas russas mostram seu protagonismo e o aprimoramento da sua influência na região (STEPANOVA, 2018, p. 5; 10-11; KATZ, 2013, p. 41-43).

Devido ao crescente apoio recebido de países como a China nas questões relacionadas à Síria, Moscou começa a assimilar sua importância na questão. Compreende, também, seu papel no enfraquecimento de iniciativas estadunidenses com o objetivo de intervenção militar – com o exemplo da Líbia. Por meio de bloqueios nas tentativas ocidentais de avançar seus

interesses nas resoluções do CSNU, a Rússia tem mostrado aos EUA que qualquer decisão sobre o futuro da Síria deve levar sua opinião em conta (KOZHANOV, 2014, p. 16; 18).

Os três primeiros vetos exercidos entre 2011 e 2012, por exemplo, demonstram esse posicionamento firme. O primeiro veto foi exercido em 2011 contra um projeto de resolução que ameaçava a criação de sanções contra o governo sírio. O segundo foi em fevereiro de 2012, para evitar um projeto de resolução que condenava a violência, mas, segundo a Rússia, atribuía responsabilidade desproporcional e culpa ao regime de Assad. O terceiro foi em junho de 2012, em oposição a um projeto, liderado por Annan em Genebra, que exigiu que Damasco cumprisse resoluções anteriores para dar fim à violência. Moscou, entretanto, viu a resolução como potencialmente permitindo medidas coercivas e, até mesmo, ações militares contra Damasco (HOKAYEM, 2013, p. 176).

Mesmo que a violência infligida pelo governo tenha continuado após o veto dessas resoluções – o que não significa que o governo russo esteja tolerando essas atitudes²⁶ – estes posicionamentos mostram que a Rússia está obstinada a tomar a frente dos processos de negociação, forçando o reconhecimento de seu protagonismo, principalmente, pelas potências ocidentais e pelos Estados do Golfo.

Ademais, respeitando a regionalização do conflito e a importância dos atores locais, a Rússia, ao trazer a discussão para dentro da região e do país, consegue ser mais persuasiva e respeitada, até mesmo, pelos atores opositores.

Por meio de canais diplomáticos, Moscou tem sido capaz de mediar e influenciar as partes do conflito, evitando intervenções, sanções e retaliações que, mais do que preocupadas com a resolução do problema, geram mais violência e desconfiança. Assim, o maior motivo para o envolvimento russo na questão síria é a oportunidade que isso gera para o Kremlin – ainda enfraquecido pela queda da URSS – de se reerguer como uma potência relevante regionalmente e, também, um *player* internacional. Com este objetivo em mente e com tudo que investiu para alcançá-lo, a Rússia, dificilmente, abrirá mão de sua posição.

²⁶ Apesar de um intenso apoio ao regime de Damasco, a Rússia mantém a distância apropriada (KATZ, 2013, p. 38-39). Desse modo, adota uma posição “pró-Assad” porque qualquer outra alternativa de governo é perigosa. O envolvimento no conflito militar, entretanto, ainda mais contra possíveis potências do ocidente, é desconsiderado. Assim, mantém-se mediando o conflito, negociando com diversos países, empenhando-se para a solução política e, também, condenando o governo quando age de maneira que considera errado – como na aceitação da resolução que exige a destruição dos armamentos químicos.

5.5 CONCLUSÕES PARCIAIS: A GUERRA QUE NINGUÉM VENCEU

O conflito na Síria ainda não vê um fim, mas já se sabe que esse fim não significará o triunfo de algum ator envolvido. Em um conflito onde 360 mil pessoas foram mortas (SOHR, 2018), 5,6 milhões fugiram das atrocidades que aconteciam no país e 6,6 milhões estão internamente deslocadas (UNHCR, 2018), vencedores serão dificilmente encontrados. No contexto regional e externo, a situação se repete. Não existem vitoriosos.

A Arábia Saudita, a qual se envolveu em uma competição com o Catar pela influência da oposição, tem precisado gastar seus recursos em estratégias contraterroristas não somente na Síria, como, também, no Iêmen. Além disso, percebe sua relação com os EUA estremeçada e sua participação no processo decisório neste conflito se esvai, à medida que os grupos opositores os quais escolheu financiar não conseguem infligir uma derrota às forças do regime.

O Irã, que via na Síria uma oportunidade de fortalecer seu posicionamento na região, contou com o auxílio da Rússia para tal. Por outro lado, regionalmente percebeu uma deterioração na sua reputação, uma vez que o apoio à Assad “foi interpretado através de uma lente sectária” (PHILLIPS, 2016, p. 234, tradução nossa). Isso mostra que a alauização na Síria, por mais que envolva fatores políticos, por envolver um grupo religioso, gera problemas sectários.

A Rússia, apesar de ter impulsionado sua posição geopolítica, tem enfrentado gastos exorbitantes por apoiar o regime de Assad, além de verificar uma piora na segurança doméstica em seu país – principalmente por conta dos grupos terroristas com quem lutou na Síria –, o que pode prejudicar seu objetivo de se tornar uma das hegemonias do Oriente Médio (PHILLIPS, 2016, p. 234).

Já os EUA têm percebido um declínio do seu papel nesta região. Apesar de ter sido uma das propostas de Obama – o de reduzir a presença física (PHILLIPS, 2016, p. 235) – e com Trump isso ter se tornado um projeto – com o anúncio das retiradas das tropas (RHODE, 2019) –, não se esperava que essa dinâmica estadunidense seria acompanhada de um declínio na sua importância e reputação no Oriente Médio.

O conflito na Síria, em 2019, completa 8 anos. Mesmo que a ameaça terrorista esteja, hoje, dividida em bolsões no território, a sociedade síria sai ainda mais fragmentada e dividida, como pode ser visto na Figura 5.1. Uma vez dividida pelas distintas etnias, religiões, tribos, famílias e vilas – um verdadeiro mosaico –, hoje o país se divide entre mortos e vivos, combatentes e civis, refugiados e deslocados. No conflito da Síria, há somente perdedores.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho tem como objeto central o fenômeno que foi aqui denominado de alauização da política Síria e como este se tornou um conceito capaz de auxiliar a explicar a aproximação entre a Síria e o Irã e o afastamento entre a Síria e a Arábia Saudita – algo que ocorreu de maneira co-constituída. A ideia do conceito de alauização, elaborado para o propósito deste trabalho, diz respeito a um acesso privilegiado à política, à economia, à sociedade e, também ao âmbito militar dos membros do grupo étnico-religioso alauíta – do qual a família Assad faz parte. A Revolução Corretiva de Hafez Al-Assad permitiu que alauítas dominassem posições estratégicas no regime, mas foi durante a segunda *infitah* do final da década de 1980 – com a adoção de medidas propostas pelo Consenso de Washington – que membros proeminentes dessa vertente religiosa também chegaram a monopolizar grandes setores da economia síria. Essa concentração de poder nas mãos de um pequeno círculo que orbita o presidente e sua família estendida contribuiu para a deterioração da legitimidade do regime, que está associada à revolta síria em 2011 e a uma reorientação nas relações regionais – com o afastamento definitivo da Arábia Saudita e a consolidação da relação com o Irã.

As bases deste fenômeno de alauização – como explorado no capítulo 2 – encontram-se na ascensão de Hafez Al-Assad ao poder, por meio da Revolução Corretiva, em 1970. Membro do partido Ba'ath, o qual surgiu nas zonas rurais da Síria e entre as minorias negligenciadas pelo centro, Assad vivenciou a “ba'athização” do país, com a defesa de ideais de nacionalismo árabe e universalidade, e foi o responsável para que esta se convertesse em alauização. Isso se dá não pelo descaso com estes ideais, mas como eles foram sobrepujados por interesses particularistas com o tempo – valendo-se de patronagem, do clientelismo, do nepotismo e do *cronyism* para trazer alauítas ao centro do aparato governamental e das forças armadas. Discussão presente no capítulo 3, isso é percebido quando se analisam os cargos nas forças armadas, nas formações militares de elite e nos aparatos de segurança e inteligência. Nos 30 anos em que Hafez governou 61,3% destes cargos eram ocupados por alauítas – destes, 42,1% vieram da mesma tribo que Assad pai, a al-Kalbiyyah. Por outro lado, não foram somente estes indivíduos que se beneficiaram. Isso porque a alauização, na realidade, faz parte de um processo mais abrangente, denominado de Assadização. Ademais dos privilégios concedidos aos alauítas, a Assadização também contempla os benefícios concedidos a indivíduos que construíram laços de amizade ou acompanharam a carreira profissional de Assad – e que não, obrigatoriamente, eram alauítas. Este é o caso, por

exemplo, de Khaddam, Vice-Presidente e Ministro das Relações Exteriores a partir de 1984, um sunita que criou relações de amizade com Hafez.

A alauização na Síria remete ao conceito de Charles Tripp (2007b, p. 259) de *shadowstate*, usado para definir a dualidade do Estado iraquiano. O Estado oficial, enfraquecido, compreendia os órgãos oficiais do governo e do partido Ba'ath. Por trás dele, porém, havia o “Estado-fantasma”, o *shadowstate*, formado por redes clientelistas e coalizões privilegiadas pelo presidente – ligadas a ele por vínculos regionais, familiares ou tribais. Era nesta face escondida que se encontrava o real poder de Saddam Hussein. Em muitos aspectos, o conceito de alauização se assemelha ao de *shadowstate*, podendo ser considerada uma adaptação deste para a realidade síria.

Além destes fatores internos que forneceram a base para o desenvolvimento da alauização, com o *spillovereffect* de eventos regionais e internacionais – como o Consenso de Washington de 1989 – este fenômeno se fortaleceu. Embora tenha trazido consequências desastrosas para a economia do país, a segunda *infitah* síria (ou abertura econômica) permitiu que alauítas participassem mais ativamente da economia do país, por conta da integração de uma nova elite capitalista na economia, fortalecendo as redes de patronagem do regime (VAN DAM, 2011, p. 9; ZISSER, 2001, p. 194). O fortalecimento deste fenômeno interno apresenta, por sua vez, consequências regionais, que foram exploradas no capítulo 4 com uma reorientação nas relações que a Síria estabelece com o Irã e com a Arábia Saudita.

A Arábia Saudita, como a “guardiã do sunismo” na região, sempre teve interesse de projetar seu poder e de se tornar uma hegemonia regional. Um país com vasto recurso energético, utilizou do financiamento dos países como uma forma de atraí-los para a sua zona de influência. A Síria, muitas vezes a frente de batalha nas guerras árabe-israelenses, atraía o investimento saudita e da sua “*jihad* financeira”, por meio do rentismo militar. Presente na discussão do capítulo 2, esta “*jihad* financeira” saudita se dá por meio da terceirização da luta com Israel – uma luta com a qual também concorda. Do outro lado, o rentismo militar sírio diz respeito à atração de investimentos sauditas para aplicação na esfera militar, para que possa continuar na linha de frente das guerras árabe-israelenses.

A Revolução Islâmica no Irã e a posterior guerra entre Irã e Iraque, porém, são pontos de inflexão importantes nesta relação. O posicionamento da Síria em favor do Irã – diferentemente de diversos países da região, ameaçados pela revolução que acabara de acontecer – deu-se por conta de seu interesse em enfraquecer o partido Ba'ath iraquiano, governado por Saddam Hussein. Mais do que amedrontada com a revolução, porém, a Arábia Saudita criou uma relação de inimidade com o Irã neste momento por conta da denúncia de

Khomeini ao imperialismo estadunidense na região, além de denunciar os países que permitiam que isso acontecesse – os sauditas. Tornando-se uma república islâmica xiita, o Irã ameaçava, também, a Arábia Saudita como única guardiã do islamismo na região. Por esses motivos, as relações entre os países esfriaram rapidamente.

Ao mesmo tempo, porém, houve aproximação entre a Síria e o Irã, iniciada por conta de interesses estratégicos de cada lado, a qual, de forma gradual, foi se fortalecendo – à medida que a própria alauização se fortalecia internamente. Este argumento auxilia a compreensão dos eventos narrados no quarto capítulo e como eles podem ser percebidos como episódios importantes na mudança da relação entre estes países – indo além de um “casamento de conveniência” e adotando um caráter ideológico.

A dinâmica de alauização, mesmo que não esteja centrada na questão da religião – diferentemente da República Islâmica do Irã– e se concentre em fatores políticos e econômicos, acaba gerando problemas sectários, uma vez que oferece maiores privilégios a um grupo minoritário, ligado a uma vertente religiosa. Os alauítas prosperaram no regime de Assad (tanto de Hafez quanto de seu filho, Bashar), expandindo seu território, recebendo maiores oportunidades de emprego, educação e habitação – em 1970, 10% das casas na região de Latakia tinha acesso à água potável; em 1985, era maior do que 70% (SEALE, 1995, p. 454). Isso contribui para o entendimento da discussão presente no terceiro capítulo, visto que há a percepção de um afastamento dos ideais universalistas que trouxeram Hafez para a posição de governante. O alauismo não é defendido como a religião máxima no país, mas é ele que se encontra nos mais altos cargos e nas melhores posições. Assim, percebe-se que a Síria e o Irã se aproximam em termos ideológicos.

Na Guerra do Líbano de 2006, guerra árabe-israelense entre o Hezbollah e Israel, há uma consolidação da relação entre Síria e Irã – visto que se encontram isolados em apoio ao Hezbollah. Isso confirma cada vez mais a perda de influência da Arábia Saudita na Síria, mesmo com os históricos de financiamento doados ao regime de Assad – a Síria, entre 2005 e 2014, recebeu 240 milhões de dólares em auxílio da Arábia Saudita (UNDP; KSA, 2016). A Primavera Árabe na Síria constitui outro ponto de inflexão que explica essas alterações no relacionamento dos países.

Este é um evento que tem suas causas em todo o processo gerador da alauização, visto que as práticas paroquialistas promovidas pelo regime e a crise econômica gerada pela segunda *infita*ção a essência do que gerou o descontentamento populacional. Os indicadores do Banco Mundial que medem a participação dos cidadãos na escolha de seus representantes (voz e responsabilidade) e que analisam até que ponto o poder público é exercido em favor do

ganho pessoal (controle de corrupção) resumem a insatisfação popular. No ano de 2010, eles somaram os valores de -1,70 e -1,13, respectivamente (em uma variação entre -2,5 que indicaria uma governança fraca e 2,5 que indicaria uma governança forte).

A Primavera Árabe e todas as suas consequências iniciam um novo capítulo na Síria. Esse capítulo é de um país fragmentado, de um conflito que se tornou internacionalizado e onde a participação de diversos atores – inclusive, de grandes potências – pode ser percebida. Regionalmente, este conflito implica em um afastamento categórico da Arábia Saudita – que inicia o apoio de grupos opositores à Bashar Al-Assad. Isso se dá por conta da percepção de que um novo governo poderia surgir a partir da queda de Assad, e este novo governo poderia ser mais próximo das ideologias sauditas – fazendo com que recuperassem sua influência neste país. Do outro lado, o Irã se mantém em apoio do regime, honrando o eixo formalizado pelos dois países. Enquanto isso, internacionalmente se percebe o envolvimento da Rússia e dos Estados Unidos, também ocupando lados opostos no conflito. Assim, a Primavera Árabe, com as bases no processo de alauização, foi responsável pela fragmentação Estatal e pela guerra civil que assola este país.

Tentando encaixar-se nas lacunas da literatura que discorrem sobre processos internos sírios e sua relação com a Arábia Saudita e o Irã, é que esta dissertação propõe o conceito dealauização. Trazida para o contexto regional, trata-se de conceito importante para nos ajudar a compreender as relações que a Síria estabelece com o Irã e como isso foi co-constituído com o afastamento entre a Síria e a Arábia Saudita. Por outro lado, a relação entre Damasco e Teerã adota um caráter ideológico, baseado nesta dinâmica interna síria. Por mais que a alauização seja um processo interno à Síria, fundamentado em fatores políticos e econômicos, não consegue se desvencilhar do fator religioso e, dessa forma, no contexto regional gera um problema com fundamentos sectários.

Assim, este trabalho conclui que a alauização da Síria é um fenômeno difundido e atual que se espalhou por todas as esferas da sociedade síria, não restrito ao aparato de segurança ou a posições-chave no governo, tendo implicações relevantes para a história deste país. Se a Revolução Corretiva de Hafez Al-Assad permitiu que alauítas dominassem posições estratégicas no regime, foi durante a segunda *infatih* do final da década de 1980 que as redes de patronagem se fortaleceram e membros proeminentes dessa vertente religiosa passaram a monopolizar grandes setores da economia síria. Assim uma classe média urbana – reestruturada com a presença de alauítas – foi reintegrada à economia. A alauização, então, ganha ímpeto e adquire um significado mais restrito – Assadização, ou a concentração de poder político e econômico nas mãos das famílias e amigos mais próximos do presidente

Assad (pai e filho). A alauização está, então, associada às insatisfações populares que levaram aos levantes populares em 2011 e também tem implicações na alteração das relações regionais – com o afastamento definitivo da Arábia Saudita e a consolidação da relação com o Irã.

REFERÊNCIAS

- ABOUZEID, Rania. **Syria's Secular and Islamist Rebels: Who Are the Saudis and the Qataris Arming?** 2012. Disponível em: <http://world.time.com/2012/09/18/syrias-secular-and-islamist-rebels-who-are-the-saudis-and-the-qataris-arming/>. Acesso em: 06 fev. 2019.
- ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. New York: Cambridge University Press, 2008.
- ADAMS, Simon. Failure to Protect: Syria and the UN Security Council. **Global Centre For The Responsibility To Protect**, New York, n. 5, p.1-26, Mar. 2015. Disponível em: http://www.globalr2p.org/media/files/syriapaper_final.pdf. Acesso em: 05 nov. 2018.
- AL-ASSAD, Ribal. Syria and the Arab Spring: The Middle East in the Verge of War. **IndiaInternational Centre Quarterly**, p. 84-92. Summer, 2012. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41804022>. Acesso em: 21 out. 2018.
- AL-ASSAD, Hafez. **Incidente de Aleppo**. Aleppo, 1979. Discurso de Hafez Al-Assad Sobre o Incidente de Aleppo e a Campanha da Irmandade Muçulmana Contra o Partido Ba'ath.
- AL-BADI, Awadh. Saudi-Iranian Relations: A Troubled Trajectory. *In*: BAHGAT, Gawdat; EHTESHAMI, Anoushiravan; QUILLIAM, Neil (ed.). **Security and Bilateral Issues between Iran and its Arab Neighbours**. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 189-210.
- ALAYA, Marouane; BASLY, Sami; SAUNIER, Paul-Laurent. Family Businesses in the Arab Economic Context. *In*: BASLY, Sami (ed.). **Family Businesses in the Arab World: Governance, Strategy, and Financing**. New York: Springer, 2017. p. 7-22.
- ALEXANDER, Christopher. **Tunisia's Protest Wave: Where it Comes from and What it Means**. 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/01/03/tunisias-protest-wave-where-it-comes-from-and-what-it-means/>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- APPLE JR, R. W.. **Reading Iran's Next Chapter**. 1978. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1978/12/13/archives/reading-irans-next-chapter-another-test-for-2-sides-expected-this.html>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- ARAB MONETARY FUND (AMF). **Lending Policy**. Disponível em: <https://www.amf.org.ae/en/page/lending-policy>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- AYUBI, NazihN..Etatism versus Privatization: The Changing Economic Role of the State in Nine Arab Countries. *In*: HANDOUSSA, Heba. **Economic Transition in the Middle East: Global Challenges and Adujstment Strategies**. Cairo: The American University In Cairo Press, 1997. p. 125-165.
- AYUBI, NazihN.. **Political Islam: Religion and Politics in the Arab World**. London: Routledge, 1991.
- BALDWIN-EDWARDS, Martin. **LabourImmigration and LabourMarkets in the GCC Countries: National Patterns and Trends**. 2011. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/55239/1/Baldwin-Edwards_2011.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018.

BARAKAT, Sultan; ZYCK, Steven A.. **Gulf State Assistance to Conflict-Affected Environments**. 2010. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/55240/1/Barakat_2010.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018

BATATU, Hanna. **Syria's Peasantry, the Descendants of Its Lesser Rural Notables, and Their Politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

BAXTER, Kylie; SIMPSON, Kumuda. The United States and Saudi Arabia through the Arab Uprisings. **Global Change, Peace & Security**, v. 27, n. 2, p.139-151, Apr. 2015. Informa UK Limited. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14781158.2015.1019845>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BAYLOUNY, Anne Marie; MULLINS, Creighton A.. Cash is King: Financial Sponsorship and Changing Priorities in the Syrian Civil War. **Studies In Conflict & Terrorism**, p.1-21, 25 Aug. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1057610X.2017.1366621?journalCode=uter20>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BEININ, Joel. Neo-liberal Structural Adjustment, Political Demobilization, and Neo-authoritarianism in Egypt. *In*: GUAZZONE, Laura; PIOPPI, Daniela (ed.). **The Arab State and Neo-Liberal Globalization: The Restructuring of State Power in the Middle East**. Reading: Ithaca Press, 2009. p. 19-46.

BICKERTON, Ian J.. **The Arab-Israeli Conflict: A History**. London: Reaktion Books Ltd., 2009.

BISHKU, Michael B.. Turkish- Syrian Relations: A Checkered History. **Middle East Policy**. p. 36-53. Fall, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1475-4967.2012.00546.x>. Acesso em: 11 maio 2018.

BLACK, Ian; BORGER, Julian. **Gulf States Warned Against Arming Syria Rebels**. 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2012/apr/05/gulf-states-warning-arming-syria>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BLANCHARD, Christopher M.. **The Islamic Traditions of Wahhabism and Salafiyya**. 2007. Disponível em: <https://www.investigativeproject.org/documents/testimony/47.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BLANGA, Yehuda U.. Saudi Arabia's Motives in the Syrian Civil War. **Middle East Policy Council**, v. 4, n. XXIV, Winter 2017. Disponível em: <https://www.mepc.org/journal/saudi-arabias-motives-syrian-civil-war>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BORATAV, Korkut; YELDAN, A. Erinc; KÖSE, Ahmet H.. **Globalization, Distribution and Social Policy: Turkey, 1980-1998**. New York: Center For Economic Policy Analysis, 2000. (Working Paper No. 20). Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8bcb/b9177e14d27e8677f7adcb7d805d35b94ad8.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2019.

BUCALA, Paul. **Iran's New Way of War in Syria**. Report By The Critical Threats Project Of The American Enterprise Institute And The Institute For The Study Of War, 2017.

Disponível em:

http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Iran%20New%20Way%20of%20War%20in%20Syria_FEB%202017.pdf. Acesso em: 09 fev. 2019.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Tradução de "cronyism" — Dicionário Inglês-Português**. 2018. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/cronyism>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CENTRAL AGENCY FOR PUBLIC MOBILIZATION AND STATISTICS (CAPMAS). **Average Weekly Cash Wage in L.E in Public Sector/ Public Business and Private Sector**. 2019. Disponível em:

http://www.capmas.gov.eg/Pages/IndicatorsPage.aspx?page_id=6152&ind_id=1100. Acesso em: 24 jan. 2019.

CHEHABI, H. E.; LINZ, Juan J.. A Theory of Sultanism 1: A Type of Nondemocratic Rule. In: CHEHABI, H. E.; LINZ, Juan J. (ed.). **Sultanistic Regimes**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998. p. 3-25.

CHULOV, Martin; MACASKILL, Ewen; DENSKY, John. **Saudi Arabia plans to fund Syria rebel army**. 2012. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2012/jun/22/saudi-arabia-syria-rebel-army>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. New York: Westview Press, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. (Revoluções do Século 20).

COLOMBO, Silvia. ForeignPolicyActivism in Saudi ArabiaandOman. Diverging Narratives and Stances towards the Syrian and Yemeni Conflicts. **The International Spectator**, v. 52, n. 2, p.54-70, 3 Apr. 2017. Informa UK Limited.

<http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2017.1303965>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03932729.2017.1303965?journalCode=rspe20>. Acesso em: 07 jan. 2019.

COMMISSION OF INQUIRY(COI). **Report of the Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic**. United Nations General Assembly, 2014.

Disponível em:<https://undocs.org/A/HRC/25/65>. Acesso em: 30 nov. 2018.

COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS. **U.S. Military Sales to Iran**. Washington: U.s. Government Printing Office, 1976. Disponível em:

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=pur1.32754074680921;view=1up;seq=1>. Acesso em: 20 nov. 2018.

DAHI, Omar S.. Understanding the Political Economy of the Arab Revolts. **Middle East Research And Information Project**, p. 1-7. Summer, 2011. Disponível em:

<https://www.merip.org/mer/mer259/understanding-political-economy-arab-revolts>.
Acesso em: 12 ago. 2018.

DE ATKINE, Norvell. Why Arab Armies Lose Wars. *In*: RUBIN, Barry; KEANEY, Thomas A. (ed.). **Armed Forces in the Middle East: Politics and Strategy**. London: Frank Cass Publishers, 2002. p. 23-40.

DE VRIES, Manfred F. R. Kets de; CARLOCK, Randel S.; FLORENT-TREACY, Elizabeth. **Family Business on the Couch: A Psychological Perspective**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd, 2007.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significado de Fisiologismo**. 2018. Disponível em:
<https://dicionariodoaurelio.com/fisiologismo>. Acesso em: 20 ago. 2018.

DIVSALLAR, Abdolrasool. The Pillars of Iranian-Russian Security Convergence. **The International Spectator**, p.1-16, 13 Mar. 2019. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2019.1586147>. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03932729.2019.1586147?journalCode=rspe20>.
Acesso em: 02 mar. 2019.

DRYSDALE, Alasdair. The Regional Equalization of Health Care and Education in Syria Since the Ba'thi Revolution. **International Journal Of Middle East Studies**, v. 13, n. 1, p.93-111, Feb. 1981. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-journal-of-middle-east-studies/article/regional-equalization-of-health-care-and-education-in-syria-since-the-bathi-revolution/AFA21352114FEA153AD95D6281CD32A6>. Acesso em: 06 mar. 2019.

EASTERLY, William. The Lost Decades: Developing Countries' Stagnation in Spite of Policy Reform 1980–1998. **Journal Of Economic Growth**, v. 6, n. 2, p.135-157, Jun. 2001. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1011378507540#citeas>. Acesso em: 10 dez. 2018.

EL-HUSSEINI, Rola. Hizbullah and Regional Non-State Actors. *In*: SHEHATA, Samer S. (ed.). **Islamist Politics in the Middle East: Movements and Change**. Abingdon: Routledge, 2012. p. 166-182.

ESCWA (Economic and Social Commission for Western Asia). **Prospects for South-South Cooperation in the ESCWA Region**. 2011. Disponível em: https://www.unescwa.org/sites/www.unescwa.org/files/publications/files/e_escwa_edgd_11_4_e.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.

EUA. Senador (1992-2013: Robert Ford). **Discurso no Senado sobre a situação na Síria e suas Implicações**. Washington, 2002. Disponível em:
<https://www.govinfo.gov/content/pkg/CHRG-112shrg75019/html/CHRG-112shrg75019.htm>.
Acesso em: 3 jan. 2019.

FAHED-SREIH, Josiane. Founder Legacy in Arab Dynastic Entrepreneurship. *In*: BASLY, Sami (ed.). **Family Businesses in the Arab World: Governance, Strategy, and Financing**. New York: Springer, 2017. p. 211-222.

FERABOLLI, Silvia R.. A Ira de ISIS. **Conexões Invisíveis: Política, Estudos Culturais e Relações Internacionais**, set. 2014. Disponível em: <https://conexoesinvisiveis.com/2014/09/05/a-ira-de-isis/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FISCHER, Michael M. J.. **Iran: From Religious Dispute to Revolution**. Madison: The University Of Wisconsin Press, 1980.

FITZGERALD, Edward Peter. France's Middle Eastern Ambitions, the Sykes-Picot Negotiations, and the Oil Fields of Mosul, 1915-1918. **The Journal Of Modern History**, p. 697-725. Dec. 1994. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2125155?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 20 jun. 2018.

FRIEDMAN, Yaron. **The Nuṣayrī-ʿAlawīs: An Introduction to the Religion, History and Identity of the Leading Minority in Syria**. Leiden: Brill, 2010.

FULTON, Will; HOLLIDAY, Joseph; WYER, Sam. **Iranian Strategy in Syria**. A Joint Report By Aei's Critical Threats Project And Institute For The Study Of War, 2013. Disponível em: <http://www.understandingwar.org/sites/default/files/IranianStrategyinSyria-1MAY.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

GAUSE III, F. Gregory. **Saudi Arabia in the New Middle East**. Council On Foreign Relations Press, 2011. Disponível em: https://cfrd8-files.cfr.org/sites/default/files/pdf/2011/12/Saudi_Arabia_CSR63.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

GERANMAYEH, Ellie; LIIK, Kadri. **The New Power Couple: Russia and Iran in the Middle East**. European Council On Foreign Relations, 2016. Disponível em: https://www.ecfr.eu/page/-/ECFR_186_-_THE_NEW_POWER_COUPLE_RUSSIA_AND_IRAN_IN_THE_MIDDLE_EAST_PDF.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019.

GOODARZI, Jubin M.. **Syria and Iran: Diplomatic Alliance and Power in the Middle East**. London: I.b. Tauris, 2009.

GORDON, Michael R.; SCHMITT, Eric; ARANGO, Tim. **Flow of Arms to Syria Through Iraq Persists, to U.S. Dismay**. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/12/02/world/middleeast/us-is-stumbling-in-effort-to-cut-syria-arms-flow.html>. Acesso em: 10 dez. 2018.

HAFEZ, Ziad. The Israeli-Lebanese war of 2006: Consequences for Lebanon1. **Contemporary Arab Affairs**, v. 1, n. 2, p.187-210, Apr. 2008. University of California Press. <http://dx.doi.org/10.1080/17550910801951748>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17550910801951748>. Acesso em: 15 jan. 2019.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. New York: Cambridge University Press, 2005.

HALLIDAY, Fred. The Iranian Revolution: Uneven Development and Religious Populism. *In: HALLIDAY, Fred; ALAVI, Hamza (ed.). **State and Ideology in the Middle East and Pakistan***. London: Macmillan Education Ltd., 1988. p. 31-63.

HAREL, Amos; ISSACHAROFF, Avi. **34 Days: Israel, Hezbollah, and the War in Lebanon**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

HARRIS, William. Lebanon's Roller Coaster Ride. *In: RUBIN, Barry (ed.). **Lebanon: Liberation, Conflict, and Crisis***. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 63-82.

HENRY, Clement Moore; SPRINGBORD, Robert. **Globalization and the Politics of Development in the Middle East**. New York: Cambridge University Press, 2010.

HEYDEMANN, Steven. **Managing militarization in Syria**. 2012. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2012/02/22/managing-militarization-in-syria/>. Acesso em: 12 nov. 2018.

HINNEBUSCH, Raymond A.. **Authoritarian Power and State Formation in Ba'athist Syria: Army, Party, and Peasant**. Boulder: Westview Press, 1990.

HINNEBUSCH, Raymond A.. Liberalization in Syria: the Struggle of Economic and Political Rationality. *In: KIENLE, Eberhard (ed.). **Contemporary Syria: Liberalization Between Cold War and Cold Peace***. London: British Academic Press, 1994. p. 97-113.

HINNEBUSCH, Raymond A.. The Foreign Policy of Syria. *In: HINNEBUSCH, Raymond; EHTESHAMI, Anoushiravan. **The Foreign Policies of Middle East States***. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. p. 141-165.

HIRST, David. **Beware of Small States: Lebanon, Battleground of the Middle East**. New York: Nation Books, 2010.

HOKAYEM, Emile. **Syria's Uprising and the Fracturing of the Levant**. London: Routledge, 2013.

HOKAYEM, Emile. Iran, the Gulf States and the Syrian Civil War. *In: DODGE, Toby; HOKAYEM, Emile (ed.). **Middle Eastern Security, the US Pivot and the Rise of ISIS***. London: Routledge, 2015. p. 39-70.

HOLLIDAY, Joseph. Syria's Armed Opposition. **Middle East Security Report**, v. 3, p.1-59, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.understandingwar.org/report/syrias-armed-opposition>. Acesso em: 24 fev. 2019.

HOURANI, A. H.. **Minorities in the Arab World**. London: Oxford University Press, 1947.

HUNTINGTON, Samuel P.. The Clash of Civilizations? **Foreign Affairs**, v. 72, n. 3, p.22-49, Summer 1993. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20045621?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 10 jun. 2018.

HURD, Ian. Constructivism. *In*: SNIDAL, Duncan; REUS-SMIT, Christian (ed.). **The Oxford Handbook of International Relations**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 298-316.

International Monetary Fund (IMF) (org.). **Real GDP growth: Annual Percent Change**. 2018. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/EGY. Acesso em: 13 ago. 2018.

IS SAUDI ARABIA to Blame for Islamic State? **BBC**, London, 19 Dec.2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-35101612>. Acesso em: 18 mar. 2019.

JENKINS, Brian Michael. The Dynamics of Syria's Civil War. **Rand Corporation**. Santa Monica, p. 1-23. 2014. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE115.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

JUNEAU, Thomas. Iran's costly intervention in Syria: A Pyrrhic Victory. **Mediterranean Politics**, p.1-19, 30 May 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13629395.2018.1479362>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13629395.2018.1479362>. Acesso em: 22 fev. 2019.

KAMRAVA, Mehran. The Arab Spring and the Saudi-Led Counterrevolution. **Orbis**, [s.l.], v. 56, n. 1, p.96-104, Jan. 2012. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.orbis.2011.10.011>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438711000937>. Acesso em: 15 ago. 2018.

KANDIL, Hazem. The Challenge of Restructuring: Syrian Foreign Policy. *In*: KORANY, Bahgat. **The Foreign Policies of Arab States: The Challenge of Globalization**. Cairo: The American University In Cairo Press, 2008. p. 421-455.

KAPUR, Devesh. **Remittances: The New Development Mantra?**.2004. Disponível em: https://unctad.org/en/Docs/gdsmdpbg2420045_en.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

KARAMI, Jahangir. Iran-Russia Strategic Partnership at the New Stage: What Could We Propose To Each Other?. **The Institute For Iran-Eurasia Studies**.Apr. 2017. Disponível em: <http://www.iras.ir/en/doc/article/3141/iran-russia-strategic-partnership-at-the-new-stage-what-could-we-propose-to-each-other>. Acesso em: 12 mar. 2019.

KATZ, Mark N.. Russia and the Conflict in Syria: Four Myths. **Middle East Policy**, v. 20, n. 2, p.38-46, Summer 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/mepo.12018>. Acesso em: 7 mar. 2019.

KEEN, David. **Syria: Playing Into Their Hands**. Saferworld, 2017. Disponível em: <https://www.saferworld.org.uk/resources/publications/1141-syria-playing-into-their-hands>. Acesso em: 10 ago. 2018.

KEYDER, Caglar. The Turkish Bell Jar. **New Left Review**,p. 65-84. Aug. 2004. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/28/caglar-keyder-the-turkish-bell-jar>. Acesso em: 10 mar. 2019.

KHALAF, Roula; FIELDING-SMITH, Abigail. **How Qatar Seized Control of the Syrian Revolution**. 2013. Disponível em: <https://www.ft.com/content/f2d9bbc8-bdbc-11e2-890a-00144feab7de>. Acesso em: 12 mar. 2019.

KHASHANAH, Khaldoun. The Syrian Crisis: A Systemic Framework. **Contemporary Arab Affairs**, v. 7, n. 1, p.1-21, 2 Jan. 2014. University of California Press. <http://dx.doi.org/10.1080/17550912.2014.881006>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17550912.2014.881006?journalCode=rcaa20>. Acesso em: 25 nov. 2018.

KHATIB, Dania Koleilat. US-Arab Gulf Relations Amidst Regional and Global Changes. **The International Spectator**, v. 52, n. 2, p.102-114, 3 Apr. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03932729.2017.1311090>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03932729.2017.1311090?journalCode=rspe20>. Acesso em: 14 mar. 2019.

KHOURY, Philip Shukry. **Syria and the French Mandate: The Politics of Arab Nationalism, 1920-1945**. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

KOZHANOV, Nikolay. Russian-Syrian Dialogue: Myths and Realities. **The Journal Of The Middle East And Africa**, v. 5, n. 1, p.1-22, 2 Jan. 2014. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/21520844.2014.883257>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21520844.2014.883257?journalCode=ujme20>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LEADING Syrian Rebel Groups Form New Islamic Front. **BBC**, London, 22 Nov. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-25053525>. Acesso em: 18 mar. 2019.

LUNDGREN, Magnus. Mediation in Syria: Initiatives, Strategies, and Obstacles, 2011–2016. **Contemporary Security Policy**, v. 37, n. 2, p.273-288, 3 May 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13523260.2016.1192377>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13523260.2016.1192377?journalCode=fcsp20>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MALONEY, Suzanne. **Iran's Political Economy Since the Revolution**. New York: Cambridge University Press, 2015.

Ministry of Foreign Affairs (MFA, Israel). **Israel-Syria Armistice Agreement**. Disponível em: <http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/mfadocuments/yearbook1/pages/israel-syria%20armistice%20agreement.aspx>. Acesso em: 26 jun. 2018.

Ministry of Foreign Affairs (MOFA, Arábia Saudita). **King Abdul Aziz bin Abdul Rahman Al Saud (Ibn Saud)**. 2015. Disponível em: <https://www.mofa.gov.sa/sites/mofaen/aboutKingDom/SaudiArabiaKings/Pages/KingAbulAziz.aspx>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MILANI, Abbas. **The Persian Sphinx: Amir Abbas Hoveyda and the Riddle of the Iranian Revolution**. Washington: Mage Publishers, 2000.

MILLSPAUGH, Arthur. **Americans in Persia**. Washington: Brookings Institution Press, 1946.

MITCHELL, Timothy. Dreamland: The Neoliberalism of Your Desires. **Middle East Report**. p. 28-33. Spring, 1999. Disponível em: http://politicsofsyria.weebly.com/uploads/1/3/5/2/13525224/mitchell-dreamland-neoliberalims_of_your_desires.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

NEUMAYER, Eric. What Factors Determine the Allocation of Aid by Arab Countries and Multilateral Agencies? **Journal Of Development Studies**, v. 39, n. 4, p.134-147, Apr. 2003. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/713869429>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713869429>. Acesso em: 10 ago. 2018.

NORTON, Augustus Richard. The Peacekeeping Challenge in Lebanon. *In*: YAHYA, Maha (ed.). **The Sixth War: Israel's Invasion of Lebanon**. **The MIT Electronic Journal Of Middle East Studies**, p. 76-79. Summer, 2006.

NORTON, Augustus Richard. **Hezbollah: A Short History**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

OBAMA, Barack. **Barack Obama's Speech on Middle East – Full Transcript**. 2011a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/may/19/barack-obama-speech-middle-east>. Acesso em: 02 mar. 2019.

OBAMA, Barack. **President Obama: "The Future of Syria Must Be Determined By Its People, But President Bashar Al-Assad is Standing in Their Way."** 2011b. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2011/08/18/president-obama-future-syria-must-be-determined-its-people-president-bashar-al-assad>. Acesso em: 02 fev. 2019.

OWEN, Roger. **State, Power and Politics in the Making of the Modern Middle East**. London: Routledge, 2004.

PALAIOLOGOS, Georgios T..Theorising on Arab Family Businesses. *In*: BASLY, Sami (ed.). **Family Businesses in the Arab World: Governance, Strategy, and Financing**. New York: Springer, 2017. p. 23-40.

PERTHES, Volker. **The Political Economy of Syria under Asad**. London: I.b. Tauris, 1995.

PERTHES, Volker. Stages of Economic and Political Liberalization. *In*: KIENLE, Eberhard (ed.). **Contemporary Syria: Liberalization between Cold War and Cold Peace**. London: British Academic Press, 1994. p. 44-71.

PHILLIPS, Christopher. **The Battle for Syria: International Rivalry in the New Middle East**. London: Yale University Press, 2016.

PICARD, Elizabeth. Arab Military in Politics: from Revolutionary Plot to Authoritarian State. *In*: LUCIANI, Giacomo. **The Arab State**. Berkeley: University Of California Press, 1990. p. 189-219.

PÖLLING, Sylvia. Investment Law No. 10: Which Future for the Private Sector?. *In*: KIENLE, Eberhard (ed.). **Contemporary Syria: Liberalization Between Cold War and Cold Peace**. London: British Academic Press, 1994. p. 14-25.

PRICEWATERSHOUSECOOPERS (PWC). **Keeping it in the family: Family Firms in the Middle East**. 2016. Disponível em: <https://www.pwc.com/m1/en/publications/family-business-survey/middle-east-family-business-survey-2016.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PROVENCE, Michael. **The Great Syrian Revolt: and the Rise of Arab Nationalism**. Austin: University Of Texas Press, 2005.

QASSEM, Naim. **Hizbullah: The Story from Within**. London: Saqi Books, 2010.

RABINOVICH, Abraham. **The Yom Kippur War: The Epic Encounter That Transformed the Middle East**. New York: Schocken Books, 2004.

RHODE, Benjamin (ed.). The US Withdrawal from Syria. **Strategic Comments**, v. 25, n. 1, p.i-iii, 2 Jan. 2019. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13567888.2019.1580960>. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/strategic-comments/2019/the-us-withdrawal-from-syria>. Acesso em: 12 fev. 2019.

RICHARDS, Alan; WATERBURY, John. **A Political Economy of the Middle East**. Boulder: Westview Press, 2013.

RUBIN, Barry. The Military in Contemporary Middle East Politics. *In*: RUBIN, Barry; KEANEY, Thomas A. (ed.). **Armed Forces in the Middle East: Politics and Strategy**. London: Frank Cass Publishers, 2002. p. 1-22.

SADOWSKI, Yahya. Ba'athist Ethics and the Spirit of Capitalism: Patronage and the Party in Contemporary Syria. *In*: CHELKOWSKI, Peter J.; PRANGER, Robert J.. **Ideology and Power in the Middle East: Studies in Honour of George Lenczowski**. London: Duke University Press, 1988. p. 160-184.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como intervenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SAMII, Abbas William. A Stable Structure on Shifting Sands: Assessing the Hizbullah-Iran-Syria Relationship. **Middle East Journal**, p. 32-53. Winter, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25482471>. Acesso em: 15 out. 2018.

THE SAUDI FUND FOR DEVELOPMENT (SFD). **Annual Report of the Saudi Fund for Development 2016**. 2016. Disponível em: <https://www.sfd.gov.sa/cs/groups/public/documents/document/mdaw/nzy4/~edisp/121-document-768705.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SCHANZER, Jonathan. **Saudi Arabia Is Arming the Syrian Opposition**. 2012. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2012/02/27/SAUDI-ARABIA-IS-ARMING-THE-SYRIAN-OPPOSITION/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

SEALE, Patrick. **Assad of Syria: The Struggle for the Middle East**. London: University Of California Press, 1995.

STEPANOVA, Ekaterina. Russia and Conflicts in the Middle East: Regionalisation and Implications for the West. **The International Spectator**, v. 53, n. 4, p.35-37, Jan. 2018.

Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03932729.2018.1507135?journalCode=rspe20>.

Acesso em: 12 fev. 2019.

STEVENSON, Jonathan (ed.). The Future of US Syria Policy. **Strategic Comments**, v. 23, n. 1, p. ix-xi, 2 Jan. 2017. Informa UK Limited.

<http://dx.doi.org/10.1080/13567888.2017.1298264>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13567888.2017.1298264?needAccess=true&journalCode=tstc20>.

Acesso em: 15 fev. 2019.

SUKKAR, Nabil. The Crisis of 1986 and Syria's Plan for Reform. In: KIENLE, Eberhard (ed.). **Contemporary Syria: Liberalization between Cold War and Cold Peace**. London: British Academic Press, 1994. p. 26-43.

SUNAYAMA, Sonoko. **Syria and Saudi Arabia: Collaboration and Conflicts in the Oil Era**. London: I.B. Tauris, 2007.

SYRIAN OBSERVATORY FOR HUMAN RIGHTS (SOHR). **About 522 Thousand People Were Killed in 90 Months Since the Start of the Syrian Revolution in March 2011**. 2018.

Disponível em: <http://www.syriahr.com/en/?p=102385>. Acesso em: 05 mar. 2019.

TABAAR, Mohammad Ayatollahi. Factional Politics in the Iran–Iraq war. **Journal Of Strategic Studies**, v. 42, n. 3-4, p.480-506, 9 Aug. 2017. Informa UK Limited.

<http://dx.doi.org/10.1080/01402390.2017.1347873>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402390.2017.1347873?journalCode=fjss20>.

Acesso em: 01 dez. 2018.

TAHERI, Amir. Has the Time Come for Military Intervention in Syria? **American Foreign Policy Interests**, v. 35, n. 4, p.217-220, Jul. 2013. Informa UK Limited.

<http://dx.doi.org/10.1080/10803920.2013.822756>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10803920.2013.822756?journalCode=uafp20>.

Acesso em: 24 nov. 2018

TERRILL, W. Andrew. Iran's Strategy for Saving Assad. **The Middle East Journal**, v. 69, n. 2, p.222-236, Summer 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/579575/pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

THE ASSOCIATED PRESS. **Iran Sends Syria 30,000 Tons of Food**. 2014. Disponível em:

<https://www.haaretz.com/iran-sends-syria-30-000-tons-of-food-1.5244485>. Acesso em: 11

mar. 2019.

TRENIN, Dmitri. The Mythical Alliance: Russia's Syria Policy. **The Carnegie Papers**, v. 2, n. 1, p.1-29, Feb. 2013. Disponível em:

https://carnegieendowment.org/files/mythical_alliance.pdf. Acesso em: 05 mar. 2019.

TRIPP, Charles. Militias, Vigilantes, Death Squads. **London Review Of Books**, Vol. 29, No. 2, p. 30-33. Jan. 2007a. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/v29/n02/charles-tripp/militias-vigilantes-death-squads>. Acesso em: 15 dez. 2019.

TRIPP, Charles. **A History of Iraq**. London: Cambridge University Press, 2007b.

TUASTAD, Dag. Neo-Orientalism and the New Barbarism Thesis: Aspects of Symbolic Violence in the MiddleEast Conflict(s). **Third World Quarterly**, v. 24, n. 4, p.591-599, Aug. 2003. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3993426?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 03 fev. 2019.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP); KINGDOM OF SAUDI ARABIA (KSA). **Partnership in Development and South-South Cooperation: Official Development Assistance of the Kingdom of Saudi Arabia**. Riade: 2016. Disponível em: http://www.sa.undp.org/content/saudi_arabia/en/home/library/human_development/KSA_ODA_report.html. Acesso em: 15 fev. 2019.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Arab Development Challenges Report 2011: Towards the Developmental State in the Arab Region**. Cairo: United Nations Development Programme, 2011.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR) (org.). **SyriaEmergency**. 2018. Disponível em: <https://www.unhcr.org/syria-emergency.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 2254**. 2015. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2254.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

USAID (UNITED STATES AID) (org.). **Syria**. 2019. Disponível em: <https://www.usaid.gov/syria>. Acesso em: 01 mar. 2019.

VAN DAM, Nikolaos. **The Struggle for Power in Syria: Politics and Society Under Assad and the Ba'ath Party**. New York: I.B. Tauris, 2011.

VAN SCHAACK, Beth. Mapping War Crimes in Syria. **Social Science Research Network Electronic Journal**, p.1-59, 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2748776>. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2748776. Acesso em: 10 dez. 2018.

WEDEEN, Lisa. **Ambiguities of Domination: Politics, Rhetoric, and Symbols in Contemporary Syria**. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

WILLIAMSON, John. **What Washington Means by Policy Reform**. 1990. Disponível em: <https://piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform>. Acesso em: 18 ago. 2018.

WILLIAMSON, John. **A Short History of the Washington Consensus**. 2004. Disponível em: <https://piie.com/publications/papers/williamson0904-2.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

WINCKLER, Onn. The “Arab Spring”: Socioeconomic Aspects. **Middle East Policy**, v. 20, n. 4, p.68-87, Dec. 2013. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/mepo.12047>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/mepo.12047>. Acesso em: 11 fev. 2019.

WORLD BANK (org.). **Arab Development Assistance: Four Decades of Cooperation**. Quick Note Series, 2010. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTMENA/Resources/QuickNote28-ArabODA.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

WORLD BANK (org.). **GDP: Current US\$ (1970-1980)**. 2018a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=1980&locations=SY&start=1970>. Acesso em: 08 ago. 2018.

WORLD BANK (org.). **GDP: Current US\$ (1980-1990)**. 2018b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=1990&locations=SY&start=1980>. Acesso em: 08 ago. 2018.

WORLD BANK (org.). **GDP: Growth (Anual %)**. 2018c. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2007&locations=SY&start=1990>. Acesso em: 08 ago. 2018.

WORLD BANK (org.). **WorldwideGovernanceIndicators (WGI)**. 2018d. Disponível em: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>. Acesso em: 10 ago. 2018.

WORLD BANK (org.). **Unemployment, Total (% of Total Labor Force) (Modeled ILO Estimate) (1991-2010)**. 2018e. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2010&start=1991>. Acesso em: 10 ago. 2018.

WORLD BANK (org.). **Unemployment, Total (% of Total Labor Force) (Modeled ILO Estimate) (2011-2018)**. 2018f. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2018&start=2011>. Acesso em: 10 ago. 2018.

WURZEL, Ulrich G.. The Political Economy of Authoritarianism in Egypt: Insufficient Structural Reforms, Limited Outcomes and a Lack of New Actors. *In: GUAZZONE, Laura; PIOPPI, Daniela (ed.). The Arab State and Neo-Liberal Globalization: The Restructuring of State Power in the Middle East*. Reading: Ithaca Press, 2009. p. 97-123.

YAZIGI, Jihad. Syria's War Economy. **European Council On Foreign Relations**. p. 1-8. Apr. 2014. Disponível em: https://www.ecfr.eu/page/-/ECFR97_SYRIA_BRIEF_AW.pdf. Acesso em: 28 nov. 2018.

ZAMBELIS, Chris. Royal Rivalry in the Levant: Saudi Arabia and Qatar Duel Over Syria. **Terrorismmonitor: In-Depth Analysis of the War on Terror**, v. 11, n. 16, p.9-12, Aug. 2013. Disponível em: <https://jamestown.org/program/royal-rivalry-in-the-levant-saudi-arabia-and-qatar-duel-over-syria/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ZAMBELIS, Chris. Institutionalized ‘Warlordism’: Syria’s National Defense Force. **Terrorismmonitor: In-Depth Anaysis of the War on Terror**, Xx, v. 1, n. 1/2, p.7-11,

Mar. 2017. Disponível em: <https://jamestown.org/program/institutionalized-warlordism-syrias-national-defense-force/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

ZISSER, Eyal. **Assad's Legacy: Syria in Transition**. New York: New York University Press, 2001.

ZISSER, Eyal. The Syrian Army on the Domestic and External Force. *In*: RUBIN, Barry; KEANEY, Thomas A. (ed.). **Armed Forces in the Middle East: Politics and Strategy**. London: Frank Cass Publishers, 2002. p. 113-129.

ZISSER, Eyal. The Israeli–Syrian–Lebanese Triangle: The Renewed Struggle over Lebanon. **Israel Affairs**, v. 15, n. 4, p.397-412, Oct. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13537120903198670>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13537120903198670>. Acesso em: 12 jan. 2019.